



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CORPOS HÍGIDOS: O LIMPO E O SUJO NA PARAÍBA (1912-1924)

AZEMAR DOS SANTOS SOARES JÚNIOR

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Área de Concentração: História e Cultura Histórica

JOÃO PESSOA – PB
FEVEREIRO – 2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CORPOS HÍGIDOS:

O LIMPO E O SUJO NA PARAÍBA (1912-1924)

AZEMAR DOS SANTOS SOARES JÚNIOR

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração História e Cultura Histórica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano

JOÃO PESSOA – PB
FEVEREIRO – 2011

CORPOS HÍGIDOS: O LIMPO E O SUJO NA PARAÍBA (1912-1924)

Azemar dos Santos Soares Júnior

Dissertação de Mestrado avaliada em 18 de fevereiro de 2011, com conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientadora

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Examinador Externo

Prof^a. Dr^a. Claudia Engler Cury
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Prof^a. Dr^a. Telma Cristina Delgado Dias Fernandes
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Interna – Suplente

S676c *Soares Júnior, Azemar dos Santos.*
Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)/ Azemar dos Santos
Soares júnior.- - João Pessoa : [s.n.], 2011.
193f.
Orientadora: Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano.
Dissertação(Mestrado) – UFPB/CCHLA.

1.Historiografia. 2.Higienização do corpo - Século XX- Parahyba. 3.Higiene e civilização.

UFPB/BC

CDU:930.2 (043)



**À Maria de Fátima
minha mãe.**

“Amor tão grande / amor tão forte / amor suave / amor
sem fim / que a própria morte transforma em vida [...]
nem as torrentes das grandes águas conseguirão apagar
esse amor. Mais do que a morte é tão forte esse amor”.

Agradecimentos

“...foi quando eu senti, mais uma vez, que amar não tem remédio”.
(Caio Fernando Abreu)

À *Deus*, que nos momentos de alegria e de dor derramou sobre mim seu amor infinito. Agradeço à vida, a família, a sabedoria, os amigos, as conquistas. É “você chegou, qual ladrão me fitou e roubou para si o meu coração [...] e agora sem forças, eu sou prisioneiro, do mais belo amor”. Por isso, as misericórdias do Senhor, eternamente eu cantarei.

À minha querida orientadora *Serioja Mariano*. A mais bela flor de lótus parecia brotar no jardim do meu coração. Num dia ensolarado e véspera de outro dia qualquer Deus me presenteava com tua amizade e carinho. Eu era o bandoleiro, o proscrito, o fora da lei quando me acolhestes. Tanto me ensinastes: a pensar em tudo o que é possível falar, a admirar os pequenos fragmentos de luz, falar da cor, dos temporais, do céu azul, das cores da primavera, pensar além do bem e do mal, lembrar de coisas que ninguém viu, o amor pelo ofício. Minha formação foi lapidada como um diamante por você que com mãos hábeis e delicadas soube me orientar para a vida. Obrigado pela paciência, dedicação, atenção, carinho e amizade em tantos momentos.

Aos professores *Iranilson Buriti* e *Claudia Cury*. Aqueles que meu coração quis para essa banca de avaliação. Com poesia e sensibilidade cruzei o caminho daquele que escreve História com o coração, que faz das metáforas da vida e da morte, poesia. Iran chegou-me com o coração acolhedor, como cristão que ver no outro a bondade, que estende a mão, que resgata e encanta com seu modo de falar e escrever. Com marca de mulher forte, Claudia nos seduziu com luas lições teórico-metodológicas aplicadas na História e na vida. Sua sabedoria desde o primeiro contato me chamou atenção. Ele a poesia, ela a sabedoria. Com muito carinho, agradeço e afirmo: “Ligue quando quiser, chame, escreva, só não se percam de mim [...] tem espaço na casa e no coração”.

Com nome de flor, *Rosa Godoy* sensibilizou-se naquele momento de apuros e mostrou-me um caminho a seguir. Era possível perseguir os bons e maus odores no meio de tantos documentos velhos. Assim, sob a orientação de sua sabedoria e delicadeza, pude erguer a cabeça e seguir o caminho certo. Agradeço por suas contribuições no exame de qualificação.

A coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, pela atenção sempre disponível durante o curso na pessoa dos professores *Raimundo Barroso* e *Elío Flores*. Também agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos que muito ajudou durante o curso.

Chegar a Universidade Federal da Paraíba foi viver num mundo antes desconhecido. Um mundo cheio de atrativos, seduções, interesses. Ali, aprendi a bordar admiráveis desenhos, riscar singelos traços, escrever belas histórias. Agradeço aos docentes do PPGH, especialmente *Claudia Cury*, *Regina Célia*, *Antônio Carlos*, *Raimundo Barroso*, *Acácio Catarino* e *Monique Cittadino*. Levarei seus ensinamentos guardados no coração.

Ao subir os degraus da vida, deparei-me com pessoas que espalhavam alegria, distribuíam felicidade, partilhavam conhecimento. Agradeço aos professores da graduação que me incentivaram a galgar outros espaços, conquistar outros corações e edificar uma nova pesquisa. À leitura atenciosa de *Solange Rocha*, a força de vontade de *Waldeci Chagas*, a persistência de *Genes Duarte*, a paciência de *Nayana Mariano* e o jeito *glamouroso* de ser de *Mayrinne Meira*. À *Joana Dar'k*, que torceu por cada etapa vencida. Obrigado por ter-me feito seu “menino prodígio”, mesmo que por pouco tempo. Também aprendi a sonhar com teus princípios. A vocês, meus sinceros agradecimentos.

Aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho: *Lenilde Duarte*, que abriu seu arquivo pessoal contagiando-me com seu amor pelo tema da higienização; *Ricardo Grisi*, mensageiro do Arquivo Eclesiástico da Paraíba que com mãos delicadas e pacientes apresentou-me o jornal *A Imprensa*; seu *Pedro*, dono de forte simpatia e voz grossa, levando de um lado para outro as edições quase destruídas d’*A União*; a gentil *Socorro* que facilitou o acesso aos documentos do IHGP; *Adauto Ramos*, que cedeu parte da produção local guardada a sete chaves em sua biblioteca particular; *João Azevedo*, por sua leitura dedicada e criteriosa nos momentos de dúvida; *Paloma Porto*, pelos diálogos e documentos trocados sobre o tema; e, *Amanda Braga*, que com hábil pena da língua portuguesa ajustou o que não cabia a essa produção textual. Muito obrigado por toda ajuda, carinho e dedicação.

Aos meus pais, *Maria de Fátima* e *Azemar Soares*. Às vezes, gostaria de voltar a ser criança para me envolver em teu regaço acolhedor. Agradeço por terem me formado, me ensinado, me educado, me compreendido. Vocês me deram o maior dom de Deus: a vida. Mostraram-me que ser professor é uma arte, que história e poesia andam juntas com um acordo íntimo, como a mão direita e a esquerda. Sei que se por acaso a dor chegar, a meu lado vão estar para me acolher e me amparar. Sempre estarão por perto, pois só sabem me amar.

Aos meus irmãos que tem nomes de índio: *Iaponira*, *Iguaraci*, *Iaruama* e *Iara*. Obrigado por nunca terem permitido que a fraqueza tirasse a minha visão, que o desejo enganasse meu coração. Seja como/onde for ao lado de vocês sempre estarei. Aos meus sobrinhos *Azemar Neto*, *Iguaraci Segundo* e *Arthur Manoel*; aos cunhados *Jackeline Santos* e *Marcos Antônio*; a minha querida tia *Penha*. Serei sempre grato por tanto amor.

Aos amigos de sala. Nos dias em que choviam nas ruas do meu coração ou que me encontrava desamparado nas grades da solidão pude dividir com vocês a alegria de ver as estrelas luzindo. *Vânia Cristina*, amiga de todas as horas. Quando te conheci, pensei que sonhava, mas era tudo real. Partilhamos a vida, os desencontros, os problemas. Aprendemos a ver no outro o melhor, aprendemos a amar da forma mais simples, olhando nos olhos e se

encantando com vida. A tua alegria me fez [re]escrever o sonho de lutar por aquilo que somos, que acreditamos. És dona da arte de sorrir cada vez que o mundo diz que não. *Ane Luise*, moça do sonho. Partilhamos juntos corações que se tornaram cidades degradadas, pessoas desamparadas, queima de arquivo nas praças. No meio de toda turbulência que nos encontrávamos a lua cheia clareava, iluminava a vida. Ensinaste-me que nossas mãos tem o poder de iluminar as coisas, as pessoas. *Wescley Rodrigues*, aquele que tanto fala e tanto sente. Um coração grande, gestos sutis, presença forte. Para te descrever sempre usarei palavras grandes - sempre, nunca, jamais. Aprendi contigo sonhar alto, voar de asa delta, mesmo estando a dois palmos do chão. Tuas “trapalhadas” muito me alegraram durante esses dois anos. Que as lágrimas derramadas em conjunto sejam hoje sinônimos de fortaleza e aprendizado. Numa época em que ninguém mais coça bicho de pé, acho que nós quatro faríamos isso da melhor forma: sorrindo.

Aos amigos que cintilam em volta, estendem a mão na hora certa e me faz enriquecer em fé. Costumo dizer que coisas e pessoas fazem parte da minha vida, algumas delas vão aos poucos entrando em mim, outras entram como um raio de sol, rápido, veloz. Depois de algum tempo já não sei dizer o que é meu e o que são delas. Mesmo assim, bem no fundo, há coisas que são só minhas, e, embora assustem às vezes, é das pessoas que mais gosto. *Adelço Silva*, que com seus exageros me ensinou que os seres humanos não podem viciar em solidão; *Fernanda Alves*, com quem partilho uma vida em comunidade, o ressoar da tua voz acalma meu coração, acalenta minha alma, constrói castelos inteiros; *Rafaella Passos*, com sua capacidade incrível de doar-se, de ajudar ao próximo, de dizer “não tinha nada, mas o que tinha era seu”, ou algo parecido; *Mércia Helena*, que com seu jeito forte sempre tentou deixar as coisas mais bonitas; *Moama Marques*, que “na minha memória - tão congestionada - e no meu coração – tão cheio de marcas e poços – ocupa um dos lugares mais bonitos”; *Luyse Costa*, que pinta com “cores de Almodóvar, cores de Frida Kahlo”, cores que expressam uma ciranda de sentimentos que se sucedem e se sucedem e deixam sempre sede no fim; *Amanda Siqueira*, há algo na sua essência que me agrada, me acalma e diverte, te direi sempre: olha, foi bom te conhecer, me deu uma fé, uma energia imensa! *Ana Elizabete*, meu bem, “brindemos a vida”. Queridos, mando para vocês retalhos de amor.

Por fim, reafirmo aquilo que trago em meu coração: o “desejo de amar todos que eu cruzar pelo meu caminho [...] como sou feliz, eu quero ver feliz quem andar comigo”.

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	i
SUMÁRIO.....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
LISTA DE IMAGENS.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	viii
 1 PERSEGUINDO OS BONS E MAUS ODORES DO CORPO.....	 01
1.1 O itinerário de uma pesquisa	02
1.2 Marcas do corpo e higiene na historiografia.....	05
1.3 Disposição do texto	14
 2 OS CHEIROS DA CIDADE E A MODELAÇÃO DOS SENTIDOS.....	 19
2.1 Cidade da Parahyba: espaços do limpo e do sujo.....	20
2.2 As Inspetorias de Higiene e a atuação médico-sanitária.....	29
2.3 “Serviço de Higiene Pública”: o modelo higiênico.....	44
2.3.1 As metáforas da peste bubônica.....	52
2.3.2 “Aterradora moléstia”: a influenza espanhola.....	62
 3 FLÁVIO MAROJA E SUAS LIÇÕES SOBRE HIGIENE E EUGENIA.....	 76
3.1 “O illustre médico da hygiene”.....	77
3.2 O beijo: “um dos grandes perigos sociaes”.....	85
3.3 A eugenia e a educação higiênica.....	95
 4 OS CHEIROS DO CORPO: PROTEGER, MODELAR E LIMPAR.....	 110
4.1 A higiene individualizada através da imprensa.....	111
4.2 A liturgia dos anúncios: uma prática de civilidade.....	127
4.3 A <i>Imprensa</i> que civiliza: o discurso da moral cristã.....	137
 5 A ROBUSTEZ DO CORPO: HYGIENE E EDUCAÇÃO PHYSICA.....	 144
5.1 Corpos lapidados, escola medicalizada.....	145
5.2 <i>Educação physica</i> do corpo, <i>hygiene</i> da alma.....	165
 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 177
 7 REFERÊNCIAS.....	 181

Resumo

Este trabalho – vinculado à linha de pesquisa História Regional do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, com área de concentração em História e Cultura Histórica – tem por objetivo discutir a higienização do corpo na cidade da Parahyba. Durante o início do século XX vários dispositivos midiáticos como os jornais *A Imprensa* e *A União* e a revista *Era Nova*, apresentavam, nos seus discursos, preceitos ditos civilizatórios, a partir de normas que deveriam ser seguidas pela população paraibana. Somam-se a essa documentação os relatórios da *Saúde Pública* e da *Inspeção de Higiene* que sob a orientação dos médicos ditavam normas de conduta, asseio para o corpo e higiene da mente e da alma. O recorte escolhido tem início em 1912, ano em que a cidade da Parahyba passou a temer a “terrível invasão” da peste bubônica que assolava a fria cidade de Campina Grande, e termina em 1924, com a organização da *Semana Médica*, um evento científico, da *Sociedade de Medicina da Paraíba*, que teve a função de discutir eugenia e higienização e sua aplicação na cidade, nas escolas e no corpo. A dissertação tem como inspiração a *Historiografia do Corpo e da Medicalização*, desenvolvida, principalmente, a partir do final do século XX, devido ao diálogo da História com outras disciplinas, a exemplo da Sociologia, Antropologia e a Medicina. Analisar a higiene do corpo na cidade da Parahyba foi passear por uma cidade de início do século XX, com suas mazelas, a exemplo dos maus odores, dos monumentos de lixo e poças de lama, em que as pessoas que se amontoavam misturando-se a imundície. Corpos sujos que aos poucos foram substituídos pelo limpo. Princípios ditados pelos manuais pedagógicos de civilidade que desejavam corpos de sujeitos históricos hígidos e cheirosos.

Palavras-chave: Corpo, higiene e civilização.

Abstract

This work – linked to the research line of Regional History Graduate Program in History of the Federal University of Paraíba, with a major in History Culture – aims to discuss the hygiene of the body in the city of Paraíba. During the early twentieth century several media devices such as the newspapers *A Imprensa* and *A União* and the *Era Nova* magazine, were launched with the function of regulating the population of Paraíba from the new so-called civilizing precepts. Added to this documentation to the reports of *Public Health and Hygiene* Inspectorate under the guidance of doctors dictate standards of conduct, cleanliness and hygiene for the body mind and soul. The selected area was opened in 1912, the year the city Paraíba started to fear the “terrible invasion” of bubonic plague that devastated the cold city of Campina Grande and ends in 1924, year that the *Medical Society of Paraíba* organized the *Medical Week*, a scientific event that had the objective of discussing eugenics and hygiene and its application in the city, in schools and in the body. The dissertation takes its inspiration from the body and the Historiography of the body and medicalization, developed mostly from the late twentieth century, due to the dialogue of history with other disciplines, like sociology, anthropology and medicine. Analyzing the cleanliness of the body in the city of Paraíba was walking through a world that reeked of sour, monuments of garbage and mud puddles, were created, for people who mixed with filth and realizing that this model that was once dirty little by little was replaced by the clean. Principles dictated by the teaching manuals of civility who wanted historical healthy bodies of clean and fragrant.

Keywords: body, health and civilization.

Lista de imagens

Imagem 1 – Dr. João José Innocêncio Poggi.....	31
Imagem 2 – Dr. João José Innocêncio Poggi.....	31
Imagem 3 – Dr. Antonio da Cruz Cordeiro.....	32
Imagem 4 – Dr. Henry Krause.....	32
Imagem 5 – Propaganda das Pílulas Rosadas.....	147
Imagem 6 – Propaganda das Pílulas Rosadas.....	147
Imagem 7 – Modelo Alfaiataria Zaccara.....	151
Imagem 8 – Modelo Alfaiataria 7 de Setembro.....	151
Imagem 9 – Propaganda Sabão Aristolino.....	152
Imagem 10 – O famoso “Athleta do amor”.....	166

Lista de quadros

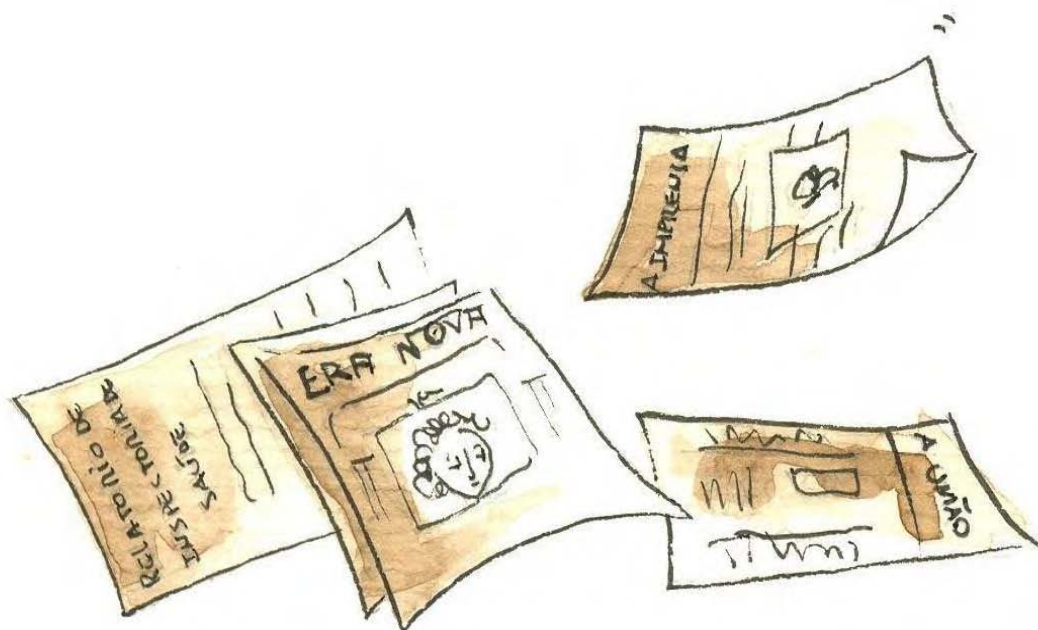
Quadro 1 – Relação dos médicos *Inspectores da Saúde Pública*.....37

Quadro 2 – Prestação de contas da *Comissão Central de Socorros aos Influenzados Pobres*.....73

Capítulo I

Perseguindo os bons e maus odores do corpo

“Águas de melissa, junquilha, violeta, essências de canela e anis, pomadas de rosas e lírios passam a revestir o corpo indolente. A palheta de perfumes manuseada, não serve mais para limpar, mas para seduzir. E a geografia física e moral da limpeza vai adquirindo, pouco a pouco, os contornos que são os nossos”
(Mary Del Priore)



1.1 O itinerário de uma pesquisa

Quando perdi [o meu olfato]... foi como se de repente me cegassem. A vida perdeu uma boa parte de seu sabor... uma pessoa não se dá conta de quanto “sabor” está no cheiro. *Cheiramos* pessoas, *cheiramos* livros, *cheiramos* a cidade, *cheiramos* a primavera... talvez não o façamos de forma consciente, mas como um generoso e magnífico fundo inconsciente para tudo o mais. De súbito todo o meu mundo ficou radicalmente mais pobre.

(David Howes, 1987)

Com esse depoimento, um homem contava que devido a um ferimento em sua cabeça, perdeu o sentido do olfato. Foi quando percebeu que os odores afetam os corpos nos níveis físico, psicológico e social. Percebeu, ainda, que os aromas despertam sentimentos capazes de provocar bem-estar ou causar ânsia, náusea. Homens e mulheres inspiram cheiros que nos cercam sem ter consciência de sua importância para o corpo. Somente quando a nossa faculdade olfativa “está prejudicada por alguma razão, é que começamos a perceber o papel essencial que a olfação desempenha em nossa sensação de bem estar” (CLASSEN, 1996, p. 11).

Os odores podem provocar fortes reações emocionais. Um perfume associado a uma boa experiência pode ocasionar uma torrente de alegria, da mesma forma, um cheiro fétido ou um que esteja associado a uma lembrança infeliz é capaz de nos levar a fazer caretas de horror. A percepção do cheiro consiste não apenas na sensação gerada pelos próprios odores, mas também nas experiências emocionais que lhe estão associadas. O corpo limpo atrai, seduz, encanta. O corpo sujo causa repugnância.

Após um banho quente num dia de inverno, me veio à reflexão: desde quando seguir o curso histórico da água doméstica ajuda a observar as diferenças entre o asseio e a ojeriza, entre a sujeira e a limpeza? Quando, na Paraíba¹, percebeu-se a necessidade de ser possuidor do corpo cheiroso? Aonde vão parar as águas sujas que serviram para limpar os corpos dos homens e mulheres que ali viviam? Foram inquietações como essas que me fizeram delimitar meu objeto de análise e adentrar na aventura pelos bons e maus odores do corpo.

No início do século XX, a sujeira sedentarizada no corpo começa a ceder espaço à arte de se perfumar. Assim, não basta assear o corpo, é preciso desodorizar a casa, as ruas, as cidades. O perfumista, homem de segredos entre o alquimista e o médico, podia até não ser um corpo presente na Paraíba, mas era preciso travar uma luta contra o que era considerado imundície.

¹ Caro leitor, quando cito o termo *Parahyba* me refiro à capital, hoje chamada de João Pessoa, quando o termo for *Paraíba*, estou me referindo ao Estado.

Em sua operação historiográfica, Michel de Certeau fala da importância do historiador em contar o percurso de sua pesquisa. Assim, nos capítulos, apresento “um conjunto de partes algumas vezes ‘desiguais’, mas simbólicas, que acrescenta a história de um passado, um itinerário de um procedimento” (2008, p. 48). Para construção de uma história da higiene do corpo na cidade da Parahyba, foram muitos os desafios, sobre os quais começo a discorrer expondo como surgiu o interesse pela temática e as características pertinentes a essa pesquisa, na qual interrogo o que é pensável sobre a história da sociedade paraibana a fim de encontrar o vivido, exumado graças a um conhecimento do passado. Descrever os caminhos percorridos, contar as escolhas feitas é compartilhar com meu leitor uma história de sonhos que teria outro destino, longe do cheiro dos corpos que passeavam pela cidade da Parahyba.

Das inúmeras possibilidades de temas, objetos e problemáticas que a História permite, duas sempre me chamaram a atenção: a política e o corpo. Ao aproximar-se do período de seleção do Programa de Pós-Graduação em História, submeti uma proposta de trabalho intitulada “*Nada mais conservador que um liberal no poder*”: atuação da elite política e a composição partidária na Província da Paraíba (1835-1849). Após aprovação no processo seletivo, dei início ao curso e a pesquisa.

No *Arquivo Público da Assembléia Legislativa da Paraíba*, me debrucei sobre as *Atas das Sessões* ocorridas entre os anos de 1835 e 1849. Buscava toda e qualquer informação possível sobre a política e administração do período. Encantado com o desenrolar das histórias ali registradas, assim como se estivesse lendo um *best-seller*, eu esperava ansiosamente pelo próximo encontro com os documentos em busca de novidades. Imaginava-me protagonizando uma espécie de *Sherlock Holmes* dos arquivos, tentando, quem sabe, encontrar um *Menocchio*.

Foram semanas de paciente e dedicada pesquisa, por meio do qual consegui ler e anotar parte da primeira Ata daquela instituição. As dificuldades logo surgiram. O sonho de achar, dentre os documentos que estudava, o meu *Menocchio*, naufragou. O *Arquivo da Assembléia Legislativa da Paraíba* fechou as portas em meados de 2009 para reforma, sem previsão de reorganização dos documentos. A notícia soou em meus ouvidos como uma bomba que explode bem próximo. Era preciso fazer como São Tomé: “ver para crer”. Rumei até o arquivo onde me deparei com a triste realidade: parte dos documentos lacrados em grandes caixas de isopor e presos no subsolo do prédio, outra parte amontoadas em pequenas caixas de papelão nos corredores que davam acesso ao subsolo.

Minha luta agora não era mais vencer as letras quase apagadas dos documentos do século XIX, mas sim: o que fazer diante da situação? Após um longo fim de semana, me

encontrei com a professora/orientadora Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, que afirmou aquilo que em meu interior já era fato, porém, não queria acreditar: “o projeto está inviabilizado pela falta de acesso aos documentos”. De forma muito profissional e amiga, a professora me orientou a buscar outro tema que tivesse um bom *corpus* documental e que fosse de meu agrado.

Iniciava agora uma corrida contra o tempo, pois o prazo de entrega dos artigos das disciplinas se aproximava. Era preciso renascer das cinzas. Era preciso definir um novo objeto, encontrar as fontes, delimitar espaço e recorte cronológico. Começar do zero. Lancei-me então aos arquivos. Não era o fim, pelo contrário, era momento de superação, devia existir uma luz no fim do túnel. Precisava apenas encontrá-la. O leitor pode não acreditar, mas foi através de uma ação cotidiana que achei a luz em meio à escuridão.

No domingo à noite, embaixo do chuveiro quente, eu fazia diversas reflexões. Ao observar a água que escorria pelo corpo e rumava pelo ralo, me veio à inquietação: Onde essa água vai parar? Por que higienizar o corpo, além de combater os males da imundície, causava bem-estar? Desde quando o nosso olfato passou a exigir os bons odores e a expurgar tudo que exala mau cheiro? A guerra entre o limpo e o sujo estava declarada. O objeto de análise também.

O corpo, meu outro objeto de interesse enquanto historiador, ganhava espaço na pesquisa. Na Graduação, já havia trabalhado com essa temática na monografia de conclusão de curso, intitulada “*Espelho, espelho meu existe alguém mais bela que eu?*”: *Beleza feminina estampada nas páginas de O Cruzeiro nos anos rebeldes (1960-1969)*. A partir do tema “beleza do corpo” pesquisado na monografia, busquei problematizar para a dissertação de Mestrado a higiene do corpo, que também está relacionada à beleza. As superfícies corporais são tratadas como belas em sua relação com a beleza, com a estética, com a água que protege, que limpa e purifica.

Ao determinar como objetivo analisar o processo de higienização do corpo na Paraíba entre os anos de 1912 e 1924, passei a buscar documentos e referências. De forma muito solícita, a professora Rosa Maria Godoy Silveira cedeu o trabalho de Lenilde Duarte Sá, intitulado “*Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. O serviço de higiene pública*” (1999), fruto de sua tese de doutoramento. Ainda através de seu pedido, Lenilde Duarte Sá abriu seu acervo pessoal, disponibilizando documentos que ajudaram a embasar a proposta de trabalho.

A escolha inicial de 1912 deu-se devido ao fato de ser um momento de forte atuação do *Serviço de Higiene Pública* no combate à peste bubônica que assolou a Paraíba, portanto,

inúmeras medidas foram tomadas para conter o avanço da doença, sendo necessária uma verdadeira higienização na cidade, nas ruas, nas casas, nos corpos. Para o ponto de chegada, escolhi 1924, ano em que os médicos higienistas paraibanos, liderados por Flávio Maroja, se reuniram na *Semana Médica* para discutir saúde, higiene e eugenia². Essa foi a trajetória que percorri para chegar até o objeto de pesquisa, pelo qual cabe uma discussão dos aportes teóricos sobre corpo e higiene.

1.2 Marcas do corpo e higiene na historiografia

Ressuscitar o morto que estava legado ao desaparecimento e torná-lo um objeto de análise foi um fator de diferenciação na hora de escolher a temática pela qual tanto me apaixonei. Tive nesse trabalho a possibilidade – como historiador – de fazer reviver metaforicamente um passado, restaurar um esquecimento e encontrar os sujeitos históricos através de seus traços, atitudes, gestos deixados. Marcas, algumas vezes, visivelmente escancaradas, outras quase subliminares, foram observadas para compor essa literatura, que exigiu uma verdadeira operação historiográfica. O presente mostrava meu objeto, o passado eu encontrava nas práticas descritas pelos documentos. Foi quando senti a necessidade de

encarar a história como uma operação [...] entendê-la por meio da relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc), um procedimento de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). Admitindo que ela faz parte da realidade da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática” (CERTEAU, 2008, p. 66).

Narrar o que aconteceu, ou melhor, elaborar uma versão sobre a higiene corporal na Paraíba entre 1912 e 1924, só foi possível por meio de uma reflexão epistemológica que me fez perceber essa história num limite entre uma ficção e um critério, já que exigiu procedimentos e análise crítica. Essa história está entre as duas coisas, na linha tênue que separa os dois lados.

²A *Semana Médica* foi um encontro realizado entre os médicos higienistas da Paraíba, coordenados pelo Dr. Flávio Maroja, para discutir higiene e eugenia. Desse encontro resultou a elaboração de seus anais, que recebe o mesmo título do evento organizado em dois volumes: o primeiro publicado em 1927 e disponível para consulta no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba; o segundo, contendo os discursos proferidos na abertura da *Semana Médica*, só foi publicado em 1934, pelo médico Oscar Oliveira de Castro, numa coletânea de *Ensaaios*. A documentação apresenta as condições da higiene pública na cidade da Parahyba, bem como a situação de algumas repartições públicas, porém, são textos enfáticos na discussão sobre a eugenia na Parahyba.

Nesse procedimento, me aproximei do conceito de cultura histórica, como sendo todo aquele conhecimento produzido e acumulado pelo ser humano. Assim, consegui agrupar uma produção historiográfica, os jornais e outra série de documentos produzidos pelos não historiadores, mas que contribuíram para a veiculação de conhecimento. Obtive, nesse momento, “panos pras mangas” para lidar com a grande quantidade de documentos que tinha em minha frente.

Os documentos permitiram fazer escolhas: delimitei, para o estudo da higienização do corpo, o espaço de pesquisa que aos poucos foi focalizando o visível e às vezes o invisível. Ora, os documentos me mostravam, por exemplo, a cidade da Parahyba como sendo o espaço no qual o corpo ganhava vida, o palco do cotidiano, o lugar em que os gestos e as ações humanas ganhavam forma. O corpo enquanto sujeito histórico possui vida própria, assim, foi esse sujeito que passei a problematizar. Seus corpos são o território de análise. O corpo que trabalha, que exala odores, que sente desejos, que caminha pelas ruas da cidade, que se encanta com as lojas, que consome. O corpo e seus odores são espaços cartografados, pelo autor que vos escreve, na perspectiva de fazer com que nosso leitor sinta os cheiros que emergem dos corpos, das ruas, das casas.

Segundo Luce Giard (2008), o corpo possui, nos domínios público e privado, o espaço propício para sua encenação: os corpos se lavam, se embelezam, se perfumam, tem tempo para viver e sonhar, as pessoas se estreitam, se abraçam e depois se separam, o corpo doente ganha refúgio e cuidados, provisoriamente dispensados de suas obrigações de trabalho e de representações no cenário social. O corpo é, sem dúvida, uma região fértil, um espaço privado, onde as escolhas são opções individualizadas e sua modificação ocorre quase à vontade. O corpo tornou-se tema histórico por si só, e “isso ocorre porque a atenção ao corpo em nossas sociedades, a seus consumos e a seus cuidados, renovou a curiosidade” (VIGARELLO, 2009, p. 01).

Realizar uma história do corpo é tão amplo e arriscado quanto escrever uma história de vida. São centenas as possibilidades de caminhos e abordagem que se pode estudar, fazendo com que a cada dia apareçam novas possibilidades de problematizá-lo. No decorrer do tempo

mudam suas formas, seu peso, seu funcionamento e seus ritmos, talvez por isso mesmo não seja certo que todos os seres humanos estejam completamente habituados com os seus corpos e satisfeitos com o seu desenvolvimento. O corpo de cada um pode parecer extremamente familiar e concreto em certos momentos, mas em outros, bastante desconhecido e abstrato (SANT’ANNA, 2001, p. 04).

Dessa forma, possuir o corpo como objeto de estudo é trazer valiosas contribuições à história, às artes, às ciências. Quando se estuda o corpo, levanta-se uma questão fundamental: como uma determinada sociedade, ou cultura, criou maneiras de conhecê-lo e controlá-lo? O resultado é o mais diverso. Desde informações de como fortificar o organismo e melhorar a aparência física, até os descontroles da sociedade e de total surpresa diante dos corpos, que durante tanto tempo caiu no esquecimento.

Ao longo do texto, exponho situações de controle exercido sobre o corpo e instituída por diversas formas de poder. São os sofisticados saberes e técnicas do início do século XX e orientadas na “intenção de livrar os corpos das doenças, promover a disciplina alimentar, numa palavra, controlar os corpos não apenas para bem administrar uma cidade, mas, igualmente, para obter mais saúde e prazer” (SANT’ANNA, 2001, p. 04). Os corpos expostos nesse trabalho possuem nome e vida, são sujeitos históricos esquecidos, deixados de lado durante séculos. Busco entender os corpos como microcosmos que vivem no macrocosmo, mas que possuem consigo o direito e a possibilidade de modificar o macro.

Já é possível encontrar nas bibliotecas e livrarias uma grande quantidade de trabalhos direcionados ao corpo, ou melhor, aos corpos, em especial aos que historicizam os cuidados com a saúde, o trabalho, a sexualidade, a sensibilidade, o cotidiano, as práticas corporais, os gestos, a arte, a genética, entre outros³. Desse modo, é necessário afirmar uma história plural, pois evoca uma série de processos que cruzam os domínios da cultura que antes eram imaginados de forma individualizada.

O corpo como objeto de estudo se justifica a partir do momento em que se passa a confrontar “os paradoxos e contradições, na medida em que cada prática corporal exprime a persistência de valores e mitos antigos, assim como, novas maneiras de definir e tratar as aparências com a saúde” (SANT’ANNA, 1998, p. 172). Por outro lado, para o historiador, destaca-se a necessidade de estudos direcionados à antropologia dos gestos, à história das sensibilidades, à história da medicina e do esporte, enfim, aos aspectos que envolvem o corpo. É um espaço essencialmente multidisciplinar, o mar para onde convergem todas as águas.

Em seu estudo sobre o corpo, Roy Porter (1992) demonstrou que o interesse do estudo sobre o corpo humano possui uma história secular, que se emaranhou com a história do

³ Sobre a temática, consultar Georges Vigarello (2009), Roy Porter (2008), Alain Corbin (1987, 2009), Carmem Soares (2001), Jean-Jacques Courtine (2009), Joana Maria Pedro (2008), Mary Del Priore (2001, 2007), Sandra Pesavento (2003).

homem. Uma história que agrupa a medicina, o corpo máquina, o duelo entre corpo e alma, até alcançar sua multiplicidade de temas na segunda metade do século XX⁴.

É nesse período que uma nova geração de pesquisadores como Norbert Elias, Michel Foucault e Georges Vigarello começa a colocar em xeque certos pressupostos muitas vezes atribuídos aos cuidados com o corpo em diferentes momentos históricos. Seus trabalhos versam sobre as temáticas da loucura, da sexualidade, da medicina, da disciplina, da moda e da higiene. Norbert Elias, em seu estudo sobre o processo civilizador, contribuiu para justificar o seu caráter social e histórico no campo dos gestos, do comportamento, das posturas. Michel Foucault propôs uma história do corpo no sentido de não existir um corpo já pronto, um corpo que esperava por sua liberação ou castigo. Expôs o corpo no centro das problemáticas históricas, analisando também as microfísicas do poder exercidas sobre o corpo e outros aspectos. Com Foucault, fica evidente que o

trabalho do historiador não seria aquele que busca as transformações que certo objeto sofreu ao longo dos anos em cada cultura [...] não persegue o objeto, mas sim, suas condições de possibilidade que em cada época fazem emergir divisões e formas de controle e resistência (SANT'ANNA, 1998, p. 176).

Por fim, a influência de Georges Vigarello, que problematizou historicamente a criação e a utilização de instrumentos e saberes destinados à pedagogia e à civilização de condutas. Apontou também para novas perspectivas do corpo no campo da história, ao discorrer sobre moda, beleza, higiene, *glamour*, dentre outros.

Essas pesquisas revelam diferentes corpos do passado, seus valores, normas de conduta, práticas corporais. Possibilita olhar para o passado e ver com espanto, nem que de forma breve, os gestos, as indumentárias, os padrões de beleza e odores, os hábitos que hoje nos são familiares, que são cotidianos. Permitem realizar conexões de semelhança e acentuar uma gigantesca distância. Possibilitam responder concepções e usos do corpo nas mais banais formas de comportamento do cotidiano.

⁴ A partir dos anos 1960, em particular, as contribuições para o estudo do corpo passaram a formar legiões, não apenas nos domínios da Medicina e da Filosofia, mas, em particular, naquele das Ciências Humanas, principalmente nos Estados Unidos, França e Inglaterra. Na França, os estudos históricos emergem nos anos de 1970, diretamente influenciados pela *École des Annales*, por exemplo; contribuíram, em grande medida, para tornar legítima a pesquisa com as práticas corporais nas Ciências Humanas. Desde então, vários estudos começaram a questionar a presença do corpo – seus gestos e os cuidados a ele destinados – nos espaços de trabalho e de lazer, no mundo familiar ou fora dele, o que contribuiu para a formação de uma “Sociologia do corpo”, de uma “Antropologia do corpo” e de uma história das práticas e das representações corporais. Para melhor entendimento, ver: *É possível realizar uma história do corpo?* (SANT'ANNA, 1998).

Discutir higiene do corpo é, sem duvida, mergulhar no mundo dos bons e maus odores. É perspectiva que está inserida nesse contexto plural do corpo. É perceber que os corpos são

educados por toda realidade que os circunda, por todas as coisas com as quais convivem, pelas relações que se estabelecem e espaços definidos e delimitados, por atos de conhecimento, uma educação que se mostra como face polissêmica e se processa de um modo singular: dar-se não só por palavras, mas por olhares, gestos, coisas, pelo lugar onde vivemos (SOARES, 2001, p. 110).

Em determinadas circunstancias, pode-se simplesmente fechar os olhos diante de situações que não queremos observar, ou ainda tapar os ouvidos diante da melodia ou de palavras sedutoras, mas não se pode escapar do aroma, que é irmão da respiração. Os odores invadem a respiração, penetram o interior das pessoas, fazendo-as sentirem emoções extremas, dicotômicas. Esses aromas vão tocar diretamente o coração das pessoas, fazendo-as distinguir categoricamente atração e menosprezo, nojo e prazer, amor e ódio. Assim, a percepção do cheiro consiste não só na sensação gerada pelos próprios odores, mas também nas experiências e emoções que lhes estão associadas (CLASSEN, 1996, p. 12).

O corpo, assim como os odores, são práticas educativas, percepções sociais e históricas. Estão impregnados de valores culturais e são empregados pelas sociedades como um meio adequado e um modelo para definir e interatuar com o mundo. Em alguns momentos, os códigos olfativos servem mais para dividir e oprimir os seres humanos do que para uni-los. Ousaria aqui uma pergunta: qual a sensação de estar ao lado de alguém malcheiroso? Como veremos mais adiante, os corpos amontoados e misturados à imundície da cidade geravam sensações desagradáveis aos nossos narizes hoje.

Conseguir escrever a história dos odores do corpo na cidade da Parahyba com a documentação que dispomos não foi tarefa fácil, em especial com a documentação que dispunha, aquela dita pelos historiadores como “oficial” – jornais, relatórios, decretos, discursos médicos. Qual a intenção dos homens que produziram esses documentos: mostrar os sinais de uma pretensa modernidade ou realizar uma guerra contra a falta de higiene? Foi o que busquei responder ao longo dessa dissertação.

As inquietações em relacionar a tríade corpo, odores e higiene, me levaram a mergulhar nos escritos de Michel Foucault, em especial acerca do nascimento da medicina social. O autor afirma que “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo [...] foi no biológico, no

somático, no corporal que investiu a sociedade capitalista” (FOUCAULT, 2008, p. 80). Foi por meio dos discursos médicos na cidade da Parahyba que consegui localizar as primeiras preocupações que recaíam sobre o corpo, afinal, “o corpo é uma realidade bio-política e a medicina é uma estratégia bio-política” (FOUCAULT, 2008, p. 80). Foi observando o corpo adoecido, infectados pelas epidemias e sujos pela imundície da cidade, que os médicos passaram a utilizar suas estratégias bio-políticas sobre o corpo: leis contra a falta de higiene, propagandas, atuação médica e, claro, os relatórios dos governantes que “afirmavam tudo estar na santa paz”.

Foucault afirmou existirem três etapas na formação da medicina social: a medicina de Estado, a medicina urbana e a medicina da força de trabalho. Para analisar a higiene do corpo na Paraíba, foi relevante a apropriação desses conceitos, tomando as devidas proporções de aplicabilidade para a realidade da época e do lugar. O médico foi o primeiro indivíduo a ser normalizado, como um funcionário nomeado pelo governo com responsabilidades sobre uma localidade onde vai exercer o seu saber, assim, com a organização de um saber médico estatal

a normalização da profissão médica, a subordinação a uma administração central e finalmente, a integração de vários médicos em uma organização médico estatal, tem-se uma série de fenômenos inteiramente novos que caracterizam o que pode ser chamada medicina de Estado” (FOUCAULT, 2008, p. 84).

A medicina urbana aparece exatamente com a preocupação vivenciada nas cidades abaladas pelas invasões das epidemias às cidades, casas e corpos. Ela surge exatamente no momento em que se povoa no imaginário social o medo urbano,

medo da cidade, angústia diante da cidade que vai caracterizar por vários elementos: medo do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais, medo também das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade, medo dos esgotos, das caves sob as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar (FOUCAULT, 2008, p. 87).

A prática da exclusão é a mais utilizada nesses meios urbanos: excluem-se os leprosos, os coléricos, os febris, os loucos, os defuntos. Medicalizar alguém era mandar para fora do espaço urbano, a fim de purificar os outros corpos, os ditos saudáveis. Era mandar construir lazaretos e cemitérios, hospitais, manicômios e orfanatos distantes dos centros das cidades. Era misturar a doença à doença. Combater a falta de higiene tornou-se uma prática mais acentuada aos diversos grupos sociais da Paraíba com o advento da República, e com ela, a

medicina urbana e seus métodos de vigilância, assegurando uma boa circulação do ar e da água, ditar os primeiros princípios de higienização corporal⁵. Começa a se montar uma nova forma de propagar a higienização. Os limites entre o limpo e o sujo começam a se tornar mais aparente.

Começava a circular entre os médicos a discussão sobre salubridade, que

não é a mesma coisa que saúde, e sim, o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permite a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social, capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer, ou ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde, a higiene pública [...] é o controle político-científico desse meio (FOUCAULT, 2008, p. 93).

O sentido de higienizar ganhava novas formas. A insalubridade começava a ser combatida e com ela a sujeira que recaía sobre o corpo. A saúde era assegurada pela salubridade, conseqüentemente, mudanças eram necessárias nesse duelo travado, em especial, no que diz respeito às propriedades privadas, pois o Estado deveria agir não apenas nas vias públicas, mas também nas casas e nos corpos, primeiro através de uma legislação higiênica, logo em seguida pela propaganda higienista e eugênica. Por fim, a medicina da força de trabalho, que associava os problemas da falta de higiene aos pobres. A esses, eram associados os matadouros, os cemitérios, o lixo das ruas, os retirantes que circulam pelas ruas e se amontoam nas calçadas. O pobre representava um perigo grande para a sociedade, pois fedia. Assim, no início do século XX, “George Orwell chegou a sugerir que o verdadeiro segredo das distinções de classe no ocidente pode resumir-se em cinco revoltantes palavras... o cheiro das classes inferiores” (CLASSEN, 1996, p. 178). O mau cheiro do corpo dos pobres causava ojeriza à elite, que se achava num grau hígido superior e trazia repulsa aos odores dos pobres. A elite lançava às ruas seus lixos e águas sujas, que se misturavam com os retirantes que já ocupavam essas ruas. Sujeira e pobres se misturavam, os maus odores exalavam.

A medicina passou a direcionar os olhos e narizes para os pobres, pois dar-lhes um destino seria uma medida fundamental para realizar o processo de higienização na cidade da Paraíba. Não bastava legislar, mas colocar em prática as leis e enquadrar essa população em

⁵ Como afirmei acima, o processo de higienização na cidade da Paraíba é intensificado no início do século XX, porém, é bom deixar claro que, segundo José Gondra (2004), no Segundo Império, a prática de higienização já se fazia presente entre a elite. A República vai dar voz ao pobre através das políticas de vacinação, de educação sanitária. A teoria dos miasmas já amedrontava a população no século XIX, embora seja no início do século XX que dê mais visibilidade ao combate à sujeira.

um determinado local, que, por sinal, foram relegados às periferias, às zonas escuras e sujas, de preferência longe do centro da cidade. Os pobres causavam medos políticos e sanitários.

Foi seguindo os escritos de Michel Foucault que passei a perceber o corpo e suas dobras ao longo do tempo, sua ligação com higiene e aroma. Por meio do poder da medicina, das ações do governo, das propagandas higiênicas e da proliferação de uma educação hígida, passo a problematizar os corpos na capital paraibana. Observo que o corpo é inscrição que se move e cada gesto aprendido e internalizado, revela trechos da história da sociedade a que pertence. É sempre submetido “a normas que o transformam, assim, em texto a ser lido, em quadro vivo que revela regras e costumes engendrados por uma ordem social” (SOARES, 2001, p. 109).

Após o levantamento da historiografia paraibana sobre a temática, Corpo e Higiene, que discuto nessa dissertação, observam-se as lacunas existentes na produção. Contam-se nos dedos os trabalhos referentes à história da higiene, pois geralmente o tema é abordado a partir da perspectiva do saber médico. Oscar Oliveira de Castro, em *Medicina na Paraíba* (1945), José Américo de Almeida, em *A Paraíba e seus problemas* (1980), e Lenilde Duarte Sá, em *Parahyba: uma cidade entre micróbios e miasmas* (1999), são os que considero, dentro dessa historiografia, de maior relevância.

As duas primeiras obras, produzidas por membros vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, são frutos de um “saber” difundido pela instituição, que tinha por meta “a produção da história local, por conseguinte, de um saber que gradativamente adquiriria o poder de escrever a história paraibana como propósito de indicar os caminhos e os sentidos de sua identidade” (MARIANO, 2003, p. 88).

O médico Oscar Oliveira de Castro apresenta, em seus capítulos, os principais aspectos da saúde pública, em que, inicialmente, traça um perfil histórico dos médicos e os aspectos do comportamento moral e político desses profissionais da Paraíba; em seguida, descreve as epidemias, a higiene, as parteiras e curandeiros, as farmácias e os hospitais, as formas de morrer e os ritos fúnebres. *Medicina na Paraíba* (1945) é um livro de referência tendo em vista a diversidade de documentos que o autor nos apresenta, como, por exemplo, a descrição da atuação médica na Paraíba durante o século XIX e começo do século XX. É, sem dúvida, a primeira obra destinada à medicina. Já em *A Paraíba e seus problemas* (1980), José Américo de Almeida denuncia o problema da falta de saneamento como sendo responsável pela grande quantidade de epidemias que assolou a Paraíba no oitocentos. Para isso, o autor faz um breve relato sobre as principais epidemias e seus danos à sociedade. Reconhecendo a relevância dos trabalhos acima citados e o *lugar social* em que foram produzidos, percebemos

que em nenhuma das obras existe uma análise aprofundada acerca do tema da higiene, apresentando apenas descrições de documentos ou mostrando as epidemias como consequência de um problema político e social⁶.

Em *Parahyba: uma cidade entre micróbios e miasmas*, tese de doutoramento defendida na USP em 1999, Lenilde Duarte Sá contempla o *Serviço de Higiene Pública* na capital da Paraíba. A autora mostra como se deu a implementação, institucionalização e declínio de um serviço que buscava combater a falta de higiene e construir a conscientização de uma educação hígida. Faz-se um passeio pelos principais problemas referentes à cidade – através das secas, doenças, falta de higiene, retirantes – na perspectiva de mostrar um espaço governado pela imundície.

Esses trabalhos foram relevantes na composição dessa dissertação, pois além de revelarem aspectos políticos, físicos e sociais da capital, contribuíram para reforçar a necessidade de realizar uma pesquisa sobre a higienização do corpo na cidade da Parahyba, até então inexistente. E, claro, partimos do pressuposto de que “ao escrever um trabalho de história se faz necessário conhecer o que já foi escrito antes, lançar novos questionamentos e lançar um novo olhar sobre o assunto atribuindo outros sentidos ao passado resignificado” (MARIANO, 2003, p. 88).

Como diria Michel de Certeau (2008, p. 78) fazer história é uma prática. Fazer história do corpo e seus odores é também contribuir para uma história da sensibilidade, marcadas por metáforas, por histórias de vidas, por superações. Uma escrita que requer um intenso floreio⁷ de retórica para prender o leitor com o poder sedutor do pensamento metafórico. Foram os sonhos da infância e as literaturas da adolescência que me ensinaram a florear. A História me deu o suporte teórico e metodológico necessário para compor o meu ofício. Não há como escrever história sem soltar a imaginação, florear e deixar as metáforas da sensibilidade conduzirem à escrita. Foi no campo da sensibilidade que organizamos essa dissertação, a qual passamos a expor a partir de agora.

⁶ Outros trabalhos referentes à higiene também podem ser encontrados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, como *A Nossa Higiene*, do médico sanitarista Flávio Maroja e de *Algumas páginas: subsídio para história da higiene pública na Paraíba*, de Coriolando de Medeiros, ambos acentuando as narrativas e denúncias das péssimas condições de higiene do Estado.

⁷ O termo florear, no sentido de imaginação histórica, foi associado pela primeira vez quando minha orientadora Serioja Mariano disse “Você gosta de florear, de atinar para os detalhes”. Daí o termo ficou presente na minha memória e na forma de escrever. Tem o sentido de que pensar é sempre interpretar, é construir imagens, é dar minha opinião, levando em consideração a importância do aporte documental.

1.3 Disposição do texto

Após uma apresentação do objeto – higienização do corpo na Paraíba (1912-1924) – e uma breve discussão da literatura acerca da temática, passo a apresentar a estrutura da dissertação⁸ que ficou assim distribuída: o **capítulo dois** é dedicado ao entendimento da Higiene Pública na capital paraibana. Serviço que surge no século XIX, viu na cidade da Parahyba um espaço propício para a atuação dos órgãos sanitários, no combate a sujeira e à proliferação de doenças, pois a cidade, as ruas e as casas deveriam se revestir do discurso da educação hígida proposta pela legislação sanitária, em especial nos primeiros anos da república, que ganhavam novos ares com os sinais da modernização⁹.

Para isso, a partir da documentação pesquisada nos arquivos, busquei nas histórias individuais de *Alexandrina Maria da Conceição* e do *Almofadinha* mostrar corpos que circulavam pela cidade da Parahyba, sujeitos esquecidos, mas que revelam, por meio de seus desejos, marcas de historicidade. Sendo assim, apresento a cidade em dois momentos: no fim do oitocentos, com suas características quase coloniais; e nas primeiras décadas do vigésimo século, que, mesmo mantendo traços de outrora, já seduzia por seus novos espaços de consumo, hábitos e educação. Contextualizo como estava organizada a cidade da Parahyba naqueles momentos, suas mudanças e seus novos elementos que compreendem uma modernidade sinalizando a atuação dos governantes que promoviam alterações na estrutura física da cidade.

Logo em seguida, discorro sobre a trajetória das *Inspetorias de Higiene* e de uma, embora precária, polícia sanitária. Esse serviço fora criado em 1839, porém, devido à falta de apoio por parte do governo provincial, não possuía um funcionamento adequado. Nos subtópicos seguintes, apresento o surgimento, auge e declínio do frágil *Serviço de Higiene Pública*, criado em 1895 e institucionalizado em 1911, bem como sua atuação diante das epidemias de peste bubônica em 1912 e a gripe espanhola em 1918. A partir das notícias dos

⁸ A abertura de cada capítulo possui uma imagem feita pela ilustradora *Luyse Costa*. Foram passadas informações sobre os personagens problematizados nessa dissertação, na intenção de orientar o formato desses corpos que disciplinavam, causavam repugnância ou despertavam o desejo.

⁹ O termo *modernidade* é bem amplo. A cidade tornou-se ao longo do tempo lugar desse conceito por excelência. Um espaço de lutas, desejos, utopias. Uma disputa entre o antigo e o novo. Comungo com Serioja Mariano (2010, p. 26) ao afirmar ser *modernização* aquilo que causa polêmica e sedução, por exemplo, nas campanhas de habitação e higienização, provocando reações e descontentamento na população que tinha suas casas e seu cotidiano invadidos por pessoas estranhas ao seu meio: os modernizadores vinham para “limpar” e “embelezar” a cidade. São modificações físicas que conduzem ao novo como construção de edifícios, saneamento básico, praças, ruas, etc.

jornais *Gazeta da Parahyba*¹⁰, *A Imprensa*¹¹ e *A União*¹², problematizo fragmentos dos espaços hígidos, bem como os espaços marcados pela imundície.

Lugares que passam a exigir socorro às práticas sanitaristas, na perspectiva de melhorar os odores dos espaços considerados morada do “filho do carbono e do amoníaco” (ANJOS, 1990, p. 16). A cidade passava por modificações na perspectiva de afastar os maus odores, assim, viram-se os olhos, ou melhor, o nariz para todos os lugares sombrios. São reformas apresentadas como símbolo de *civilização* do lugar, entendida por determinados sujeitos da época como a adoção dos *bons costumes e da urbanidade* que julgavam caracterizar as cidades republicanas.

No **terceiro capítulo** apresento aspectos biográficos do médico sanitarista Flávio Maroja. Busquei entender, nos seus discursos, os cuidados com o corpo, com o beijo, com a higienização da boca. Nesta ocasião, faço um passeio por um ato tão frequente àqueles que se entregam às paixões: o beijo. “*Sob o ponto de vista higiênico*”, publicado no jornal *A União* pelo médico sanitarista Flávio Maroja, alertava a população para os riscos de uma ação tão desejada por homens e mulheres. O beijo conduziu a análise de uma higiene do corpo envolvendo a boca, o hálito, os dentes, assim como todo o corpo para chamar a atenção do outro. Nesse período, beijar tornou-se um sério problema: representava uma via, um agente de fácil contágio de doenças.

Num outro momento desse capítulo, discuto o tema da eugenia a partir dos anais da *Semana Médica*. A eugenia se fez presente muito fortemente nos discursos médicos no começo da década de 1920, revelando um conceito de eugenia que se confunde com higienismo. São propostas que relatam a eugenia a partir dos cuidados com a higiene do corpo.

¹⁰ Periódico que trazia notícias políticas, econômicas e literárias, não só do Brasil, mas do mundo; circulava diariamente, exceto nas segundas-feiras. Sua primeira edição foi lançada em 09 de maio de 1888. A História registra como um dos mais importantes periódicos surgidos no Estado. Para melhor entendimento sobre o jornal, ver: *A enunciação editorial* (GUEDES, 2005).

¹¹ O jornal católico *A Imprensa* foi fundado em 27 de maio de 1897 pelo primeiro arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques. O jornal tinha como finalidade a propagação da fé e dos princípios cristãos. Surgiu em um período de transformação na estrutura social brasileira com a implantação da República, a laicização e o início da romanização da Igreja Católica no Brasil e sua expansão com a criação de novas dioceses. Em 1903, fechou suas portas por falta de recursos para sua manutenção, reaparecendo apenas em 1912. Por questões políticas, o interventor Ruy Carneiro ordenou o fechamento do jornal e depois de dois dias mandou reabri-lo, porém sua reabertura só se deu em 1946, período em que passou a funcionar em pequenos intervalos até 1968. Seu acervo encontra-se disponível no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. Conferir em: *História de A Imprensa* (VELOSO, 2003).

¹² *A União*, o periódico mais antigo que ainda circula na Paraíba foi fundado a 02 de fevereiro de 1893, como órgão divulgador do Partido Republicano, apoiando a gestão do seu fundador, o então presidente Álvaro Lopes Machado, é o terceiro jornal mais antigo em circulação no Brasil. Ver: *Paraíba, imprensa e vida* (ARAÚJO, 1983).

Discutir eugenia entre 1912 e 1924, é refletir como foi possível pensar as questões relacionadas à ideia de saúde e bem-estar, aliadas aos preceitos estéticos e científicos, algumas vezes utilizada como meio de controle da vida social. Parte dos estudos sobre a eugenia buscou “construir o super-homem e perseguir a pureza da raça, para que sob os mais diversos argumentos segregar, mutilar e executar milhares de pessoas em todo o mundo” (DIWAN, 2007, p.13). Após apresentar essa perspectiva, observo outros pressupostos que fazem parte do conceito de eugenia: às transformações do corpo, a manutenção da saúde, a comercialização de medicamentos, as diferentes fórmulas de se viver, métodos de higiene pessoal, técnicas de bem-estar físico, dentre outros. Sentido explorado pelos médicos sanitaristas na cidade da Parahyba.

Discutir o corpo, enquanto objeto de desejo, foi perceber os cuidados especiais que ele ganhou no começo do século XX. Assim, o corpo e seus odores são problematizados no **capítulo quatro**. Numa cidade em que higiene parece ser coisa de outro mundo, as ruas fediam a podre, o lixo se espalhava pelas ruas e o banho parecia ser um limite repugnante, um mal desejado apenas aos piores inimigos. É sobre o corpo que lançamos um olhar cuidadoso, deixando o nariz bem atento para seus odores.

Apresento ao leitor, meu personagem principal: o corpo e os cuidados com a higiene. São corpos expostos nos jornais, ora exaltados, indolentes, malcheirosos, manipulados, e, vez em quando dóceis, bem vestidos, sedutores. Corpos que combatem a imundície por meio de uma educação hígida proposta pelas propagandas, pelo discurso médico, pelas novas formas de conduta. São corpos que busquei perceber como produto social, cultural e histórico. Nesse espaço, as receitas químicas e os segredos cochichados entre homens e mulheres também foram discutidos. Os jornais foram manuais de instrução para parte da população paraibana, que logo tratou de se vestir com as roupas da modernidade. Os jornais anunciavam, o comércio vendia e a população comprava.

Reservei ainda, para compor este capítulo, a análise das propagandas dos produtos de higiene vinculados nos jornais em circulação nas principais cidades da Parahyba durante o período abordado. São manifestações da cultura midiática que ressaltam a sua capacidade de disponibilizar um universo de mudanças de ares, de lazer, de esquecimento e de sonho. Tais propagandas são os principais recursos utilizados pelos jornais para atrair o olhar do leitor.

Para Peter Burke (2004), as imagens usadas em publicidades são fundamentais para reconstruir elementos perdidos de cultura material, principalmente no século XX. Se tomarmos a história da transformação do corpo, por exemplo, perceberemos que as imagens são de fundamental importância para evidenciar os discursos médicos e os padrões de beleza

que sofrem constante mutação. Evidenciei essa possibilidade analisando as propagandas de produtos cosméticos e de medicamentos veiculados nos jornais *A União*, *A Imprensa* e na *Revista Era Nova*.

É uma análise de um estudo cheio de signos, de fatos não antes vistos, de comportamentos, obtidos por recortes de reportagens e matérias dos jornais. Porém, o destaque deste capítulo dá-se por meio da publicidade que colocou os cosméticos – elixir, tônicos, medicamentos, sabonetes e perfumes – à disposição de uma parcela de homens e mulheres. Através desses veículos de massa, que “teve como função histórica reorientar as atitudes individuais e coletivas e difundir novos padrões de vida” (LIPOVETSKY, 1989, p. 183), é que se consolida a persuasão sobre os leitores.

O entendimento dessas representações é debatido nesse último tópico através da investigação do contexto histórico em que foram produzidas, negando as explicações simplistas e dicotômicas. Impedindo que as imagens sejam percebidas como discursos de alienação e de controle social. Embora as propagandas vinculadas em jornais e revistas tentem emplacar a *verdade* e estabelecer técnicas que afirmem a identidade social de determinados grupos, faz-se necessário levar em consideração o fato da história humana ser marcada pelo enredamento das “relações tecidas socialmente pelos homens não se reduzem ao mero jogo entre dominantes contra dominados ou entre produtores versus consumidores, equivocadamente entendidos como sujeitos passivos” (CERTEAU, 1994, p. 32).

As disciplinas de *Hygiene* e de *Educação Physica* entraram no debate para compor o **quinto capítulo** dessa dissertação. Com a mudança no sentido de educação higiênica, os médicos sanitaristas perceberam que seria difícil educar uma população já adulta, portanto, passou a investir na infância. A escola foi alvo da medicalização, daí a introdução das disciplinas de *Hygiene* e de *Educação Physica* no currículo escolar a partir de 1913. Tiveram a função de disciplinar, bem como lapidar corpos e mentes. Normas de higienização eram repassadas pelos professores na intenção de que as crianças se tornassem uma geração limpa, higiênica, dona do corpo perfeito, saudável, forte, rígido, vigoroso, sedutor. Os manuais pedagógicos dirigiram seus olhares para a escola e para as crianças. Dessa forma, tornou-se importante analisar essas disciplinas que extrapolavam os muros altos dos prédios escolares e chegavam às ruas e às casas por meio da prática de esportes e exercícios físicos.

O nascimento de uma história nunca é fácil. Primeiro o encantamento, as fontes, as dificuldades, a escrita. Fazer história, se me permitem a analogia, é como o caminho percorrido por Alice correndo atrás do coelho de colete e relógio: cai-se numa toca que se alonga como um túnel fundo e escuro até chegar num ambiente cheio de portas que dão para o

mundo das maravilhas. Alice tem o direito de escolher, abrir cada porta e vivenciar cada uma das histórias. O historiador vive algo parecido. Em vez de portas, caixas de documentos. Em vez de prateleiras, livros. Em vez de estórias, História. Assim, o historiador caminha por um caminho muito tênue entre o imaginário e o concreto, onde os desequilíbrios são quase inevitáveis. Escrever uma boa história alicerçada numa boa documentação, para muitos, é sorte, deixar a imaginação aflorar diante das histórias, é um dom. Corremos o risco de fazer como Alice, conectar o mundo “das maravilhas” ao mundo real.

Incumbi-me da missão de lançar-me no túnel escuro e sair tasteando em busca de portas concretas para dar lugar aos sonhos. Porém, aprendi que sonhar também faz parte da história, e é personagem importante. É o que permite soltar a imaginação e sentir os odores dos corpos na Paraíba. Os jornais velhos exalavam cheiro de mofo. O sonho me fez sentir os bons e maus aromas. Fez-me viajar a tempos passados, senti-los, sair do mundo das maravilhas e problematizar os documentos como se faz no ofício do historiador. Assim, saltitando entre histórias e estórias que muitas vezes se misturavam, busquei desenrolar a parte inicial do emaranhado, para começar a contar-lhes essa história.

Capítulo II

Os cheiros da cidade e a modelação dos sentidos

“... as pessoas não podiam escapar ao aroma, pois o aroma é irmão da respiração, penetra nas pessoas elas não podem escapar-lhe caso queiram viver. E bem para dentro delas é que vai o aroma, diretamente para o coração. Quem dominasse os odores dominaria o coração das pessoas”
(Patrick Süskind)



2.1 Cidade da Parahyba: espaços do limpo e do sujo

Era domingo. Dia de Nossa Senhora das Neves. No ano de 1889, as senhoras preparavam-se para a procissão da padroeira da cidade da Parahyba. O calor parecia quase insuportável naquela tarde. Localizada na parte alta da capital, a igreja Matriz já deveria estar toda ornamentada com flores do campo e velas acesas esperando a chegada da imagem. Na frente da capela, homens e mulheres já de idade se amontoavam na intenção de poder tocar no andor pedindo curas para suas mazelas, outros para lançar sobre o cortejo pétalas de rosas em forma de agradecimento pelas graças alcançadas.

As lágrimas rolavam nas maçãs rosadas das moças que faziam promessas para conseguir um bom casamento. O suor escorria na face dos rapazes fortes que acompanhavam toda a procissão. As beatas rezavam fervorosamente à padroeira, seguindo-se de fortes alaridos: “Viva Nossa Senhora!”. Os demais, com mesmo entusiasmo, respondiam: “Viva! Viva!”.

Enquanto o dia parecia ser de festa e devoção para alguns, outros, nas proximidades daquela igreja, sofriam em seu corpo a dor e o desespero de ver seus filhos esqueléticos de fome. Segundo o relato do jornal *Gazeta da Parahyba*, uma mulher de estatura mediana e corpo franzino sentiu um fio de saliva grossa se misturar às lágrimas, molhando sua roupa suja e acentuando um cheiro de azedo. Ela soluçava o rosto forte de mulher sofredora. Não havia cama, nem lençol para se encolher e chorar sozinha. De dia fazia calor, de noite, o frio. Assim começa a história de Alexandrina Maria da Conceição.

Nascida no vilarejo de Serra Redonda, chegou à cidade da Parahyba acompanhada de seu marido, Joaquim Barbosa da Silva, seus quatro filhos e sua sogra. Era mais uma família de retirantes que fugia do torrão da seca e vinha aventurar uma vida melhor na capital da Província. No ano de 1889, era comum chegarem diariamente famílias inteiras em busca de uma vida nova perto do mar e dos poderes públicos. O Sr. Gama Rosa, então presidente da Província, incumbido de acomodar esses homens e mulheres em algum lugar, encaminhou a família de Alexandrina Maria da Conceição para o sítio da Cruz do Peixe, local onde “bem ou mal, ahi iam passando, graças a generosidade das cozinheiras do hospital e ao serviço que ao mesmo prestava o seu marido”¹³.

Com a chegada dos dias chuvosos em meados de junho, Joaquim Barbosa da Silva partiu de volta a sua terra natal, na esperança de “ver se as chuvas permitiam-lhe fazer

¹³ *Gazeta da Parahyba*, 06 ago. 1889.

plantações e vir neste caso buscar sua família”¹⁴. Na capital, ficou sua mãe, esposa e seus quatro filhos. A primeira, já velha, estava impossibilitada de realizar qualquer tipo de trabalho, os filhos ainda eram pequenos, sendo o último ainda de peito. A responsabilidade recaía toda sobre a mulher.

Durante a ausência de seu marido, a família de Alexandrina Maria da Conceição passou a sofrer pelas torturas da fome e com os maus tratos do diretor do hospital, o Sr. major Francisco de Sá Pereira. O trabalho prestado por Joaquim Barbosa não mais acontecia pela sua distância, conseqüentemente, a ajuda em comida vinda da cozinha do hospital imediatamente cessou. Um dia antes da comemoração religiosa, Alexandrina havia “supplicado muitas vezes, de joelhos, uma esmola para seus pobres filhinhos e sua velha sogra que morriam a fome e tudo foi baldado”¹⁵. Decidida a mudar aquela situação, resolveu falar diretamente com o diretor do hospital. Nas primeiras tentativas, o major Francisco de Sá Pereira não a atendeu, fazendo com que a mulher continuasse insistindo. Após várias tentativas, o desespero levou-a de joelhos aos pés desse homem, que então “deu-lhe elle tão grande empurrão que ella rolou no chão, provocando isto de uma sua companheira nomes injuriosos ao Sr. director do hospital que respondeu-lhe nos mesmo termos”¹⁶.

O jornal *Gazeta da Parahyba* passou a fazer severas críticas à direção do hospital Cruz do Peixe, clamando a ação do presidente da Província para que medidas urgentes fossem ali tomadas:

Não admira-nos o que se passa do hospital da Cruz do Peixe, porquanto nós prevíamos estas e outras scenas desde que vimos a sua direção confiada ao major Sá Pereira, e, convém dizel-o, já não é a primeira vez que chegam ao nosso conhecimento queixas e reclamações contra aquele major, as quais temo-nos abtido de tornar públicas por falta de melhores e mais seguras provas. Entre os fatos que nos tem sido denunciados figura o de utilizar-se o Sr. director os serviços dos empregados do hospital e especialmente das cozinheiras e serventes para seu uso particular¹⁷.

Outras foram publicadas tocando sempre na ética moral do profissional, que havia sido jogado ralo abaixo por suas atitudes. Mesmo assim, a situação não havia sido resolvida. Como o marido de Alexandrina Maria da Conceição ainda não havia voltado de Serra Redonda, só restou-lhe uma alternativa: perambular pelas ruas da cidade pedindo esmolas. Foi

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ *Gazeta da Parahyba*, 07 ago. 1889.

para o Varadouro que Alexandrina Maria da Conceição rumou em busca de ajuda para alimentar seu corpo e de seus filhos. As ruas eram o território dessa personagem.

A cidade da Parahyba, nos últimos anos do século XIX, pouco havia sofrido mudanças em relação aos séculos anteriores. Uma cidade onde podíamos facilmente identificar as ruas, largos, praças, becos, prédios e ladeiras. Geograficamente, a cidade nascera às margens do rio Sanhauá e de lá ganhava vida para as outras extremidades. O cais do Varadouro era a porta de entrada: por ali entraram o colonizador europeu, as ordens religiosas, os engenheiros que edificaram os prédios e planejaram as ruas, as várias epidemias que assolaram a população, as principais notícias do poder central, os alimentos, medicamentos, vestimentas, cosméticos, os sinais da modernidade.

A Cidade Baixa parecia ser o território de consumo, local onde o setor econômico era apurado. Localizavam-se aí botecos, mercados, alfândegas, prostíbulos. Local de verdadeiro consumo de sedução que aflorava através de propagandas, imagens, barulhos, músicas, dentre outros, que são próprios do cotidiano das cidades em sua conjuntura. Dela e de tantos outros homens e mulheres que circulavam todos os dias. Ao falar sobre as ruas, Iranilson Buriti de Oliveira (2007, p. 59) nos diz ser o território desejado por homens, mulheres, ricos e pobres, trabalhadores e vagabundos, senhoras moralistas e meliantes, homens de negócios e pedintes, território nos quais circulam memórias e economias simbólicas.

Emoções, ansiedades, força de viver pareciam ser elementos vivos na personalidade de Alexandrina que, com seu filho agarrado aos peitos, era envolvida pela sedução das ruas da Cidade Baixa. Seu corpo ganhava espaço para gesticular, para deixar extravasar sua sensibilidade. As ruas eram cenário para os enamorados, procissões, folias, crimes, prostituição, sujeira, comércio, pobreza e também para ostentar a riqueza. Os ânimos naquelas ruas estavam sempre à flor da pele, afinal, nos primeiros dias do mês de agosto, um “bando de aproximadamente trinta mulheres famintas, haviam tentado saquear o Armazém da Diretoria Geral de Socorros Públicos” (SOARES JR, 2009, p. 20).

Do Varadouro toma-se destino para qualquer lugar da cidade. Seguindo o sentido da nascente do rio e passando pela estação ferroviária Conde D’Eu, chegava-se à ponte do rio Sanhauá, de lá subindo para a rua da Imperatriz e a rua das Trincheiras. Essa região era composta, em sua maioria, por casas e seus respectivos quintais, além de alguns prédios públicos, como o Cemitério Senhor da Boa Sentença¹⁸ que já recebia há algumas décadas os

¹⁸ Teve o início de sua construção em 1855, por autorização da lei provincial nº 7, de 23 de março de 1850, na administração do Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier Paes Barreto, e concluiu-se em 1856, na administração do Exmo. Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto e Silva. Tem a frente principal voltada para leste e está colocado no

corpos falecidos. Partindo por essas ruas pode-se adentrar outras como “Matinha, travessa da Matinha, Formosa e Cajueiro, passando também por Dois Caminhos, rua das Palmeiras, Alagôa de Frente e Detraz e rua da Tesoura, rua São José que acaba por desembocar nos caminhos que direcionam para Tambaú e Boi-Só” (RODRIGUEZ, 1994, p. 53).

A capital da Paraíba parecia ainda muito pequena em relação a outras capitais de províncias do país. Poder-se-ia dizer que era a mais atrasada, mas não seria totalmente verdade. A cidade começava a crescer. Na última década do oitocentos, como assegura Lenilde Duarte Sá, a cidade estava dividida entre o Varadouro ou Cidade Baixa e a Cidade Alta, pois,

em ambas distribuíam-se cinquenta e nove ruas, ou melhor, sessenta e duas, contando com as três, que sem denominação específica ocupavam um lugar conhecido na Cidade Baixa por Jardim. Eram trinta e quatro na parte baixa e vinte e oito na Cidade Alta. Entre todas, apenas em onze podia andar sobre calçamento. [...] Preenchendo essas ruas, de forma esparsa, encontravam-se dois mil e noventa e seis prédios. Desses noventa e quatro eram sobrados, o que indicava a presença de uma tímida elite urbana. Contavam-se ainda oitocentas e setenta e seis casas de palha distribuídas ao sabor das conveniências, pelas ladeiras e ruas (SÁ, 1999, p. 29).

Observar as representações da cidade da Parahyba, nesse momento, me faz perceber um conjunto de problemas acumulados ao longo de sua história, e que só se tornavam objeto de atenção dos poderes públicos em momentos de apuros. Foi assim nas epidemias de cólera em 1855 e de febre amarela em 1856. A mesma denúncia pode ser percebida na obra de Vicente Gomes Jardim, intitulada *Monografia da Cidade da Parahyba do Norte* (1911), que revela uma realidade urbana precária e que, até então, praticamente inexistiram esforços para promover o apagamento de rastros da cidade colonial em sua estrutura física e configuração e a não adoção de novos padrões estéticos, higiênicos. Percebo um desprezo pelas prescrições de higiene das ruas, dos prédios, dos largos e praças provocados não só pela falta de uma educação hígida, mas também pela construção de edificações tortuosas, como a proliferação de casas de palha no centro e nos arredores da cidade. Os novos padrões estéticos, higiênicos e de modernidade tiveram que aguardar as primeiras décadas do século seguinte.

Embora as ruas contassem com quase nenhuma infraestrutura, algumas delas se destacavam por serem aquelas que se envolveram com a indumentária da sedução, seja

extremo das ruas da Matinha e Cajueiro. Compõe-se de muro de alvenaria de tijolo contornando-o de duas casas de um e outro lado do portão, de uma capela e depósito de ossos ao fundo, de um túmulo à esquerda da entrada e de ruas de catacumbas patrimônios das seguintes irmandades: Santa Casa de Misericórdia, Ordem 3ª de São Francisco, Ordem Terceira do Carmo, Mercez, Mãe dos Homens, São José, Conceição, Bom Jesus dos Martyrios e Santo Sacramento, além de algumas pedras de epitáfio, em terreno onde se sepultam os antecatólicos. Conferir em *Monographia da Cidade da Parahyba do Norte* (JARDIM, 1911).

comercial, sentimental ou sexual. Elas eram: a rua Maciel Pinheiro, a rua da Areia, a rua Nova e a rua do Comércio, todas de caráter “eminentemente comercial e que atendiam a necessidade de habitar e trabalhar no mesmo local” (CARVALHO & TINEM, 2006, p. 56). Eram ruas que ligavam o Varadouro à Cidade Alta e concentravam o comércio grosso e a retalho da cidade. Homens e mulheres subiam e desciam, são marcas da historicidade do cotidiano.

O dia comercial agitado faz o homem adoentado ir até a botica em busca de um elixir para sarar sua dor. A moça saía com sua mãe de braços dados para comprar o novo modelo de roupa chegado da França na mesma semana. O padre, em seu traje longo e escuro, caminhava apressadamente pela rua, pois alguém em leito de morte espera pelo último sacramento. Os senhores conversavam sentados no banco em frente à igreja sobre a disputa entre conservadores e liberais nas eleições que se aproximavam. Os pássaros cantavam embalando as donas de casa que limpavam e cozinhavam em suas casas. O por do sol é seguido pela escuridão da noite. Nos palacetes e bangalôs, as famílias faziam a refeição noturna. As crianças seguiam para a cama. À noite os corpos eram despidos e envolvidos por roupas de dormir, ou por outros corpos, embebidos pelos prazeres da carne. As opções de lazer na noite pareciam acentuar apenas a libido dos homens. Os cabarés abriam suas portas.

Após um longo dia de peregrinação pelas ruas e ladeiras da cidade, Alexandrina voltava para perto de seus parentes quase de mãos vazias. O frio da noite arrepiava os corpos. O uivo dos ventos amedrontava as crianças. Com o raiar da manhã, Alexandrina Maria da Conceição, faminta, partiu em busca de ajuda passando pelas ladeiras íngremes e empoeiradas da Cidade Alta. Ali estavam localizados os edifícios públicos administrativos, onde foi diretamente queixar-se ao então Presidente da Província, o Sr. Gama Rosa, sobre os desmandos do diretor do hospital da Cruz do Peixe. Sem conseguir encontrá-lo no Palácio do Governo, partiu novamente para o centro comercial como pedinte, onde, mais uma vez, foi violentada. Ao bater à porta de um rico comerciante e pedir-lhe esmolas, “foi lançada a ponta pés e gritos pelo dono do estabelecimento”¹⁹. Provavelmente machucada, a mulher, mesmo enfraquecida pela fome, voltou para perto de seus filhos cambaleando de dor.

No dia 13 de agosto de 1889, as páginas da *Gazeta da Parahyba* estampavam na coluna intitulada “Diz que...” as últimas informações que tive sobre Alexandrina:

“...ontem voltou da Serra Redonda o marido de Alexandrina, extropiado e enanido; e ella, sem recurso algum já não sabe mais onde a levará o

¹⁹ *Gazeta da Parahyba*, 12 ago. 1889.

desespero da fome e da miséria. Pedimos ao Exmo. Sr. Gama Rosa providências para o problema da fome do elevado numero de retirantes que se amontoam pelas ruas dessa cidade”²⁰.

Com o passar do tempo, os dias tornavam-se mais agitados. A cidade ganhava novos ares, que embelezavam e seduziam a população local, enchiam de esperança a cada ano novo que se aproxima, despertavam sonhos naqueles que desejam mudança, dissipam vidas, findam trajetórias. O vigésimo século chega mantendo características do momento anterior, mas também rompe com outras formas de ver e conceber o cotidiano das pessoas, suas histórias pessoais, suas emoções. De acordo com as palavras de José Murilo de Carvalho (2006), o Império cedia lugar à República. As ruas de barro são encobertas pelo calçamento, as lojas ganham propagandas estampadas em suas fachadas, o jornaleiro grita o anúncio de mais uma edição diária. O poder político ficava restrito às mãos das oligarquias que comandam com mãos de ferro, vestidas com as roupas da modernização. O poder havia passado para as mãos dos governantes republicanos, que seguiam a lógica da ciranda oligárquica: Neiva-Machado-Pessoa.

Na rua Maciel Pinheiro, n. 176 e n. 180, “sob a direção de hábeis cortadores italianos”²¹ encontravam-se os mais notáveis modelos de ternos para homens que gostavam de se apresentar socialmente bem vestidos. Era a promessa da verdadeira “elegância e perfeição da ultima moda”. Assim anunciava seus predicados a *Alfaiataria Zaccara*. Disponha dos “melhores” tecidos importados e alfaiates profissionalizados e antenados com a moda mundial da época. Os alfaiates divulgavam a paixão das novas indumentárias e seus acessórios que serviam para embelezar e mantê-lo em dia com a moda. Chapéus, lenços, relógios, broches, dentre tantos outros utensílios, com a função de promover o consumo e atrair alguns homens que não resistiam às seduições do novo.

A *Alfaiataria Zaccara* ditava moda num momento em que os novos ares da modernidade ganhavam as ruas, as casas e os corpos da cidade da Parahyba. Lançar moda era mergulhar no mundo de propagação de fantasias que se personificavam no consumo do novo, do importado, do colorido, na multiplicidade de opções estéticas e nos mais variados gostos. Um pouco mais distante dali, na Praça Pedro Américo, em esquina com a rua Barão do Triunpho, estava instalada a *Alfaiataria 7 de Setembro*, sob a propriedade do Sr. Ezequiel de Souza: o “Estabelecimento modelo (o preferido dos elegantes)”²², dispondo sempre de “um variado sortimento de finas camisas, flanelas, brins brancos e de cores, cortes de phantazias

²⁰ *Gazeta da Parahyba*, 13 ago. 1889.

²¹ *Revista Era Nova*, 15 fev, 1922, p. 05.

²² *A Imprensa*, 26 fev. 1920.

para calças fustão, para coletes e etc”²³. Enquanto a *Alfaiataria Zaccara* oferecia apenas produtos, cortes e modelos italianos, a *Alfaiataria 7 de Setembro* “recebe de seus representantes mais afamados, figurinos de: PARIS, LONDRES, ITÁLIA E AMERICA DO NORTE”²⁴. Sua aceitação parecia ser tanta que a loja passou a oferecer serviço domiciliar, enviando seus alfaiates a casas, fazendas, engenhos, “não poupando esforços para atender a sua freguezia com profissionais de competência”²⁵.

Essas lojas atraíam compradores. Em especial, homens que, movidos pela liberdade de escolha e compra da sociedade capitalista, deixavam-se seduzir pelo estrangeiro que ditava moda. Se, para alguns, a moda possuía “um caráter fútil e supérfluo, evocava o desperdício e a opulência aristocrático” (RAINHO, 2002, p. 112), para outros era simplesmente o fato de “fazer dos nossos modos, costumes e vestimentas as mesmas mudanças que fazemos nas nossas leis” (RAINHO, 2002, p. 113). O discurso médico higienista do início do século XX afirmava ser fundamental em todas as classes sociais divulgar uma educação moralizadora da correção e da decência do vestuário, a exemplo da repulsa à sujeira e o respeito à higiene. Assim, os anúncios comerciais publicados nos jornais da época implantavam uma sutil educação higiênica, alegando que possuir roupas novas e limpas era indispensável à higiene corporal e à manutenção da boa saúde.

Vestir, ou melhor, comprar as roupas da sedução, da moda, do que está em voga, parecia ser comum a uma figura muito conhecida nas primeiras décadas do século XX. Dono de porte airoso, passo leve e firme, bastante inteligente, ânimo varonil, educado, gentil, galanteador, quase nunca se revolta, sabe se portar nos lugares, um verdadeiro cavalheiro. Usa

calças excessivamente estreitas e curtas, lábios nacarados, faces carminadas como rosas entreabertas que se mostram através da gaze branca de uma leve pincelagem de água de beleza, e enfim, olheiras profundas vêm completar o tipo desse personagem que figura nas páginas de moda ao lado das louras e fantásticas melindrosas²⁶.

Essa figura possui princípios vaporosos de luxo para encenar seu cotidiano, uma verdadeira teatralização com sua postura impecável e radiante. Geralmente agrupam-se à noite para galopar pela cidade, passear a passos leves pelas ruas, admirar as moças que surgem penteadas e ruborizadas nas janelas de suas casas, dar-lhes flores quando acometidos de desejo e encanto. Assim é a figura do *almofadinha* que esbanja vaidade.

²³ Idem.

²⁴ Idem.

²⁵ Idem.

²⁶ *Revista Era Nova*, 15 fev. 1922, p. 15.

Ao sair às ruas da cidade da Parahyba, o *almofadinha* dispõe de uma grande quantidade de lojas e produtos à disposição de sua ostentação. O comércio da capital acompanhava um conjunto de transformações que redefiniam o espaço urbano e estabeleceu novos espaços de consumo. Logo nas primeiras décadas do século XX, parte da cidade já possuía água encanada, esgoto e luz elétrica, além de uma transformação arquitetônica onde os

prédios públicos, casas, igrejas e sobrados foram demolidos e deram lugar a arrojadas construções; várias residências foram construídas, principalmente nos bairros do Tambiá e Trinceiras, fato que se deu em função da cidade estar saindo de uma ordem social religiosa para uma ordem laica, devido ao recém nascido Estado Republicano. (CHAGAS, 1996, p. 8-9).

Essas transformações urbanísticas não serviam apenas para embelezar as ruas e praças, mas também para beneficiar aos comerciantes e políticos que residiam no centro da cidade²⁷. Acabar com a imundície que povoava as ruas foi a grande preocupação higienista durante esse período, fazendo com que novos hábitos e costumes fossem divulgados nos jornais e revistas de época, sensibilizando determinados segmentos da sociedade, para os cuidados com a limpeza das ruas, casas e corpos. Muito mais do que disciplinar as ruas, era necessário disciplinar os corpos causadores do aroma fétido que invadiam as ruas²⁸.

Embora a capital passasse por um processo de modernização, ainda era muito pequena. Seus limites eram quase os mesmos: iam do cais do Varadouro à Lagoa. Dona de uma população de aproximadamente trinta mil pessoas que circulavam entre suas ruas, a cidade da Parahyba criava áreas próprias de diversão para a população urbana. Nesses espaços, as crianças jogavam futebol, os casais apaixonados namoravam, o *almofadinha* galanteava a moça que desfilava com seu vestido de flores, o casal de velhinhos sentados no

²⁷ Vale destacar que tais transformações foram executadas apenas no centro da cidade da Parahyba, os bairros mais afastados permaneceram com as mesmas características de antes, em especial sofrendo com problemas de abastecimento de água e de higiene. É o caso de bairros como Cruz das Armas. Para maiores esclarecimentos, ver: *Roteiro sentimental de uma cidade* (RODRIGUES, 1994).

²⁸ As ruas passaram a receber melhoramentos, aspectos próprios da modernização, como o calçamento das ruas e sua iluminação, a construção de praças, reformas de prédios, expansão do comércio e opções de lazer. Nesse sentido, a cidade ganhou novos espaços como a Praça Venâncio Neiva, Do Carmo, Aristides Lobo, Independência e Vidal de Negreiros. A construção de prédios, a exemplo do grupo escolar Tomás Mindêlo, Epitácio Pessoa, Escola Normal, Isabel Maria, Academia de Comércio Epitácio Pessoa, Escola de Aprendizes e Artífices, Loja Maçônica Branca Dias, Instituto de Proteção à Infância, o Pavilhão do Chá, o Cinema Rex, o Clube Astréa, a sede dos Correios e Telégrafos, o Paraíba Palace Hotel, o Ponto de Cem Réis, a reforma do Lyceu Paraibano e a construção do Parque Arruda Câmara. Soma-se, ainda, a abertura de novas avenidas: Coremas, Tabajaras, D. Pedro I, Maximiano Machado, Quintino Bocaiúva, Diogo Velho, Alberto de Brito, Montépío, Princesa Isabel e D. Pedro II.

banco da praça relembrava seus bons tempos passados e agradecia à vida todas as suas conquistas. Observava que o tempo passou, a cidade havia mudado e seus corpos também.

A cidade pequena, inclinada, insalubre, poluída por epidemias e maus odores do tempo de Alexandrina, cedeu lugar a uma cidade sedutora, que embora guardasse aspectos de tempos passados, traziam consigo novos padrões estéticos e higiênicos. A cidade pertencia aos modelos de *almofadinhas* que desfilavam com seu gingado leve pelas ruas, em busca dos enfeites que estavam em voga. Para isso, contavam com dezenas de alfaiatarias, lojas de calçados, perfumarias, boticas, consultórios médicos, lojas de produtos gerais e de decoração. Espaços que seduziam, que encantavam, que faziam meninas ficarem mais belas para a espera de seus amados. Derramavam sobre seu corpo perfumes que atraíam.

Ser hígido passou a ser sinônimo de saúde e também de beleza. Os chás e lambedores iam sendo deixados de lado, ganhando cada vez mais espaço as receitas médicas indicando os remédios de botica. Os farmacêuticos especializavam-se na química, produzindo novas efusões que melhoravam o funcionamento do corpo e sua higiene. “Ser chique” era o jargão mais utilizado na época. A moda era ser saudável, ser chique.

Atraídos pelos anúncios e propagandas das lojas, homens e mulheres se vestiam com a indumentária importada vendida na cidade da Parahyba na *Casa Francesa* com seu sortimento de sedas nas mais variadas cores e em dia com as tendências da moda e da Alta Costura²⁹. Limpavam seus corpos com os produtos da *Saboaria Parahybana*, que oferecia sabonetes medicinais e perfumados além de perfumes e objetos para presentes; ou mesmo a *Rainha da Moda*, fazendo tratamento de pele contra cravos e espinhas e banhos aromáticos para deixar a pele macia e suave e, por fim, comercializar o mágico pó de arroz para dar um ar de jovialidade à tez da pele. O *Armazém Geraes* ofertava vastas opções de objetos de decorações para as casas; a *Botina Forte* com os mais belos e resistentes calçados para homens e mulheres; e a *Pheno-Dinâmica* com os mais poderosos desinfetantes para as donas de casa combater a sujeira e os maus odores, assegurando assim, a limpeza de seus domicílios.

Esses novos comportamentos ganhavam visibilidade nas primeiras décadas do século XX, quando se declara guerra à insalubridade das cidades, aos aspectos fétidos e aos humores do corpo. Uma pedagogia higienista, organizada pelos poderes públicos na figura dos médicos, comerciantes, estilistas, arquitetos e professores começa a dar início a uma

²⁹ Para o sociólogo Gilles Lipovetsky, a Alta Costura nasceu em Paris na metade do século XIX, caracterizando-se por ser uma confecção original criada sob o signo do luxo eterno e sob medida, opondo-se à produção em série e barata, que imita de perto ou de longe, os modelos prestigiosos e griffés da Alta Costura. A Alta Costura é singularizada pelas técnicas empregadas em sua confecção, pelos preços, pelos renomes que lhes cercam. A partir de 1900, já haviam se consagrado algumas marcas como Worth, Rouff, Paquin, Callot Soeurs, Poiret, Lanvin, Patou e Chanel. Ver: *O império do efêmero* (LIPOVETSKY, 1989).

conscientização hígida, tendo como pressuposto a incorporação da limpeza às práticas do bom comportamento. Dessa forma, o

médico, assim como o estilista, renovava as formas e os conteúdos sociais, ditava os preceitos higienistas, levando homens e mulheres a se identificar com o corpo sadio e a absorver os conteúdos higiênicos de caráter social como a eugenia, mortalidade, saneamento, moléstias da coletividade e epidemias (BURITI, 2007, p. 64).

A chegada da modernidade à cidade da Parahyba trouxe consigo o direito de comprar a saúde ofertada nas escolas, nas farmácias, nas lojas, enfim, nos espaços modernos produzidos pelo homem, que, em suas múltiplas subjetividades, adotavam ou não o modelo sanitário de corpos sadios. Uma educação propagada pela saúde pública que caminhou na história da Paraíba a passos lentos. É exatamente essa trajetória que envolve a luta contra a imundície e a proliferação de doenças, por meio dos serviços de higiene pública que passo a problematizar.

2.2 As Inspetorias de Higiene e a atuação médico-sanitária

Chegava à noite do primeiro dia da semana. A angústia do tempo sufocava o Sr. Tomaz Cirne da Costa Camboia, que se remexia por todos os lados da cama, mas o sono não vinha. Na manhã seguinte seria realizada a mutilação de parte de seu corpo. Era uma segunda-feira nebulosa do mês de junho de 1872 quando, acompanhado de sua esposa Tomaz Cirne, partiu para o Hospital de Nossa Senhora das Neves, lá seria realizada sua cirurgia. O Dr. Cordeiro Senior já estava no local atendendo a uma grande quantidade de enfermos acomodados em suas camas³⁰.

Há um bom tempo Tomaz Cirne “sofria na parte superior da perna direita, de um lipoma, cujo desenvolvimento tornava-se de tão grandes proporções que lhe embaraçava a marcha, apresentando o volume de uma grande laranja” (CASTRO, 1945, p. 323). O lipoma cresceu, ganhou volume, inflamou-se e começava a ulcerar-se, quando o Dr. Cordeiro Senior deu seu diagnóstico: operação sem emprego de cloriformo. Só em ouvir as palavras do médico, Tomaz Cirne começou a sentir a dor.

Deitado na cama cirúrgica, recebia palavras de conforto do “vice-administrador, enfermeiros e pessoas da família do ilustre enfermo” (CASTRO, 1945, p. 232), que estavam

³⁰ O documento que conta a história de Tomaz Cirne da Costa Camboia foi publicado na íntegra por Oscar Oliveira de Castro. Cf: *Medicina na Paraíba* (CASTRO, 1945).

na sala para assistir à cirurgia. O Dr. Cordeiro Senior fez a assepsia do operatório, que consistia em lavar as mãos com uma solução fenicada ou de sublimado, e o instrumental – que ainda possuía cabos de madeira – era esterilizado em solução fenicada forte. Logo em seguida, vestido como estava, levantou apenas ligeiramente as mangas do paletó e da camisa, arregaçando os punhos, e deu início à operação. Ao fazer o primeiro corte, salpicou um pequeno jato de sangue, fazendo com que o cirurgião “vestisse em cima do paletó, outro mais largo e mais usado, uma espécie de sobrecasaca já imprestável” (CASTRO, 1945, p. 230). Após a incisão de forma elíptica em toda a circunferência do tumor, o Dr. Cordeiro Senior dissecou a pele de ambos os lados até a sua larga base que ocupava a região poplitéia e parte dos gêmeos. Separada a pele “e levantados os tegumentos, continuou a operação sobre as aderências mais íntimas e profundas, contornando o operador a base do tumor, ora com a parte cortante do bisturi, ora com o cabo do mesmo, a fim de não lesar os vasos e tendões” (CASTRO, 1945, p. 233).

Assim, de acordo com as palavras do médico-cirurgião, foi extirpado o tumor e o elemento célula-fibroso que o envolvia com toda habilidade, e sua estrutura se

revestia de forma que se atribui ao steatoma, de que fala Boyer, oferecendo relevos numerosos e vesículas celulares cheias de gordura e uma substância concreta de um branco mate, de consistência mole, elástica e pastosa (CASTRO, 1945, p. 233).

O Dr. Cordeiro Senior, para não deixar marcas de grande relevo no corpo do operado, fez a união da ferida pelas bordas para facilitar a rápida cicatrização. Apesar de uma imensa dor que o paciente sentiu ao ter seu corpo mutilado, teve grande êxito em sua cirurgia, sentindo, na noite que se seguiu, pequenas febres.

Como vemos, não existia nas cirurgias uma preocupação com o asseio de quem opera, muito menos do operado. A assepsia se restringia exclusivamente a simples lavagem das mãos e de instrumentos com soluções fenicadas. Não se dispunha de luvas, nem de nenhum outro instrumento usado para assegurar a higiene dos corpos envolvidos. O ofício de ser médico no século XIX envolvia dedicação, e, habilidade com os instrumentos necessários a medicalização. É nesse cenário que nascem as primeiras preocupações com a higiene pública na cidade da Parahyba.

Ser médico na Paraíba do século XIX era passear por todas as áreas da medicina. Esses profissionais não possuíam uma especialização, mas várias, chegando ao ponto de alguns sequer possuírem o diploma de médico. A partir da década de 1940, na cidade da Parahyba, já era possível ver esses homens circulando pelas ruas atendendo seus pacientes.

Minha primeira curiosidade ao deparar-me com os documentos acerca da higiene pública foi descobrir quem eram esses médicos e como eles se vestiam para atuar numa cidade que ainda guardava traços do atraso colonial.

Não foi difícil encontrar suas descrições, em especial porque eram tratados como “semideuses”, pois portavam o saber da ciência e representavam a cura. Esses médicos “primavam pela elegância, eram rigorosos e solenes, gostavam de se impor como apóstolos da ciência” (CASTRO, 1945, p. 203). Costumeiramente, traziam, em seu dedo indicador, anéis chuvaíros bordados com esmeraldas, charuto ou cigarro de palha ao canto da boca, na mão direita seguravam geralmente um guarda-chuva com cabo de prata, ou mesmo uma bengala de ricos castões dando-lhes imponência.

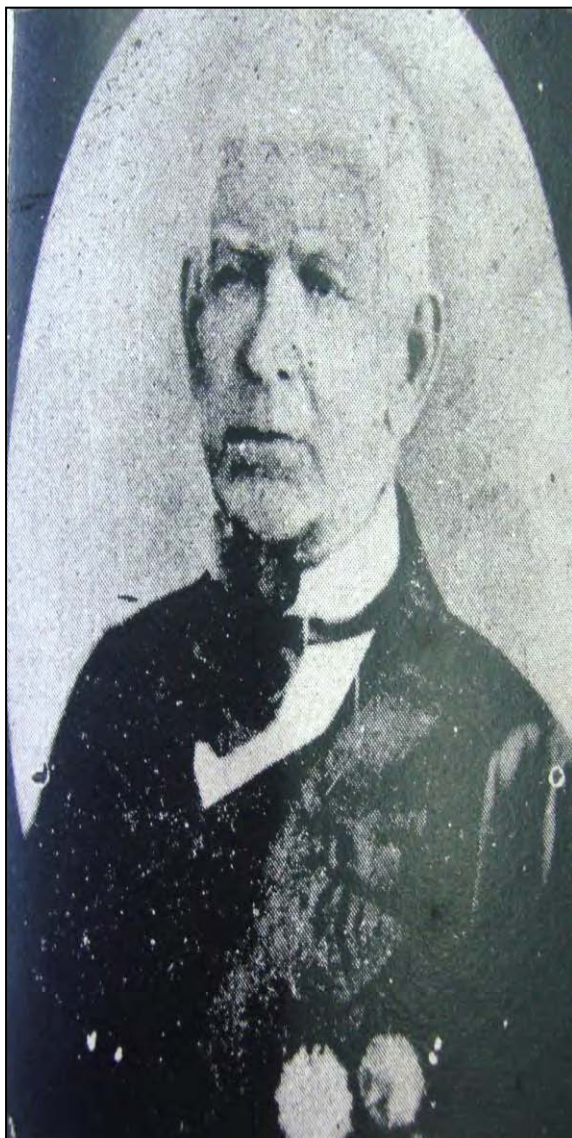


Figura 1 – Dr. João José Innocência Poggi



Figura 2: Dr. João José Innocência Poggi

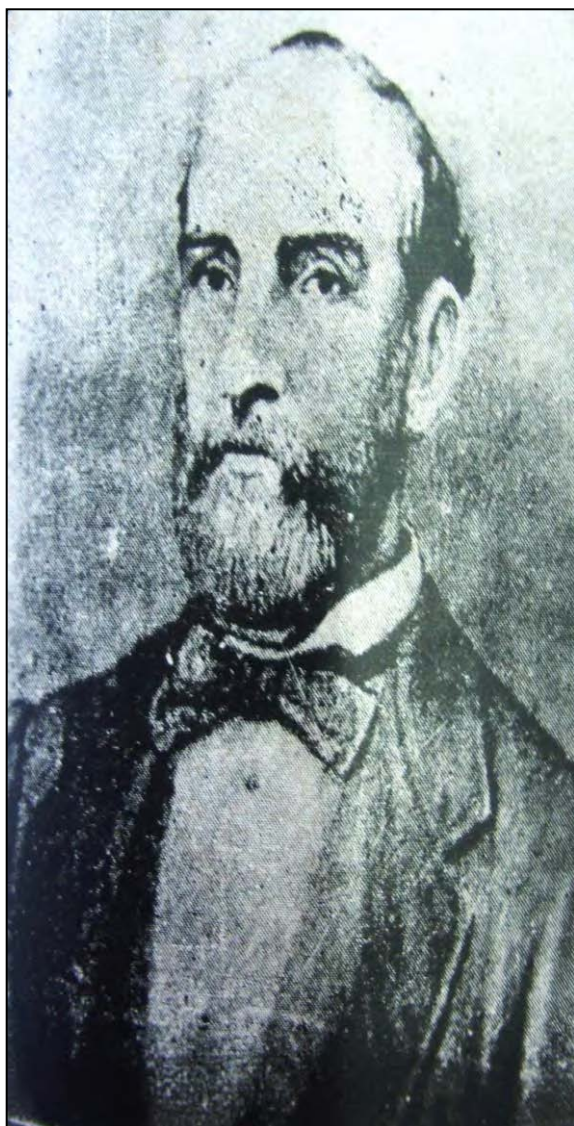


Figura 3: Dr. Antônio da Cruz Cordeiro



Figura 4: Dr. Henry Krause

Imagens reproduzidas por Oscar de Castro, sem indicação do autor (CASTRO, 1945, p. 32)

As fotografias desses médicos revelam corpos garbosos vestidos com sobrecasacas longas e escuras, colarinho de grande altura, e sobre o peito, as nobres insígnias de comendadores da Ordem de Cristo³¹ e da Rosa³². São trajes suntuosos que os diferenciavam de outros corpos, dando-lhes um aspecto respeitoso e sacerdotal. Vejamos a descrição do médico João José Innocêncio Poggi:

³¹ A Ordem de Cristo é uma ordem religiosa e militar, criada a 14 de março de 1319, pelo papa João XXII. Recebeu o nome de Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo e foi herdeira das propriedades e privilégios da Ordem do Templo. Esta ordem tem apenas cinco graus: cavaleiro ou dama, oficial, comendador, grande-oficial e grã-cruz. Ver: *Ordem de Cristo* (CALDEIRA, 1998).

³² A Imperial Ordem da Rosa é uma ordem honorífica brasileira. Foi criada em 27 de fevereiro de 1829 pelo imperador D. Pedro I (1822 — 1831) para perpetuar a memória de seu matrimônio, em segundas núpcias, com Dona Amélia de Leuchtenberg e Eischstädt. Ver: *Ordem de Cristo* (CALDEIRA, 1998).

Estatura mediana, por vezes, barba cheia e bem cuidada, usava cartola de canto negro e lúcido, casaca, calça listada, calçado ‘bostoque’, grosso correntão de ouro mássico, pendurado ao colete ou fraque, gravata de laço preto e não dispensava sapatos de verniz, de entrada baixa e as camisas francesas de peito engomado. Os punhos que também eram duros, quase sempre supostos, deixavam ver na margem da manga, belos botões de ouro trabalhado ou simples moedas também de ouro com figuras de relevo (CASTRO, 1945, p. 201-202).

Talvez tais características fossem comuns apenas aos considerados grandes médicos, pois, segundo o relatório de hygiene, durante a epidemia de febre amarela na década de 1860, a indumentária utilizada era mais simples, pois “êles usavam um paletó de alpaca amarelada ou preta e uns chapeuzinhos leves de ‘manilha’ ou de ‘castor’ e somente ao viajar a cavalo usavam um guarda-pó e formidáveis bolsas negras que vinham quase até os joelhos”³³. Descrição mais provável para os momentos de atuação desses médicos, em especial nos casos de epidemia, na realização de partos e cirurgias. Mesmo assim, observo uma forte preocupação com a aparência, conseqüentemente com uma sutil hygiene do corpo, em especial, num momento em que os miasmas e humores reinavam nas ruas da cidade da Parahyba.

Automóveis só em sonhos futuristas. Em todas as descrições dos médicos e higienistas na cidade da Parahyba, eles trafegam a pé ou montados em cavalos. Geralmente, quando as famílias necessitavam de um médico, “já traziam o cavalo arreado, às vezes para longas viagens” (CASTRO, 1945, p. 199). No perímetro da cidade, a partir de 1867, já podiam ser vistos alguns médicos utilizando como transporte as *aranhas*³⁴ ou a *cabriolé*³⁵, ambas puxadas a cavalo.

São os médicos, no século XIX, os responsáveis pelas questões de hygiene e saúde pública. São questões que estavam cada vez mais na ordem do dia dentre os médicos. Já entre políticos e governantes daquele período, eram mínimas as preocupações de conduzir a população e a cidade para o caminho da “civilização” e do “aperfeiçoamento moral” a ser buscado, o qual “só seria atingindo através da solução de problemas da hygiene pública” (SAMPAIO, 2001, p. 112). Eram os médicos que detinham o conhecimento científico e

³³ Relatório apresentado a Assembléia Provincial Legislativa da província da Parahyba do Norte no dia 1 de agosto de 1861 pelo presidente, Dr. Francisco d'Araujo Lima. Parahyba, Typ. José Rodrigues da Costa, 1861.

³⁴ Transporte de duas rodas puxado a boi ou a cavalo que possuía assento exclusivo para duas pessoas. Não possuía cobertura alguma para proteger do sol ou da chuva.

³⁵ *Cabriolet* (ou *Cabriolé*) é um termo utilizado para designar um tipo de carruagem, e, como é comum na indústria automobilística, um tipo de carroceria automotiva baseada no conceito da carruagem. A palavra deriva de um verbo francês para saltar (*cabriol*), inspirado provavelmente no fato da carruagem original não possuir portas. Ver: *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 2009).

técnico para indicar os caminhos a serem seguidos na administração da província. Porém, não há registro de nenhuma ação decisiva em meados do Oitocentos para conduzir a uma educação hígida na capital.

Esse tipo de ação médica fica evidenciado na fala do comendador João José Innocêncio Poggi:

Concluirei a presente informação instando pela adoção de algumas medidas tendentes ao melhoramento da salubridade publica, as quaes são principalmente, limpeza e aceio da cidade, açougues, e casas onde se vendem substancias, em que deve haver toda inspecção com maior cuidado, e em outras medidas de que fiz expressa menção no relatório que apresentei a 25 de janeiro, ultimo³⁶.

Os discursos médicos divulgam propostas que Sidney Chalhoub (1996, p. 35) postulou como sendo, em primeiro lugar, a existência de um caminho para a civilização, isto é, um modelo de aperfeiçoamento moral e material que teria validade para qualquer povo, sendo dever dos governantes zelarem para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio; e, em segundo lugar, a afirmação de que um dos requisitos para que uma nação atingisse a grandeza e a prosperidade dos países mais cultos seria a solução dos problemas de higiene pública.

Dessa forma, cuidar da higiene da cidade é dever do governo imperial no combate à proliferação de doenças que ordinariamente atacam a população como a febre amarela, o cólera, as bexigas, dentre outras moléstias que

igualmente aparecem na estação invernosa, bem como os ingurgitamentos de fígado, do baço, as hidropezias, as asthmas, as inflamações das vias aéreas, anemia, a thisica pulmonar, sem fallar das moléstias siphilicas, que formam o quadro das que afligem a população na mesma estação invernosa, e que se tem dado em maior escalla no corrente ano em razão da maior força do inverno³⁷.

Por todos os lados, liam-se as notícias desastrosas causadas pela insalubridade, e, consequentemente, pelas doenças, revelando um verdadeiro pavor de uma cidade que estava longe de alcançar a “civilização”, devido a sua degeneração, seu fedor e seus monumentos de lixo que se aglomerava. A situação era tão séria que, além da ameaça que vinha de fora e adentrava pelos portos, a

³⁶ Relatório sobre a salubridade pública enviada ao Dr. Francisco de Araújo Lima, então presidente da Província da Parahyba do Norte, 1861.

³⁷ Idem.

nossa cidade estava cercada de águas onde os miasmas ferviam em vida. Pelas calçadas, os retirantes amontoavam-se misturando as suas excrescências, fazendo com que os transeuntes tapassem o nariz. Assim a ebulição dos miasmas e o amontoado de corpos, de cujos odores putrefatos desprendiam, denunciavam o risco dos corpos ardentes desintegrarem-se e formarem um grande mefítico pântano. O amontoado, o calor das águas, a fervura dos corpos que corriam o risco de apodrecerem pelas febres (SÁ, 1999, p. 37).

O ar age diretamente sob o corpo vivo de diversas maneiras. Tal contato por ser feito

por simples contato com a pele ou com a membrana pulmonar, por substituições através dos poros, por ingestão direta ou indireta, uma vez que até os alimentos também contêm uma proporção de ar de que poderão se impregnar, de início, o quilo e, em seguida o sangue (CORBIN, 1987, p. 19).

Portanto, é pelo ar que se expandem os fluidos, os odores, os vírus, as bactérias. As secreções da miséria deveriam ser combatidas todos os dias, para abolir as exalações de todos os humores podres, e, só assim, liberar os odores individuais da respiração, reveladoras de identidade profunda do eu. Repugnar os fortes odores do povo, dos retirantes, dos mendigos, dos sujos é, sem dúvida, tornar-se cada vez mais sensível à respiração dessas perturbadoras mensagens da intimidade dos corpos.

A presença dos maus odores permite, muitas vezes, associar o povo pútrido, fedorento, com a morte, a degeneração, a carniça, o pecado, etc., como forma de justificar o tratamento que lhe é imposto pelo governo e pelos próprios habitantes da cidade da Parahyba. Ressaltar a fetidez desses moribundos é acentuar o risco de proliferação de infecções que sua presença nas ruas comporta, e, claro, enfatizar o terror a esses corpos “justificatório em que a burguesia se compraz e que canaliza a expressão de seus remorsos” (CORBIN, 1987, p. 185).

Já era notório para os médicos, para os governantes e para a população de forma geral que as doenças e maus odores eram fruto da grande quantidade de corpos vivos amontoados e pútridos e dos dejetos fecais misturados às lamas espalhadas pelas ruas. Se uns atribuíam a sujeira das ruas aos retirantes da seca, é porque esqueciam de observar o mau comportamento higiênico de homens e mulheres que lançavam a suas portas lixos, fezes e águas sujas, como relato de uma falta de educação hígida. Mas a função de associar a fetidez como causas de catástrofes sociais foi usada para julgar culpada a população pobre que habitava as ruas. Seria mesmo a “civilização” alcançada através da disciplina desses pobres homens? Provavelmente não só. A disciplinarização dos corpos não poderia ser proposta apenas aos considerados moribundos, mas também aos ditos cidadão que habitavam as respeitáveis casas da cidade.

Os relatórios dos médicos inspetores de higiene da cidade da Parahyba dão a entender que os indivíduos exalavam um fedor animal. Tudo cheirava mal. As ruas “fediam a lama, lixo e fezes; a lagoa parecia um pântano malcheiroso, nos abatedouros as moscas disputavam com os tapurus que se alimentavam dos restos de animais que em estado de putrefação fediam a carniça”³⁸. Os urubus também rasgavam o corpo de um animal morto deixado próximo de casas que eram invadidas pelas janelas do fedor quase insuportável. O fedor é característica constante dos relatórios da salubridade pública, rogando ao governo esforços para afastar da cidade os objetos malcheirosos que a população amontoa nas ruas, largos e praças.

É com a função de higienizar a cidade que uma série de leis vão ser criadas ao longo do século XIX. A legislação médica tratava de todos os setores com um único profissional: o médico. Esse desempenhava a função de sanitarista, parteiro, obstetra, cirurgião, dentre outros. Porém, só em 1849 é que a Assembléia Legislativa da Província da Parahyba “crea um médico na Província, e marca o ordenado e as obrigações inerentes a este lugar” (CASTRO, 1945, p. 425).

A lei é de 13 de agosto de 1849, mandando publicar:

Art. 1º - Haverá nesta província um Médico Público com o ordenado de um conto de rei anual, pago a custa dos cofres Provinciais: o nomeado para este lugar será escolhido dentre os médicos formados em quaisquer Academias, ou Brasileiras, ou Estrangeiras, e em igualdade do mérito será preferido o que for natural da Província³⁹.

Ora, dentre as suas obrigações, estariam as de receitar gratuitamente os doentes pobres da Província; dar audiências médicas na semana em sua casa em dias e horas determinadas; visitar e medicar os doentes recolhidos na Santa Casa de Misericórdia e nas prisões públicas; deslocar-se aos pontos em que seja declarado caso de epidemias e enfermidades; e cuidar dos assuntos de higiene. Nos casos de deslocamento, o governo “facilitará o transporte, medicamentos e uma gratificação, que será arbitrada pelo mesmo governo, segundo a longitude do lugar, em que se torne necessária a assistência do médico”⁴⁰. Mesmo havendo uma legislação que determinava, tais medidas, na prática, não eram executadas. Os médicos quase não contavam com instrumentos de trabalho e meios de locomoção para atenderem às necessidades da população; os que dispunham desses instrumentos conseguiram-no com recursos próprios. Vale ainda ressaltar que esse médico também poderia ser chamado de

³⁸ Relatório sobre a salubridade pública enviada ao Dr. Francisco de Araújo Lima, então presidente da Província da Parahyba do Norte, 1862.

³⁹ Ata da Assembléia Legislativa da Parahyba, aprovando a lei de 13 de agosto de 1849, p. 135.

⁴⁰ Idem.

Cirurgião-mor do governo provincial e teve, em 10 de junho de 1854, seu salário elevado para novecentos mil réis.

Além do atendimento à saúde pública nos hospitais e demais locais onde houvesse enfermos, o referido médico também era responsável pelo que chamarei de *Inspetoria de Higiene*⁴¹. Uma espécie de repartição sob a tutela da *Inspectoria de Saúde Pública*, que “ao tempo do império, não tinham sede própria, variando, de casa em casa, até os fins do século, conforme as residências dos respectivos inspetores que possuíam, apenas, um livro para anotações” (CASTRO, 1945, p. 242).

De acordo com as Leis Gerais do Império, as *Inspetorias de Higiene* nas províncias ficariam distribuídas da seguinte forma:

Nas Províncias do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, havia um inspetor de higiene, dois membros da Inspetoria e um secretário e tantos delegados de higiene quantas eram as cidade importantes. Nas Províncias da Paraíba, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás servia um inspetor de higiene e delegados nas suas principais cidades e vilas (CASTRO, 1945, p. 36-37).

Era quase impossível realizar algum tipo de trabalho referente à higienização da cidade. Faltava tudo, inclusive assistência do governo provincial. Mesmo assim, os inspetores permaneciam nos cargos durante longos períodos. Para melhor observar a ação dos inspetores de higiene na cidade da Parahyba, vejamos o quadro abaixo:

QUADRO I – Relação dos médicos Inspetores da Saúde Pública

MÉDICO	ATUAÇÃO	FORMAÇÃO
João José Innocêncio Poggi	1849 – 1870	Não era formado em medicina.
Abdon Felinto Milanez	1871 – 1884	Faculdade de Medicina da Bahia
José Evaristo da Cruz Gouveia	1885 – 1891	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
Antonio Cruz Cordeiro Senior	1892 – 1893	Faculdade de Medicina da Bahia
José Elias de Ávila Lins	1893 – 1896	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir dos dados extraídos dos *Relatórios de Presidente de Província da Parahyba do Norte*, em alguns documentos avulsos a disposição no *Arquivo Público do Estado* e em alguns trabalhos específicos sobre o tema.

⁴¹ Na verdade, durante o século XIX na Província da Paraíba, não existia uma *Inspetoria de Higiene*, mas um órgão responsável por todos os aspectos da saúde chamada de *Inspectoria da Saúde Pública*. Porém, uma das atribuições do chefe desse órgão era a higienização da cidade e dos lugares insalubres como hospitais, prisões, igrejas, cemitérios, abatedouros, feiras, etc. Em alguns momentos específicos – em especial, em épocas de epidemia – montavam-se *Inspetorias de Higiene* para resolver especificamente os problemas da salubridade. Vale ressaltar que essa organização só atuava de forma temporária devido à falta de médicos na Província, assim como a falta de interesse dos governantes em solucionar o problema da insalubridade. Assim, nesse subtópico, quando nos referirmos à *Inspetoria de Higiene*, estaremos nos reportando a essa organização temporária.

Durante a segunda metade do século XIX, apenas cinco inspetores dedicaram-se ao trabalho de “assegurar” a higiene da cidade e o controle sobre as doenças. Assim, a partir da história individual desses homens, passo a problematizar algumas ações da *Inspeção de Higiene*, criada sob o governo do bacharel João Antonio de Vasconcelos (1848-1850).

Antes da década de 1840, são raros os médicos que na Paraíba vieram medicar. O primeiro documento que encontrei, narrando a necessidade de um profissional da saúde remonta ao final do século XVIII:

Sua Majestade he servida que V. Mcê. Informe por esta Secretaria de estado sobre a necessidade de Médico nessa Capitania, declarando o ordenado que deve vencer, e informando igualmente, que meios tem a mesma Capitania para estabelecer o referido ordenado, sem gravar a Fazenda Real.

Deus guarde V. S^a. Palácio de Queluz em 28 de maio de 1799.

Rodrigo de Sousa Coutinho⁴²

Trata-se de uma Carta Régia, dirigida ao Governador da Capitania Fernando Delgado Freire de Castilho, salientando sobre a necessidade de médicos na Capitania, visto que a falta de médicos foi uma recorrência na cidade da Parahyba em todo o período colonial e imperial. Nas entrelinhas, fica clara a necessidade de um médico formado, que passaria a prestar seus serviços recebendo um ordenado pago pela Capitania. Só em 1803 “José Pimenta de Lacerda ofereceu-se a El-rei para curar na Paraíba” (CASTRO, 1945, p. 241); o que não é certo é se realmente chegou à Paraíba. O escasso número de médicos nos faz perceber que o interesse pela higiene coletiva era precária, vindo a se tornar uma necessidade apenas em alguns momentos específicos, como foi em 1836 na capital paraibana, com a criação de uma lei que autorizava temporariamente a contratação de um médico, na obrigação legal de se constatar a sanidade de carne de gado abatida na vila de São João.

Todas as informações sobre esses médicos são muito esparsas, confusas e restritas. Só a partir de 1849 consegui observar uma atuação mais apurada nas trajetórias dos médicos inspetores por meio de seus relatórios. O mais atuante e controverso foi o primeiro inspetor: João José Innocência Poggi, ou simplesmente, Comendador Poggi.

Nascido em Pernambuco, Poggi “parece ter sido o primeiro médico de grande atuação na capital paraibana” (MENDONÇA, 2002, p. 50). Quando chegou à Paraíba, realizou seu préstimo como médico na provedoria da Santa Casa de Misericórdia, no triênio 1836-1838 e no quadriênio 1844-1847, fato que lhe valeu o título de Comendador da Ordem de Cristo e da

⁴² Rodrigo de Sousa Coutinho. Carta Régia enviada ao El-rei. 28 mai. 1799. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

Ordem da Rosa. Atuou, ainda, como primeiro Vice-Presidente da Província em 1866 e 1867, conciliando com a função de Inspetor de Higiene. No cargo de inspetor, implantou a regularidade de relatórios, que deveriam ser apresentados anualmente ao governo provincial relatando a salubridade pública, que continha “as mais variadas notícias sobre fatos médicos, dados sobre as condições nosológicas, sobre os surtos epidêmicos, sobre este ou aquele aspecto das atividades médicas” (CASTRO, 1945, p. 35).

Que o Comendador Poggi foi o primeiro médico assalariado pelo governo provincial, a partir da descrição dos documentos consultados, não resta dúvida. Quanto à sua atuação, foi

uma das mais acentuadas, no que diz respeito a higiene pública, tendo ocupado o cargo de Inspetor da Saúde durante alguns longos anos, e apesar de não ser formado, demonstra em seus relatórios conhecimentos para aquele tempo, que ultrapassam a capacidade de um simples prático da medicina [...] foi um médico que primeiro se acharam a cabeceira dos leitos e prestaram os socorros preconizados pela ciência de curar (CASTRO, 1945, p. 36-37).

Mesmo estimado pelos médicos amigos, o Dr. Poggi não possuía formação superior em medicina, fato que, pela legislação médica da Província, o impediria de exercer tal função. Vamos ouvir o que nos diz o documento:

Agostinho da Silva Neves, Presidente da Província da Parahyba do Norte: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa da Província, sob proposta, da Camara Municipal desta cidade, resolveu o seguinte:

Art. 1º - Toda aquela pessoa nacional ou estrangeira que quizer exercitar a profissão de médico, cirurgião, boticário, ou parteira, será, obrigada a apresentar a Camara Municipal seu diploma, de conformidade com a *Lei* de 3 de outubro de 1832, e a justificar a entidade de pessoas, sob pena de multa de 30\$000⁴³.

A mesma proibição já vigorava em outras províncias do país, sendo considerada a “prática ilegal da medicina, uma pedra no meio do caminho” (SAMPAIO, 2001, p. 112). A questão da existência de médicos não formados ameaçava a medicina científica, que, diante da quantidade de epidemias e mortes, já estava bastante desacreditada. No Rio de Janeiro, os higienistas passaram a fiscalizar cada vez mais os médicos formados nas escolas de medicina nacional e estrangeiras a fim de evitar a atuação de charlatões e falsos médicos. Dessa forma, as “várias outras atividades, igualmente classificadas como prática ilegal da medicina, também eram alvos da suspeição e rigor da higiene pública” (SAMPAIO, 2001, p. 114).

⁴³Relatório de Presidente de Província apresentado pelo Dr. Agostinho da Silva Neves, a Assembléia Legislativa da Parahyba do Norte, Typ. José Rodrigues da Costa, 1849.

No caso dos médicos estrangeiros, a *Inspetoria da Corte*, sediada na capital do Império, vigiava de perto os médicos vindos de fora, inclusive os que já estavam instalados há tempos no Brasil, pois deveriam “segundo o regulamento de 1851, passar por um exame de suficiência nas faculdades de medicina do Brasil, para que seus diplomas fossem legalizados e pudessem, assim, ser inscritos no livro de matrículas da Junta” (SAMPAIO, 2001, p. 115). Todos aqueles que fossem pegos em flagrante atuando como médico sem diploma, ou com diploma estrangeiro sem validação, deveriam ser multados, e dependendo da gravidade, presos.

Na Paraíba, a coisa funcionava de outra forma. Por que o Comendador Poggi passou tanto tempo à frente da *Inspetoria de Saúde Pública* se não possuía diploma? A resposta? Uma forte ligação política o mantinha no cargo⁴⁴. O mais curioso é que, na ciranda presidencial da Província, o “médico” permanece no poder. Sai Presidente de Província, entra Presidente de Província, e o Comendador Poggi permanece como *Inspetor da Saúde Pública*, em especial após a aprovação da Lei de 13 de agosto de 1860, que já exigia de forma intransigente, agora em nível provincial, o registro de títulos. Foram vinte e um anos ocupando a função de Inspetor.

Ser médico é uma profissão com prestígio e poder espacial. Uma ocupação que exigia “o domínio de certo conhecimento [...] e o objetivo de regular e padronizar a conduta do profissional com seu par, com seu concorrente e com seu cliente” (PEREIRA NETO, 2001, p. 37-38). Um discurso que coloca o profissional médico num lugar de destaque perante outros profissionais da saúde, por exemplo. Controlar, fiscalizar, prender, expulsar os falsos médicos era “prezar” pelo profissional qualificado e portador de diploma emitido pelas faculdades de medicina. A prática de perseguição aos charlatões já era evidente no século XIX, bem como, aos profissionais indesejáveis – curandeiros, parteiras, farmacêuticos, espíritas, homeopatas, etc. O debate adentrou o século XX, principalmente nas Sociedades de Medicina⁴⁵.

Na fala de outros médicos, Innocêncio Poggi era o médico mais “relevante”, “notável” dentre os médicos, prestando “inspeção rigorosa” nos lugares insalubres e controle das “obrigações” médicas e da vacinação. Era “clínico de renome” nas palavras do Dr. Cordeiro Senior. Vale lembrar que, devido ao cargo que Poggi ocupava, os outros médicos quando

⁴⁴ Nenhum documento encontrado faz referência de vínculo familiar do Comendador Poggi a uma das “nobres famílias” que estavam à frente do governo imperial na Paraíba. Talvez seu prestígio político seja atribuído à sua atuação enquanto médico, fato que lhe deu posição de destaque junto à política local e aproximação com partidos políticos (Liberal e Conservador).

⁴⁵ O Congresso Nacional dos Práticos trouxe o tema do “profissional médico” para o debate. Realizado na cidade do Rio de Janeiro em 1922, contou com os grandes nomes da medicina da época, além de representantes de quase todos os estados do Brasil. O Deputado Federal e médico Octacílio de Albuquerque representou a Paraíba nesse evento. Ver: *Ser médico no Brasil* (PEREIRA NETO, 2001).

falavam sobre ele, exaltavam a figura do notável, inspetor rigoroso, entre outras boas informações, pois acreditavam que os seus empregos podiam ficar seriamente comprometidos caso falassem mal do Dr. Poggi. Da mesma forma, afirmava o Dr. Henri Krause: “o Comendador Poggi, homem do povo, atende os acometidos diversos com muito rigor e benevolência” (CASTRO, 1945, p. 37).

Sabe-se que o Dr. Poggi tinha prestígio dentre os políticos locais. Após a apresentação de seus relatórios de 1861 e 1862, denunciando a situação de insalubridade pública, a Assembléia Legislativa da Parahyba criou, no ano seguinte, uma série de leis referentes à salubridade das cidades e vilas por toda a província. Dentre as principais medidas aprovadas pelo Presidente da Província, Francisco de Araújo Lima, estava a de que:

O animal que se achar morto nas ruas desta Vila, povoações do município e estradas públicas, será removido com urgência por seus donos, para onde o mau hálito não incomode aos moradores e viandantes, caso não haja lugar destinado para tais despejos; não podendo sê-lo o rio Paraíba e suas margens, donde igualmente serão retirados os que ali se acharem. Ao contraventor será imposta a multa de 2\$000⁴⁶.

Além dessas, outras medidas como multas para aqueles que “deitarem em suas habitações e proximidades lixos, imundícies e quaisquer outras infecções, que incomodem ou venham a incomodar o publico⁴⁷”, assim como a proibição de “inhumações nas igrejas da Vila e povoações em que houver cemitério publico⁴⁸”, e de “curtumes e salgadeiras de couro e exposição destes ao sol nas ruas⁴⁹”, sob a pena de multa de 10\$000, e a obrigatoriedade das máquinas, padarias ou oficinas da cidade de “expelir o fumo por canos ou boeiros elevados de maneira que não incomode ou prejudique a salubridade pública⁵⁰”. Qualquer brincadeira do entrudo com água, lama ou outro líquido que ofendesse ou pudesse danificar a saúde, ficava terminantemente proibida.

No que diz respeito às posturas de limpeza, despachamento das ruas e esgotos d’água empoçada, os moradores eram obrigados “a trazer limpas as testadas de suas habitações até o meio da rua, arrancando o mato e deixando a relva ou varrendo-a sempre que houver risco⁵¹”. Além disso, esses mesmos deverão “entupir os pequenos charcos e buracos, que houverem na

⁴⁶ Relatório apresentado ao Presidente da Província da Parahyba, Dr. Francisco de Araújo Lima, pela Assembléia Legislativa dessa província, 1863.

⁴⁷ Idem, 39.

⁴⁸ Idem, p. 44.

⁴⁹ Idem, p. 41.

⁵⁰ Idem, p. 44.

⁵¹ Código de Posturas apresentadas pela Camara Municipal ao Presidente da Província, Sr. Francisco de Araújo Lima, 1863.

frente de suas casas e darão esgotos as águas estaguinadas em seus quintaes e proximidades⁵²”, quanto às “poças d’água, que alaguem toda ou quasi toda a largura de uma vila ou povoações do município, serão esgotadas pelo procurador da Camara, auxiliado pelos moradores correspondentes⁵³”, além de dar passagem “às águas por onde formar natural e conveniente a direção de seu encanamento, decidindo a Camara no caso de aparecer oposição e dúvidas⁵⁴”. Por fim, ninguém poderá “sem licença do fiscal, a rua desta cidade e povoações do termo, conservar entulhos, madeira e materiais para edificação e quaisquer outros objetos que dificultarem o transito⁵⁵”. Todas essas medidas são passíveis de multa, em caso de desobediência. A pergunta é: qual fiscal fará essa vigilância? Não consta nos documentos da *Inspetoria de Higiene*, referentes ao período, a existência desse funcionário. Quando se aplicava multa, era diretamente pelo inspetor da saúde que, enquanto funcionário, não dispunha de auxiliares. Na prática, as medidas não se efetivavam. Pela descrição dos relatórios, chego a sentir os maus odores da cidade e dos corpos.

Quanto aos outros médicos que dedicaram seu tempo à *Inspetoria de Higiene*, todos seguiam a legislação médica, possuíam diplomas de medicina. O Dr. Abdon Felinto Milanez era “médico por excelência da pobreza, nunca indagava distâncias dos chamados e das condições dos clientes, atendendo a todos com a máxima presteza e acolhedora simpatia” (NOBREGA, 2002, p. 52). Em junho de 1884, ano em que se despede da *Inspetoria de Higiene*, o médico já reclamava às autoridades a criação de um serviço de higiene pública para toda a Província, alegando que

para obter tão útil resultado *seria indispensável a organização de um serviço médico que, encarregado de prestar socorros da medicina à população disseminada pela Província, procurasse também estudar e remover as diversas causas de insalubridade das localidades [...] deve collocar-se em cada uma daquelas circunscrições territoriaes um medico que compenetrado de sua nobre missão velasse sobre a saúde e a vida de seus habitantes e estudasse a constituição médica e as causas que pudessem concorrer para a sua alteração, e então, teríamos como resultado menor mortalidade, vidas mais longas, melhoramento das gerações e crescimento da população, necessidades indispensáveis para o engrandecimento e prosperidade do paiz*⁵⁶.

⁵² Idem, p. 12.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Código de Posturas apresentadas pela Camara Municipal ao Presidente da Província, Sr. Francisco de Araújo Lima, 1862.

⁵⁶ Relatório da Inspectoria de Saúde Pública apresentado ao Presidente da Província da Parahyba do Norte, o Sr. Antonio Sabino do Monte, 1884. Grifos meus.

O que se percebe na citação é uma preocupação em realizar a organização de um serviço médico com a função de atender à população da província solucionando problemas relacionados à insalubridade, às epidemias, à falta de higiene. Daí a necessidade constante de médicos capacitados para realizarem tal trabalho, e implementarem uma educação higienista na capital, orientando o bom funcionamento do corpo a partir da higienização. Os frutos desse processo que, durante o Império ficou no discurso, seriam a menor mortalidade, vidas longas, bem-estar físico e social, aumento da população, dentre outros.

O fim do Império já se aproximava e a situação de insalubridade parecia a mesma do começo do século. O *Serviço de Hygiene Pública* ainda iria esperar alguns anos para começar a ganhar corpo. Por enquanto, os médicos tratavam de denunciar a situação dos problemas de falta de higiene pelos quatro cantos da cidade da Parahyba, que, possuindo uma falha *Inspetoria de Higiene*, continuava insalubre, infecciosa, fedorenta e empestada de moléstias. Os demais inspetores pareceram ter sido omissos quanto a seu ofício de inspetores. Não escreveram relatórios. O Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia conciliava sua função de médico com inúmeras outras, Antonio Cruz Cordeiro Senior dividia seu tempo de médico com a literatura e José Elias de Ávila Lins teve a sua trajetória interrompida quando ocupava o cargo de inspetor de higiene devido à criação do *Serviço de Hygiene Pública*.

O historiador Roy Porter (1985, p. 182) diz que “só se pode saber sobre os doentes através dos médicos”. Na cidade da Parahyba, só se pode saber dos doentes por meio dos discursos dos médicos, em especial, dos relatórios apresentados pela Inspetoria de Saúde aos governantes da província, o que é sempre uma limitação ao acesso àqueles sujeitos. Ainda assim, nas entrelinhas dos discursos oficiais, pude encontrar alguns fascinantes elementos, que nos ajudam a entender como sujeitos comuns da cidade da Parahyba, durante o Império, enfrentavam a questão da higiene pública, de suas casas e de seus corpos, situações de extrema dificuldade e incerteza, apresentando as mais diversas maneiras de lidar com as questões que envolvem a higiene, a civilização, a doença e a cura. Médicos na Paraíba Imperial eram “produtos” raros e caros. Higienizar a cidade, disciplinar os corpos e implantar uma educação higienista na capital foi tarefa lançada aos médicos, que intensificaram essa tarefa no início do século XX.

2.3 “Serviço de Higiene Pública”: o modelo higiênico

“A hygiene de nossos dias não leva vantagem em relação a hygiene que nos legaram nossos antepassados!”. Com essa afirmativa, Flávio Maroja (1911, p.431) descreve a situação da higiene na cidade da Parahyba no começo do século XX. Diante do cenário que apresentamos anteriormente, parece-me que quase nada havia mudado. A sujeira espalhava-se por toda a cidade. Os maus odores ganhavam espaço no ar, adentravam as narinas, promovendo nos rostos caretas de desaprovação.

Em *O Perfume* (2006, p. 11), obra que conta a história do fugaz reino dos perfumes, as ruas de Paris no século XVIII fediam a merda, os pátios fediam a mijó, as escadarias fediam a madeira podre e bosta de rato, as cozinhas a couve estragada e gordura de ovelha; sem ventilação, as salas fediam a poeira, mofo; os quartos a lençóis sebosos, a úmidos colchões de pena impregnados do odor azedo dos penicos. Das chaminés, fedia o enxofre; dos curtumes, as lixívia corrosivas; dos matadouros fedia o sangue coagulado. Só de imaginar, esses maus odores causam-me um verdadeiro sentimento de náusea.

Na literatura contada por Patrick Süskind, as cidades exalavam um fedor dificilmente concebível por nós hoje. A imundície da cidade se misturava à imundície dos corpos. Um lugar descrito pelo caos, pela sujeira, pelos maus odores. Uma cidade onde a matéria orgânica, cedo ou tarde, produz efeitos de infecção de diversos tipos. Denúncia que também é revelada nas palavras de Alain Corbin, afirmando que

a lama de Paris forma uma mistura complexa de areia infiltrada entre as pedras do calçamento, de lixo nauseabundo, de água estagnada e de excrementos, onde, as rodas dos carros sovam essa massa, espalham-na, espirram os fedores na base das paredes e nos passantes (CORBIN, 1987, p. 38).

Vejamos agora um trecho do seguinte documento:

Quem conhece certas práticas usuas de grande parte da nossa população, inconsciente talvez dos perigos a que se expõe conservando por longas horas no interior das casas matérias fermentecíveis, como no lixo, e tendo no fundo dos quintaes uma cousa asquerosa e nauseabunda, - *contra as regras da mais rudimentar hygiene, a que dão o nome de latrina*; quem sabe que mesmo nas ruas principaes desta cidade hás casas, que nem essa cousa repugnante possuem, fazendo-se o despejo dessas matérias fecaes nos espessos matagaes que ainda embellezam os fundos, apesar de quase toda a extensão das ruas⁵⁷,

⁵⁷ A União, 03 set. 1911. Grifo meu.

Você pensou nas ruas de Paris, certo? Errado. O documento mostra a situação da higiene nas casas e ruas da cidade da Paraíba, em 1905⁵⁸. A imundície parecia ser geral. As águas sujas misturavam-se com resto de comida, fezes, lama, lixo formado um caldo pavoroso que exalava um fedor terrível. Toda essa sujeira é produzida pelos corpos, que voltam a fazer mal exclusivamente aos corpos, pois possuem substâncias reconhecidamente tóxicas e “mesmo que em estado fresco, essas matérias fecaes, são resultado dos alimentos que ingerimos, que podem conter elementos fermentados ou em começo de putrefação⁵⁹”.

Os problemas de saúde começavam a preocupar os médicos higienistas da capital, em especial porque sérias medidas de higiene deveriam ser postas em prática, assim como uma conscientização sobre os cuidados com o que o corpo expele, dando-lhe um destino que acreditavam ser correto. O alerta é publicado por Flávio Maroja, médico da higiene:

Reflita bem o nosso público sobre os perigos que offerecem esses focos perniciosos que muitas vezes demoram a poucos passos da sala de refeições de certos domicílios, e diga-nos si o saneamento da nossa capital pode soffrer mais adiamentos, já com uma população de 25.000 almas, segundo dados officiaes (MAROJA, 1911, p. 435).

A sujeira pavorosa não parava por aí. Ao lado das fezes, encontra-se o “lixo composto de toda sorte detritos orgânicos animaes e vegetaes em fermentação e armazenados em immundos caixões a um canto das casinhas” (MAROJA, 1911, p. 436), que contribuem decisivamente para a proliferação dos maus odores, corrompendo o ar puro e dando ao ambiente um sentimento doentio. Pobres criancinhas que brincam pelas calçadas! São obrigadas a respirar o ar fétido e “pelas condições de sua receptividade mórbida, vão muitas vezes se intoxicar, inconsciente da nocividade do elemento deletério que por longas horas ali permanece” (MAROJA, 1911, p. 336).

É nesse cenário de problemas no abastecimento de água, escoamento dos esgotos, remoção de lixo, insalubridade urbana e nenhuma educação higienista que começam a surgir às primeiras ações referentes à atuação do *Serviço de Hygiene Pública*. O primeiro formato de atuação pública em relação à higiene teve início no século XIX, como mostramos no subtópico anterior. O segundo momento, como mostra Lenilde Duarte Sá (1999), abrange a *Inspectoria de Hygiene* (1895 – 1911), que, em se tratando de hierarquia, comandava o primeiro formato do *Serviço de Hygiene Pública* e o *Serviço de Hygiene Pública do Estado*

⁵⁸ O texto é escrito em 1905 e publicado apenas em 1911, portanto, as informações referem-se aos primeiros anos do século XX.

⁵⁹ *A União*, 03 set. 1911.

da *Parahyba* (1911 – 1918), sendo criado logo em seguida o *Departamento de Profilaxia Rural*.

No final do século XIX, os problemas na cidade da Parahyba se agravavam. A seca fazia chegar os retirantes, o número de mendigos crescia devido à fome, a população já estava solapada pelas constantes epidemias que assolavam a cidade, a insalubridade se alastrava do corpo para casas, e destas, para as ruas. Pouco poderia ser feito, pois o único funcionário que a higiene possuía antes de sua regularização, era o próprio inspetor, fazendo com que ficasse impossibilitado de “agir como lhe compete no meio de qualquer emergência urgente, que por ventura venha embarçar marcha dos negócios a seu cargo⁶⁰”. Assim, medidas de higiene pública urgiam.

No fim do Oitocentos e início do vigésimo século, cresceu a preocupação dos administradores da Paraíba com questões de salubridade, na tentativa de combater as epidemias e embelezar a cidade, superando o atraso colonial. No ano de 1895, as coisas pareciam tomar novos rumos. Pelo menos os ventos sopravam para outros lados. No penúltimo dia do mês de março, ficava estabelecida a aprovação do *Decreto n. 53*, regularizando a primeira versão do *Serviço de Higiene Pública* subordinado ao *Conselho de Saúde Pública* e de uma *Inspetoria de Higiene*⁶¹.

A estrutura física dessa *Inspetoria* era muito precária, tanto em funcionários quanto em auxílio do governo, pois se regularizava um serviço, mas “em nenhum momento, se fazia referência a participação orçamentária do estado a disponibilidade de recursos para implementar as normas [...] todos os seus recursos, vinham de multas” (SÁ, 1999, p. 198). Todas as obrigações recaíam sobre a responsabilidade do inspetor de higiene, que do governo parecia receber apenas o salário.

Dentre as atribuições e serviços que deveriam ser prestados pela *Inspetoria de Higiene*, estava o estudo de questões de saúde pública, o saneamento das habitações, a adoção de medidas para combater as moléstias que assolavam homens e mulheres, a distribuição de socorros públicos à população local, a conscientização e aplicação da vacina contra a varíola, a realização de visitas de inspeção nas escolas, oficinas, fábricas, hospitais, manicômios, prisões, quartéis, asilos, estabelecimentos de caridade, lojas, farmácias, dentre outras. Ainda lhe competia a fiscalização dos alimentos e bebidas, desde sua fabricação até seu consumo,

⁶⁰ Relatório apresentado pelo Inspector de Higiene Dr. Antonio da Cruz Cordeiro ao presidente do Estado da Parahyba Dr. Álvaro Machado, 1893.

⁶¹ Para não confundir o leitor, reafirmamos a criação, em 1895, da *Inspetoria e Higiene* que tinha dentro de suas atribuições – uma espécie de repartição – chamada de *Serviço de Higiene Pública*. Porém, a institucionalização do *Serviço de Higiene Pública do Estado da Parahyba* dá-se apenas em 1911.

bem como influir diretamente na salubridade pública não apenas na capital, mas em todas as vilas do estado, fiscalizar os trabalhos de utilidade pública, como cemitérios, feiras e abatedouros, e, por fim, organizar a estatística demógrafo-sanitária⁶². Embora o serviço estivesse ao menos no documento dedicado ao atendimento de todo o estado, na prática era um tanto diferente, a começar pelo artigo oitavo do *Decreto n. 53*, que afirmava que a *Inspectoria de Hygiene* era composta de um inspetor de higiene na cidade da Paraíba e delegados de higiene nos municípios. Vale destacar que esses delegados eram enviados às cidades, quase que exclusivamente em momentos considerados de perigo. Como o exemplo que observei em 1912, com a epidemia de peste bubônica em Campina Grande, para onde foram enviados delegados extraordinários para combater a enfermidade que dizimava a população.

Nas palavras do médico higienista Flávio Maroja (1911, p. 434), “a hygiene pública da Parahyba, guardando sua simplicidade e modéstia de sua primitiva organização, revela apenas sua existência por ter provido o cargo de *inspector*, função que é presentemente exercida por um facultativo muito competente e trabalhador”. Faltava tudo. O trabalho era dificultado, pois não apenas “a exorbitância das atribuições corriam para pouca eficiência dos serviços a ser desempenhados, como também, encontrava-se a falta de estrutura material e de recursos tecnológicos que viabilizassem as atividades sanitárias” (SÁ, 1999, p. 199). Dessa forma, o inspetor de higiene tem sua atividade limitada, pois,

não tem um secretário, um auxiliar, porque não tem na repartição a seu cargo um laboratório para as analyses chimicas e pesquisas microscópicas, hoje tão necessárias deante das falsificações que empolgam quase tudo que ingerimos como alimento sadio e nutriente, porque não tem mesmo as suas atribuições claramente definidas, assim, desaparelhado de todos os elementos de ação, vê-se o Inspector de hygiene pública da Parahyba a triste contingência de cruzar os braços diante de qualquer calamidade pública, pranteado com toda nossa população indifferentismo e incuria dos governos passados (MAROJA, 1911, p. 434).

Além da precariedade com que a *Inspectoria e Hygiene* era tratada pelo governo do Estado, outros problemas tornavam-se visíveis. Vez em quando, o *Conselho de Saúde* acabava por tomar medidas que cabiam exclusivamente à *Inspectoria*, em especial nos casos de concessão de licenças para abertura ou fechamento de farmácias. Ora, o *Decreto n. 53* era claro: “é atribuição da *Inspectoria de Hygiene* o exercício da medicina, farmácia, obstetrícia e da arte dentária, concedendo alvará de licença e fiscalização das drogarias e lojas de

⁶² Relatório apresentado pelo Inspector de Hygiene Dr. Antonio da Cruz Cordeiro ao presidente do Estado da Parahyba Dr. Álvaro Machado, 1893.

instrumentos cirúrgicos⁶³”. No papel, a tarefa era direito da Inspectoria, na prática, outras repartições achavam-se no mesmo direito. Foi o que aconteceu na cidade de Areia, quando o “Conselho Municipal de Saúde mandou fechar a pharmacia do Sr. Simão Patrício da Costa⁶⁴”, causando indignação do Inspetor de Higiene.

O primeiro regulamento sanitário vigorou até 1911. Na atuação dos médicos sanitaristas desse momento, dispunham esses, a mesma performance: “vacinação anti-variólica, desinfecções, limpezas domiciliares e inspeções alimentares” (CASTRO, 1945, p. 244). Com o acúmulo de problemas relacionados à insalubridade da cidade, novos ataques epidêmicos e a ineficiência da *Inspectoria de Hygiene*, o governo estadual autorizou a organização do *Serviço de Hygiene Pública do Estado da Parahyba do Norte*, que tinha como proposta dividir “o serviço sanitário em estadual e municipal, repartindo todo o Estado em cinco districtos sanitários, para o qual, o governo já adquiriu algum machinismo para desinfecções” (MEDEIROS, 1911, p. 123).

De acordo com Oscar Oliveira de Castro (1945, p. 244), coube a um médico a tarefa de criar a primeira *Repartição de Higiene do Estado*. Ela havia sido pensada e criada pelo Dr. João Lopes Machado. Sua institucionalização deu-se em 08 de junho de 1911 via *Decreto n. 494*, que “instituiu o serviço estadual e municipal, estabelecendo cinco distritos sanitários” (CASTRO, 1945, p. 244). Em sua estrutura física, contava-se com uma repartição central, subordinada ao poder executivo estadual, compreendendo a Diretoria Geral e as seções anexas sob sua dependência. Elas eram a seção de desinfecção, os hospitais de isolamento e a estatística demográfica sanitária⁶⁵.

O *Serviço de Higiene Pública* do Estado da Paraíba representou “um divisor de águas na história da saúde do estado, e, mais particularmente, em sua capital” (SÁ, 1999, p. 205). Primeiro por ter nascido em época onde os sinais de modernidade começavam a adentrar a cidade, segundo pela mudança oligárquica, ao se posicionar como modernizadora. Tais oligarquias viram, nessas mudanças, a formalização do progresso para a cidade e, através de seus feitos, passar a ser o bem-querer da população.

⁶³ Relatório apresentado pelo Inspector de Hygiene Dr. Antonio da Cruz Cordeiro ao presidente do Estado da Parahyba Dr. Álvaro Machado, 1893.

⁶⁴ Relatório apresentado pelo Inspector de Hygiene Agnello Candido Lins Fialho, ao 1º Vice-presidente do Estado da Parahyba do Norte, Monsenhor Walfredo dos Santos Leal, no dia 28 de junho de 1897.

⁶⁵ A primeira sede da nova Repartição foi na Praça Pedro Américo, no local onde hoje é o Quartel da Força Policial do Estado. Somente muito depois se transferiu para outro prédio, na Rua Duque de Caxias, prédio que depois foi usado durante muito tempo como Inspetoria de Veículos, mudando-se em seguida para o Centro de Saúde e depois para o sobrado, na esquina da Rua Nova com a Rua Peregrino de Carvalho. Ver: *Medicina na Paraíba* (CASTRO, 1945).

De acordo com as novas normas, caberia ao Estado toda a organização e direção, e aos municípios o apoio aos delegados de higiene no que diz respeito a sua atuação nas cidades, ruas e domicílios. Para isso, o Decreto 494 possuía uma quantidade bem maior de artigos e atribuições, dentre os quais,

A maior parte se detinha na organização da Repartição de Hygiene, das funções de seus funcionários e das atividades de polícia sanitária. No campo da polícia sanitária incluía mais de vinte artigos, acentuando-se dessa maneira, a sua característica repressora. Aumentava o número de doenças de notificação compulsória, incluindo a tuberculose, o typho e a febre tiphoyde. Normalizava o exercício da medicina, farmácia, obstetrícia e de arte dentária. Coibia as práticas curativas não oficiais, apontando, entre elas, o espiritismo e as magias (SÁ, 1999, p. 213-214).

Na cidade da Parahyba, no momento de sua primeira instalação, o *Serviço de Hygiene Pública* já contava com uma quantidade maior de funcionários “que integravam a primitiva organização sanitária: um diretor, dois delegados de higiene, um demografista, um porteiro, um desinfetador, um farmacêutico e um servente” (CASTRO, 1945, p. 245). Os demais *Districtos*, localizados no interior da Paraíba, contavam com uma quantidade menor de funcionários. Esses *Districtos* também poderiam ser chamados de Delegacias de Hygiene e estavam espalhadas pelo restante do estado, sendo nomeado para Campina Grande o Dr. Chateaubriand Bandeira de Mélo, para Sousa o Dr. Antonio Marques da Silva Mariz e para cuidar dos negócios da higiene em Guarabira o Dr. Luiz Galdino de Sales⁶⁶.

Segundo o regulamento do *Serviço de Hygiene Pública*, os municípios seriam responsabilizados pelo

saneamento do solo, dessecamento e drenagem dos terrenos úmidos e pantanosos; calçamento, arborização, asseio e irrigação das vias públicas, remoção e incineração do lixo, estabelecimento de posturas e tudo que pertencesse a higiene das habitações” (SÁ, 1999, p. 215).

Só em momentos de crise – epidemias – é que os municípios podiam recorrer ao governo do Estado, exigindo “projetos, planos e plantas relativas a trabalhos de saneamento que nos municípios pudessem ser realizados” (SÁ, 1999, P. 215), ou ainda, auxílio médico sanitário. A regulamentação deixa claro que havia uma hierarquia entre Estado e municípios, sendo o primeiro o elaborador das normas e o segundo o realizador das determinações. Não me consta, nesse momento, nenhum regulamento elaborado exclusivamente pelos municípios.

⁶⁶ Nenhum documento que encontrei, nem os textos escritos sobre o *Serviço de Hygiene Pública* ou medicina na Paraíba, faz referência ao médico que ficou com a responsabilidade pelo quinto Distrito com sede na cidade de Piancó.

Dentre os instrumentos utilizados pela *Repartição de Hygiene* e adquiridos através do governo do Estado, estavam os “pulverizadores⁶⁷ de grande modelo, pulverizadores menores para desinfecção de casas de residência, locomovel para desinfecção de canos de distribuição d’água e duas ambulâncias para transporte de doentes contagiantes” (CASTRO, 1945, p. 246). Embora mudanças fossem visíveis, as limitações eram quase as mesmas. O que havia mudado? A *Repartição* contava com mais funcionários e instrumentos, os salários haviam aumentado, criou-se as delegacias pelo interior do estado – todas elas também limitadas, pois não contavam com os mesmo instrumentos e funcionários da capital –, o regulamento dava uma maior atribuição à instituição, que acabava por cruzar novamente os braços.

Em vez de flores, o lixo ainda ganhava as ruas. E os jornais de época acabavam por denunciar esses casos. Caro leitor, vejamos o que nos diz o jornal *A Notícia*:

Bem feito

O carregador Francisco Martins conduzindo uma barrica cheia de lixo, entendeu de despejar-a na rua do Portinho bem próximo a um chafariz ali existente. Alguém que presenciava o caso participou-o ao subdelegado do 1º districto que inicialmente mandou recolher a cadeia *o perigoso inimigo da limpeza publica*. Se acontecer o mesmo com todos deste fazer talvez que as ruas de nossa urbs, andariam mais asseadas⁶⁸.

Quantos inimigos da limpeza pública deveriam existir na década de 1910, espalhados pela cidade da Parahyba? Com certeza, dezenas. Observo, nesse caso, a atuação da polícia sanitária, que, de forma repressora, enquadrou o infrator de acordo com as leis que regiam a *Repartição de Hygiene*. Quantos foram presos? Bem menos que a quantidade de homens e mulheres que espalhavam lixos e outros dejetos pelas ruas, caso contrário, “as ruas de nossa urbs, andariam mais asseadas” (MEDEIROS, 1911, p. 193). Dessa forma, por mais rigorosa que fossem “as prescrições dos agentes da higiene, elas eram freqüentemente barradas por questões que escapavam ao seu controle, ligadas muitas vezes a hábito e crenças bastante antigos de diferentes grupos sociais” (SAMPAIO, 2001, p. 112).

O *Instituto Vaccinogênico* foi uma amostra de um sutil melhoramento na organização sanitária. Proposto pelo médico Flávio Maroja, diante da epidemia de varíola em 1913, o *Instituto Vaccinogênico* ganhou corpo em 27 de outubro do mesmo ano, abrindo suas portas

⁶⁷ Os desinfetadores eram franceses e fabricados pela firma *Geneste Herscher & Cia*, e as ambulâncias, que tiveram muita utilidade, pintadas de negro e puxadas à tração animal, eram amplas e se bem que pouco cômodas.

⁶⁸ *A Notícia*, 11 nov. 1916. Grifo meu.

ao lado da *Diretoria de Hygiene*⁶⁹. O higienista Flávio Maroja foi pessoalmente a Recife solicitar do “*Delegado da Saúde*, Dr. Eustáquio de Carvalho, um vitelo inoculado” (CASTRO, 1945, p. 246). Este departamento, também subordinado à *Repartição de Hygiene*, tinha a função de “proteger o material que se propõe a fornecer para todo o Estado Lymphas anti-variolicas que periodicamente assolam a população parahybana⁷⁰”.

Como afirmei acima, embora com pouca mudança, o *Serviço de Hygiene Pública do Estado da Paraíba* teve uma atuação mais marcante no período entre 1912 e 1916, com a introdução de novos serviços, a aquisição de recursos e uma polícia sanitária. Para melhor demonstrar essa atuação, passei a observar, através das metáforas publicadas nos jornais da época, a atuação da *Repartição* durante a epidemia de peste bubônica e, logo depois, durante os casos de gripe espanhola que assolaram a população da cidade da Parahyba em 1918. Nesse período, os ventos já sopravam para outros destinos. A oligarquia epitacista já comandava a Paraíba e o *Serviço de Hygiene* dava seus últimos suspiros, pois um novo modelo médico-sanitário ganhava corpo através da reforma sanitária, nos anos de 1917 e 1918⁷¹. Chegavam os tempos de atuação da *Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural*.

Analisar as doenças – peste bubônica e gripe espanhola – é dialogar com a Nova História Cultural para discutir a atuação do *Serviço de Hygiene*. Para isso, problematizei os discursos médicos publicados diariamente, buscando “zelar pelo bem da saúde pública⁷²”, evitando, assim, a proliferação das enfermidades para as demais localidades do Estado da Paraíba. Não bastava apenas informar a população, mas conscientizar. Portanto, passo a problematizar, por meio das notícias de jornais, as doenças trazidas pelos trilhos dos trens ou pelos navios, suas ações danosas sobre a população, as medidas de higiene e as metáforas da

⁶⁹ Logo ao inaugurar-se, o *Vaccinogênico* foi localizado à rua Sá Andrade, ficando sob a dependência da *Diretoria da Saúde Pública*. Foi seu primeiro chefe o Dr. Octávio Soares, que contava com dois funcionários: um preparador e um servente.

⁷⁰ *A União*, 30 out. 1913.

⁷¹ A Reforma Sanitária de 1917/1918 possuía uma concentração da ação estatal que privilegiava outras regiões para além dos domínios das grandes cidades. O dispositivo legal da ação sanitária se voltava também para outros espaços como a zona rural, as fazendas, as indústrias, as instituições. Uma mudança significativa assegurada, através de uma legislação que procurou mudar o cenário higiênico, criar os serviços ambulatoriais permanentes, o incremento sobre as ações do homem do campo e as endemias rurais. A Reforma atuava ainda no campo do saneamento e habitação, quando as construções passaram a receber especificações técnicas mais detalhadas, bem como uma regular fiscalização para as casas alugadas e prédios públicos para que fossem visitadas pela autoridade sanitária, para a desinfecção e verificação de suas condições de higiene. Foi detalhada a regulamentação da produção e venda de alimentos, um campo onde era crescente a preocupação das autoridades sanitárias, pelo aumento do consumo de gêneros alimentícios. Foram incluídos novos dispositivos legais, regulamentando a fabricação de derivados da carne e bebidas, o funcionamento de quitandas, restaurantes, confeitarias, restaurantes, leiterias, cafés e botequins. No que diz respeito à vacinação, a Reforma Sanitária ganhou em sua legislação o direito de entrar nos domicílios sem prévia autorização judicial. Nomes como Artur Neiva, Afrânio Peixoto e Belisário Penna foram responsáveis pelas mudanças no campo da saúde pública nacional. Cf. *Poder e saúde* (TELAROLLI JUNIOR, 1996).

⁷² *A Imprensa*, 30 ago. 1912.

doença. Analisá-las é buscar entender os cuidados com o corpo de homens e mulheres, o corpo do *Serviço de Hygiene* e o corpo da cidade nos distintos momentos de ascensão (1912) e declínio (1918) da *Repartição de Hygiene*. Vamos aos casos.

2.3.1 As metáforas da peste bubônica

Nem é bom pensar nisso! (...) Com o trânsito diário dos trens mixtos entre Campina e esta cidade, se a peste desenvolver-se, o governo há de tomar as mais enérgicas medidas para evitar o contágio (...) Para isso é preciso que os trens sofram uma poderosa desinfecção em Itabaiana, e que todos os passageiros que viajarem nesses trens, aqui chegando, fiquem sob vigilância da repartição de hygiene. E estas medidas de profilaxia devem começar desde já, são urgentes! (*A Imprensa*, 03 out. de 1912)

A invasão dos ratos causava pavor em tempos de peste. O mal que ameaçava a vida de homens e mulheres na Serra da Borborema tornou-se pauta da elite médica da Paraíba. Duas medidas enérgicas foram debatidas: como acabar com a peste bubônica em Campina Grande? E de que forma evitar que ela chegasse à cidade da Parahyba? O medo aterrador tomava conta da população. Uma forte inquietação: e se os ratos pegassem carona na classe econômica dos trens e invadissem a capital do estado? Como diria o Dr. Teixeira de Vasconcelos, “seria uma invasão mais bárbara que a dos cangaceiros” (*A Imprensa*, 03 out. de 1912).

Os vagões puxados pela máquina moderna da *Great Western* ganharam o rosto de “caveira de burro”, seca, terrível, assustadora, mortífera. Os escritos do jornal *A Imprensa* divulgaram ser o trem o causador de um pesadelo que a qualquer instante poderia ter se tornado real, pois “o perigo eminente residia em que os indesejáveis passageiros, os ratos, ‘comprassem’ um bilhete de passagem na classe econômica e partissem, nos comboios da *Great Western*, visitar o litoral” (OLIVEIRA, 2009, p. 12). Por mais moderno que fosse, o trem passou a ser temido em 1912 por seus maus predicados. Trem fantasma, aquele que traz o corpo flagelado pela doença, que dissemina a bactéria mortal, que convida os corpos a visitar o mundo dos mortos, um passeio sem retorno. Trem que anuncia a morte, que por meio de sua sonoridade avisa a população que o extermínio rodeia os aposentos da Rainha. Seu apito anuncia a chegada do hóspede indesejado, do atroz destino, da dor que dilacerou almas e estraçalhou corpos. Vagões que tremem, gemem e apitam. Que revela o pavor, e que assusta. Os soldados da morte começaram a descer dos vagões. Chegava a hora do combate.

Há tempos atrás, saber que um sujeito portava uma doença como a peste bubônica⁷³ equivalia a ouvir uma sentença de morte. Hoje não seria diferente; ao detectar ser portador de câncer, por exemplo, equivaleria à morte no imaginário popular. No livro *Doença como metáfora* (2007), a autora Susan Sontag, apresenta a relação existente entre o nome da doença com o seu portador:

Não é, em si, o ato de nomear que é pejorativo ou condenatório, mas sim o nome ‘câncer’. Enquanto essa enfermidade em particular for tratada como um predador invencível e maligno, e não só como uma doença, a maioria das pessoas com câncer se sentirá de fato desmoralizada ao saber que tem a doença (SONTAG, 2007, p. 16).

Não fora diferente em 1912. Os pacientes eram informados de suas mazelas, sendo-lhes contada “toda a verdade”, no sentido de reiterar o conceito da doença, de desmistificá-la. No caso de algumas doenças, poderia se esconder sua identidade por algum tempo, aqui me refiro ao câncer e à tuberculose, porém, o mesmo parecia não ser possível em relação à peste bubônica. As metáforas ligadas ao *mal pestilento* sugerem um processo rápido de um tipo alarmante e aterrador.

Portanto, tentei observar, em algumas notícias de jornais, as metáforas⁷⁴ da peste bubônica que assolou a cidade de Campina Grande no ano de 1912 e assombrou a capital da Paraíba. Com isso, meu objetivo foi perceber, no estranhamento do passado, os sentidos e as motivações ocultos no tempo, como as sensibilidades. Seria possível encontrar sensibilidades numa doença que rapidamente leva à morte? Sandra Pesavento (2007) afirma que, para o historiador, na construção de sua versão sobre o passado, é preciso encontrar a tradução externa das tais sensibilidades geradas a partir da interioridade dos indivíduos. É preciso que aquele requisito básico para a tarefa do fazer história esteja presente na narrativa, por meio do que chamamos de marcas da historicidade, ou simplesmente fontes, registros. As fontes revelam os traços deixados pelo passado, onde os homens sentiam e agiam de forma diferente. Essas marcas podem ser nomeadas como evidências do sensível. Dessa forma, busco por meio

⁷³ A *peste bubônica*, chamada simplesmente de peste, é uma doença pulmonar ou septicêmica, infectocontagiosa, provocada por *Bacillus pestis*, que é transmitido ao homem pela pulga do rato. A pandemia mais conhecida da doença ocorreu no fim da Idade Média, ficando conhecida como Peste Negra, quando dizimou grande parte da população europeia. Os infectados com a doença apresentam febre alta, delírio, dores pelo corpo e, finalmente, os bubões. Ver: *As doenças têm história*. (LE GOFF, 1985).

⁷⁴ Comungo com Susan Sontag (2007, p. 81) o sentido de metáfora: nada mais, nada menos do que a definição mais antiga e mais sucinta que conheço, que é a de Aristóteles, em sua *Poética* (1456b). “A metáfora”, escreveu Aristóteles, “consiste em dar a uma coisa o nome de outra”. Dizer que uma coisa é ou parece outra que não ela mesma é uma operação mental tão antiga quanto a filosofia e a poesia, e é a origem da maioria dos tipos de saber – inclusive o científico – e de expressividade.

de uma educação no olhar encontrar as sensibilidades dos sujeitos portadores da peste bubônica e a forma com que as metáforas são construídas e resignificadas.

As singularidades em vez das generalizações. Em geral, os fatores em ação “nas epidemias são tão numerosos, e as formas pelas quais são anulados ou tiram proveito dos demais são tão obscuras, que poucas generalizações podem ser extraídas” (CARVALHO & NASCIMENTO, 2004, p. 14), abrindo margem, assim, para a percepção de eventos singulares, do aparecimento de histórias particulares. Assim, é partindo dessas singularidades que observo nas histórias individuais a presença das sensibilidades e de suas metáforas.

Vejamos a seguinte correspondência:

Acaba de ser preso aqui e recolhido a cadeia pública um empregado da casa do Monsenhor Salles, venerando vigário desta paróquia, pelo simples motivo de se ter negado a carregar um pestoso para o cemitério. O rapazinho foi preso quando conduzia uma bandeja de café para as cantoras da matriz, apoz a celebração da missa conventual. Porque ia assim accupado negou-se a attender a insólita exigência, e *embora allegasse um justo motivo foi autoritariamente recolhido entre os criminosos*⁷⁵.

Posso simplesmente afirmar que o “rapazinho” negou-se a ajudar aqueles que levavam seu ente querido para o sepultamento após a terrível doença. Assim, esqueceríamos, por exemplo, as outras faces da história. Ora, é notório que a negação do rapazinho deveu-se ao fato de portar o medo comum a todos os demais indivíduos da sociedade campinense: o contágio da doença. Daí a preferência pela prisão. A dor da prisão seria temporária e asseguraria sua integridade física, estaria distante dos pestilentos. Por outro lado, a escolha do rapazinho parece ter-se dado de forma proposital, era um pobre, dito “subalterno” em relação ao Monsenhor Salles. Escolheu-se o rapazinho, quando poderia ter sido qualquer outro. Amedrontadas, talvez outras pessoas tivessem a mesma postura.

A família do pestilento, naquele instante, passava pela mesma situação que envolvia medo. Ninguém queria a peste, pois o medo e a rápida expansão da morte deixavam a população em polvorosa. Seus impactos sobre as pessoas, famílias e cidades são muito expressivas. A dor da família era dupla: primeiro, pelas ações trágicas trazidas pela peste, que ainda poderia se alastrar para outros membros; depois, a morte, a perda de um ente querido que despertava emoções como a dor, o medo, a saudade, a raiva, o desdém. Mesmo compadecido, o rapazinho prefere não realizar a ajuda pelo medo de direcionar para si o mesmo destino.

⁷⁵ *A Imprensa*, 07 out. 1912. Grifo meu.

Outro aspecto que impressiona é a postura do Monsenhor Salles, que, enquanto padre da cidade e patrão do rapazinho, não fez sua defesa. Por que não teria se oferecido o próprio Monsenhor para realizar o cortejo fúnebre? Ao certo, pelo mesmo motivo do rapaz: medo da doença e da morte. Dessa forma, entende-se que as epidemias impõem aos homens dilemas comuns como a angústia, o medo da morte, ou da desagregação social, o desejo de salvar-se do perigo, as imposições da satisfação das necessidades da sobrevivência cotidiana, a importância da capacidade de entender e explicar uma experiência – o medo, a morte – que escapa às estruturas lógicas e emocionais da existência comum. É justamente o impacto sobre a vida cotidiana, ou melhor, pela mudança do curso da vida que as pessoas renegam. Sonhos, desejos, paixões, necessidades, afetos são destruídos, ao menos no imaginário popular, para aqueles que possuem seus corpos infectados pela peste.

“[...] embora alegasse um justo motivo foi autoritariamente recolhido entre os criminosos”. A justiça do motivo não fora respeitada. Da mesma forma que o vigário também foi omisso em relação ao pestilento, os policiais também o foram. Em vez de estar buscando uma vítima – rapazinho – para levar outra vítima – pestilento –, poderia ter executado o serviço. Mas a violência da moléstia os intimidava, pois os medos e os comportamentos coletivos da sociedade nos revelam permanências ou continuidades em relação a reações e atitudes coletivas diante de ameaças epidêmicas da peste. É um comportamento arquetípico tributado pelo medo.

Entendo que é no passado que encontramos experiências singulares de percepção e representação do mundo, porém, as marcas de historicidade deixadas nos permitem ir além das lacunas, dos silêncios, do vazio. Possibilita-nos recuperar sensibilidades e perceber que esse fato não é apenas “sentir da mesma forma, mas tentar explicar como poderia ter sido a experiência sensível de outro tempo pelos rastros que deixou” (PESAVENTO, 2007, p. 21). No mundo do sensível, os homens deixam através das fontes as marcas de seus sentimentos e valores. Na correspondência, nos deparamos com essas sensibilidades presentes na vida dos personagens envolvidos – padre, rapazinho, pestilento, policiais – assim como na vida de tantas outras pessoas que se enchiam de medo do mal.

Metaforicamente, Susan Sontag (2007) afirma ser o câncer uma enfermidade do tempo e do espaço, pois suas principais metáforas referem-se à topografia, se espalham pelo corpo, estão em difusão, os tumores são cirurgicamente extirpados e sua consequência mais temida, exceção feita à morte, é a mutilação ou a amputação de uma parte do corpo. No câncer, toda luta se passa no interior do corpo, a peste bubônica não somente. A principal metáfora da bubônica é a rápida destruição do corpo fazendo o seu portador definhando e rapidamente

morrer. Também pode ser considerada uma doença de espaço, pois enquanto o câncer se passa no interior do corpo, a peste vai além, extrapola as fronteiras da pele, invadem as casas, as ruas, as cidades, os objetos. Daí a necessidade de adotar sérias medidas higiênicas. A morte é, sem dúvida, a consequência mais temida pelos pestilentos. A peste age de forma veloz, o eufemismo padrão nos obituários é de que a pessoa “morreu delirando rapidamente, sem muita dor”. Enfim, a peste não é uma doença do tempo, pelo contrário, destrói sonhos, desejos, famílias, amores, a vida.

Considerada no imaginário popular como uma doença da pobreza, da privação, dos corpos escassos, das roupas sujas, das casas sem ventilação, da higiene precária e da alimentação inadequada, a peste ganha espaços de proliferação muito rapidamente. Os espaços insalubres são lugares privilegiados para a festa dos ratos. Os corpos são lugares galgados pela bactéria.

É necessário destacar que, em contraste com a mitologia popular sobre o *mal pestilento*, muitas de suas vítimas morreram de forma abrupta, rápida, violenta, outros conseguiram através de seruns, rezas, crenças, poções, alcançar a cura. Pobres e ricos foram acometidos, porém, nem todos os enfermos tiveram os bubões. Mas a mitologia popular fez-se muito forte. Sem dúvida, a peste é uma doença do corpo, pois o ataca por inteiro e não revela nada de espiritual, destina-se apenas a forma como “o corpo é, de modo totalmente deplorável, apenas o corpo” (SONTAG, 2007, p. 22).

A associação da doença ao ideal de punição é tão antiga quanto o surgimento das próprias doenças. Existe uma luta muito forte do indivíduo contra a doença – em alguns casos – em especial, doenças como a peste bubônica, que pode ser considerada assassina, pois as pessoas que morreram de peste foram “vítimas da peste”. O medo ou convenção de tratar a peste não como uma simples doença, mas como um inimigo demoníaco – “a mão negra do implacável e feroz destino”⁷⁶ – fez da peste não só uma doença fatal, mas também uma doença vergonhosa.

A doença em si torna-se uma metáfora. O nome da doença torna-se adjetivo por meio de metáforas como decomposição, decadência, contaminação, fraqueza, anomalia, pavor, medo. Cotidianamente, homens e mulheres associaram a peste a algo que parece feio, repugnante: “o monstrengo invisível e fantástico”, “lendário monstrengo”, “caveira de burro”⁷⁷. O horror é imposto à doença, psicologicamente impedindo que o adoecido consiga se libertar do mal pestilento.

⁷⁶ *A Imprensa*. 24 out. 1912.

⁷⁷ Metáforas utilizadas para definir a peste bubônica pelos jornalistas em 1912. *A Imprensa*, 24, out. 1912.

As doenças epidêmicas foram, ao longo da história da humanidade, uma figura de linguagem comum para designar a desordem social. Assim, a peste bubônica ganha esse caráter da partir a origem de seu termo, quando conta-se que a

palavra inglesa pestilence (peste bubônica) veio de pestilent, cujo sentido figurado, segundo o Oxford English Dictionary, é ‘ofensivo a religião, à moral ou à paz pública – 1513’; e pestilential que significa ‘moralmente pernicioso ou deletério – 1531’. Os sentimentos sobre o mal são projetados numa doença, e a doença tão enriquecida de sentimentos é projetada sobre o mundo (SONTAG, 2007, p. 53-54).

No Brasil do século XIX e início do século XX, essas fantasias foram, em grande número, associadas a doenças epidêmicas. O cólera, a febre amarela, a varíola, a gripe espanhola e a peste bubônica estão no rol das doenças que poluem o imaginário social não apenas por seus efeitos danosos aos corpos e às cidades, mas também por serem doenças que eram calamidades públicas.

A peste era provavelmente vista como algo repugnante, a exemplo do câncer hoje em dia, um fato terrível, uma doença incurável. Porém, uma doença que revelava a sensibilidade, a exemplo da tristeza, passando a ser um sinal de refinamento, de sensibilidade, de impotência. A tristeza e a melancolia eram emoções que se misturavam para aqueles que beiravam o último episódio da vida.

Se compararmos a tuberculose com a peste bubônica, percebemos que a primeira era entendida como uma doença que isolava a pessoa da comunidade. Por maior que fosse “sua incidência sobre a população, a tuberculose – como o câncer hoje em dia – sempre pareceu uma misteriosa doença de indivíduos, uma flecha certa que podia alvejar qualquer pessoa e que escolhe suas vítimas individualmente, uma a uma” (SONTAG, 2007, p. 37). Já a bubônica, acometia cada pessoa como membro de uma sociedade assolada, não fazia distinções, não escolhia de forma individualizada, pelo contrário, era uma doença de massas, adoecia o coletivo, todos os membros da sociedade campinense estavam sob a mira da bactéria. Em casos de morte por peste, era comum queimar as roupas e outros pertences de uma pessoa que morria do mal. Em algumas cidades invadidas pela “doença de cangaceiros”, como Santa Maria no Rio Grande do Sul, queimaram as casas dos pestilentos, incluindo mobília, portas, piso e objetos pessoais. A peste era aterrorizante não só pelo contágio, mas também pelas feridas aparentes que explodiam pelo corpo.

A cidade e o corpo eram as grandes vítimas da peste bubônica. Numa metáfora descrita sobre a cidade de Campina Grande, o jornal *A Imprensa* é incisivo: “é horrível e

desanimador, nada me attestou tanto o atraso daquelle logar como a immundicie⁷⁸”, pois “os porcos continuam a perambular pela cidade como se fossem cidadão estrangeiros em terra conquistada⁷⁹”, formam-se “monumentos de lixo [...] é a porcaria triumphando⁸⁰”. A partir da porcaria espalhada pela cidade no formato de “monumentos de lixo” é que a peste faz sua morada temporária. Ali os ratos se alimentam, se fortalecem. A próxima parada para a bactéria é o corpo de homens e mulheres. Corpo adoecido que começará a consumir-se, começará a definhar-se.

A questão da salubridade aparecia na cidade como uma necessidade não apenas metafórica, mas concreta, pois a desodorização dos espaços públicos deveria se estender para dentro das habitações urbanas. Outras cidades, como Recife e Campinas, já adotavam medidas higiênicas. Campinas chegou a decretar que

seria proibida a criação de porcos, não se podia conservar qualquer uso que seja de fogões ou fogareiros, muito menos acumular lixo na frente das casas, ou ainda permitir jogar águas na rua até uma determinada hora do dia, da mesma forma, pessoas embriagadas e animais como cães, cabras, ovelhas e porcos, seriam igualmente impedidas de divagar pelas ruas e praças da cidade. Tão pouco correr cavalos pelas ruas e pontes da cidade seriam permitidos (LYRA, 2000, p. 68).

Campina Grande parecia estar longe dessa referência, pois a insalubridade gerou a proliferação da doença, que, por conseguinte, fez de seus habitantes “desagregar as mimosas pétalas e lhes sugam a feccunda seiva e lhe atrahem legiões de insectos devastadores, damnhinhos e pestilenciaes⁸¹”. As ruas da Rainha da Borborema vivenciaram o desfile dos ratos rumo aos monumentos de lixo próximos à casa do Monsenhor Salles. Uma cidade suja em que porcos e ratos disputavam espaço, como se as ruas estivessem livres de homens e carros e não se soubesse “mesmo o que é calçada e o que é rua (...) pode andar como quer, perambular, nomadizar nesta cidade com contornos fugidos, cidade que se derrete” (ALBUQUERQUE JR, 2008, p. 101). Uma cidade suja, moribunda, de animais fedorentos, ratos nas casas, cidadãos porcalhões, lama a céu aberto e lixos em forma de monumentos.

Dentre as mais fortes metáforas sobre a situação higiênica da cidade, consta que “aquella cidade parahybana era um pedaço do litoral asiático onde reinam as endemias malárias e os povos nomades da barbárie⁸²”. Comum, por exemplo, ao século XIX e início do

⁷⁸ *A Imprensa*, 10 out. 1912.

⁷⁹ *A Imprensa*, 14 out. 1912.

⁸⁰ *Idem*.

⁸¹ *A Imprensa*, 24 out. 1912.

⁸² *A Imprensa*, 24 out. 1912.

século XX, quando se associou os lugares infectados por doenças a pedaços do continente asiático. É o que mostra Juciello Alexandre (2010) acerca do cólera:

Contudo, em meados do século XIX, [...] se especulava as formas de contágio e tratamento adequado para combater sua manifestação, a despeito da terrível marcha que fazia pelo mundo, percorrendo o Oriente e o Ocidente. Como demonstra o *Diccionario de medicina popular*, o cólera seria originário da Índia. Por essa razão, era conhecido por expressões do tipo, *cólera asiático*, *mal indiano*, *filho de Ganges*, entre outras. Essas representações etnocêntricas da doença, que enfatizam sua origem oriental, não deixam de lembrar um elemento essencial na definição de uma *peste*: ela é comumente representada como algo que vem de fora, ou seja, que caracteriza o *outro* (ALEXANDRE, 2010, p. 21).

Um corpo bem disciplinado, talvez fosse essa a ausência naquela cidade “sensível ao micróbio da peste⁸³”. Uma educação higiênica parecia ser matéria esquecida nas escolas, cercadas pelos miasmas que povoavam os arredores dos prédios. Não tenho notícias de que os professores da época ensinavam noções básicas de higiene a seus pupilos, porém, já deviam ensinar que a saúde é fundamental para o bom funcionamento do corpo. Dentre as metáforas mais referentes ao corpo, está a divulgação do corpo como uma fábrica, uma imagem do funcionamento do organismo sob o signo da saúde. Disciplinar o corpo não se limita a orientá-lo pela cabeça, mas sim para o bem-estar da saúde, levando-se em conta uma higiene corporal, o cuidado com os nossos alimentos, bebidas, ares, exercícios físicos, o cuidado com algumas partes do corpo que são mais frágeis que outras.

Nada mais invasivo e ameaçador que os vírus e bactérias que adoecem o corpo. Definhar por causa de uma doença é, no mínimo, causar revolta contra aquele mal. A doença, nesse caso, passa a ser o réu, julgada, condenada, injuriada pelo seu portador. Mas a vítima é, sem dúvida, o corpo, que, adoecido, amolecido, enfraquecido, caminha para o mais temível destino: a morte. A doença e a beleza logo são antagônicas. Na história da humanidade, apenas o século XIX vivenciou a beleza de adoecer através da tuberculose, o mal do século, que, numa visão romanceada, dava aos indivíduos o direito de morrer de amor.

A doença, para o corpo, na maior parte da história da humanidade foi vista como um flagelo, metaforicamente, uma bárbara invasora. Destrutiva, um ardor frenético na arte de devorar o corpo. A doença, nesse caso, passa a ser corrupta ou injusta, pois passa a segregar. O corpo passa a ser evitado, excluído, levado para o enclausuramento, evitando, assim, o contágio. A imagem do corpo doente é usada para exprimir a preocupação com a ordem social. Dessa forma, extirpar o doente significa proteger outros corpos saudáveis da “ganga

⁸³ *A União*, 09 out. 1912.

albuminosa, que acontece nos escarros, pus, etc., pois, os bacilos resistem muito aos agentes destruidores⁸⁴”.

Metaforicamente, travar uma guerra não tem o sentido de lutar pela vida, no caso do doente, mas combater o mal, evitando sua proliferação. O primeiro e principal cuidado refere-se diretamente ao corpo, que deve ser hígido. Mais que uma obrigação, a limpeza corporal era uma forma de evitar o contágio da doença, e, por se tratar de uma doença contagiosa, o corpo deveria ser protegido, resguardado de todo contato com lugares e objetos suspeitos de infecção. Tudo aquilo que pudesse ser digerido. São preceitos de uma educação higienista que começava a ser implantada em momentos de risco. Dentre os principais preceitos educacionais de higiene está cuidado com o corpo. As normas de higiene utilizadas no combate à doença direcionavam-se agora para o corpo: “assear o corpo por meio de banhos e líquidos antisépticos”, o “verdadeiro asseio das vestes”, “proteger o corpo do frio e da humidade”, “ter cautella com a água potável” e “levar em consideração qualquer indisposição que sinta⁸⁵”.

As metáforas sobre a peste bubônica, ou sobre qualquer outra enfermidade, também se direcionam para uma questão econômica. Adoecer passa a ser sinônimo de despesas. A doença e seu estágio inicial “supõe a necessidade de gastos controlados, poupança, contabilidade, disciplina – uma economia que depende da limitação racional do desejo” (SONTAG, 2007, p. 57), ou seja, consumir, gastar, quase que exclusivamente com médicos e remédios, em especial, numa cidade abandonada pelo *Serviço de Higiene Pública*, ou melhor, esquecida pelos poderes públicos. As epidemias pareciam ser negócio lucrativo para os médicos, que se empenhavam com lisonjas, persuadindo seus pacientes a voltarem a ser saudáveis. A consulta médica custava caro, bem como os medicamentos - *seruns* -; na prescrição, ainda era notório o isolamento do paciente e da família, dieta saudável, exercícios e muito repouso.

“Por que eu?” deveria ser a pergunta que os portadores da peste deveriam se fazer quando a contraíam, assim como a mesma pergunta é feita por aqueles que descobrem portar o câncer. O medo crescia pela sentença de morte que a doença representava. O bi-semanário católico, ao destacar a fala do Dr. Teixeira de Vasconcelos, divulgou o ataque aos estabelecimentos comerciais de Campina Grande. No cotidiano comercial, “apareceu grande quantidade de ratos mortos nos armazéns do Sr. Zumba Monteiro, João Vieira e F. H. Vergara

⁸⁴ *A União*, 09 out. 1912.

⁸⁵ *A União*, 09 out. 1912.

e na própria casa do Sr. Augusto de Brito Lyra – que foi a primeira vítima”⁸⁶. Nem todas as vítimas morreram. Famílias inteiras se alegraram com a cura de seus parentes queridos.

As doenças foram historicamente utilizadas como metáforas para reforçar acusações sobre como uma determinada sociedade era corrupta ou injusta. A metáfora da peste cria a rejeição pela cidade, pelo doente. Da mesma forma que a cidade exclui o doente, enviando-o para lazaretos construídos especificamente para afastá-los do bom convívio e evitando o contágio aos demais, a cidade também é vista de lado, o contato com outras cidades é estagnado, a cidade fica isolada. Assim foi com Campina Grande. A rainha solitária durante os meses de peste. Conforme entrevista do Dr. Teixeira de Vasconcelos, publicada pelo jornal *A Imprensa*, a peste bubônica era a “peste de um dia de viagem da capital”⁸⁷. Todo o cuidado era pouco. A metáfora do medo para a cidade da Parahyba era a mais representativa, pois a peste bubônica representava um perigo eminente, em especial pelo temor de que os indesejáveis “soldados do mal” atacassem a capital.

Temia-se a invasão da “doença aterrorizadora”⁸⁸ por todo o estado. Uma doença “horrível e desanimadora”⁸⁹ que faz nascer no corpo do molestados “febres, dores em todas as partes e ínguas”⁹⁰. Portar a bactéria, antes de ser a aproximação do último suspiro, também representava o início de deformação dos corpos. Os corpos adoecidos pela peste colocavam em xeque o bom funcionamento dos órgãos essenciais e imprescindíveis para a materialidade do corpo. O corpo do adoecido é como se estivesse sob uma “bárbara invasão”, sob a mira de ataques, o único tratamento que viabiliza a cura é o contra-ataque.

Os jornais já apresentavam uma grande quantidade de medicamentos para diversos males. Porém, nenhum específico para a peste bubônica. Gripes, bronquites, problemas no sangue, quinino, dentre tantos outros, estampavam as mais variadas promessas de cura e a saúde tão almejada por todos aqueles que habitavam a cidade empestada pelo mal. A doença definha rapidamente, deixando o corpo em estado deplorável: magreza, olhos fundos, lábios secos, suor frio. A peste bubônica é uma doença do corpo.

Os jornais - *A Imprensa* e *A União* - foram naquele ano um manual pedagógico para a população amedrontada pelo espectro da doença e da morte. Periódicos que divulgaram uma cidade sombria, doente, suja e fedorenta. Uma rainha que teve seu corpo invadido por uma bactéria mortífera que queria ter o corpo da cidade só para si, com suas ruas, suas praças, suas

⁸⁶ *A Imprensa*, 03 out. 1912.

⁸⁷ *A Imprensa*, 03 out. 1912.

⁸⁸ *A Imprensa*, 10 out. 1912.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ *A Imprensa*, 07 out. 1912.

casas, seus habitantes. Poderiam ter visto de outro modo, mas preferiu-se divulgar uma cidade onde o caos se instalou, uma geografia em que a erva daninha da peste enramou por todos os lados. Uma doença que modificou o olhar sobre as espacialidades: o desenvolvimento econômico e os sinais da modernidade cederam lugar a uma paisagem em que o ar deixou de ser puro, ganhou um grupo de pestilentos, vítima da festa dos ratos, falta de educação higiênica e abandono dos poderes públicos. Da mesma forma que o trem era puxado pela “cabeça de burro”, a cidade passou a ser vista como fantasma, contaminada pela doença, guardada pelos soldados do mal. O espectro que rodeava a cidade fazia a população relembrar de forma saudosa os tempos de passado sem dor e sem medo, longe do atroz destino. O lendário monstrengo foi combatido, mesmo de forma precária, pelo *Serviço de Hygiene*, expulsando-o para longe dos aposentos da rainha.

O governo paraibano tentou tomar providências cabíveis quando começaram os primeiros rumores sobre a peste bubônica em Campina Grande, é o que mostra Iranilson Buriti de Oliveira (2009, p. 08), ao afirmar que as providências tomadas foram insuficientes, dando visibilidade a incapacidade do Estado em resolver problemas mais sérios de saúde pública: a fragilidade dos serviços de higiene no Estado e a falta de políticas de erradicação de doença e moléstias que atacavam o corpo paraibano. *A Imprensa* denunciou o pouco interesse dos poderes públicos em solucionar a peste, bem como uma cidade, que, em seu interior, estava recheada de sujeira, pavor, doença e arrepios.

As doenças possibilitam observar inúmeras metáforas. Podem ser vistas de duas formas: as dolorosas, mas curáveis, e as possivelmente fatais. Assim, a imagem da doença é utilizada para exprimir a preocupação com a ordem social. Tal imagem evidenciou que, em Campina Grande, a saúde pública era algo desejado em 1912, para isso, era necessário combater o mal. A doença deveria ser varrida dos aposentos da Rainha, como outras medidas: o combate à sujeira, aos monumentos de lixo, ao triunfo da porcaria. Tais metáforas não projetam a ideia de uma doença dominante e específica, pois o que está em questão é a saúde pública.

2.3.2 “Aterradora moléstia”: a *influenza espanhola*

“Do *Diário de Pernambuco* de ante-hontem recortamos data vênha o seguinte: Dia a dia mais se accentua, felizmente, o declínio da epidemia. O movimento da cidade conquanto ainda se resinta no grande número de convalescentes que se mantém recolhidos vae

evidentemente aumentando; e – o que é bastante significativo – a azafama das farmácias já decresce a olhos vistos⁹¹”.

Embora a notícia seja entusiasmante, a doença causava medo pela sua ação devastadora e enérgica. Nos últimos meses do ano de 1918, a cidade da Parahyba estava em polvorosa com a suposta notícia da chegada da *influenza* espanhola. A doença já ganhava destaque nos jornais de outros estados e os casos começavam a se avolumar resultando em uma grande quantidade de óbitos. Embora a maior parte das notícias estampadas nas páginas dos jornais da época se dedicasse a primeira grande guerra, outro assunto começava a ganhar destaque não apenas na Paraíba, mas em todo o país: a gripe espanhola.

Como na epidemia de peste bubônica em 1912, o jornal *A Imprensa* tratou logo de noticiar todas as ações e danos relacionados à atuação do vírus na capital da Paraíba. Não se tratava apenas de informar a população dos cuidados que deveriam ser tomados diante do mal, mas também apresentar a atuação da *Arquidiocese da Paraíba* no auxílio aos *influenzados* que, nesse caso, tratava-se em grande maioria da população pobre. Seria mesmo a gripe espanhola uma doença para pobres? Por que o jornal *A Imprensa* fez questão de exacerbar a pobreza das vítimas e sua campanha de compra de medicamentos? Foram inquietações que logo me vieram à mente diante das reportagens⁹².

Popularmente conhecida por gripe, resfriado, *influenza*, constipação, defluxo ou urucubaca, a doença passou a se hospedar no corpo de homens e mulheres que imaginavam portar uma simples gripe comum a todos os anos. Uma enfermidade simples que “pouca diferença fazia para uma população acostumada com a enfermidade que, além de dores no corpo, coriza e um pouco de febre, quase nenhuma gravidade oferecia” (BERTUCCI, 2003, p. 197). Pelo menos era o que parecia.

No início do mês de agosto, já se registravam centenas de casos nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, incluindo uma grande quantidade de mortos ocasionados pela mesma. Embora se denominasse benigna, a cidade da Parahyba já estava em alerta, pois seja qual fosse seu formato, era assustador. A preocupação aumenta em especial com os casos registrados no estado de Pernambuco, pois, devido ao fluxo econômico e de pessoas entre os dois estados que era cotidiano. O mal começava a bater à “nossa porta”.

⁹¹ *A Imprensa*, 27 out. 1918.

⁹² Quero evidenciar a falta de documentos acerca do ano de 1918 na cidade da Paraíba. O único jornal disponível sobre esse ano é o que consultamos no *Arquivo da Arquidiocese da Paraíba (A Imprensa)*. O que existe na verdade é um verdadeiro silêncio sobre esse ano. As edições dos jornais *A União*, *O Norte*, *Jornal da Paraíba*, dentre outros, não se encontram disponíveis nas estantes empoeiradas dos arquivos da cidade. Portanto, na análise dos documentos sobre a gripe espanhola, utilizamos exclusivamente notícias de *A Imprensa*.

As primeiras notícias publicadas nos jornais paraibanos sobre a *influenza* espanhola faziam referência à cidade do Recife. Todas afirmando que “ali a influenza está em seu período final, já voltando a cidade a sua vida normal”⁹³, dado que era visto pelos médicos paraibanos com alegria, pois, casos a doença adentrasse o território paraibano, a sua duração “seria por um curto período, visto que, a população da época era pequena em relação a de Recife e as habitações bem mais desafogadas”⁹⁴.

Em outros estados, fez-se questão de destacar o caráter benigno da gripe, associando-a a constipações simples. Vejamos o discurso do médico Carlos Seidl, então diretor da Saúde Pública do Rio de Janeiro:

A doença é a mesma enfermidade conhecida por homens há milênios, que de tempos em tempos, se alastravam de forma pandêmica pelo globo, doença microbiana sem causa específica, que zombava de todos os meios que visavam impedir a presença em uma cidade ou território (inclusive do isolamento caso não fosse prolongado e absoluto) (SEIDL, 1919, p. 44-45).

Nenhuma gravidade oferecia. Assim também anunciava o jornal local: “De fato a influenza já nos bate a porta, mas conservando o caráter benigno, e assim não temos motivos para alarmes”⁹⁵. Os médicos afirmavam que podíamos confirmar casos de gripe na cidade da Parahyba, mas, “pelo que vamos vendo entre nós se trata apenas da influenza commun, acompanhada nos casos mais sérios de febre alta, mas de curta duração”⁹⁶.

Enquanto a peste bubônica chegou à Paraíba em 1912, como passageira dos vagões de um trem, a gripe espanhola veio embarcada nos corpos dos marinheiros. O jornal *A Imprensa* publicou em 26 de outubro de 1918 o registro de um curioso caso. Um homem, possivelmente, daqueles que descarregavam os navios, apresentou muito rapidamente características de uma constipação estranha. Dentre seus sintomas estavam “manifestação súbita de tonturas, calafrios, dores imprecisas no corpo, atonia muscular, dores de cabeça intensas e elevação da temperatura (40° e mais) e dores na garganta com inflamação”⁹⁷. Porém, o caso de Francisco Firmino Lopes, parecia ser mais grave. O trabalhador braçal já apresentava esses sintomas há mais de quatro dias, tempo em que para a previsão de uma simples gripe seria o “suficiente para se restabelcer”⁹⁸.

⁹³ *A Imprensa*, 27 out. 1918.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ *A Imprensa*, 28 out. 1918.

⁹⁷ *A Imprensa*, 26 out. 1918.

⁹⁸ Idem.

O que chamava atenção no caso de Francisco Firmino Lopes, e que já começava a amedrontar, eram as “complicações sob a forma de bronchite capillar e pneumunia, donde pode resultar a morte”⁹⁹. O destino de Francisco lhe havia reservado ter a gripe espanhola com causadora de sua morte. A doença nesse caso, assim como nos restante dos acometidos podia ser “concebida como mera contingencia, como desvio no curso normal dos acontecimentos” (NASCIMENTO & SILVEIRA, 2004, p. 16), tinha um papel decisivo na dinâmica dos acontecimentos, nas histórias individuais dos sujeitos, bem como, da cidade.

Diante do primeiro caso suspeito da *influenza*, com óbito, a imprensa toda “na sua finalidade doutrinária e informativa tem bordado commentários em torno da epidemia reinante”¹⁰⁰. Os primeiros estavam diretamente ligados às informações gerais sobre a doença, notificando a população sobre a sua ação danosa e a opinião dos médicos no trato da mesma. No alto da página dois, a edição de 28 de outubro de 1918, estampou o título “A *influenza* espanhola” tecendo as mais diversas informações sobre o mal que assolava a cidade da Parahyba. Muito mais que avisar a população, era uma forma do jornal *A Imprensa* estar à frente dos concorrentes disseminado conhecimento. A primeira descrição do jornal dedicou-se a atuação do vírus na Europa. Vejamos:

As summidades médicas d’aquém e d’além-mar tem estudado o assunto sob suas várias modalidades sem afinal chegar – força é confessá-lo – a conclusões irretorquíveis e decisivas como as requer a angústia dolorosa do momento. Espontada na Espanha, onde atacou oito milhões de indivíduos muito hão discutido as corporações scientificas sobre se o terrível morbus é mesmo aquele que em 1889 assolou o mundo sob idêntica face epidêmica¹⁰¹.

A doença preocupava exatamente por seu caráter mortífero. Por onde passava, deixava centenas de corpos falecidos, e por mais que avançasse nos estudos sobre o mal, “a medicina ainda não conseguiu insular o micróbio, apesar dos estudos feitos na Inglaterra, França e Alemanha”¹⁰². Chegou-se a cogitar que seria o *bacilo de Pfeiffer*¹⁰³, mas logo a possibilidade fora descartada. Sabia-se que qualquer que fosse o gérmen dessa moléstia, o certo é que era avultado o número de corpos vitimados na Europa e no Brasil.

Na cidade da Parahyba “a *influenza* agrava-se dia a dia, e na opinião judiciosa de um dos reputados clínicos, assume um aspecto um tanto temeroso e amedrontador”¹⁰⁴. Era grande

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ *A Imprensa*, 28 out. 1918.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² *A Imprensa*, 28 out. 1918.

¹⁰³ Bactéria que provoca meningites e septicemias, ambas geralmente em crianças, infecções do ouvido médio, celulite e mais raramente outras doenças como pneumonia.

¹⁰⁴ *A Imprensa*, 28 out. 1918.

o numero de enfermos “e seria querer imbaír a credulidade pública, obscurecer que não raras são as vítimas”¹⁰⁵. Seria o vírus seletivo? Por que o jornal *A Imprensa* afirmou com convicção que só a classe trabalhadora se encontrava acometida da tal gripe?

“Encontram em prementes circunstancias famílias inteiras atacadas sem ter alimentos nem remédios”¹⁰⁶. Assim, iniciava o texto referente ao grupo de trabalhadores, homens e mulheres pobres que sentiam seu corpo esquentar pela febre e ao mesmo tempo tremer de frio. Francisco Firmino Lopes teria sido o anunciador do vírus que dizimava pobres? É interessante destacar que nas notícias publicadas no jornal *A Imprensa* não aparece sequer um membro da elite que teve seu corpo invadido pela *influenza* espanhola. Dois aspectos se tornam visíveis diante dos fatos: a crítica ao *Serviço de Hygiene Pública do Estado da Paraíba* e a “benevolência” da *Arquidiocese da Paraíba*. Vejamos caso a caso.

Na edição de 21 de novembro de 1918, o jornal foi incisivo: “A saúde pública na Parahiba está a cargo de uma Repartição inadequada e em condições de colimar a sua finalidade”¹⁰⁷. Além dessas, outras palavras proferidas, quando a gripe espanhola não era apenas notícia de jornal, eram impressionantemente agressivas em suas considerações ao *Serviço de Hygiene* considerado “inadequado”, em cuja atuação “funesta”, encontrou sérias “barreiras” no tratamento da doença que graças à “negligencia da hygiene” de uma *Repartição* “desvalida” que não poderia garantir sequer “certa immuidade” contra a *influenza*.

Já que, segundo o jornal, o *Serviço de Hygiene* pouco se movimentou para tratar dos *influenzados*, coube ao periódico a tarefa de informar a população os meios cabíveis de evitar a proliferação da enfermidade. Já que parecia não existir um remédio específico que trouxesse a cura imediata, faziam-se necessárias “medidas de salvação pública imediata para esse lastimável estado de cousas”¹⁰⁸.

A gripe ou *influenza* teria na profilaxia individual alguma probabilidade de êxito e eram essas medidas pessoais, publicadas pelo jornal, que, indicava apesar de suas reconhecidas limitações essa possibilidade. Essas medidas eram descritas por médicos e publicadas em jornais, a maioria delas, em periódicos de outros estados e republicadas na íntegra n’*A Imprensa*. Essas falas são “reveladoras, que mesmo assumindo os limites do conhecimento da medicina, indicava o saber médico como aquele que desvendava (e poderia

¹⁰⁵ *A Imprensa*, 30 out. 1918.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ *A Imprensa*, 21 nov. 1918.

¹⁰⁸ *A Imprensa*, 28 out. 1918.

continuar revelando) os enigmas da doença que era microbiana, endêmica e mundial” (BERTUCCI, 2003, p. 202-203).

Seria o que Michel Foucault (2009) chamou de “política geral de verdade”, ou seja, tipos de falas que acolhe e faz funcionar como verdadeiras e centradas na forma do discurso e nas várias instituições que o produzem. A verdade é entendida como um conjunto de regras segundo as quais se atribui ao verdadeiro, efeitos específicos do poder, delimitando dessa forma, o que é verdadeiro. Tudo aquilo gerado dentro desses parâmetros também recebe o *status* de correto, tendo assim, força. Assim, a verdade estaria diretamente ligada a sistemas de poder.

Dessa forma, a gripe espanhola, mesmo colocando em “xeque o saber da ciência, era apresentada como um desafio que, se não fora ainda dominado, estava, pelo menos, desvendando em suas características gerais” (BERTUCCI, 2003, p. 203). O alastramento da gripe espanhola pela cidade da Parahyba, pelo Brasil e pelo mundo revelou a própria natureza do discurso científico que é constituído como “tendo o poder de decifrar, pelas operações intelectuais do entendimento, um dado objeto – a doença -, mesmo que em operação não realizada de uma única vez” (BERTUCCI, 2003, p. 203).

E, assim como recomendação do jornal *A Imprensa*, a “prophylaxia e tratamento da *influenza* espanhola têm sido muito discutidos”¹⁰⁹. Além da recomendável e rigorosa higienização da boca e das fossas nasais, aconselhava-se que, “as medidas de hygiene pública e particular deve ser rigorosíssimas na presente situação sanitária, insistindo na renovação do ar das habitações com ventilação nos domicílios”¹¹⁰. Talvez a recomendação mais importante seja a de o “contato com os influenzados deve ser absolutamente evitado”¹¹¹. Caso alguma família registre dentro de seu lar um infectado com a gripe espanhola deve-se observar que:

Elles ao tossir, espirrar, cuspir ou escarrar, devem trazer a bocca o lenço, para que o micróbio não se transmita pelas gotículas de saliva do muco-nazal que os doentes lançam no ar nessas ocasiões. Além de recomendar uma desinfecção acurada da garganta e fossas nasais com freqüência nas pessoas que tenham ou não contato com os influenzados¹¹².

No tratamento dos *influenzados* os médicos receitavam “com probabilidade de êxito o quinino, o limão e o repouso completo no curso da enfermidade que dura de quatro a oito dias

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ *A Imprensa*, 30 out. 1918.

¹¹¹ *A Imprensa*, 28 out. 1918.

¹¹² *A Imprensa*, 30 out. 1918.

se for branda”¹¹³. O quinino é um medicamento utilizado na cura de inúmeros males desde o período colonial, em especial no combate às febres que grassavam pelo território nacional, em especial no combate à malária. Conforme Liane Maria Bertucci, no Brasil

a cinchona peruana, como a quina era também conhecida, alcançou importância redobrada a medida que as incursões pelo interior vitimavam, com febres terçãs, quartãs, perniciosas ou intermitentes, homens que nomeavam de diversas maneiras aquilo que muitas vezes os mataria (BERTUCCI, 2003, p. 199).

Em 1918, devido à grande massa de *influenzados* espalhados por todo o país, fez com que crescesse a fabricação do sal de quinino, também conhecida por “aspiração dos higienistas” do país. O governo federal liberou crédito para a produção da substância que foi produzida pelo Instituto Butantã. No momento em que a gripe espanhola invadiu os corpos de homens e mulheres, fazendo elevar a temperatura, os sais de quinino foram imediatamente requisitados.

Com o crescimento da quantidade de enfermos, a procura por remédios e formulas cresceu muito, fazendo com que seus preços também se elevassem. O quinino era o medicamento mais caro, sendo comercializado a 320 mil-réis o quilo, no início dos registros dos casos de gripe espanhola. Com o crescimento da procura, a quina passou a custar 450 mil-réis. Na cidade da Parahyba, a procura era significativa, em especial, devido ao fato de as “injeções e doses de quinina serem aconselhadas como ótimos preservativos pelo sábio Dr. Carlos Chagas”¹¹⁴.

O jornal *A Imprensa* imprimia na seção de anúncios e publicidades uma grande quantidade de medicamentos utilizados para cura de mazelas, gripes em geral, dores, feridas, dentre outras. No ano de 1918 o *Xarope de Grindélia* era um “poderoso calmante, tônico e expectorante”¹¹⁵ contra a tosse e moléstias do peito, e encontrava-se a venda em qualquer farmácia e drogaria, ou o *Contratosse* que é o

remédio mais sensacional dos últimos tempos é o ideal contra a tosse, cura a bronquite, asthma, coqueluche, constipações, falta de somno, escarros sanguíneos, inflamação na garganta, dôres no peito e nas costas. Na tuberculose é efficacíssimo. Enfim, cura a tosse, doenças do peito, bronchios, da garganta e dos pulmões. Milhares de atestados verdadeiros attestam o seu valor ideal. O Contratosse é agradabilíssimo, concretiza o catharro, faz expelill-o, augmenta o peso e é baratíssimo. ATENÇÃO – Aceitai só o CONTRATOSSE¹¹⁶.

¹¹³ *A Imprensa*, 27 out. 1918.

¹¹⁴ *A Imprensa*, 27 out. 1918.

¹¹⁵ *A Imprensa*, 26 mai. 1918.

¹¹⁶ *A Imprensa*, 13 jun. 1918.

Ou ainda as *Pílulas Contra Tosse* do Dr. Manuelito Moreira que sendo um “medicamento eficaz no tratamento da tosse alivia e cura em poucas horas essa impertinente moléstia. As suas propriedades calmantes e expectorantes, dão lugar a um efeito maravilhoso no tratamento de todas as moléstias das vias respiratórias”¹¹⁷. Deve ser utilizado nos mais diversos tipos de constipação e podendo ser comprado na *Pharmacia Rabello*.

É comum na transição da década de 1910 para 1920, encontrarmos em jornais e revisas da época anúncios de produtos com fórmulas reconhecidas cientificamente que recorriam a expressões indutoras ao almejado mundo das curas milagrosas, manipulando comercialmente uma fala que seduzia os leitores dos jornais¹¹⁸. Homens e mulheres, portadores de gripes, tuberculoses, lepras, pestes, fraquezas em geral, viam nesses anúncios a esperança da cura e retorno a uma vida normal. Para seduzir o leitor, essas propagandas sempre viam acompanhadas das referências do produto e seus produtores que se intitulavam “doutor”, “farmacêutico”, “químico”, dando credibilidade ao produto. Vejamos o anúncio:

ATACADO DE INFLUENZA

O Exmo Sr. coronel Urbano Martins Garcia diz:

Attesto que há tempo tendo sido atacado de influenza, usei com grande proveito o *Peitoral de Angico Pelotense*, conseguindo dentro de muito pouco tempo debellar todos os symptomas dessa moléstia, ficando perfeitamente restabelecido. Além desse facto pessoal, possuo em minha família diferentes casos não só de influenza como de outras moléstias: resfriados, tosses, bronchites, etc, em que os doentes sob a benéfica influencia do *Peitoral Angico Pelotense* rapidamente ficaram curados.

Pelotas, 01 de maio de 1918.

Vendem-se em todas as pharmacias, drogarias e casas de commercio da cidade. Cuidado com as imitações e falsificações. Exigir o verdadeiro PEITORAL DE ANGICO PELOTENSE¹¹⁹.

É quase o segredo da felicidade. No anúncio, além de se fazer a descrição das doenças que cura, o remédio é atestado pela figura de um “coronel”, homem respeitado no auge da República Velha, o que assegura a eficácia do medicamento. Além da promessa de cura que seduz o leitor, o produtor disponibiliza o *Peitoral de Angico Pelotense* em todos os locais de venda de produtos para a cura e também em outros estabelecimentos de comercio como

¹¹⁷ *A Imprensa*, 30 dez. 1918.

¹¹⁸ É certo que o periódico católico não chegava às mãos de todos os grupos sociais. Fica, portanto, subentendido que os doentes que não tinham acesso a tal leitura recebiam pelas mãos de outras pessoas (médicos, enfermeiros, curandeiros, farmacêuticos, etc.) a indicação desses medicamentos.

¹¹⁹ *A Imprensa*, 19 nov. 1918.

mercados, barracões, lojas de artigos gerais. Afinal, só com “*Peitoral de Angico Pelotense* você será curado”¹²⁰.

Nenhum desses medicamentos afirma, em suas propagandas, a autorização ou participação em sua fórmula das normas de legislação sanitária. O que me faz pensar na ausência de uma educação sanitária não só na Paraíba, mas também em todo o país, pois esses anúncios circulavam nos jornais e revistas em grande parte dos estados. O que sabemos é que esses anúncios marcaram uma época e que simples promessa de cura era capaz de encantar aqueles que estavam acometidos de algum mal em seu corpo.

Outra forma divulgada de “cura” para a gripe espanhola fora a proposta do médico baiano Cassiano Mendes que prescreveu as “doses de salicina para evitar o mal ou para curá-lo num prazo de 24 a 36 horas”¹²¹. Na clínica onde o médico aplicou a substância teria ele “colhido ótimo resultado, não verificando com esse tratamento nenhum óbito dentre os dois mil atacados de *influenza* espanhola e submetidos a se tratamento”¹²².

Embora o jornal *A Imprensa* considere o *Serviço de Higiene Pública da Paraíba* ineficiente, foi sob sua orientação que para evitar a proliferação da *influenza* o governo estadual decretou a suspensão temporária das aulas públicas, o fechamento do cinema, a suspensão do Prado e qualquer outro lugar em que o ar não circulasse livremente ou que reunisse uma grande quantidade de pessoas. O mesmo aconteceu com as repartições vinculadas à *Arquidiocese da Paraíba*, que decidiu imediatamente dar férias antecipadas ao *Seminário*, ao *Colégio Pio X* e ao *Colégio das Neves*, além de suspender as solenidades de encerramento dos catecismos. Medidas que tranqüilizaram as famílias dos alunos e católicos da cidade da Parahyba.

Na manhã quente do dia 01 de novembro de 1918, um dia antes da comemoração dos mortos, o Palácio de Nossa Senhora do Carmo, localizado no centro da cidade da Parahyba, começava a receber os padres que com suas roupas longas e escuras circulavam no largo em frente ao prédio. Curiosos por saber os reais motivos do chamado do arcebispo os padres cochichavam entre si. Embora o sol já alto aquecesse os corpos debaixo das roupas quentes, podia-se naquele largo sentir o vento forte que diminuía consideravelmente o calor. Dentro do palácio, as cadeiras já estavam posicionadas de forma ordenada. A frente havia uma mesa coberta com uma toalha branca de renda. Em cima da mesa um crucifixo, um pequeno vaso com flores e alguns papéis. Tudo estava pronto. O arcebispo sentou-se em sua cadeira

¹²⁰ Idem.

¹²¹ *A Imprensa*, 28 out. 1918.

¹²² Idem.

majestosa. Estava prestes a dar início ao que no imaginário dos padres mais parecia um tribunal ou *conclave*¹²³.

Todos já posicionados em suas respectivas cadeiras, lhes foi anunciado a causa que os reunia ali: “Em face ao desenvolvimento pandêmico do terrível morbus e especiaes condições de desamparo das classes pobres, fora convocada essa reunião através do último número desta folha no Palácio do Carmo”¹²⁴. A convocação ainda afirmava que “faz-se necessário reunir a assembléia convocada, composta por padres e associações católicas para tomar sérias medidas que devem logo tomar forma de vulto”¹²⁵, pois mesmo sendo considerada “uma pandemia, segue o curso normal de seu desenvolvimento”¹²⁶. No Rio de Janeiro o médico Carlos Chagas registrou extinta no começo de mês de novembro a gripe espanhola, fato que na Paraíba parecia está distante, pois, além de registrar cotidianamente novos casos da doença, as “pessoas atacadas continuam a necessitar de assistência material e moral de todos nós”¹²⁷.

Na manhã do dia seguinte circulou nas paginas do periódico católico um boletim expondo os meios práticos para resolver os problemas dos doentes desvalidos, criando a *Comissão Central de Socorros aos Influenzados Pobres*. Dentre as determinações acertadas na reunião estava a formação de equipes com finalidades diversas. A primeira tinha a função de realizar visitas “domiciliares para avaliar *de visu* das necessidades individuais efetuadas pelos congregados marianos, filhas de Maria e irmãs de Lourdes e zeladoras do Apostolado da Oração”¹²⁸; a segunda comissão era responsável pelas “compras realizadas e pela aquisição de gêneros alimentícios para pobreza”¹²⁹.

O arcebispo da Paraíba, Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques¹³⁰, fazia apelos diariamente não apenas nos sermões das missas, mas também por meio de seus discursos publicados n’*A Imprensa*:

Se não fora a ação da caridade pública nessa terra, que é consoladora, talvez que, a míngua de alimentos muitos teriam falecido. É de mister que os chefes de governo municipaes accorram solícitos a ajudar a ação dos vigários que não poupam esforços para a melhoria das populações assoladas.

¹²³ Conclave (do latim *cum clave*, que significa *com chave*) é a reunião em clausura muito rigorosa dos cardeais no momento da eleição do Papa. Os cardeais permanecem incomunicáveis com o exterior até haver um Papa escolhido.

¹²⁴ *A Imprensa*, 01 nov. 1918.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ *A Imprensa*, 14 nov. 1918.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ *A Imprensa*, 02 nov. 1918.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Foi o primeiro bispo da Diocese da Paraíba, criada pelo papa Leão XIII em 1892. Foi nomeado em Roma, a 2 de janeiro de 1894, e ordenação a sete do mesmo mês; como também foi o primeiro arcebispo diocesano em 14 de julho de 1914.

Que todos se unam para salvar as classes desprotegidas a mercê da terrífica doença¹³¹.

Conseguir uma grande quantidade de alimentos era a meta da *Comissão*. Para isso, foram colocados representantes dos grupos e movimentos católicos na intenção de saírem pelas ruas da capital pedindo auxílio. O primeiro contato dos jovens católicos com a população local fez com que o “bando precatório saesse as ruas conseguindo o valor de 406\$500 réis”¹³². Para facilitar o trabalho dos jovens e aumentar rapidamente a quantidade de alimentos e dinheiro arrecadado, foram criados postos de recebimento ou dispensas fixas de ajuda nas portarias do Seminário e da Freguesia de Lourdes, sendo “socorrido em ambas várias centenas de pessoas”¹³³. Uma atividade pela qual, o jornal *A Imprensa* fazia questão de publicar em suas páginas para exaltar a atuação da Igreja Católica diante o caos que se instalava na cidade, bem como, assegurar a falência do *Serviço de Hygiene Pública*. Tudo que fosse arrecadado deveria ser enviado para a comissão responsável pela divisão e entrega a população necessitada.

No dia 03 de novembro de 1918, a *Comissão de Compras* “supre as dispensas que socorrem uma multidão de pobres previamente abonados com cartões quando das visitas domiciliares que continuam”¹³⁴. As ajudas não param de chegar. As dispensas, assim como a comissão de jovens pedindo nas ruas, dão certo. Como forma de divulgar o trabalho realizado pela Igreja Católica, o periódico publicou, na edição de 10 de dezembro de 1918, sua prestação de contas:

¹³¹ *A Imprensa*, 14 nov. 1918.

¹³² *Idem*.

¹³³ *A Imprensa*, 03 nov. 1918.

¹³⁴ *Idem*.

Fonte: *A Imprensa*, 10 dez. 1918.

Embora esse seja o demonstrativo final das entradas e saídas da *Comissão Central de Socorros aos Influenzados Pobres*, alguns dados parecem ser omitidos. A edição de 02 de novembro de 1918 fala de uma doação no valor de 200\$000 réis feito pela *Sociedade Mecânica* para as responsabilidades dos doentes com médicos e remédios, e outra feita pela *União dos Retalhistas* que somou a quantia de 296\$000 réis para ser distribuído com a população carente. Mesmo diante de constatações como essas, é necessário mencionar a grande participação da Igreja Católica no tratamento à gripe espanhola na cidade da Parahyba. Só os moços do Seminário Diocesano trabalharam

piedosamente para levar conforto material e moral aos doentes desvalidos, que juntos aos congregados marianos labutam assiduamente nas dispensas que até a presente data já socorrem um mil setecentos e quarenta e duas pessoas assim distribuídos: 11184 pessoas de 314 famílias; e a dispensa de Lourdes 624 pessoas de 220 famílias¹³⁵.

As ajudas vinham de todos os lados: dos coronéis, das associações comerciais, das ajudas particulares de senhoras, de padres com boa situação financeira. Isso mostra não apenas que a doença é sempre um elemento de desorganização e de reorganização social, mas que o “acontecimento mórbido pode ser o lugar privilegiado de onde melhor se observa a significação real dos mecanismos administrativos ou das práticas religiosas, as relações entre poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma” (PETER & REVEL, 1976, p. 144).

No caso da cidade da Parahyba, fica constatada a deficiência do *Serviço de Higiene Pública* que, embora já estivesse organizado e institucionalizado desde 1911, ainda era ineficaz diante de epidemias ou qualquer outra situação que exigisse atuação ativa. A atuação do governo estadual via *Serviço de Higiene Pública* se deu exclusivamente na distribuição de alguns poucos medicamento e na doação de dinheiro para a *Comissão de Socorros aos Influenzados Pobres*. Ficou a cargo da Igreja a iniciativa de reorganização social diante ao grande número de vítimas da *influenza* espanhola, a impotência diante da morte e a exclusão dos doentes.

Divulgar as ações católicas já era missão do jornal *A Imprensa*. Portanto, a exaltação aos seus próprios feitos por essa instituição era diariamente publicada chamando a atenção do leitor para sua benevolência em tempo de gripe espanhola. Nenhum relato de um membro da elite constipado. Nenhuma notícia de morte vítima de *influenza* entre homens ilustres. Os motivos? Enfatizar a “preocupação” da Igreja Católica apenas com os pobres famintos e doentes esquecidos pelo governo local e criticar o descaso deste último para com a população que tinham seus corpos invadidos, enfraquecidos e conduzidos a um processo de desnaturalização: a morte.

Tomado o controle da epidemia, após quase três meses sob o governo do terrível mórbus, só restava ao jornal *A Imprensa*, publicar, no dia 12 de dezembro de 1918, a notícia de que “encerrou-e hontem o fornecimento de gêneros a pobreza desvalida convalescente da pandemia ora extincta”¹³⁶. Mesmo assim, a dispensa de Nossa Senhora de Lourdes continua a

¹³⁵ *A Imprensa*, 05 nov. 1918.

¹³⁶ *A Imprensa*, 12 de dez. 1918.

funcionar e “nesses últimos dias soccorreu do dia 29 de novembro até seu fechamento, 11.970 doentes de 5.149 famílias”¹³⁷, segundo a última nota lançada pela *Comissão*.

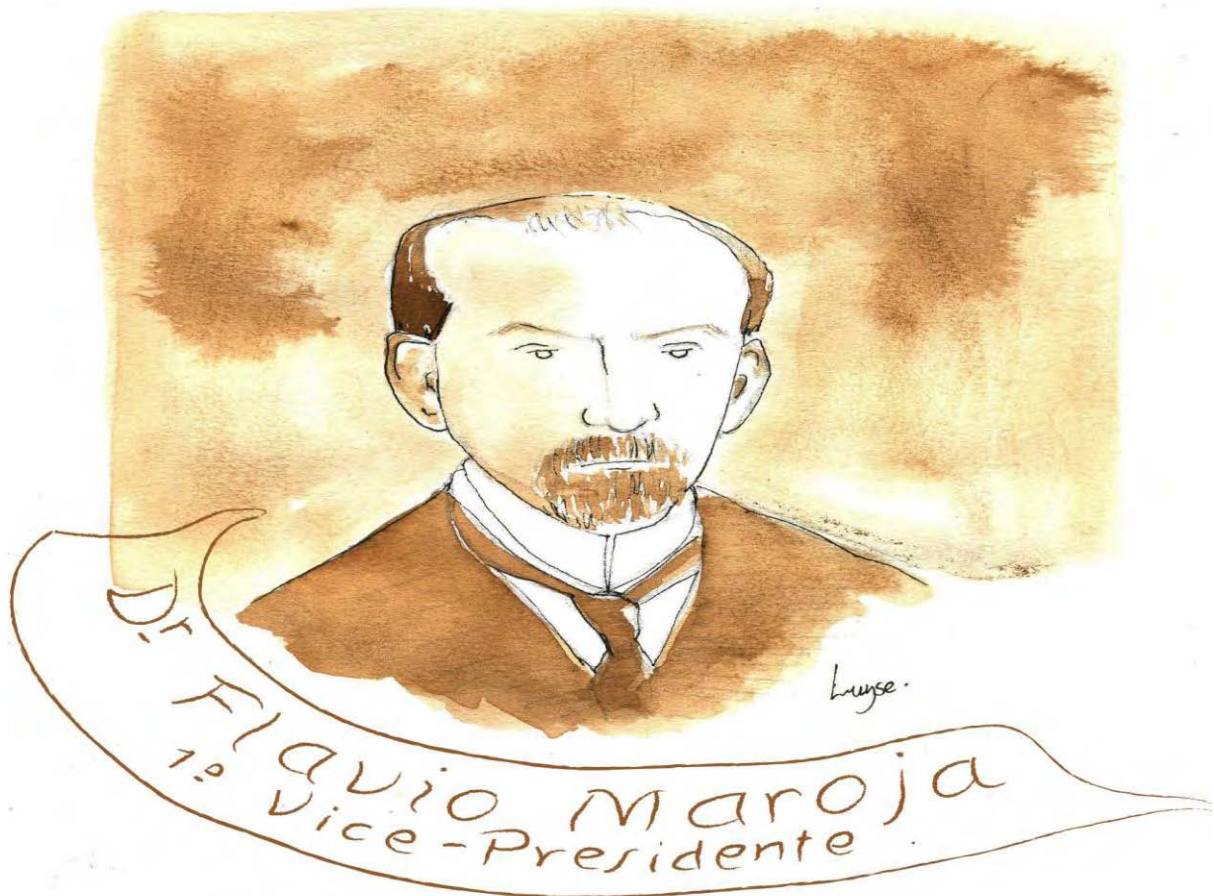
Após apresentar ao meu leitor a organização da cidade da Parahyba por meio dos aspectos biográficos de Alexandrina Maria da Conceição no final do século XIX e do garboso Almofadinha no começo do século XX; analisar a postura dos médicos, sua formação e atuação diante da *Inspeção de Higiene*, e, por fim problematizar a formação e institucionalização do *Serviço de Higiene Pública* durante dois momentos: 1912 com a peste bubônica em Campina Grande e em 1918 diante a epidemia de gripe espanhola, passo a discutir a biografia do médico sanitarista Flávio Maroja que postulou teorias eugênicas e higiênicas na regeneração moral e física de homens e mulheres. Tinha início na Paraíba a adoção de uma educação higiênica.

¹³⁷ Idem.

Capítulo III

Flávio Maroja e suas lições sobre higiene e eugenia

“Os médicos tinham a função de divulgar teorias eugênicas de regeneração moral e física dos indivíduos [...] e métodos para eliminar os traços indesejados, uma profilaxia da fealdade”
(Renato Kehl)



3.1 “O illustre médico da hygiene”

Em mim não veja o homem político, mas o paraibano que desde o início de sua vida política, em 1889, sempre procurou ser útil a sua terra, amá-la e bem servi-la.

(Flávio Maroja, 1940)

Esse pensamento pode ser lido no epitáfio cravado em bronze e colado ao túmulo do médico sanitarista Flávio Maroja, no cemitério Senhor da Boa Sentença. Como político e homem de atitudes moderadas, distribuía, cotidianamente, aos que encontrava seu cartão de médico contendo os mesmos dizeres – *ser útil a sua terra, amá-la e bem servi-la* –, divulgando, assim, o trabalho realizado durante toda a sua vida: as modificações no campo da saúde e da higiene pública na Paraíba. Foi pioneiro no estudo das questões médico sanitárias, fazendo aflorar as primeiras preocupações com a medicalização na cidade da Parahyba. Para melhor entender esse personagem, fiz a opção de contar-lhes um pouco de sua história, que tem início no século XIX.

Dona Francisca Leocádia já havia preparado todo o enxoval da criança com muito esmero, assim como seu próprio enxoval, contendo camisolas e toucas de linho bordado. Seu marido, Manoel Ferreira da Silva Maroja, desde a notícia da gravidez de sua esposa, mandou cuidar do galinheiro para assegurar as gordas galinhas que “ficavam reservadas para as canjas do resguardo, bem como, um maço de alfazema destinado as defumações, umas casquihas de romãs secas e um pouco de óleo de amêdoas” (CASTRO, 1945, p. 311). A mãe, prestes a parir, provavelmente já havia perfumado as roupinhas da criança e colocado uma figa rósea de coral para evitar os maus olhares, como mandava a tradição da época.

O cotidiano da Fazenda Chaves, localizada no município de Pilar, ficaria agitado com o nascimento de mais uma criança na família Maroja. Os cuidados com esse nascimento pareciam ser os mais imprescindíveis para a ocasião. A parteira, com longo histórico de nascimentos na família, chegou para realizar o parto com semanas de antecedência, tornando-se quase um membro da casa. Consigo, trouxe a bagagem,

cuja peça principal era uma cadeira de quatro pés, de altura comum, cujo assento diferia das demais pelo orifício, em meia lua, talhado no assento [...] além da cadeira uma tesoura, fios para o cordão umbelical, um ponto de lã de ovelha para o caso de uma necessidade urgente e o resto era arranjado na própria casa da família (CASTRO, 1945, p. 312).

Essa mulher, assim como todas as parteiras da época, guardava, em sua memória, o conhecimento do parto e, em seu repertório, uma boa quantidade de rezas no caso de anormalidade. Era geralmente chamada de “comadre”. É a mulher que realiza uma série de manobras obstetrícias, conduz fortes orações, amarra largas faixas de algodão sobre o ventre das grávidas para comprimi-lo ou, até mesmo, solicita a presença de uma “cueca do marido da parturiente com a finalidade de acelerar o trabalho de parto” (CASTRO, 1945, p. 312). Nossa Senhora do Bom Parto era a protetora das parteiras e das parturientes. Era para ela que se apelava nos casos de complicações durante o parto.

No dia 01 de setembro de 1864, em que o vento frio do fim de inverno solapava os ambientes, Dona Francisca Leocádia sentia suas primeiras contrações. Chegara a hora tão esperada. Corria pela casa um verdadeiro alvoroço: bacias com água quente, as empregadas apressadas iam e vinham, de forma solícita, numa atitude de devotamento, e toda a família preocupada, aguardando o grito do bebê ou o cheiro da alfazema, que era significativo. Pouco tempo depois, nascia a criança, que recebeu por nome de batismo Flávio Ferreira da Silva Maroja.

Após o parto, em “que tudo correu bem” (CASTRO, 1945, p. 313), as atenções voltaram-se para a criança. O primeiro banho dado pela parteira fora em água perfumada, numa

grande bacia, em cujo fundo se colocava uma jóia para “dar sorte”; um umbigo recebia um curativo imediato, um pouco de pó fino de romã torrada [...] mãe e filho eram envolvidos em cintos de tecidos fortes e a parturiente, durante o resguardo, tinha que trazer os ouvidos arrolhados com mechas de algodão; era preciso evitar as correntes de ar e, por isso, os quartos se conservavam semi-fechados, enquanto a parteira queimava alfazema em uma vasilha com brasas (CASTRO, 1945, p. 313-314).

O corpo da criança era o primeiro a ser higienizado e bem cuidado. O banho perfumado de alfazema, além de afastar os “maus olhados”, servia para retirar do corpo toda sujeira deixada pelo parto. O primeiro banho deveria ser muito bem feito e com cuidado, pois o próximo só ocorreria “no oitavo dia, se fosse morno, e frio, só no fim do resguardo” (CASTRO, 1945, p. 314). A parteira era a responsável pela higienização dos corpos da criança e da mãe, limpando-os todo, trocando os lençóis sujos de sangue e assegurando, por meio do asseio, o combate a qualquer tipo de infecção.

Quando criança, o menino aprendeu as primeiras letras na cidade de Pilar, transferindo-se, já rapazinho, para a cidade da Parahyba, onde cursou, no Lyceu Paraibano, o curso de Humanidades, concluindo-o em 1883. Da Paraíba partiu para Salvador, onde iniciou

o curso de médico na “Faculdade de Medicina da Bahia, concluindo os dois últimos anos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1888, onde defendeu a tese *A talha hypogástrica poderá diminuir as indicações da litrotícia e das diferentes espécies das talhas perineais?*” (SILVA, 2009, p. 72).

Já médico formado, retornou à Paraíba, onde contraiu matrimônio com Dona Maria da Purificação Carneiro da Cunha em julho de 1889, união que contribuiu para uma forte presença de Flávio Maroja na política local. Ocupou, enquanto político, os cargos de Intendente Municipal (1889), Deputado à Constituinte Estadual¹³⁸ (1891), Deputado à Assembléia¹³⁹ (1916-1919) e Vice Presidente do Estado na gestão Sólton de Lucena (1920-1924).

Fez carreira médica no Exército, ingressando, por meio de concurso, na área do Corpo de Saúde em abril de 1890. Em 1891, foi promovido ao posto de Capitão e enviado para servir em Goiás, assumindo a direção da Enfermaria Militar. Partindo da Paraíba, “fez longa e penosa viagem, naquele tempo, a cavalo, indo servir aquele povo” (CASTRO, 1945, p. 178). Durante sua permanência de quase “dois anos em terras goianas, onde desempenhou uma medicina humana, voltada para classe pobre, é vítima de uma beribéri, e vem com licença médica à Paraíba” (SILVA, 2009, p. 74). Com a saúde fragilizada,

regressou para o Rio de Janeiro, para ser inspecionado pela Junta de Saúde, quando então recebe o diagnóstico de congestão cerebral e licença para tratamento, com permissão para tratar-se na Paraíba. Assim, de licença, em licença, obteve a demissão do Exército por incapacidade física em 11 de maio de 1894 (SILVA, 2009, p. 74-75).

Continuou atuando como médico na Cidade da Parahyba, dedicando-se, em especial, a clinicar¹⁴⁰. Os relatos encontrados sobre o médico são os melhores possíveis, em se tratando de sua personalidade política ou profissional. Oscar de Castro o elegeu “um dos melhores clínicos, e como homem de ciência, um estudioso, senão o maior interessado dos nossos

¹³⁸ Com a chegada da República, foi montada uma junta governativa militar que nomeou Venâncio Neiva para governar o Estado da Paraíba. Ele foi responsável pela “dissolução” dos partidos Conservador e Liberal no estado, escolhendo pessoalmente os deputados que formariam a Assembléia Constituinte. Na lista, embora houvesse novos nomes, ainda eram encontrados antigos conservadores, na intenção de votar uma Constituição. Foi nessa primeira lista que o médico Flávio Ferreira da Silva Maroja atuou. Porém, mesmo sendo eleito para o quadriênio 1891-1894, essa Constituinte foi dissolvida em 13 de janeiro de 1892, em consequência da mudança do governo federal de Deodoro da Fonseca para Floriano Peixoto e, na Paraíba, de Venâncio Neiva para Álvaro Machado. Ver: *Memória da Assembléia Legislativa* (MARIZ, 1987).

¹³⁹ Nessa ocasião, o Dr. Flávio Maroja já possuía um destaque político mais acentuado, atuando como Presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e se dedicando a cargos junto à saúde pública do estado.

¹⁴⁰ Flávio Maroja desempenhou várias funções relevantes na medicina: foi diretor da *Santa Casa de Misericórdia*, chefe da *Saúde dos Portos*, participou da fundação da *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba* e do *Instituto Vacinogênico*.

problemas médico-sanitários” (1945, p. 178); Celso Mariz assegurava ter sido o Dr. Flávio Maroja “um homem equilibrado, honesto, operoso e um cidadão para quem o Estado era entidade sagrada que devia se respeitar, amar e servir acima de tudo” (1922, p. 194), “um elevado espécime espiritual e moral do passado que bem merece as honras do presente” (1987, p. 74), ou ainda, nas palavras de Humberto Nóbrega, “um cidadão de peregrinas virtudes morais, profissionais e cívicas, dedicando um zelo especial à Pátria, à família, à profissão e às entidades que pertencia” (1979, p. 89).

São pertinentes as declarações acerca da figura do médico sanitaria. Elas se acentuam, em especial, durante o momento em que chega a vice-chefia do governo estadual no quadriênio 1920-24. É válido ressaltar que o discurso médico divulgado nos jornais é fruto de uma relação de poder exercido por Flávio Maroja, em especial, devido às posições políticas que ocupou durante sua carreira enquanto funcionário público e aos cargos de confiança. O discurso do sanitaria é a fala do Estado. Na década de 1920, por exemplo, as denúncias realizadas através de seus textos, nos anos anteriores, cedem lugar a uma série de medidas de higiene moderna, por meio da propaganda. Bastou chegar ao poder político, para “perceber” que a cidade da Parahyba possuía um melhor serviço de higienização e uma melhora na saúde pública. Restava, naquele momento, dar início, no meio médico e depois na sociedade, a uma propaganda, a uma política de educação hígida através das idéias eugenista e higienista que começavam a circular pelo Brasil.

O médico sanitaria sempre afirmava que o Hospital Santa Isabel, o Instituto Histórico e a Sociedade de Medicina constituíam suas principais preocupações. Porém, vale ressaltar que seu grande trabalho deu-se no sentido da higienização e dos cuidados com a saúde pública. Num momento em que uma série de epidemias – a varíola, a peste bubônica – assolavam a população paraibana, o Dr. Flávio Maroja, atuando como médico do Porto, propôs a criação do *Instituto Vaccinogenico*. É o que revela a notícia abaixo:

O Governo do Estado e o illustrado corpo médico desta cidade, por iniciativa do Dr. Flávio Maroja, médico da saúde do Porto, *estão vivamente empenhados na criação de um instituto vaccinogenico* nesta capital. A respeito desse importante melhoramento, entendemos hoje pelo telephone com o nosso amigo dr. Flávio Maroja e este attendendo promptamente ao nosso inquérito, comunicou-nos, *cheio daquele entusiasmo que o caracteriza quando se cogita do progresso da terrinha parahybana*, que espera ver brevemente realizado o seu objectivo, pois pelas cartas que tem trocado com o seu collega do Recife dr. Eustachio de Carvalho e pela boa vontade que lhe manifestou o Dr. Castro Pinto, *pode congratular-se com os*

*seus patrícios pela vitória dessa idea tão auspiciosamente acariciada pelos pró-cidadãos parahybanos e de grande momento entre nós*¹⁴¹.

A notícia que circulou no periódico católico faz referência ao empenho do médico sanitarista em criar na capital uma repartição destinada à vacinação para o combate às doenças contagiosas, bem como a figura acessível e solícita que demonstrava ser o médico e político. Prática comum entre alguns políticos da época, pois o jornal *A Imprensa*, da mesma forma que exaltava certas figuras, também fazia severas críticas. A imagem política de Flávio Maroja é amplamente divulgada como “o amigo do povo”, aquele que “cogita o progresso”, que “congratula-se com os patrícios”, que está “vivamente empenhado” e que atende prontamente, “cheio de entusiasmo”, a todos. O referido jornal ainda faz o alerta:

Serão baldadas quaisquer medidas nesse sentido enquanto as autoridades competentes não agirem no sentido de livrar a cidade das esterqueiras e depósitos de lixo existente em seus arredores e que são feitos pelos próprios carroceiros encarregados pela prefeitura desse serviço¹⁴².

Já no começo do século XX, Flávio Maroja começou a fazer suas articulações em defesa da higiene pública. Foi na Santa Casa de Misericórdia que atuou fortemente, atendendo a população, local onde surgiram as principais ideias de criação das instituições das quais foi fundador. A *Sociedade de Medicina e Cirurgia*¹⁴³ foi pensada para agrupar os médicos, “mostrando como, reunidos, melhor poderiam trabalhar pelo interesse da classe e concorrer para a melhoria da medicina em nosso meio” (CASTRO, 1945, p. 374). Criada em 16 de fevereiro de 1924, sob os domínios da *Santa Casa de Misericórdia*, a Sociedade tinha a função de realizar eventos destinados à divulgação do conhecimento médico para os membros sócios. Nesse sentido, Flávio Maroja, atuando como Vice Presidente do órgão, contribuiu, por sua popularidade e conhecimento científico, para o aumento do número de sócios e, posteriormente, para a criação da *Revista de Medicina*¹⁴⁴.

¹⁴¹ *A Imprensa*, 09 out. 1913. Grifos meus.

¹⁴² *A Imprensa*, 09 out. 1913.

¹⁴³ Eram membros da *Sociedade de Medicina e Cirurgia* os principais médicos da cidade: Dr. Flávio Maroja, J. M. Cavalcanti de Albuquerque, Manoel Veloso Borges, Elpidio de Almeida, José Teixeira de Vasconcelos, José de Seixas Maia, Silvino Nóbrega, Joaquim Correia de Sá e Benevides, Octávio Ferreira Soares, Lima e Moura, dentre outros. Durante a segunda metade da década de 1920, as reuniões passaram a ocorrer no salão nobre da *Academia de Comercio Eptácio Pessoa*, depois se instalando na rua das Trincheiras, onde foi construído um palacete para ser a sede da Sociedade. Lá, eram realizadas as sessões ordinárias e solenes, conferências e eventos científicos, como a Semana de Tuberculose e Semana Antialcoólica. Ver: *Medicina na Paraíba* (CASTRO, 1945).

¹⁴⁴ Revista científica da Sociedade de Medicina e Cirurgia responsável por expressar os trabalhos escritos pelos médicos paraibanos e outros médicos de renome nacional e também as atividades culturais do meio médico. Ver: *Medicina na Paraíba* (CASTRO, 1945).

Como estudioso do tema da medicalização, estudou “porfiadamente a Shistozomose na Paraíba e tinha sobre esta doença observações próprias” (CASTRO, 1945, p. 179), e também aspectos da peste bubônica, além de pesquisar sobre o saneamento no vale do Gramame. Deixou uma vasta produção em forma de artigos, publicados nos jornais em circulação na cidade da Parahyba e na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*¹⁴⁵. Em *A nossa hygiene, considerações gerais* (1911), Flávio Maroja revela a necessidade de um estudo que fale

sobre a nossa antiga edificação, sem arte e sem esthetica, sem ar e sem luz, ou verse sobre a nossa alimentação, não sujeita a meticolosa fiscalisação, ou verse ainda sobre a água que ingerimos, colhidas quase sempre em fontes onde não se observa sequer os meios de seu asseio e conservação, o resultado será que *a hygiene de nossos dias não leva grande vantagem a hygiene que nos legaram nossos antepassados!* (MAROJA, 1911, p. 431. Grifo meu)

Escrito em 1905 e publicado em 1911, o artigo fazia a denúncia da situação de insalubridade da cidade da Parahyba, afirmando que pouco havia mudado em relação aos séculos passados quando se tratava de higiene. Uma cidade relativamente populosa¹⁴⁶ para seu tamanho, mas que “não conhece as regras mais comesinhas da hygiene domiciliária” (MAROJA, 1911, p. 431). Requisitava uma “phase de remodelamento e utilidade pública”, assim como a construção de canais “d’água e exgôto”, pois só empenhando-se “nessa humanitária campanha salvaremos o futuro das futuras gerações” (MAROJA, 1911, p. 432).

O texto está dividido em três partes numeradas: na primeira, o autor expõe a situação de insalubridade da capital e a falta de uma educação e/ou propaganda higienista; na segunda, é feita uma comparação entre a cidade da Parahyba e a situação da higiene na capital de outros estados, como Pernambuco e Ceará, sendo que estas capitais, “primam pela sua bella construcção, dotada de hygiene natural por ter a vantagem de ser constantemente lavada pela brisa marinha [...] e a saúde pública é completamente garantida por uma polícia sanitária, preventiva e curativa, capaz de admiração” (MAROJA, 1911, p. 433); na terceira e última parte, o autor volta a fazer denúncias sobre a falta de higiene pública, mas já assinalando a possível realização de uma modernização sanitária a partir da atuação dos médicos e dos poderes públicos. Uma etapa importante desse processo seria informar a população dos riscos gerados por jogar lixo e fezes nas ruas, do cuidado com as águas, com os alimentos. Ou seja,

¹⁴⁵ O veículo de maior destaque na divulgação das idéias desta instituição e a mais importante Revista na área de História até a fundação da Universidade na Paraíba. A primeira Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano foi publicada em 1909, cinco anos, portanto, após a criação da entidade. Ver: *Intrepida ab origine* (DIAS, 1996).

¹⁴⁶ A cidade da Parahyba possuía cerca de vinte e cinco mil habitantes. Ver: *A nossa hygiene* (Maroja, 1911).

uma higienização preventiva, pelo menos enquanto “a nossa municipalidade se aparelhe dos necessários e indispensáveis elementos de ação” (MAROJA, 1911, p. 436).

Os jornais em circulação na época, a exemplo de *A União* e de *A Imprensa*, eram veículos muito utilizados para a publicação e divulgação das propostas de higiene relacionadas à cidade e, especificamente, ao corpo. Eram notícias que apresentavam um teor médico-sanitário, um caráter de depreciação moral, de prevenção, de informação e de educação. Durante a epidemia de peste bubônica na cidade de Campina Grande em 1912, várias correspondências publicadas no jornal *A União* “contribuíram para informar a população sobre o que se tratava a doença, o que fazer para prevenir e, principalmente, assegurar que o mal não chegasse à capital da Paraíba” (SOARES JR, 2010, p. 8). O tema envolvendo a higiene do corpo é apresentado de forma mais explícita no artigo *O beijo sob o ponto de vista higiênico*, de que trataremos mais adiante e em que fica visível uma política educacional atrelada a uma conduta moral que envolve os cuidados com a higiene da boca, do rosto e das mãos.

Foi na imprensa que Flávio Maroja deixou

copiosa produção científica, sobre os mais diversos problemas de higiene e também estudos sobre a agricultura, assim como, um ‘*Estudo sobre a cultura do côco, indústria lucrativa e doenças do coqueiro*’ [...] e no campo da medicina como [...] amigo particular de Oswaldo Cruz, com quem se correspondia, o ilustre médico tinha amizades, dentro e fora da sua classe (CASTRO, 1945, p. 180).

Atuou ainda como poeta, assinou seus versos com o pseudônimo *Gil*. Seus versos, assim como seus artigos, eram cotidianamente publicados nos principais jornais da cidade da Parahyba. Sua poesia variava entre o humor quase trágico, o cotidiano pitoresco e as biografias. Como vemos no poema abaixo:

Fiasco horrendo!...

Tinha o Barão de Jattaloque
Uma filha viúva, a Dona América,
Doente, franzina, um não me toque
Porque era, além de tudo, muito histérica.

Perdera o seu marido quando inda
Era moça, vivaz e um tanto linda;
E daí, vida torturada;
Dia a dia, se notava, mui agravada,
Por saudades que lhe tinha do espôso,
Que lhe dera um viver sempre de gôso!...

Compreendeu o Barão, no mundo feito,
Que p’ra aqui só um remédio, um jeito

Se fazia preciso em tal momento!...
 E tratou de arranjar outro marido
 P'ra filha que já tinha o pensamento
 De dizer ao barão: - nêsse sentido! (CASTRO, 1945, p. 186).

A tristeza de Dona América, ocasionada pela morte de seu marido, fez seu corpo ficar “doente, franzina, não me toque”, chegando a experimentar a loucura. Uma história de desgosto tratada em versos humorísticos. A história rimada nos versos de Flávio Maroja, ou melhor, de *Gil*, o denuncia. Não escapa ao pensamento do sanitarista, que escreve em forma de poesia, aspectos médicos, que aparecem nos termos “doente”, “histérica”, “torturada”, “agravada” e “remédio”, e aspectos referentes à higienização, ao afirmar que a “moça, vivaz e um tanto linda” é fruto do momento em que a beleza começava a ser associada à higiene do corpo, em que “o olhar sobre o corpo se enriqueceu inexoravelmente, acrescentando detalhes estéticos, indicações, palavras” (VIGARELLO, 2006, p. 103), uma atenção mais viva à pele, às formas e aos contornos.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP – “demonstrou a necessidade da fundação de um instituto que se consagrasse ao estudo e ao amor do passado [...] congratulando-se com os promotores dessa nobre idéia”¹⁴⁷. Assim, Flávio Maroja divulgava com alegria mais um de seus mimos. O médico, além de ser um dos fundadores, presidiu a casa “por vinte e quatro anos, nos períodos 1907/08 e 1909/32, quando foi eleito Presidente de Honra” (GUIMARÃES, 1995, p. 190).

A criação do IHGP, em 1905, seguiu o ideal proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – com o objetivo de “marcar a passagem de um “Brasil sem história” para um “Brasil com história” [...] sistematizar a história do Brasil e, através dela, dar uma identidade à nação” (DIAS, 1996, p. 7). Assim, uma das “políticas mais importantes empreendidas pelo IHGB foi o incentivo para a constituição de Institutos Históricos locais [...] e a idéia, defendida pelo IHGB é que os Institutos Históricos localizados fariam a História” (DIAS, 1996, p. 5-6). Um modelo que almejava “a construção de um passado que se pretendia singular, embora claramente marcado pelo perfil dos influentes grupos econômicos e sociais que participavam dos diversos institutos” (SCHWARCZ, 1993, p. 99). Os Institutos locais receberam a missão de construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de suas origens, organizar fatos, escrever a história dos grandes homens.

Com essa proposta, Flávio Maroja e os demais sócios fundadores do IHGP almejavam construir a História da Paraíba. A instituição passaria a ser a grande guardiã da história

¹⁴⁷ MAROJA, Flávio. [Termo da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano]. João Pessoa, 07 set. 1905.

paraibana¹⁴⁸. Durante os primeiros anos de atuação, o Instituto, sob a “presidência estimulante de Flávio Maroja, que dirigiu o Instituto nas duas primeiras décadas do século XX” (GUIMARÃES, 1995, p. 190), tornou-se a Casa da Memória da Paraíba.

Como vimos, Flávio Maroja passou sua vida conciliando o ofício de médico com a política e as entidades que ele mesmo ajudou a criar. Ainda hoje é lembrado na memória dos médicos, não apenas pela sua contribuição no processo de higienização da cidade e do corpo na capital paraibana, mas também, por aspectos pessoais que chamavam atenção, como sua “memória de elefante”, que “tinha a capacidade de reter, não somente fatos antigos, como também os mais recentes, em tal número de causar espanto” (CASTRO, 1945, p. 181). Durante os cinquenta anos que esteve à frente do Hospital Santa Isabel, “praticou uma verdadeira filantropia: visitava com frequência, as instituições de assistência aos pobres [...] levando palavras de conforto, e até, para as crianças, brinquedos e guloseimas” (SILVA, 2009, p. 74).

Já de idade avançada, aproveitava as horas destinadas ao repouso para proferir conferências sobre higiene às massas operárias nas fábricas de tecidos, em Santa Rita, e nos maiores estabelecimentos industriais da cidade da Parahyba, nas redações dos jornais e nas escolas públicas. Faleceu aos setenta e seis anos de idade, no dia 15 de fevereiro de 1940. Em vida, empenhou-se na árdua tarefa de implantar uma educação de corpos hígidos. Trouxe, nas primeiras décadas do século XX, o tema da higienização e eugenia para a discussão, e é essa temática que passo a abordar no decorrer deste capítulo.

3.2 O beijo: “um dos grandes perigos sociaes”

“O beijo por maior affecto de carinho, amor de amizade que traduza ou revele, deve ser abolido dos nossos costumes como medida prophylatica de alto valor social”. Com essa afirmativa, publicada na edição do jornal *A União*, de 14 de julho de 1916, o médico sanitarista Flávio Maroja revelava para a população paraibana a maldição do beijo. Algo que deveria ser evitado constantemente não apenas pelos enamorados, mas por todos que, de alguma forma, utilizassem o ato como forma de carinho. Um beijo poderia comprometer a saúde, colocar a vida em risco. Seria possível combater um ato cotidiano em algumas

¹⁴⁸ Vale ressaltar que os autores vinculados ao IHGP falam de *um lugar*. É reconhecer que a “História da Paraíba, descrita pela Revista, arraigada em nosso imaginário, simbolizada pelos monumentos e documentos, não é a História da Paraíba, trata-se de **uma** História da Paraíba [...] tem sua historicidade, seu lugar social, é portadora de interesses, vinculações políticas, organizada por idéias estabelecidas sobre História, educação, política e papel do historiador” (DIAS, 1996, p. 10).

famílias, em especial num momento em que as obras literárias descreviam atitudes que envolviam namoro e sentimento? Pouco provável, mas Flávio Maroja tentou.

Beijar tornou-se uma prática comum, não apenas para aqueles que se entregam às paixões, aos amores duradouros, aos que possuem a forma líquida, como também para aqueles que amam por vínculo de parentesco ou de amizade. O beijo da mãe com o filho, entre amigos, dos conhecidos, de irmão. A cena mostra uma realidade comum e desejada por tantas pessoas. Porém, de acordo com o artigo, tal prática parecia não ser muito bem vista.

Em *O beijo sob o ponto de vista higiênico*, além de alertar a população para os riscos de uma ação tão desejada por homens e mulheres, o autor afirmava a necessidade de um estudo

do beijo sob todos os aspectos dissecando-o com sciencia e arte, não lhe escapando mesmo aquele ‘ósculo insigne, que deu o infame Judas na face augusta de Jesus’, ósculo que nós vemos reproduzido fielmente todos os dias com a mesma hypocrisia e requintada falsidade nas cerimônias e festas sociaes¹⁴⁹.

Nesse momento, o beijo tornou-se um sério problema: representava uma via, um agente de fácil contágio de doenças, afinal, “todos elles offerecem maior ou menor somma de perigos positivamente manifestos e reconhecidos ao contágio pathogenico na trahição humana”¹⁵⁰. Perigo constante, o sanitarista alertava não apenas para os riscos da transmissão de doenças, mas também para os riscos políticos associados ao beijo de Judas. Nos eventos sociais, políticos encontravam-se, apertavam as mãos, beijavam suas faces, conheciam seus adversários e, em suas mentes, calculavam seus próximos atos¹⁵¹.

O beijo, uma das grandes representações de carinho, de paixão e de amizade, deveria ser banido dos hábitos da época, em favor de uma forma de higienização do corpo, ou como diria o sanitarista: “medida profilática de alto valor social”. O beijo no rosto, o beijo dos amantes, dos enamorados, beijo de pai, de mãe e, inclusive, o beijo religioso, dado no padre, eram sinônimos de ameaça. Todo o tipo de contato relacionado ao toque da boca. Um comportamento moralizante que determinava não trocar salivas nem qualquer tipo de afeto fosse com quem fosse.

Não era difícil, nos romances que circulavam pela cidade, encontrar histórias de amor que embalavam a imaginação de moças e rapazes. É o que pode ser observado no

¹⁴⁹ *A União*, 14 jul. 1916.

¹⁵⁰ *A União*, 14 jul. 1916.

¹⁵¹ A tendência da traição política, também presente no texto, é fruto de uma vida política do autor, que, além de funcionário público, exerceu vários cargos políticos, chegando a ocupar o posto de Vice Presidente do Estado da Paraíba no governo Solon de Lucena (1920-1924).

romance *A moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, introdutor no Brasil do amor romântico importado da França em meados do século XIX. Vejamos o diálogo entre os personagens Fabrício e Augusto:

O meu sistema era este – explica Fabrício:

Primeiro: não namorar moça de sobrado. Daqui eu tirava dois proveitos, a saber: não pagava o moleque para me levar recados e dava sossegadamente e a mercê das trevas, meus beijos por entre os postigos da janela.

Ora tu te lembrarás que bradavas contra o meu proceder, como inimigo de minha categoria de estudante; e apesar de me ajudares a comer saborosas empadas, quitutes apimentados e finos doces, com que as belas por vezes pagavam a minha assiduidade amantética, tu exclamavas:

- Fabrício, não convém tais amores ao jovem de letras e de espírito! O estudante deve considerar o amor como um excitante que desperte e ateie as faculdades de sua alma; podes mesmo amar uma moça feia e estúpida, contanto que sua imaginação lhe represente bela e espirituosa. Em amor a imaginação é tudo: é ardendo em chamas, é elevado as asas de seus delírios que o mancebo se faz poeta por amor.

Eu então respondia:

- Mas quando as camas se apagam, e as asas dos delírios se desfazem, o poeta não tem como eu, nem quitutes nem empadas.

E tu me tornavas:

- É porque não experimentastes o que nos prepara, o que se chama de amor platônico, paixão romântica (MACEDO, 1995, p. 74).

Mais adiante, esse amor platônico é representado pelo tão sonhado ato do beijo. Ouçamos: “Ainda não sentiste como é belo derramar-se a alma toda inteira de um jovem na carta abrasadora que escreve a sua adorada e recebe de troco, uma alma de moça, derramada toda inteira em suas letras, que tantas mil vezes beija” (MACEDO, 1995, p. 75).

Para Fabrício, no namoro já vinham empadas e beijos roubados inclusos; para Augusto, o amor “[...] era deitar-se no solitário leito e ver-se acompanhado pela imagem da bela que lhe vela no pensamento ou despertar no momento de ver-se em sonhos sorvendo-lhe nos lábios, voluptuosos beijos!” (MACEDO, 1995, p. 76). Fabrício parecia ser bem mais prático do que Augusto: beijos por beijos antes os reais que os sonhados!

Para Flávio Maroja, os romancistas e poetas faziam “apologia ao beijo, atribuindo-lhe o aroma inebriante das flores ou emprestando o brilho sedutor das cores vivas”, mesmo assim, o beijo deve “ser apreciado como um dos grandes perigos sociaes”¹⁵². Pela boca, ou melhor, pelo beijo, entrariam nos corpos doenças como a sífilis e a tuberculose, a lepra e a peste, o cólera e a febre amarela, a varíola e a gripe. Doenças que “tão facilmente se

¹⁵² *A União*, 14 jul. 1916.

transmitem pelo beijo perigoso e humido depositado na face, ou na boca da criança e do adulto”¹⁵³.

As palavras do médico sanitarista, dispostas nas páginas do jornal *A União*, apresentavam uma proposta higiênica e também moral. Um discurso que “tem haver com a postura do médico diante dos aspectos que fazem com que a interferência seja de fundamental importância” (VASCONCELOS, 2008, p. 71). São palavras que confundem os aspectos hígidos e morais. Apresentavam os cuidados “necessários” para evitar o contágio de doenças, mas também, exibiam uma fala moralizante, acentuando o nojo e a distância que deveria se ter do outro. O corpo do vizinho era divulgado como local do sujo, do imundo, do corpo que porta doença, que fede, que traz o mal. Um discurso recheado de maldade, que alimenta o desprezo pelo corpo do próximo.

A boca é o alvo do debate higiênico. É o local por onde o corpo se nutre, cartão postal da face, por onde o corpo se comunica. Faz parte de um conjunto chamado rosto, que, ao longo da história, deixou marcas de historicidade. O ato de lavar o rosto, por exemplo, mantém “o asseio do que se vê, elimina a sujeira das partes visíveis [...] aguça a visão, sobretudo quando a água é fresca” (VIGARELLO, 1996, p. 50-51). O primeiro discurso acerca da limpeza da face e das partes mais visíveis do corpo não era higiênico, sanitário, mas moral. É o que se apresenta. É a figura do corpo que revela características diretas daquela pessoa. Portanto, seu objeto é a decência, antes de ser a higiene. Nesse caso, a limpeza está ligada à conveniência e atinge apenas o campo do olhar.

Por outro lado, o discurso produzido por Flávio Maroja vai além do discurso moral. Faz referência à tradição médica que vive numa sociedade moralizante, que realiza o casamento das realidades médica, higiênica e moral, onde facilmente nos deparamos “com palavras como preguiça, maldade, orgulho e obstinação recheando os relatórios e os artigos de jornais” (FOUCAULT, 2001, p. 41). O mesmo se aplicava à boca, que comia e falava, que fedia e transmitia doença, que deveria ser higienizada. Na descrição dos corpos dos homens na França do século XVIII, impressa na literatura, descobri que “da boca eles fediam a dentes estragados, do estômago fediam a cebola e, nos corpos, quando já não eram bem novos, a queijo velho, leite azedo e a doença infecciosa” (SUSKIND, 2006, p. 11-12). Esse exemplo parecia não estar longe das preocupações de Flávio Maroja com a boca dos homens e mulheres na cidade da Parahyba, pois apresentava inconveniências e perigos a respeito da

¹⁵³ Idem.

especialidade das moléstias da boca, inclusive do systema dentário, até hoje bem desenvolvida, sendo estudada e conhecida a natureza das fermentações e decomposições que afetam o meio bucal, modificam a reação química e preparam um terreno extremamente propício a propagação dos agentes microbianos. E daí até o estômago as operações são as mesmas¹⁵⁴.

O rosto é o local de primeiro contado com as pessoas e as doenças. Dessa forma, ao lado das doenças do aparelho bucal, pode-se encontrar facilmente “as doenças do orgam visual, do nariz, cujas secreções apresentam enormes perigos no ato de beijar”¹⁵⁵. A higienização dessas partes do rosto era fundamental numa época em que a peste bubônica e a gripe espanhola rondavam os limites da cidade da Parahyba. As secreções expelidas pelo corpo portavam, além de bactérias e vírus que invadiam outros corpos, uma forte ausência de marcas de civilidade, falta de educação. Códigos de postura datados de 1530, publicados por Norbert Elias sobre a civilidade, ditavam normas de boas condutas higiênicas, em especial diante de outras pessoas. Vejamos o que o autor nos diz sobre o ato de escarrar:

Vire-se quando escarrar, para que o escarro não caia sobre alguém. Se alguma coisa purulenta cai no chão, deve ser pisada para que não provoque repugnância em alguém. Se não tens condição de fazer isso, pegue o esputo em um pequeno pedaço de pano. É indelicado engolir a saliva, como também aqueles que vemos escarrando a cada três palavras, não por necessidade, mas por hábito (ELIAS, 1994, p. 156).

O ato de escarrar causava repugnância, até pela própria palavra escrita. Era desagradável. Já era combatido pelo discurso médico na cidade da Parahyba no início do século XX, não apenas pelo sentido de falta de educação, mas por uma falta de higiene e, conseqüentemente, pela proliferação de doenças. Para o sanitarista, o correto seria procurar o local adequado para realizar o escarro, jogando fora a excreção pastosa amarelada que desperta nojo até nos dias atuais. No caso de cuspir nas ruas, deveria se evitar fazê-lo longe para que não “tenha que procurar o escarro para pisá-lo com o pé” (ELIAS, 1994, p. 157). Porém, o melhor seria ser condutor de boas maneiras híginas, divulgando uma educação higiênica que postulava acostumar as pessoas a “escarrar dentro do lenço quando estivesse na casa dos grandes [...] ou nas igrejas; depois de escarrar no lenço, você deve dobrá-lo imediatamente sem olhar para ele, e colocá-lo no bolso” (ELIAS, 1994, p. 157).

Medidas feitas para disciplinar a população começam a circular pelas ruas da cidade da Parahyba nas décadas de 1910 e 1920, a exemplo das posturas nos cinemas, onde “havia algumas proibições: dentro do recinto não se podia cuspir no chão” (MARIANO,

¹⁵⁴ *A União*, 14 jul. 1916.

¹⁵⁵ *Idem*.

2010, p.51). Esse tipo de proibição passa a ser divulgada no sentido de educar, de lapidar a população, adequando-a aos moldes propostos por um ideal de civilização¹⁵⁶.

Engolir o catarro é falta de educação e causa tanta repugnância quanto escarrar. A expectoração do catarro, durante muito tempo, esteve no imaginário popular como sinônimo de doença, em especial, no século XIX, da tuberculose, causando repulsa às pessoas que escarravam ou engoliam o catarro em público. Os novos códigos de higienização do corpo na cidade da Parahyba ensinavam, através dos jornais e revistas, boas maneiras de se portar e disciplinar seus modos através da higiene.

O jornal *A Imprensa* considerava sinônimo de porcaria o hábito de cuspir nas ruas, por isso deu início a uma campanha contra esse “mão costume”:

O Dr. Olympio Fonseca em sua secção da Academia Nacional de Medicina, da qual é secretário geral fez um apello a imprensa no sentido de ser aberta uma campanha forte contra o mão costume de cuspir por toda a parte – nas ruas, nos passeios, nos bondes, nas egrejas, etc. É uma idéia louvável – combater esse peesimo habito, que é um grande atestado de nossa falta de educação¹⁵⁷.

Cuspir com freqüência, nesse momento, passa a ser uma das experiências que muitos especialistas – no casos dos médicos – julgam desagradáveis, juntamente com a falta de limpeza. Combater esse comportamento é seguir “o movimento inconfundivelmente do tipo que chamamos de progresso” (ELIAS, 1994, p. 158). Para isso, os jornais da época apresentavam guias de boas maneiras à mesa, nas ruas, nos recintos, nas escolas, nas igrejas, afinal, cuspir a todo o momento era um ato repugnante. As comparações com sociedades européias eram quase inevitáveis, pois “os padrões de moda, beleza, boa conduta e higiene eram ditados pela Europa, em especial pelo modelo francês” (SOARES JR, 2008, p. 65). Em

Paris, cuspir nas ruas está sujeito a uma multa. Na Suissa, nenhum aviso é distribuído nesse sentido, porque ninguém acredita que alguém seja capaz de commeter tão iginominioso acto. Nos Estados Unidos o ato de cuspir nos bondes será multado, e, se for milionário, não lhe doendo a pena, além da multa irá a cadeia¹⁵⁸.

¹⁵⁶ Essas proibições também foram feitas na cidade de Cajazeiras. Após a reforma do cinema Moderno, o seu proprietário publicou no jornal local, *O Rio do Peixe* de 1926, uma nota na qual informava que, para o melhor funcionamento da casa, seriam feitas proibições: “1) é proibido fumar nas filas de banco de centro, não só porque este hábito incomoda às exmas. famílias que sempre preferem esses bancos, como porque prejudicava a projeção; 2) o cinema não funcionará com uma casa inferior a 20 pessoas; 3) que ninguém cuspa no chão”. Ver: *Itinerário histórico da Paraíba* (LEAL, 1989).

¹⁵⁷ *A Imprensa*, 23 jun. 1923.

¹⁵⁸ Idem.

Já na cidade da Parahyba “cospem-se os bondes, os passeios públicos, as igrejas, os trens e muitas vezes até o assoalho da casa familiar ou da repartição pública”¹⁵⁹, tudo isso sem esquecer do nosso “caboclo que não tem qualificação: mete meio metro de fumo na bocca e ao sair de um lugar [...] deixa um formidável lago de cuspe, e alguns fazem das paredes escarradeira”¹⁶⁰. Os costumes deixavam claro que, na capital paraibana, não cuspir no chão era um preceito de higiene utilizado por poucas pessoas.

Diante do fato, uma “propaganda bem feita sobre modo perseverante, se faz mister por meio da imprensa, de prospectos, cartazes e por todos que comprehendem a grande inconveniencia que resulta desse tão feio e pernicioso costume”¹⁶¹. O combate, por meio da propaganda, revela expor um novo modelo hígido dos costumes, não apenas o de deixar de cuspir, mas o de conscientizar que o ato de cuspir ou escarrar é repugnante, em especial nos locais públicos ou na frente de outras pessoas. Essas tendências proibitivas divulgadas nas páginas dos jornais começam a revelar uma pressão, um controle, a longo prazo, sobre a população, que, aos poucos, vai se policiando no sentido de combater o mau hábito.

A propaganda ainda apelava para as mulheres tornarem-se portadoras de divulgação das novas formas de educação higiênica:

Se a mulher brasileira conhecesse perfeitamente a porção dos males que provém do cuspir em qualquer lugar, não haveria autoridade melhor para fazer a propaganda do que Ella, porque tem influencia bastante para fazer com que os maridos e os filhos abandonem esse costume tão anti hygiênico¹⁶².

Outro cuidado que se deveria ter era com a higienização das mãos, que passa a ser uma necessidade recorrente após qualquer atividade individual dentro das casas, nas ruas ou no trabalho. É o que alega Flávio Maroja:

O médico que sahe de d’um hospital commum, ou de isolamento, que termina um trabalho de autopsia, ou mesmo após ter praticado qualquer intervenção cirúrgica; o padre que deixa o confessional depois de ter ouvido os pecados e recebido as despedidas de quantos alli apparecem; o engenheiro que examina as peças enferrujadas de uma machina, por mais que lavem suas mãos, tem-na sempre suspeitas para serem beijadas com reverencia, meiguice e amor pelas creancinhas inconcientes do mal que fazem¹⁶³.

¹⁵⁹ *A Imprensa*, 24 jan. 1921.

¹⁶⁰ *A Imprensa*, 23 jun. 1923.

¹⁶¹ *A Imprensa*, 23 jul. 1923.

¹⁶² *Idem*.

¹⁶³ *A União*, 14 jul. 1916.

O beijo “reverente” é o causador do asco referido pelo médico. Os germes são depositados nas mãos beijadas, em especial pelas crianças, que, de forma inocente, de acordo com o documento, sem saberem do perigo que correm, deveriam ser evitados, mesmo com os que mantinham o hábito de lavar as mãos. Todas as mãos eram fonte de contágio de doenças e local de evidente asseio ou falta de higiene.

Lavar as mãos é marca de uma limpeza antiga, mas que pouco foi comentada nos documentos e relatos pesquisados. Porém, limpar as mãos era muito mais do que uma prática pouco comentada, era um lugar social, fundamental àqueles membros da elite que se apresentam socialmente com as partes visíveis da pele higienizadas, antes de tudo as mãos. Assim, fazia-se necessário “dar água as mãos de uma pessoa como sinal de polidez e amizade” (VIGARELLO, 1996, p. 52). É possível, nesse momento, falar não apenas de uma predominância da aparência, mas também da difusão de uma educação hígida, que, mesmo por vias morais, começa a se estabelecer na capital paraibana.

Georges Vigarello (1994) aponta o ato de lavar as mãos tendo uma origem “de aparência” na Idade Média. Uma prática evidente de civilidade, mas que não constitui em si uma origem higiênica do corpo, isso se falando do período referido – o medievo. Seria apenas uma primeira figura suficientemente importante para constituir uma aparência moral. Lavar as mãos como sinal de higiene e cuidados médicos passou a ser inserido em meados do século XIX na cidade da Parahyba. A aparência e a limpeza agora estão ligadas à conveniência e à higiene, ao bem estar, não atingindo mais apenas o campo do olhar.

O sabonete para as mãos e a escova para os dentes já eram utilizados e comercializados em maior escala nos primeiros anos do século XX. As orientações escritas pelos médicos e publicadas nos jornais indicavam ações, hoje comuns aos que se higienizam: lavar as mãos ao acordar, após cada refeição higienizar a boca, assegurar a limpeza dos dentes para evitar o mau hálito e a putrefação dos mesmos, evitar alguns alimentos que possam deixar a boca fedida, dentre outros. Não apenas os “profissionais que acabo de falar, todos os outros incorrem em iguais pennas, mesmo que o sabonete desinfectante e a escova entrem em ação nos cuidados de asseio”¹⁶⁴, pois estes, além de estarem em contato direto com o público, acabam cometendo os mesmos erros de beijar seus parentes, transmitindo bactérias e tocando nas pessoas sem realizar a higienização das mãos. O discurso publicado chega a ser tão radical que o sanitarista afirma que, mesmo utilizando o “sabonete desinfectante”, não se deve tocar no outro, evitando passar alguma doença ou mesmo contrai-la.

¹⁶⁴ A *União*, 14 jul. 1916.

“As mãos são portadoras de germens infecciosos, mesmo esfregadas a escova e lavadas a sabão”¹⁶⁵. Com essa afirmativa, fica em evidência o gigantesco perigo a que os corpos de homens e mulheres da cidade da Parahyba estão expostos. Ora, “se as mãos assim esfregadas e lavadas offerecem perigo ao beijo, imaginem as d’aquelas que não têm esses cuidados por motivos que todos estamos a dizer sem se fazerem precisos escrever!”¹⁶⁶. É de deixar as pessoas de cabelos em pé, enlouquecidas com a “proibição” do contato. As afirmativas incisivas contra o contato pelo beijo ou pelo toque não paravam por ai, pois

as mãos são a sede de muitas moléstias de fácil contágio, e, mesmo asseadas com rigor de momento, se conspiram e infeccionam ao contato de qualquer dejecto de uso commum, dos animais domésticos, da moeda papel, do nickel, prata de cobre, ou do clássico aperto de mãos sujas e cascorrentas¹⁶⁷.

Tudo era sujo. Tudo portava a imundície. As doenças estavam presentes por todos os lados: no ar, na água, nas roupas, nos móveis, nas casas, no dinheiro, nas comidas, no corpo, no rosto, na boca, no beijo. Não temos notícias de como a população recebeu essas novas formas de conduta, muito menos se foram postas em prática. Mas sabemos que o discurso está inserido dentro de uma educação hígida do corpo que começa a ganhar espaço nos jornais que circulam pelas ruas da capital. Educação que lança novas formas de assegurar o asseio do corpo, que doutrina os hábitos, que regula os comportamentos e que passa a abominar tudo o que é considerado imundo.

Como uma mãe iria acariciar seus filhos sem o beijo? Ou como se deveria fazer reverência ao padre sem beijar-lhe a mão? Talvez, essas fossem perguntas que as pessoas se faziam diante do artigo publicado nas páginas de *A União*. Ao certo, sabemos que “o beijo, por maior affecto de carinho, de amor, de amizade que traduza ou revele, deve ser abolido dos nossos costumes como medida prophylatica de alto valor social”¹⁶⁸.

A maldição estava lançada. Beijar estava terminantemente proibido. Não importava o tipo de beijo, pois todos os indivíduos eram considerados perigosos. Mesmo as pessoas consideradas saudáveis foram orientadas a não cometer o “pecado” do beijo. Um discurso que se pode chamar de

infantil, discurso que articula o saber científico dos médicos especificamente e um discurso moralizante. Seria o exercício do poder através da desqualificação explícita de quem o exerce, a engrenagem move-se para que essa manifestação de poderes

¹⁶⁵ *A União*, 14 jul. 1916.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Idem.

dentro de uma noção de prevenção posta para as populações, seja anulada do detentor do poder pelo próprio psiquiatra, ou médico legal ou mesmo médico público – o médico sanitaria – não pode deixar de ser a própria imagem. Aquele homem prurido, tecnificado, burocratizado, transformado em uma máquina de saber técnico, devorante de tudo que possa ser desejado e desejante (VASCONCELOS, 2008, p. 72).

É interessante observar que ao longo da década de 1910, os artigos publicados pelo jornal *A União* não apresentaram um discurso tão forte contra um ato tão comum e desejado pela população. Em uma nota ligada ao artigo intitulado *O beijo sob o ponto de vista higiênico*, Flávio Maroja faz referência a um outro artigo publicado sobre o beijo. Era um trabalho realizado por Carlos D. Fernandes¹⁶⁹, “talentoso director do organ official, tão conhecido e admirado nas letras pátrias e que estuda o beijo sob todos os aspectos”¹⁷⁰.

Era comum, ao abrir um jornal da época, encontrar artigos referentes à saúde e à higienização, publicados nas folhas amareladas, contendo as mais diversas informações. Isto se dava, em especial, devido à ligação que o médico sanitaria Flávio Maroja tinha com outros médicos de fora do estado, mantendo inclusive contato direto com o Dr. Oswaldo Cruz. Chegavam correspondências quase que diárias sobre os mais variados temas da medicina, a exemplo dos cuidados com a saúde e o combate à peste bubônica, que eram escolhidos e publicados a mando de Flávio Maroja. Dessa forma, alguns artigos foram escritos pelo referido profissional a partir de informações expostas nesses textos recebidos. É o que parece ter acontecido acerca da maldição do beijo.

Das duas uma: ou o tema foi produzido e publicado graças a uma correspondência que postulava um olhar sobre o beijo como anti higiênico e propagador de doenças ou era, de fato, a intenção do médico postular o beijo como um ato abominável e que, portanto, deveria ser abolido; porém não se esperou uma possível não aceitação da população.

O alvo não fora apenas o beijo apaixonado, pois um desavisado poderia considerar, de cara, como algo que fosse pouco médico e muito mais moralizante, mas foi um discurso que aliava o comportamento moralizante a um cuidado preventivo absoluto.

Seja como for, o mal deveria ser combatido, em especial num momento em que a população da cidade da Parahyba desconhecia “a virulência do bacilo de Koch, produtor da

¹⁶⁹ Carlos Dias Fernandes nasceu na Província da Paraíba em 1875. Atuou como advogado e jornalista, escrevendo artigos para vários jornais locais e também na cidade de Rio de Janeiro. Realizou um estudo sobre o beijo que foi publicado no jornal *A União* no ano de 1916. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1942. Quero ressaltar que não tive acesso a esse artigo, pois a edição do jornal *A União* em que o texto foi publicado não está disponível no Arquivo Público do Estado da Paraíba. Possivelmente, a página foi deteriorada pela ação do tempo. No artigo *O beijo sob o ponto de vista higiênico*, Flávio Maroja comenta o texto e a publicação de autoria de Carlos Dias Fernandes, afirmando, inclusive, a existência de uma versão em francês. Ver: *Fretana* (FERNANDES, 1936).

¹⁷⁰ *A União*, 14 jul. 1916.

tuberculose, e a actividade do germem Hausen, produtor da lepra, como a de todos os micróbios que pousam no universo matando sem distinção de classe, de sexo, de cor ou de idade”¹⁷¹. E, para concluir, ainda deixa seu recado: “Todos os hygienistas, que se ocupam desses casos proclamam o grande perigo do beijo”.

Esse tipo de documento, às vezes silencioso, permite, no entanto, que se conclua a existência de qualquer limpeza corporal. Ela existe, mas de modo diferente daquela de hoje, tendo por referência regras diferentes. A esse respeito, não há ponto zero. Não seria possível haver uma região totalmente cega. O processo de civilização, ao qual pertence o gesto de limpeza, não tem um começo absoluto, é um processo lento e longo. Todavia, para alcançar as formas arcaicas desse próprio gesto e a evolução de seus sucessivos limiares, é preciso abandonar as referências que são nossas. Aí mora mais um desafio. Talvez, proibir o beijo, hoje, fosse uma ação que deixaria homens e mulheres enlouquecidos.

3.3 A eugenia e a educação higiênica

Os maiores sábios mundiais são hoje adeptos da eugenia e toda a ciência biológica na attitude de ancilla, presta obedientemente seus cabedades a ciência do aperfeiçoamento phisico, moral e intelectual da espécie humana. Os *crédos* eugênicos são de presente verdadeiros *crédos sociaes*, porque se empenha um combate de um sem-número de cientistas interessados no futuro da humanidade¹⁷².

O trecho acima revela um saber médico e científico divulgado no início da década de 1920. Um conhecimento associado a uma espécie de “religião” que corria feito rastro de pólvora pelo mundo afora. O aperfeiçoamento “phisico, moral e intelectual” era o debate que estava em voga. Uma campanha educativa começava a ganhar espaço nas páginas dos jornais, nas revistas especializadas – ou não - em medicina, nos boletins do ensino público e no discurso individual dos médicos que se dedicavam à saúde pública e aos cuidados com o corpo. Era uma consequência da atuação eugênica que começava a ganhar espaço na cidade da Parahyba, no Brasil e em boa parte do mundo.

Na documentação pesquisada, as primeiras notícias sobre a eugenia na Paraíba datam da década de 1920, mas nos estados do sudeste brasileiro já era uma realidade debatida uma década antes. No momento em que se dá início a uma série de mudanças nos padrões de higiene do país, a eugenia importada da Europa vê no Brasil um terreno fértil para atuação de

¹⁷¹ *A União*, 14 jul. 1916.

¹⁷² *Era Nova*, 16 mai. 1921.

sua ciência, ganhando a aceitação de médicos e intelectuais. Na cidade da Parahyba, particularmente, vai ser decisiva para a mudança na forma de conceber a prática higiênica, abolindo o antigo modelo de polícia sanitária e implantando outro modelo, agora, educativo.

Dessa forma, destaco a importância de discutir a eugenia como responsável pela mudança na forma de divulgar a higienização da cidade, dos espaços e dos corpos. A *educação hígida* era a grande promessa da *Comissão de Profilaxia Rural*, da *Sociedade de Medicina e Cirurgia* e dos médicos preocupados com a higiene. Assim, buscamos seguir os caminhos propostos pela eugenia em alguns países para entender como, em determinados momentos, buscou-se criar o super-homem, vestir os trajes da monstruosidade ou, simplesmente, lançar as bases de um novo modelo educacional, como ocorreu na Paraíba.

Discutir o tema eugenia reproduz uma lembrança desconfortável ao ver a história dos Estados que usaram-na como uma arma biológica, ideológica e responsável por dizimar um grande número de homens e mulheres em todo o mundo. O primeiro conceito associado à eugenia que me vem à cabeça é o que se refere a tudo que favorece o aprimoramento de um indivíduo e, conseqüentemente, à promoção do aprimoramento de sua prole e gerações futuras. Um conceito determinista que, já na sua origem, tinha por característica a exclusão: os feios, os deficientes, os sujos, os desprovidos de inteligência, os pobres, todos aqueles que apresentavam algum tipo de torpeza condenável para o sentido de perfeição física.

No Brasil, o tema foi muito discutido, em especial no início do século XX, porém aplicado de uma forma diferente daquela posta em prática em países como a Inglaterra e a Alemanha, que apresento mais adiante. Porém, segundo Nancy Stepan, o Brasil foi

o primeiro país do continente sul-americano a desenvolver um movimento eugênico organizado, contrariando qualquer interpretação reducionista que considerasse o Brasil como periferia para o conhecimento científico e um mero consumidor de teorias estrangeiras (STEPAN, 1990, p. 111).

Em especial num momento em que a discussão girava em torno “da grande preocupação racial uma vez que o clima tropical e os efeitos da mestiçagem eram apontados como duas grandes influências para uma população doente e frágil” (STEPAN, 1990, p. 111). Dessa forma, o Brasil se diferenciava das grandes potências que haviam aplicado a eugenia em seus territórios, passando a ser considerado disgênico, pois, no contexto das teorias

européias e americanas, esse país não conseguiria explicar as diferenças entre os indivíduos adotando de forma clara o critério racial¹⁷³.

Para melhor entender a eugenia, optamos por esboçar um breve histórico. Essa discussão é pertinente para entender como no Brasil a eugenia vai se aproximar do higienismo e contribuir para a difusão não apenas do clareamento da população, mas por uma revolução sanitária e de higienização do corpo. Clarear não possui apenas o sentido de embranquecer a população, mas o de higienizar os corpos, limpar a indumentária que protege e assear as diversas partes desse retalho chamado corpo.

Em São Paulo, na década de 1920, os médicos eugenistas promoveram um concurso intitulado “A criança eugênica”. Nesse evento, “apreciavam nos candidatos não somente as enfermidades físicas como também mentais, sendo necessário para a classificação que fosse ‘perfeita e sadia a constituição do candidato e seus antepassados’ (MARQUES, 1994, p. 47). Essa prática assegurava uma preferência pela observação dos caracteres hereditários – biológicos – que eram levados em consideração para a perpetuação do legado dito “perfeito”, afinal, “se a criança do futuro tem o direito de crescer em um ambiente saudável, isto implica que o Estado tem o dever de evitar a procriação daqueles que não podem garantir essas condições para seus filhos” (BIZZO, 1995, p. 29). Eram as práticas reguladoras sobre o corpo social que começavam a circular pelo Brasil.

O conceito de eugenia é inglês. Data da segunda do século XIX, momento em que Francis Galton¹⁷⁴ inaugura “a busca pela melhoria da raça humana sob o ponto de vista biológico” (DIWAN, 2007, p. 37). Nascido na cidade de Birmingham, na Inglaterra, e pertencente a uma família de aristocratas, Galton dedicou sua vida ao desenvolvimento de técnicas biométricas capazes de melhorar o gênero humano. Lança a proposta de sua “religião”, a eugenia, com a publicação do estudo estatístico da distribuição do talento nas populações: *Hereditary Genius*. Esse livro “se tornará a obra mais conhecida e difundida entre

¹⁷³ A condição da população brasileira era um grande obstáculo afirmado por teorias racialistas que começaram a ser divulgadas em fins do século XIX e tomaram força e proporção no século XX. O Brasil representava tudo o que era definido como disgênico, ou seja, tudo o que não era eugênico. Sem condições eugênicas, a população não seria composta de indivíduos fortes e saudáveis; sem saúde, não havia transmissão destes caracteres para as gerações seguintes; sem uma continuidade de caracteres adequados, não havia boas condições para o desenvolvimento de uma nação. Ver: *Quando a eugenia se distancia do saneamento* (ROSA, 2005).

¹⁷⁴ Francis Galton foi o primeiro a usar a palavra eugenia. Tratava-se de um cientista diletante que, na primeira metade de sua vida, contribuiu com seus estudos para a geografia, a meteorologia e aperfeiçoou a aplicação de métodos estatísticos. Galton era um colecionador obsessivo de dados, classificando-os, organizando-os, mensurando e tabulando, mantendo um grande interesse pela precisão dos dados produzidos e inovando os métodos estatísticos. Contudo, seu interesse mudou em certa altura de sua vida, voltando-se para o estudo da hereditariedade e motivando-se ainda mais com a divulgação da teoria da evolução de Charles Darwin, seu primo, porque este discutia a origem das variações das espécies e investigava de que forma estas variações eram transmitidas para as gerações seguintes. Ver: *Quando a eugenia se distancia do saneamento* (ROSA, 2005).

as obras de Galton [...] a idéia fundamental é que o talento é hereditário e não resultado do meio ambiente” (DIWAN, 2007, p. 40). A primeira afirmativa acerca da eugenia proposta pelo cientista recebeu a seguinte descrição:

Mencionar vários tópicos mais ou menos conectados com aquele do cultivo da raça, ou, como podemos chamá-los, com as questões eugênicas. Isto é, com problemas relacionados com o que se chama em grego ‘*eugenes*’, quer dizer, *de boa linhagem, dotado hereditariamente com nobres qualidades*. Esta e as palavras relacionadas, ‘*eugeneia*’ etc. são igualmente aplicáveis aos homens, aos brutos e as plantas. Desejamos ardentemente *uma palavra breve que expresse a ciência do melhoramento da linhagem*, que não está de nenhuma maneira restrita a união procriativa, senão especialmente no caso dos homens, a tomar conhecimento de todas as influências, que tendem em qualquer grau, por mais remoto que seja, *dar as raças ou linhagens sanguíneas mais convenientes uma melhor possibilidade de prevalecer rapidamente sobre os menos convenientes*, que de outra forma não haja acontecido (DIWAN, 2007, p. 41-42).

Essa era a proposta do cientista, que ganha cada vez mais espaço num país em rápido crescimento industrial, em que a pobreza dos trabalhadores invadia as grandes cidades, além da grande sujeira e poluição que caracterizavam os espaços habitados por esses sujeitos. O termo eugenia, originário de uma palavra grega que significa bem-nascido, foi definido por Francis Galton como uma ciência que objetivava a melhoria dos recursos humanos através de influências que promoviam chances maiores ou menores de prevalência, classificando, em função do patrimônio genético, as pessoas em aptas e não aptas.

A eugenia foi criada como uma ciência que

visivelmente atendia às demandas sociais britânicas para a promoção do bem-estar da população, até 1901 a eugenia não conseguiu atrair muita atenção apesar dos esforços de Galton que publicou a revista “*Biometrika*”, discutindo temas como técnicas estatísticas, herança humana e eugenia (ROSA, 2005, p. 29).

As *Sociedades de Eugenia* começaram a ser criadas e espalhadas por todo o mundo: Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Brasil. É nesse contexto que a eugenia aparece “não mais como um discurso semiacadêmico ou como paradigma científico, mas como programa político institucional, cuja aplicação prática passava a ser imprescindível para a salvação da nação” (BIZZO, 1995, p. 28). Era preciso, na visão do cientista, “aumentar a natalidade daqueles considerados ‘bem dotados’ e controlar os demais” (MARQUES, 1994, p. 50), revelando, assim, a eugenia como uma teoria não apenas biológica, mas também social. É o que Nancy Stepan (1990) informou ser “um movimento social e científico ao mesmo tempo”, pois reunia uma ciência que “orientou e foi orientada por discussões sobre temas diversos,

como nacionalismo, racismo, sexualidade, gênero, higiene social e genética” (STEPAN, 1990, p. 118).

Começava uma corrida pelos “bem nascidos”, pelos corpos perfeitos, filhos de uma elite financeira, intelectual, educada. Os países passaram a ver na eugenia uma forma de controlar homens e mulheres na busca de alcançar novas formas de bem viver, de forma industrializada e cientificamente avançada. Era uma forma de controlar a demografia e eliminar da sociedade os feios, sujos e defeituosos através da segregação. Essas práticas foram aplicadas de formas distintas de acordo com os interesses das nações. Vamos aos casos.

Na Inglaterra dos primeiros anos do século XX, viveu-se uma empreitada eugênica. O rápido crescimento da população, associado à intensificação da industrialização, fez das cidades inglesas um excelente campo de atuação para a eugenia. Os efeitos da migração interna em direção aos centros urbanos, a desorganização das famílias e as constantes crises econômicas daquele período foram chamados pelos cronistas da eugenia como “intensificação da degeneração racial”, onde,

famílias numerosas, bem estruturadas para o trabalho no campo em pequenas propriedades, passaram a enfrentar as condições das cidades, onde o preço da alimentação, vestuário e moradia era proibitivo. Em geral as crises econômicas, ocorrendo a cada cinco anos na Inglaterra de meados do século passado, colocavam pais e filhos a vagar pelas ruas a procura de qualquer serviço que lhes permitisse ao menos manter a alma junto ao corpo (BIZZO, 1995, p. 30).

Essas duas características apresentam sinais de uma explosão demográfica¹⁷⁵ nas grandes cidades inglesas, causando a repulsa das elites, que “viam nas ruas cada vez mais ‘mendigos cheios de filhos’ por entre as sedas das cortinas de suas carruagens” (BIZZO, 1995, p. 30). Provavelmente, o grande fluxo de migração campo-cidade, ocasionando uma forte desestrutura familiar ao entrar em contato com uma nova realidade vivenciada nas grandes cidades inglesas, transformou crianças doentes e com toda sorte de deficiências em mendigos pedindo esmolas pelas ruas para constrangimento das elites.

Com a Primeira Guerra Mundial, os cientistas da eugenia acreditavam ser o grande momento de colocá-la em prática. Primeiro, pelo grande número de baixas, diminuindo consideravelmente a população e deixando um relevante número de homens mutilados que sobreviveram à guerra e que, deficientes, não possuíam perspectiva alguma de emprego, em

¹⁷⁵ Os dados apresentados por Nélío Bizzo (1995) sobre o crescimento da população inglesa mostram que, no período 1850-1900, a Inglaterra passou de 21 para 37 milhões de habitantes, com uma taxa anual de crescimento de 1,14%. Foi o país da Europa que mais cresceu em termos populacionais. Para maiores esclarecimentos, ver: *O paradoxo social-eugênico, genes e ética* (BIZZO, 1995).

especial pela crise econômica deixada pela mesma. O número de baixas se acentuou nos anos de 1917-18 com a pandemia de gripe espanhola que se espalhou pelo mundo. Porém, na década de 1910, “surgiram muitas leis contra a limitação de filhos e programas de assistência à família” (BIZZO, 1995, p. 31), devido ao receio dos governantes de não conseguirem recuperar sua “falida” indústria por falta de mão de obra. Como já era de se esperar, os eugenistas não compartilhavam com esses pontos de vista, fazendo “grande pressão a ser exercida sobre os serviços de assistência social, questionando a viabilidade do estado de bem estar social em qualquer critério seletivo eugênico” (BIZZO, 1995, p. 31).

Da Inglaterra, a eugenia ganhou o mundo, se adaptando aos interesses dos Estados nacionais. O caso mais conhecido, por sua crueldade, foi o exercido na Alemanha nazista. Mas é importante destacar que as idéias eugênicas não pertenceram exclusivamente à ideologia nazista, pois as “raízes do pensamento eugênico na Alemanha datam do final do século XIX, especialmente após o lançamento do livro de Darwin” (DIWAN, 2007, p. 64). Na Alemanha, a eugenia adquiriu o seu teor mais radical e, talvez, tenha se concretizado na maior atrocidade da história contemporânea, fazendo com que “centenas de milhares de pessoas fossem esterilizadas compulsoriamente e mais de seis milhões perderam suas vidas em nome da higiene da raça” (DIWAN, 2007, p. 64). Mas, é necessário enfatizar que a origem da pregação eugênica também foi bem anterior ao governo de Adolf Hitler¹⁷⁶.

O movimento eugenista, segundo Pietra Diwan (2007), passou por três momentos distintos: o Império (1890-1918), a República (1918-1933) e a Alemanha Nazista (1933-1945). Nessas fases, ficou estabelecido o primeiro sentido de eugenia como *rassehygiene*, ou simplesmente, higiene racial. Nesse sentido, Adolf Hitler publicava sua primeira obra intitulada *Mein Kampf*, onde traçava um programa de regeneração racial, com uma clara distinção entre os cidadãos do Reich, de sangue alemão, e os não alemães, dentre eles os judeus. Os cidadãos eram os que ocupavam os cargos públicos e também eram orientados a praticar educação física e esportiva, esperando, com isso, resultados benéficos não apenas na própria geração, mas também nas gerações futuras. O corpo era alvo de mudança e cuidados constantes. Manter o bom preparo físico era “aumentar” a possibilidade de ter homens e

¹⁷⁶ Embora a referência ao nazismo seja imediata, deve-se ter em conta que nem o antissemitismo nem a pregação eugênica tiveram início com Hitler. Já em 1157 o Imperador Frederico I sancionava leis impeditivas do confisco dos bens dos judeus, o que já sugere a preexistência do antissemitismo em proporções de vulto. Mas a mesma indulgência não pode ser percebida em atos posteriores, porquanto em 4 de julho de 1404, por exemplo, o conselho da cidade de Colônia sancionava lei com exigências singulares: devem vestir-se de tal maneira de modo que se reconheça sua identidade de judeus: 1) As mangas dos vestidos e dos sobretudos não devem ultrapassar meia vara de largura; 2) As golas dos vestidos e dos mantos não terão mais do que um dedo de largura. Ver: *O paradoxo social-eugênico, genes e ética* (BIZZO, 1995).

mulheres fortes, sadios, higienizados, assim como seus descendentes com as mesmas características.

O ideal de segregação estava presente muito fortemente na obra de Hitler, que apresentava a união entre alemães e não-alemães como uma anomalia:

Os animais só se juntam para reprodução biológica com outros animais de sua própria espécie. Quando esta regra é quebrada, seja pelo fato cativo ou por outro meio artificial, a natureza pune o resultado do abastardamento condenando toda a prole com a esterilidade, ou mesmo com a morte precoce (HITLER, 1983, p. 185-186).

A mestiçagem, na visão do autor, estaria condenada ao desaparecimento, assim como a supremacia da raça ariana seria algo almejado. A mestiçagem é vista como uma estratégia para abalar a raça superior, misturar os sangues, transformá-los em impuros. Para evitar tal acontecimento, o Estado buscou métodos de segregação e violência. Era preciso separar o joio do trigo. A educação foi um mecanismo utilizado para orientar/formar cidadãos apaixonados pela sua pátria e defensores da eugenia e da raça ariana, afirmando ser “necessário passar por um sistema educacional, especialmente projetado para transmitir os valores da superioridade racial e submeter-se a disciplina do serviço militar” (BIZZO, 1995, p. 34).

Para Alessandra Rosa (2005, p. 35), a eugenia adotada na Alemanha, apesar da associação direta entre eugenia alemã e nazismo, é mais vasta, tendo sido o nazismo uma perversão da teoria de eugenia, mas não a única aplicação da referida teoria. Ainda segundo a autora, o contexto em que se desenvolveu a eugenia alemã apresentava problemas sociais advindos da rápida industrialização, de uma forte tradição profissional da comunidade médica e da existência dos chamados selecionistas - variação do *Darwinismo Social*. Num contexto de conflitos e tensões, crescia o número de atividades criminosas, a prostituição alastrou-se, registravam-se muitos casos de suicídio, o consumo de álcool era significativo e o número de insanos cresceu consideravelmente, ou seja, já existia um campo pré-estabelecido necessitando desse controle social imposto pelo Estado.

Os Estados Unidos “conheceram a eugenia através do resumo da conferência de 1901 feita por Francis Galton no *Instituto Antropológico de Londres*” (DIWAN, 2007, p. 51). O cientista teve, nos Estados Unidos, um terreno fértil para o desenvolvimento de sua teoria, sendo nomeado membro honorário na fundação da *Associação Americana de Reprodução* em 1905¹⁷⁷. O cerne da preocupação eugenista nos Estados Unidos concentrava-se em eliminar

¹⁷⁷ Os Estados Unidos foram pioneiros na organização dos comitês e das sociedades eugênicas, além de eficientes em influenciar legisladores para implantar leis eugênicas. Um aparato eugênico gigantesco foi criado

os indesejáveis do ponto de vista biológico, psicológico e social, pois “o verdadeiro cidadão americano deveria se enquadrar na descrição ‘anglo saxão, branco, protestante, saudável e reprodutivo’ [...] obviamente, muitas eram as restrições à imigração asiática, além da segregação explícita aos negros” (DIWAN, 2007, p. 54). Com a intensificação dos estudos realizados através das associações e comitês de eugenia, foi desenvolvido o *Escritório de Registros Eugênicos*, que prezava pelo

desenvolvimento de técnicas cujas aplicações industriais contribuiriam para o crescimento econômico dos Estados Unidos [...] dentre os principais objetivos estavam colecionar os traços das famílias americanas; estudar a hereditariedade de tais traços, aconselhar pessoas saudáveis para escolher os melhores parceiros, encorajando a reprodução dos talentos individuais e prevenir a propagação dos defeituosos (DIWAN, 2007, p. 56).

Nas décadas de 1910 e 1920, a esterilização compulsória e a imigração restritiva dos indesejados passaram a ser temas constantemente debatidos pelos médicos e cientistas¹⁷⁸. As instituições eugênicas se multiplicaram muito rapidamente, fazendo com que fossem apresentadas constantemente soluções para o melhoramento da raça, em especial nos encontros, congressos e conferências que enchiam a agenda dos médicos, geneticistas e todos aqueles envolvidos na causa. É o auge do eugenismo nos Estados Unidos:

Leis de esterilização foram aprovadas e defendidas pela Suprema Corte; uma lei de imigração federal e restritiva foi aprovada para impedir o suicídio da raça; um gigantesco aparato institucional financiado por grandes corporações industriais divulgou a eugenia aos quatro cantos do mundo. A fundação Rockefeller, por exemplo, foi uma das entidades que mais divulgaram a eugenia fora dos Estados Unidos (DIWAN, 2007, p. 63).

Nas décadas seguintes, o prestígio da eugenia começou a declinar nos Estados Unidos, principalmente a partir das novas descobertas na área da genética, fazendo a eugenia perder seu suporte científico e seu uso político, causando desconforto aos governantes e à população de forma geral. A associação da eugenia ao nazismo nas décadas seguintes também contribuiu de forma decisiva para o abandono da teoria.

As ideias discutidas nos eventos promovidos pelas sociedades de eugenia espalhadas pelo mundo facilmente adentraram as portas do Brasil, em especial porque o tema em voga dentre os médicos, advogados e intelectuais era a nacionalidade com base nas questões biológicas e sociais. Para Vera Regina Beltrão Marques, no Brasil

em todo o país. Projetos e mais projetos se multiplicaram nos quatro cantos da América, e durante muito tempo a eugenia foi sinônimo de cuidado com a “estirpe” do país. Ver: *Raça pura* (DIWAN, 2007).

¹⁷⁸ De acordo com Pietra Diwan (2007, p. 57), foram esterilizados 20.308 homens e 29.885 mulheres.

as idéias eugênicas teriam chegado, num primeiro momento, classificadas como “temas culturais” e encontrariam terreno fértil, uma vez que viriam ao encontro das preocupações de nossos intelectuais, tanto no que diz respeito a definição de povo brasileiro, quanto a do país como nação (MARQUES, 1994, p. 92).

Almejava-se debater questões como raça para uma melhoria da população brasileira, fazendo com que alguns médicos postulassem a exigência de uma legislação que tornasse obrigatória a realização do exame pré-nupcial e, caso fossem detectadas doenças contagiosas como sífilis e tuberculose, se proibisse imediatamente o casamento. Com a intenção de propagar uma eugenia para a melhoria progressiva da nacionalidade brasileira, foi que em 15 de janeiro de 1918, no “salão nobre da *Santa Casa de Misericórdia*, onde já se reunia a *Sociedade de Medicina e Cirurgia*, foi inaugurada a *Sociedade Eugênica de São Paulo*” (MARQUES, 1994, p. 53). Estudando

as leis da hereditariedade, esmiuçando as questões da evolução e descendência, tirando desses conhecimentos as bases aplicáveis a conservação e melhoria da espécie humana [...] serão discutidas as questões relacionadas a influencia do meio, do estado econômico, da legislação dos costumes, do valor das gerações sucessivas e sobre as aptidões físicas, intelectuais e morais, sempre tirando dessas discussões idéias mais palpáveis desta agremiação [...] um dos fins, de resultados higiênicos, que o tirem da ignorância, no que se refere aos vícios sociais e as doenças infecciosas (MARQUES, 1994, p. 53-54).

A regulamentação da imigração, a retiradas dos indesejados – loucos, deficientes, tuberculosos, prostitutas – eram pontos de debate, assim como os estudos da hereditariedade, da educação moral e higiênica. É à educação higiênica que alguns médicos vão dedicar-se, alegando eugenzar os brasileiros do interior por meio de campanhas em prol do saneamento, combatendo, assim, as doenças e a alta mortalidade. Era o que pregava, por exemplo, Belisário Pena, alegando a precariedade do saneamento do Brasil, bem como as pobres condições de vida e saúde dos habitantes do território brasileiro. Alguns estudiosos passaram a afirmar que:

Em condições sanitárias precárias [...] manuais de higiene de finais dos anos 10 e início dos anos 20 continuam dedicados à nova ciência; ademais, as péssimas condições sanitárias da metrópole brasileira já tinham sido motivo de retaliações econômicas pelos mercados consumidores internacionais [...] porto sujo e suspeito, os transatlânticos, apavorados com a terra da febre amarela (MARQUES, 1994, p. 55).

Não era apenas na capital do país que a falta de higiene se detectava. Em 1916, Belizario Penna e Arthur Neiva, após sua viagem aos estados de Goiás, Bahia, Pernambuco e Piauí – especificamente ao interior desses estados – fizeram a seguinte afirmativa: “era preciso que tivéssemos um povo, e o que tínhamos não era um povo, mas um estrume dum povo que ainda há de vir” (NEIVA & PENNA, 1918, p. 198). A expressão revelava a triste condição de saúde e higiene desses lugares que além de estarem distantes da “civilização”, eram assolados pela seca e pelas epidemias.

Os corpos dos brasileiros deveriam ser hígidos, limpos, como se fossem roupas sujas que a todo custo precisam ser higienizadas. Essa eugenia era sugestão de Renato Kehl¹⁷⁹ ao decretar que a nacionalidade brasileira só embranquecerá a custa de muito sabão e coco ariano. Os eugenistas deveriam agir com uma imagem de limpeza: esfregando, torcendo, branqueando os corpos de homens e mulheres. É válido ressaltar que a constatação, por parte dos europeus, da impossibilidade de progresso do Brasil em virtude da sua composição racial fez nascer, na intelectualidade brasileira, a necessidade de formar um conhecimento sobre o país. É nesse momento que o Positivismo começa a inspirar esses pensadores. A escola positivista divulgava uma sociedade sob o ponto de vista racional, funcionando como uma máquina, disciplinando a República recém instalada e galgando controlar a “urbanização explosiva e a disseminação das classes perigosas que transformaram as grandes cidades brasileiras” (FERLA, 2009, p. 51).

Para a realização das transformações, ou melhor, de uma higienização no povo brasileiro, nas cidades e em seus corpos, foram criadas a *Liga Pró-Saneamento* e a *Sociedade Eugênica*, a *Liga de Higiene Mental*¹⁸⁰, além de diversas outras instituições que, incomodadas com a questão da miscigenação, acabaram por pregar formas de higiene relacionadas ao corpo, seja para a exclusão ou mesmo para formar novos admiradores da deusa Higiia¹⁸¹.

A união entre eugenia e higienismo começava a ser posta em prática no Brasil e não tardaria a chegar à Paraíba, principalmente por possuir espaços inteiros a serem higienizados,

¹⁷⁹ Renato Kehl foi o maior propagandista da eugenia brasileira, inspirando diversos médicos que se envolveram fervorosamente em defesa da pureza da raça e da limpeza no Brasil, defendendo políticas compulsórias como restrição a imigração, a esterilização e o controle de casamentos. Ver: *Raça pura* (DIWAN, 2007)

¹⁸⁰ Fundada no Rio de Janeiro, em 1923, pelo psiquiatra Gustavo Reidel, com a ajuda de filantropos do seu círculo de relações. O objetivo era melhorar a assistência aos doentes mentais através da renovação dos quadros profissionais e dos estabelecimentos psiquiátricos. Após 1928, os psiquiatras passaram a se definir como higienistas, aplicando as noções de eugenia – do tipo racista, excludente - em suas práticas médicas. Para maiores esclarecimentos, ver: *História da Psiquiatria no Brasil* (COSTA, 1989).

¹⁸¹ Filha do deus grego da medicina, Asclépio, a deusa Higiia é a “personificação da saúde”, encarregada de cuidar da saúde e higiene dos indivíduos. Ela é representada, muitas vezes, pela figura de uma jovem sentada num trono coroada de ervas medicinais, com uma pátera na mão direita e uma serpente na mão esquerda. Ver: *Dicionário mítico-etimológico* (BRANDÃO, 1999); *Mitologia grega e romana* (COMMELIN, 2008).

como também o desejo de iniciar outra forma de conduzir os preceitos sanitários. Os preceitos médicos higiênicos na cidade da Parahyba eram ditados pelos profissionais ligados aos órgãos da saúde pública, formando “um pequeno zoológico de saber médico que tinha, sob seus cuidados, espécimes dos mais variados: loucos, assassinos, mendigos, asilados, leprosos¹⁸²”. As instituições médicas acentuam suas posições enquanto formadoras de um saber médico sanitário, divulgam novas práticas relacionadas à saúde pública, à higiene corporal e buscam métodos de disciplinar a população. É nesse sentido que a *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*¹⁸³ começa a se aproximar da discussão sobre eugenia.

A Sociedade passou, a partir de sua fundação, a realizar eventos para debater os assuntos pertinentes à profissão, às novas teorias vindas da capital do país, bem como às formas de conduzir a higiene pública. A primeira *Semana Médica* foi uma dessas manifestações que uniu uma “comunhão de crentes, confundidos pelo mesmo ideal, que se reúnem para atuar sobre o sentimento e a imaginação do seu povo [...] como índice de uma formosa evolução espiritual” (CASTRO, 1934, p. 223).

O início do mês de maio de 1924 anunciava os preparativos da Semana Médica, que teve a organização do médico Flávio Maroja. Entre os quentes dias de 03 a 09 do quinto mês do ano, pela primeira vez, uma boa quantidade de médicos se reuniu para discutir temas fortemente ligados à saúde. Já fazia “quase um ano que se anuncia o trabalho ativo da *Sociedade de Medicina da Paraíba*, para a realização da *Semana Médica*, que hoje auspiciosamente, se inaugura” (CASTRO, 1934, p. 223). Ou seja, mesmo antes da criação da Sociedade, Flávio Maroja já postulava a realização do que ele mesmo chamou de “ensaio onde os seus vãos não seriam longos, mas nítidos e luminosos”.

Em sua fala de abertura da *Semana Médica*, Oscar Oliveira de Castro afirmava que a

ciência marcha em progressão geométrica; cada dia novos feitos justificam outros, que se multiplicam, na medicina como na higiene, na feliz expressão de um sanitarista americano, enquanto a medicina curativa examina ao microscópio, a medicina preventiva examina ao telescópio (CASTRO, 1934, p. 225).

A medicina preventiva passava a ser incluída na proposta dos médicos paraibanos, “deixando penetrar neste estonteamento de luz, levando, com o nosso esforço, o nosso concurso pela saúde da raça” (CASTRO, 1934, p. 226). Esse tipo de medicina preventiva foi

¹⁸² *A Imprensa*, 05 fev. 1924.

¹⁸³ Como afirmei anteriormente, a *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*, foi criada em 1924 nos domínios da *Santa Casa de Misericórdia*, agrupando médicos com o intuito de fortalecer a profissão, propor legislação médica e outros assuntos relacionados à saúde pública.

utilizada através da propaganda realizada pela *Comissão de Profilaxia Rural*. Divulgar uma nova forma de conduzir a higiene pública era reforçar as obrigações médicas e, acima de tudo, conscientizar a população por meio de uma educação hígida. Porém, de antemão, já se advertia: “Não é fácil tarefa incutir no espírito de nossa gente, arraigada a uns tantos hábitos condenáveis, que vêm de longe, que se originaram no berço, a idéia da ‘consciência sanitária’” (MAROJA, 1927, p. 7).

Flávio Maroja pretendia adotar, na cidade da Parahyba, um modelo norte americano de eugenia e higienização, o que não é de todo verdade quando se observa a prática. Ora, nos Estados Unidos, as formas de aplicação da doutrina eugênica assumiam características radicais, como as citadas anteriormente, mas vale afirmar no seu discurso o que está em voga. Nesse momento, os Estados Unidos começavam a apontar como uma potencia mundial, responsável por uma forte industrialização e um bom modelo de “civilização” a se seguir. Deve-se levar também em consideração a influência dos padrões de moda, estéticos e de cinema que, nos anos seguintes, passam a ser ditados pelos norte americanos. Era de bom tom divulgar as boas notícias estadunidenses relacionadas ao avanço científico e tecnológico e à organização de suas entidades eugênicas. Como se confere na passagem abaixo:

As experiências e as realizações práticas norte-americanas, que ao nosso conhecimento chegam através de instructivas leituras que temos feito sobre o empolgante assumpto acentuam que a propaganda sanitária tem sido utilizada nos Estados Unidos, em todos os grandes movimentos, pela Saúde Pública: lucta contra as doenças venéreas, combate a tuberculose e ao câncer, cruzada em favor da hygiene infantil, campanhas de hygiene industrial (MAROJA, 1927, p. 7-8).

A divulgação das benfeitorias não parava por aí, o sanitarista prosseguia dizendo que

educação e propaganda sanitárias têm conseguido entre os americanos do Norte o que legislação e a administração não lograriam conquistar. Isto é fácil compreender porque é sabido que em toda a parte, disposições legislativas e providências administrativas são quase sempre, recebidas com desagrado e não raro com resistência, enquanto que folhetos de propagandas conferências e demonstrações práticas sobre o valor de médicos que tenham por fim o bem estar e a saúde do povo, não sofrem objeções e são acolhidas com todo interesse e atenção (MAROJA, 1927, p. 8).

Na citação, percebe-se que Flávio Maroja considera os folhetos, conferências e demais propagandas como excelentes meios de divulgação dessas novas medidas higienistas, que foram bem acolhidas, segundo o autor, pela população dos Estados Unidos, cuja sociedade era

apresentada como uma referência de civilização moderna, que já havia atingido bons níveis de desenvolvimento higiênico, portanto, deveria ser um modelo a seguir.

Mostra-se uma preferência pela conscientização via folhetos, propagandas e discursos na composição de uma educação hígida em vez de imposições administrativas em atitudes concretas ou criação de leis. Fica subentendido que nos Estados Unidos a população estava preparada e preferia uma educação higiênica ao invés de imposições do Estado. Será que na cidade da Paraíba a população também estava preparada para tal empreitada? Seria pouco seguro afirmar categoricamente. O que mais importa nesse momento é a certeza, por parte dos médicos, de que não adiantava mais manter a antiga forma de atuação sanitária – a polícia sanitária –, pois seus resultados já não surtiavam efeitos. É certo que as estratégias eugênicas formuladas na capital da Paraíba advindas do campo de atuação da higiene “deveriam estar de acordo com aquelas adotadas por outros países, que tinham uma ação teórica e prática, como por exemplo, os Estados Unidos” (MOTA, 2003, p. 43).

Os médicos eram, assim, os profissionais responsáveis pelos estudos da higiene, conhecendo seus principais problemas e os focos primordiais na atuação da educação sanitária, especialmente numa sociedade composta por “profunda e lamentável ignorância, sobretudo, nas baixas classes em matéria de hygiene pública, doméstica e individual” (MAROJA, 1927, p. 9). Considerava-se tais classes como um grupo social que desconhecia completamente o perigo da água poluída que bebia, dos alimentos deteriorados que ingeria, do solo contaminado que, com pés descalços, pisava, da falta de limpeza corporal, seja pelas poucas quantidades de banho ou, mesmo, pela ausência de produtos de higiene individual, bem como desconhecia “inteiramente o perigo do beijo, o perigo da convivência com os portadores de moléstias infecto contagiosas, e só com muito esforço chegariam a se convencer de que a tuberculose se transmite por fontes seguras de contato” (MAROJA, 1927, p. 8).

O perigo também estava presente nos insetos que circulavam livremente pelas ruas, casas, mesas e corpos. Moscas, mosquitos e insetos dividiam os espaços com os corpos dos homens. Outros bichos dividiam inclusive o mesmo corpo ocupado por homens e mulheres, no caso dos conhecidos bichos de pé. Esses animais repugnantes eram transmissores de germens patogênicos, e a ausência de conhecimento da população, segundo Flávio Maroja, chega a ser tanta que “fica-lhes, talvez, no espírito, um resquício de dúvidas, que afinal se dissiparão, como os exemplos apresentados e discutidos sobre sua ignorância e vibrados sobre sua descrença” (MAROJA, 1927, p. 9).

Diante dessa falta de saber, foi sugerido, na *Semana Médica*, que os higienistas e sociólogos divulgassem a idéia da *Educação Sanitária* nos espaços coletivos, a começar pelas

escolas, pois nesses ambientes “opinam a maioria dos propagandistas, que sejam realizadas as palestras, ou conferências sanitárias, ou melhor, palestra de prevenção” (MAROJA, 1927, p. 10). Das escolas, poderia se esperar produzir os frutos dessa campanha. O médico sanitarista Amarílio de Vasconcelos, em seu pronunciamento sobre a conscientização da higiene nas escolas em 1924, afirmou que

A escola e não a fábrica é lugar próprio para fazer a educação higiênica, ali é possível ensinar com proveito, no momento oportuno, como se evitam as moléstias, que a grandeza de uma nação não se baseia apenas na sua riqueza e no progresso material, mas principalmente na saúde e força dos seus filhos, etc. (VASCONCELOS, 1924, p. 1).

Estendia, naquele momento, a tarefa da educação sanitária para as professoras, que, na teoria, seriam orientadas pelos médicos. Fora dos hospitais, esses profissionais tinham a “tarefa gloriosa de ir ao encontro do homem doente, ao casebre do oprimido, ainda mesmo com esforço extraordinário fazer despertar as energias na infibratura de aço do nosso nordestino” (CASTRO, 1934, p. 227). Também recaía sobre esses profissionais a tarefa de orientar as boas condutas higiênicas, divulgar, por meio das propagandas nos jornais, revistas e boletins, como deveriam ser hígidos os corpos da cidade da Parahyba. A “gloriosa” tarefa de ir até os doentes e oprimidos ficou presa ao discurso, em especial num momento em que esses homens se dividiam entre o ofício da medicina, a política e as diversas instituições que lhes concediam *status* perante a sociedade. Os doentes e oprimidos continuariam assim se tivessem que esperar pela visita desses médicos.

A eugenia era recorrente na fala dos médicos, não só quando se fala em higiene, mas também nos temas biológicos e psicológicos:

Se a continuidade das gerações se une pela persistência da hereditariedade, não só no terreno somático, como no espiritual, o povo tem uma personalidade constante e firme. Esta personalidade, em sua área santa, sua força, seu tesouro, é muito mais que o solo onde está assentada a Pátria (CASTRO, 1934, p. 226).

A higienização da hereditariedade tornaria possível um grupo de homens e mulheres bem dotados, mais dispostos intelectualmente, mais brancos, mais sadios, mais hígidos. Esse tipo de personalidade, ou melhor, de cidadão, seria o futuro da Pátria: civilizada, embranquecida, higienizada, inteligente, feliz. Para isso, deveria combater fervorosamente a sentença de Miguel Pereira ao afirmar ser o Brasil uma “Pátria doente”, “um vasto hospital”. Portanto, as doenças, a imundície, os vícios que destroem o corpo e que poluem a alma

deveriam ser combatidos, divulgando que a “vigilância cuidadosa das amas e a educação da mocidade, não serão por acaso medidas que ainda requerem a atenção dos poderes públicos” (CASTRO, 1934, p. 229).

Cabia à imprensa divulgar os pontos de vista médico para combater a ignorância do povo, que oferecia resistência à ação dos poderes públicos. Os jornais publicavam o desejo dos médicos em serem os pioneiros dos costumes purificadores da higiene, responsáveis por levar os cuidados aos homens, libertando-os, assim, do estado de treva. Divulgavam serem os salvadores da Pátria: “Colegas: sei que vós sois, nas questões que interessam a vida do povo, os grandes batalhadores do seu progresso” (CASTRO, 1934, p. 232). Batalhavam pelo povo nessa cruzada da educação higiênica.

Os debates travados no ano de 1924 foram relevantes para o tema da higienização na cidade da Parahyba. A campanha da *Educação Sanitária* ganhava força, galgando espaços nos jornais, nas revistas, nas falas dos médicos, nas casas, nas escolas, nos indivíduos. Nesse sentido, a discussão sobre eugenia deu sua contribuição à constatação da triste condição sanitária e à decisão de uma nova forma de conduzir a higiene por meio da educação. A imprensa passou a ser uma aliada na tarefa de educar e formar cidadãos hígidos, que começariam a perceber os perigos causados pela imundície. Sair do estado de ignorância implicaria em adotar as práticas higiênicas propostas pelos médicos como forma de elevar o sentido de Pátria.

Manuais de higiene eram propagados pelos veículos midiáticos na cidade da Parahyba. A limpeza da cidade, das ruas era doutrinada pela administração pública; a das casas e do corpo eram práticas individuais. Os corpos deveriam passar por uma revolução contra o sujo e almejar o limpo. Boca, cabelos, pele, unhas, roupas, mãos, pés, os cantinhos do corpo, as partes íntimas... para todos esses espaços do corpo retalhado, existiam formas de higiene, cuidados especiais e produtos cosméticos. São esses anúncios que prometiam a boa aparência do corpo e a propagação dos bons odores que passo a discutir.

Capítulo VI

Os cheiros do corpo: proteger, modelar e limpar

“Uma senhora jamais será estimada
se não tiver a cabeça com pó perfumada”
(Georges Vigarello)



4.1 A higiene individualizada através da imprensa

No fim de um dia quente, uma mulher, dona de um corpo exuberante, seguia em passos leves até a banheira. Tocou a água e conferiu se estava morna. Lançou na água pétalas de rosas vermelhas e “alcoholatos aromáticos que podem sem inconvenientes ser associados com o sabão ou com bons cremes perfumados”¹⁸⁴. Minutos antes, uma de suas serviçais havia preparado a “infusão aromática considerada tônica e estimulante com matérias alcalinas que são sedativos ou resolutivos”¹⁸⁵. Tudo pronto. A mulher começou a deslizar seu corpo pela água que limpa, hidrata, perfuma, higieniza. Dá um tom perolado à cor da pele, produz a sensação de bem estar, protege o corpo. Esses banhos “estão cada vez mais em moda”¹⁸⁶.

Higiene individualizada. Cada sujeito era responsável por seu corpo. As famílias se responsabilizavam pela limpeza dos lares, “promovendo o serviço de higienização particular de suas habitações, afinal, no interior dos domicílios, só mesmo as famílias é que pode e deve tudo fazer pela salubridade de sua habitação”¹⁸⁷. Limpar o pequeno mundo em que se habitava era a chamada do jornal *A Imprensa* para os cuidados com a higiene particular, divulgando a importância do asseio nos lugares onde se vivia. Um tipo de propaganda que já circulava na década de 1910, determinando o que deveria estar sob os cuidados dos poderes públicos e o que caberia, nessa situação, às famílias.

Dessa forma, mudança talvez fosse a palavra desejada por todos aqueles que se dedicavam à construção de um saneamento básico, à retirada do lixo das ruas, à higiene corporal, à arte de se perfumar e aos cuidados com o corpo. Nos jornais que circulavam pelas ruas da cidade da Parahyba, uma revolução nos costumes passou a ser pregada pela educação sanitária. E atingir certo grau de civilização estava dentre os objetivos da elite intelectual e política em relação à população que vagava pela cidade exalando odores nada agradáveis, causando repúdio, indignação, vergonha. Civilizar parecia ser a palavra de ordem naquele momento.

O conceito de civilização remonta à Europa feudal, quando o termo ainda era conhecido por *civilité*¹⁸⁸ e adquiriu um significado numa época em que “a sociedade

¹⁸⁴ *Era Nova*, 15 nov. 1921.

¹⁸⁵ *Idem*.

¹⁸⁶ *Idem*.

¹⁸⁷ *A Imprensa*, 24 fev. 1913.

¹⁸⁸ O conceito de *civilité* também constituiu expressão símbolo de uma formação social que enfeixava as mais variadas nacionalidades, na qual, como na Igreja, uma língua comum é falada, inicialmente o italiano e, em seguida, cada vez mais o francês. Essas línguas assumem a função antes desempenhada pelo latim. Traduzem a unidade da Europa e, simultaneamente, a nova formação social que lhe fornece a espinha dorsal, a sociedade de

cavaleirosa e a unidade da Igreja Católica se esboroavam” (ELIAS, 1994, p. 67). Porém, só no século XVI é que esse conceito recebe características mais específicas, em especial com o lançamento de um tratado de autoria do Erasmo de Rotterdam intitulado *De civilitate morum puerilium*¹⁸⁹, que tratava de um “assunto simples: o comportamento de pessoas em sociedade – e acima de tudo, embora não exclusivamente, ‘do decoro corporal externo’. É dedicado a um menino nobre, filho de príncipe, e escrito para a educação de crianças” (ELIAS, 1994, p. 69). O comportamento e a aparência externa, que ficam à mostra, determinavam formas de conduta que revelavam características de sua posição social, de sua educação, de sua estirpe. Da mesma forma que os bons hábitos deveriam ser ensinados, divulgados e postos em prática, outros deveriam ser abolidos, a exemplo das atitudes “bárbaras” ou “incivilizadas”, ações que passaram a ser impúblicáveis, contra as regras, demoníacas.

A postura, os gestos, a indumentária, os traços físicos, a aparência, revelavam homens e mulheres que viviam no *habitat* da escuridão, do sujo, da indecência, ou aqueles que viviam sob a manifestação da limpeza, da higiene, dos bons modos, do que estava em voga. A sociedade ocidental européia seguia para um padrão de civilização, que dela se espalharia para o mundo, enquadrando grupos, indivíduos em incivilizados ou civilizados. Para Norbert Elias, a civilização

que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo, ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos [...] todas as características que lhe atribuímos – a existência de maquinaria, descobertas científicas, formas de Estado, ou o que quer que seja – atestam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social peculiar, e de correspondentes formas de comportamento (ELIAS, 1994, p. 73).

Da mesma forma que o comportamento diante do contexto da “civilização” seria individualizado, a sua aplicação nos países também. No Brasil, por exemplo, só com a chegada da Família Real em 1808 é que ocorre uma série de mudanças nas posturas, nos domínios da civilização. É o que mostra José Gondra ao afirmar que, no século XIX, ocorre a realização de alguns deslocamentos: “De colônia a Estado nacional independente [...] de Portugal a Brasil [...] realizando transformações das mais variadas: infra-estrutura urbana, transporte, economia, política, comunicação e cultura” (GONDRA, 2004, p. 20). Para esse

corte. A situação, a auto-imagem e as características dessa sociedade encontram expressão no conceito de *civilité*. Ver: *O processo civilizador* (ELIAS, 1994).

¹⁸⁹ Da civildade em crianças.

autor, os médicos e os professores foram responsáveis pela introdução, no Rio de Janeiro, dos ícones de civilização advindos da França e da Inglaterra.

Na cidade da Parahyba, as artes de civilizar remontam ao final do século XIX, quando uma série de medidas higiênicas e de comportamentos foi lançada para a sociedade em forma de códigos de posturas municipais, porém é no começo do século XX que essa força se acentua, não mais via códigos de posturas, mas pelos “bons hábitos” publicados nas páginas da imprensa. Os jornais se tornaram um meio de disciplinar os corpos, de combater a indolência, a moleza, a sujeira. Tudo que era associado ao sujo passou a ser bombardeado pelas reportagens. Esses manuais em que se tornaram os periódicos divulgavam que “o cuidado com a limpeza se faz para o olhar e o olfato; seja como for, ele existe, com suas exigências, suas repetições, seus padrões, mas, favorece antes de tudo a aparência; a norma se diz e se mostra” (VIGARELLO, 1996, p. 2).

Neste sentido, o asseio do corpo reflete o processo de civilização, moldando gradualmente as sensações corporais, aguçando seu refinamento, desencadeando sua sensibilidade. É uma história dos cuidados dos sujeitos com seus próprios corpos, dos indivíduos para consigo mesmos, revelando uma pressão que vem do externo – médicos, jornais, revistas – e se estreita com o íntimo. É uma história da polidez do corpo e do comportamento, do auto-regramento nos espaços públicos e dos cuidados individualizados nos recintos privados. A história da higiene do corpo na cidade da Parahyba é repleta de *representações* sobre o corpo, em especial quando se trata de práticas corporais híidas.

Assim, pensar o corpo em sua historicidade me permite perceber a não existência de um corpo “perfeito”, pronto para receber as influências externas, mas abordar questões capazes de contribuir com o ideal de uma sociedade menos hierarquizada. O corpo não é “apenas lugar de definição sexual, da demonstração das distinções, das etnias, enfim, das diferenças que estigmatizam e excluem” (PEDRO, 2008, p. 203), mas um lugar de multiplicidade, de mudanças culturais, recheado de relações que permitem ser historicizadas, pois a “limpeza se compõe, necessariamente com a imagem do corpo, com as imagens mais ou menos obscuras, do invólucro corporal, com aquelas mais opacas ainda, do meio físico” (VIGARELLO, 1996, p. 3). Por exemplo, pensamentos de que o “banho estraga a pele” ou de que ele “frio no fim da tarde provoca resfriado” faz parte do imaginário que habita sobre o corpo, que se alimenta da sensibilidade, que possui uma história e seus determinantes. Assim, é preciso que “se transformem as representações latentes do corpo, por exemplo, as que ditam seus funcionamentos e suas eficácias” (VIGARELLO, 1996, p. 3).

Durante os primeiros anos do século XX, como afirmamos no capítulo anterior, a cidade da Parahyba “reclama os cuidados de quem, por dever de officio, tem a responsabilidade de zelar pelos nossos interesses sanitários¹⁹⁰”, em especial nos espaços em que “as águas se escoam, em muitas partes, ao longo das ruas estagnando-se aqui e alli e formando poças onde apodrecem ao contato do sol sobre as matérias deletérias que elas conduzem, produzindo exalações tão prejudiciais a saúde e a vida¹⁹¹”. Ao caminhar pelas ruas, facilmente encontram-se “montões de lixo, verdadeiros focos de infecção exigindo medidas urgentes à bem do saneamento de nossa urbs¹⁹²”. Assim, é possível encontrar nesses periódicos apelos aos poderes públicos para solucionar a questão da insalubridade, que gerava a proliferação de doenças.

Ainda durante o período de atuação do *Serviço de Higiene Pública* (1895-1918), a população já se queixava da ausência de uma política sanitária educativa, para, através da conscientização, solucionar a falta de higiene. Eram cuidados básicos com as casas e com os corpos que estavam sendo exigidos, como revela a matéria abaixo:

Esta ou por defeito de educação, ou infundados preconceitos filhos da ignorância, é, em parte, refractária a certas medidas hygienicas, obstando assim a que um serviço tão necessário ao bem público alcance seu optimo fim. Cumpre neste caso, intruirl-a, provar-lhe com a prática o que não poudo conseguir a theoria somente, e pôr e execução as leis por que se rege a hygiene¹⁹³.

Ou seja, a população local, “provável dona” de bons modos higiênicos, lançava suas porcarias portas a fora, deixando toda a tarefa e culpa pela sujeira nas ruas para a administração municipal. Por outro lado, também se culpava o governo por não realizar uma propaganda que fosse mais eficaz, capaz de orientar as pessoas a dar o destino correto aos lixos e águas sujas. As leis que regiam a higiene acabavam ficando quase que exclusivamente na teoria, pois só realizando uma “campanha enérgica e prudente contra esses abusos é que teremos feito um dos maiores benefícios ao nosso estado e ao nosso povo”¹⁹⁴.

Com a criação da *Comissão de Profilaxia Rural*, passou-se a empregar a *Educação sanitária* com a proposta de modificar o comportamento higiênico de homens e mulheres na cidade da Parahyba e no interior do estado. Os manuais de postura higiênica foram divulgados através de uma ação natural entre a *Comissão*, a imprensa e as lojas que vendiam os produtos

¹⁹⁰ *A Imprensa*, 02 out. 1913.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ *A Imprensa*, 05 out. 1913.

¹⁹⁴ Idem.

tidos como modernos. O comércio da capital respirava os ares europeus, anunciando seus mais sortidos produtos *chiques*, que encantavam e seduziam aos que desfilavam pelas calçadas. A modernidade apresentada pelas lojas ofertava um modelo de moda, beleza e higiene que deveria passar a ser adotado como sinônimo de estar em comum acordo com as tendências estrangeiras. Ser hígido estava muito próximo de ser *chique*, de ser moderno.

A revista *Era Nova*¹⁹⁵, que circulava pelas principais cidades da Paraíba, foi pioneira em lançar manuais de higiene, em especial para as mulheres na década de 1920. É nesse período que se evidencia o evento da urbanização “através das mudanças descritas na aparência e ordenação da cidade [...] que sinalizam outras trajetórias, outras estratégias de ocupação de lugares” (SILVA, 2000, p. 5), momento em que a modernidade instalava-se como uma determinação irrefreável e irrecusável. Assim, as ruas da “cidade moderna [...] deverão ser tão asseadas e tratadas como o interior das habitações, pois, transitando por ellas toda a população da cidade tornar-se-iam um perigo se não fossem bem asseadas e cuidadas¹⁹⁶”. Como manter as ruas higienizadas se a população não correspondesse? É nesse sentido, com esse tipo de propaganda, de estratégias, que os periódicos passaram a educar de forma higiênica a população local, publicando matérias contendo os discursos dos médicos e dos signos da modernidade.

Ainda na cidade da Parahyba, no décimo dia do mês de junho de 1920, um homem, “inquilino do sobrado em cujo pavimento térreo funciona *Ao Moinho de Ouro*”¹⁹⁷, dirigiu-se até a sede do jornal *A Imprensa* para reclamar contra as “innomináveis faltas de asseio cometidas no corredor, na parte próxima a porta lateral dessa casa de recreio”¹⁹⁸. No local denunciado existia uma grande quantidade de pó de serra que, nos dias secos, o vento se encarregava de espalhar; no entanto, o alvo da denúncia não era o amontoado de pó, mas a razão residia no fato do local servir de mictório para os homens que freqüentavam a casa de diversão. Como se não bastasse, o homem ainda alegava existir, a uns quatro passos à frente, um depósito de defecções, “exalando um ar fétido que se desprende dessa privada e torna muito incomoda a residência no sobrado”¹⁹⁹.

¹⁹⁵ A *Era Nova* foi uma revista de caráter literário e noticioso, originalmente lançada na cidade de Bananeiras – PB, fundada por Severino Lucena, passando, em 1921, a ser editada na Capital, até 1926. Ditou sobre esse período normas de conduta, de higiene, moda, beleza, etc. Trazia nas suas capas a imagens de mulheres que chamavam a atenção por sua beleza. Para outros esclarecimentos, ver: *Paraíba, imprensa e vida* (ARAÚJO, 1983).

¹⁹⁶ *A Imprensa*, 14 set. 1916.

¹⁹⁷ *A Imprensa*, 10 jun. 1920.

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ *A Imprensa*, 10 jun. 1920.

O mau odor, ocasionado pelas secreções expelidas pelos corpos de homens que frequentavam a casa noturna, causava a indignação e repúdio dos moradores. A falta de higiene, a sujeira, a imundície sempre foram noticiadas nas páginas dos jornais, mas a partir daquele ano as coisas mudariam. Em vez de denunciar montantes de lixo e esgotos a céu aberto, a imprensa começava a plantar a semente da educação sanitária, a partir da orientação do modelo eugênico adotado pela *Comissão de Profilaxia Rural*.

No que diz respeito ao corpo, o banho total sempre foi a melhor forma de asseio. É nele que o corpo por inteiro é higienizado. A água que escorre pelo corpo durante o banho limpa, hidrata, protege. Afasta a doença, elimina os maus odores, seduz. A sensualidade é parente do ato de lavar-se por inteiro, deixa o corpo pronto para si e para o outro. Os banhos deixam de ser apenas uma medida médica, tornam-se requisitos fundamentais para a higiene, um efeito sedutor, um empreendimento que dá destaque. Possuir banheiros privados com água suficiente disponível ainda era uma característica da elite, que

utiliza muito freqüentemente dos banhos, que os médicos prescreviam para muito mais doenças [...] e do gosto que o público adquiriu por esse costume, de tal modo que há banhos em todas as casas recém construídas (da elite), e, quando um particular abastardo deseja alugar um apartamento, ele considera um banheiro como uma das dependências essenciais (VIGARELLO, 1996, p. 174).

A ação física da massa líquida que envolve a pessoa que se banha, lavando todo o seu corpo, conserva um valor sugestivo, pois nem sempre o efeito da água se limita à lavagem. Georges Vigarello (1996) afirma que, na Europa, o banho passou a ser uma recorrência no final do século XVIII, a passos lentos, empreendida pela elite. Com o passar dos anos, o banho torna-se utilitário não apenas no combate às doenças, mas para a higiene pessoal. A água, a partir de então, não teria mais apenas um caráter decorativo, mas de vitalidade para o corpo, pois

começa a chegar lentamente, discreta mas possível, agregando-se aos ritos da vida cotidiana. Ao longo dos rios multiplicam-se os banhos públicos, onde banheiras possuíam entradas para deixar passar a corrente. O mobiliário sanitário ganhava inovações. O bidê de estanho ou porcelana, chamado o ‘confidente das damas’ encarregava-se da higiene íntima, mas também em tempo libertinos, dos cuidados contraceptivos. As banheiras que tanto podiam ser alugadas quanto compradas adquiriam a forma confortável de poltrona, canapé, leito ou chaise-longue (PRIORE, 2001, p. 19).

A lavagem do corpo na Europa tinha por inimigo o frio, fazendo com que os textos sobre higiene propusessem as abluções parciais ou, até mesmo, a construção de apartamentos

para o banho, que seriam mornos, protegendo e aquecendo. Cheirar bem passava a ser uma característica da emergência burguesa e de seus hábitos de privacidade para camuflar os odores desagradáveis de seus corpos.

Segundo Chyara Charlotte Bezerra Advíncula (2009), a cidade da Parahyba, na década de 1920, contava com algumas fontes que abasteciam a cidade de água. Eram:

a fonte de Gravatá, que ficava na Rua Maciel Pinheiro, no pátio do antigo Quartel de Polícia (onde hoje é o Mercado de Artesanato) e se encontrava “[...] cheia de lixo, vendo-se, somente, pequena parte de suas muralhas acima do nível do solo[...]”; a Bica dos Milagres no sopé da Ladeira de São Francisco, que estava totalmente inutilizada; a Maria Feia, situada em uma das extremidades da estrada de Mandacaru, que não se prestava a melhoramentos devido o pouco valor de suas águas e a dificuldade de acesso a esta, já que estava localizada em uma ladeira de grande declividade; a Cacimba do Povo, era um tanque de boa água que se situava “[...] no vale que fica a oeste da Rua Dr. Epiácio Pessoa”, ou seja, por trás da Rua das Trincheiras; e a Tambiá, com localização no bairro do mesmo nome, era uma das fontes mais procuradas devido à abundância e qualidade do líquido, a qual, merecia reparo e atenção especial. Esta fonte se destaca por ser alimentada por oito nascentes, para ser preservada, optou-se pela criação, em 1919, de um Horto Municipal chamado Parque Arruda Câmara (ADVÍNCULA, 2009, p. 5).

Essas fontes, além de fornecer água para a higiene domiciliar e corporal, tornaram-se locais “onde pessoas se reuniam, a princípio, com o objetivo de levar aos lares uma água pura e doce, ou fazer a assepsia corporal” (ADVÍNCULA, 2009, p. 5). Local de comércio em que a água tornou-se um negócio. Homens enchiam os barris de água e saíam pelas ruas da cidade vendendo o produto, isso acontecia pelo menos até a construção da água encanada para a cidade e um eficiente serviço de saneamento. Quem não podia comprar, descia e subia as ladeiras com latas de água na cabeça, principalmente a população pobre. A cena se repetia todo dia para os que moravam nos arrabaldes da cidade, local em que a água encanada não chegava²⁰⁰.

Mesmo com a água encanada, as denúncias sobre sua má qualidade ou distribuição eram cotidianas nos jornais:

As reclamações feitas contra a péssima qualidade do precioso líquido levado aos domicílios pelos canos das instalações existentes, accudiu o orgam official, assegurando, que uma vez estudada a questão, seriam dadas pelo

²⁰⁰ É importante ressaltar que os homens e mulheres que iam até as fontes de água doce existentes na capital eram pobres que não dispunham de dinheiro para realizar a compra da água. Provavelmente moravam nos espaços mais afastados da cidade, onde a água encanada não chegava. O estado de abandono das fontes citado por Chyara Advíncula (2009) deu-se exatamente por já existir, desde 1912, no governo João Machado, a criação das tubulações de água potável para os domicílios, tendo como fonte o manancial Buraquinho. Só restavam aos pobres as antigas fontes e bicas.

governo as providencias necessárias para corrigir o defeito que houvesse de modo a serem bem servidos os consummadores. Condição muito justa com que todos se conformaram: era um mister investigar as causas do deterioramento da água²⁰¹.

Embora fosse um serviço disponível para a sociedade, era restrito a poucos, além de apresentar problemas no seu funcionamento. “Como higienizar com água suja?”, “Qual a procedência e cuidados dessa água?”. Foram perguntas que o jornal *A Imprensa* publicou, exigindo do serviço de abastecimento d’água explicações para a situação de desprezo para com líquido tão preciso à higienização. As crianças, por exemplo, desde cedo deveriam ser acostumadas a ingerir o líquido como uma obrigação, até se acostumarem e sentirem a necessidade de praticar esse ritual cotidianamente, ou seja, ao menos duas vezes ao dia. Desde o seu nascimento, “é muito útil o banhar a criança todos os dias e, não sendo isto possível, fazer-lhes uma lavagem geral com uma esponja”²⁰². Segundo a *Revista Era Nova*, o cuidado com a água era imprescindível, nunca deixando nem mais nem menos “que 35 graus durante o primeiro mês e nos meses seguintes 32 graus no inverno e 30 graus no verão”²⁰³.

No entanto, os cuidados com o corpo das crianças deveriam ser dobrados. Essa higienização é feita geralmente pela mãe, que cuida do corpo da criança como se fosse o seu, lembrando sempre de todos os cuidados “com as dobrinhas para não causar assaduras”²⁰⁴ e também evitar algumas doenças, como o resfriado. Dessa forma, ao dar banho nos pequeninos é bom:

1º- Que a temperatura da habitação seja entre 18 e 20 graus. 2º- Que estejam bem fechadas as portas e janelas. 3º- Secar bem a creança e envolve-la num chalé até ter a reacção. 4º- A duração do banho deverá ser de 4 a 5 minutos e a melhor hora é ao meio dia²⁰⁵.

O banho deve ser sempre total e diário, “fazendo a lavagem da cabeça diariamente, com água temperada e sabão de cozinha, utilizando-se uma esponja fina ou algodão hidrophilo”²⁰⁶. Só assim seria evitada a criação de caspas, ou aquelas “crostas repugnantes que chamam de capacete e que testemunham a falta de limpeza”. Da mesma forma, os olhos também precisam de atenção durante a higienização, “sendo lavados todos os dias durante os primeiros meses, usando para isso bolinhas de algodão empossadas em água bórica com que

²⁰¹ *A Imprensa*, 15 set. 1913.

²⁰² *Era Nova*, 15 jun. 1921.

²⁰³ *Idem*.

²⁰⁴ *A Imprensa*, 23 jul. 1921.

²⁰⁵ *Era Nova*, 15 jun. 1921.

²⁰⁶ *Era Nova*, 15 jun. 1921.

se evitarão graves enfermidades que muitas vezes causam cegueira”²⁰⁷. Dentre outras posturas sobre os cuidados com as crianças²⁰⁸, o manual revela uma importância maior com os cuidados higiênicos. A justificativa para tal preocupação se deve ao fato da criança possuir a pele sensível e não ter desenvolvido anticorpos suficientes para se proteger de certas doenças. Como forma de promover a modelação física perfeita, proposta pelo modelo eugênico da época, “a partir dos 7 ou 8 meses a criança necessita fazer algum exercício físico”²⁰⁹, colocando-a no “chão sobre um tapete ou manta onde brinca e termina por andar de gatas e ao fim de um ano ou mais começará a andar só”²¹⁰.

Lapidar o corpo também estava entre os padrões higiênicos da década de 1920. O corpo hígido, bem cheiroso tornou-se sinônimo de bons tratos, de valorização do eu. A higiene proposta pela educação sanitária estava sendo apresentada desde a infância. Com o passar do tempo, os cuidados com a higiene corporal aumentaria com o sentido de tornar o corpo belo, forte, sedutor, respeitado. É sobre esses cuidados, as partes específicas do corpo, que passaremos a discutir.

“Um reputado clinico patricio nos dizia que asseio é coisa que não custa muito, só depende de uma ponta de boa vontade”²¹¹. Assim, anunciava no periódico católico, em 20 de julho de 1921, a necessidade do asseio como sendo algo simples, de alto valor social, moral e ético. Assegurar a limpeza do corpo com água, sabão, loções, cremes, perfumes causaria uma sensação de leveza, segurança, bem estar ao corpo e aos que estão por perto. “Asseio e hygiene” eram as palavras de ordem nessa empreitada educadora que começava com os cuidados sobre as mãos e os pés.

As mãos sempre foram reveladoras. Elas são responsáveis por pegar a água no pote e lançá-la sobre o corpo. As mãos levam a comida até a boca, massageiam o corpo, apontam, acusam. São donas do poder de iluminar as coisas, as pessoas. Estabelecem o contato com o outro através do toque, são sensíveis ao calor, ao ardor dos outros corpos, à água fria, à dor. São locais visíveis da higienização corporal. Quase todos os profissionais utilizam as mãos como principal instrumento de trabalho. Revelam o nervosismo ou, simplesmente, acalmam com o afago.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ A revista segue mostrando que a criança jamais deve dormir com a mãe ou a ama na cama para não ser esmagada, portanto o berço (e os cuidados com a higiene do berço) é imprescindível para que a criança durma em paz durante o dia e a noite, além dos cuidados com os passeios, protegendo sempre o corpo da criança com roupas aquecidas.

²⁰⁹ *Era Nova*, 15 jun. 1921.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ *A Imprensa*, 20 jul. 1921.

Os preceitos de higiene se dirigiam às mãos e aos pés como sendo fundamentais para a aparência do corpo. Enquanto o senso comum afirmava que a transpiração dos membros era sinal de nervosismo, o jornal *A Imprensa* buscava desmentir essa regra dizendo que

Sem pretender, contudo, que a sudação exagerada seja apanágio de gente forte, pode afirmar pelo menos que ella é muitas vezes independente do estado geral e que constituem um sintoma puramente local. Há muitas pessoas bem constituídas e gosando de boa saúde que tem uma transpiração forte nas extremidades²¹².

A transpiração das mãos era uma exigência do corpo de uma constante higienização dessas partes, pois “estes suores constituem um inconveniente que pode advir no verão de uma verdadeira enfermidade”²¹³. Mãos suadas causavam nas pessoas uma impressão desagradável, e, se não realizada a limpeza, passam a exalar um odor azedo; já os pés, “macerados por esta secreção contínua ficam sensíveis a menor topada”²¹⁴, deixando sair o desagradável cheiro de chulé. Para combater essa constante transpiração das mãos e dos pés, os médicos desenvolveram técnicas que ajudaram o combate a esse “mal”, como “massagens exercidas das extremidades dos dedos até o cotovelo, pois, esta fricção equilibra as fucções das glândulas sudoríficas”²¹⁵. Vale também aplicar duas vezes ao dia loções com algum tipo de

Soluções adstringentes:
 Tanino.....2 gr.
 Álcool.....350 gr.
 E duma fricção feita com:
 Naphtol.....3 gr.
 Glicerina.....10 gr.
 Álcool.....100 gr.²¹⁶

Antes de dormir é importante impregnar a mão com o pó adstringente e nos pés utilizar o “medicamento mais indicado: o formol, que tonifica a epiderme”²¹⁷. Os cuidados também recaem sobre as meias que deviam ser macias e cheirosas e os sapatos limpos, tendo sempre “seu interior humedecido com a mesma solução proposta para os pés”²¹⁸. O mal

²¹² *A Imprensa*, 26 nov. 1921.

²¹³ Idem.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ *A Imprensa*, 25 ago. 1921.

²¹⁶ *A Imprensa*, 26 nov. 1921.

²¹⁷ De acordo com a receita: “Põe-se 2 a 3 colherinhas de formol em um litro d’água e deixa os pés de molho nesta solução durante uns cinco minutos, depois, deixa-os secar ao ar, sem os enxugar” (*A Imprensa*, 25 ago. 1921).

²¹⁸ *A Imprensa*, 25 ago. 1921.

conhecido pelos médicos como *hyperdridose* se não cuidado passava a ser sinal de falta de higiene. Ainda sobre as mãos, ou melhor, sobre as unhas dos dedos, o Dr. Berllinton considerava ser uma das maiores faltas de higiene, um mau costume que recebeu o nome de unicophagia: o hábito de roer as unhas. Considerada “uma doença digna de atenção, e de consequências graves”²¹⁹, faz com que a “bocca receba várias matérias pulverulentas contendo micróbios que, levados ao estômago, produzem perturbações gastrointestinais e arredonda as extremidades dos dedos, tornando-os defeituosos”²²⁰.

Tal vício deve ser combatido na infância, caso contrário, torna-se recorrente na adolescência. Isso foi apresentado aos leitores do jornal da cidade da Parahyba através dos dados estatísticos que demonstram “que a porcentagem das creanças propensas a esse achaque é de 30 por cento” e “para evitá-lo, unte-se com substâncias amargas ou protejam-se as pontas com camurça”²²¹. Por outro lado, os pés que andam descalços são vítimas das frieiras, coceiras e micoses, são a porta de entrada das verminoses no corpo de homens e mulheres. Cuidar das unhas dos pés também faz parte do processo de higienização do corpo, em especial aqueles que andavam descalços ou possuíam unhas encravadas. Sobre esse fato, vejamos o que diz o documento:

A unha diz-se “encravada ou incarnada” quando ella penetra na carne, geralmente do grande artelho ainda que isto se possa dar em quaisquer outros artelhos. O hábito de usar-se o calçado apertado e também cortar as unhas em redondo ao invés de quadrado, favorece a penetração da unha na carne, produzindo uma inflamação muito dolorida, e as vezes uma ferida fétida difícil de curar-se”²²².

A ferida poderia comprometer, inclusive, a unha se não fosse tratada. O cheiro de podre que exala de uma ferida no canto da unha não higienizada causa repulsa às pessoas, para isso a melhor forma de evitar é “corrigindo a forma da unha e usando calçados largos e flexíveis; corte-se a unha ao quadrado deixando crescer um pouco os cantos”²²³. O algodão podia ser utilizado por debaixo da unha, principalmente nos cantinhos que eram levantados aos poucos. Porém, antes dessa operação, é necessário “isolar o artelho em que a unha se encarnou dos outros por meio de um fino de linho ou, o que é melhor, um tecido finíssimo e impermeável para que o isolamento do artelho seja completo”²²⁴. Andar o menos possível,

²¹⁹ *A Imprensa*, 21 ago. 1913.

²²⁰ *Idem*.

²²¹ *Idem*.

²²² *Era Nova*, 01 jul. 1921.

²²³ *Era Nova*, 01 jul. 1921.

²²⁴ *Idem*.

mergulhar os pés num banho quente com água e sabão desinfetante eram ações de lavagem e desinfecção da ferida propostas pela receita da revista, além da aplicação de água fenicada e, em seguida, “applicar faixas de gase antiséptica ou boricada entre a carne e a unha o que é sempre preferível ao algodão levantando a unha ligeiramente”²²⁵. As unhas e feridas, proferia a reportagem, devem ser conservadas no maior asseio.

Após todo esse procedimento higiênico, o asseio das mãos deve ser assegurado por meio de água corrente e em abundância. A pele limpa “acentua os perfis, matiza os comentários, às vezes estendendo-se até mesmo as atitudes e aos comportamentos” (VIGARELLO, 1996, p. 89). A higienização se ampliou para todas as partes do corpo, não só rosto e mãos, mas pés, axilas, órgãos sexuais, cabelos, orelhas, pernas, etc., os vários pontos focalizados do corpo se correspondem. Se não são cuidados, disseminam maus odores. Por isso, a lavagem da pele é imprescindível e “muitas pessoas esfregam-na com as mãos, esse processo nada vale a não ser para chamar o sangue, mas não limpa o redor dos poros, daí ser de toda conveniência o emprego de uma esponja ou toalha com felpos finos”²²⁶.

Cuidar dos pelos do corpo tornou-se missão nessa cruzada higiênica. A revista *Era Nova* trazia, no seu interior, fórmulas de como proceder à depilação dos pelos nas pernas e em outras partes do corpo. Porém, para a pele estar limpa, mesmo retirando os pelos, era preciso algumas ressalvas:

São substancias mais ou menos causticas e em geral muito perigosas os depilatórios que são empregados com o intuito de fazer cahir o cabello. A cal viva e o sulphureto de arsênico formam a base de quase todas as preparações. O conhecido epilatório de *Decroix*, Frances, muito usado pelas damas cabelludas é composto do seguinte: cal viva, 15 grammas; goma em pós 30 gram, e sulphureto de arsênico 2 gram²²⁷.

Embora essas substâncias apresentassem perigos à pele, um bom número de mulheres já as usavam para retirar os pelos que escureciam a pele e davam um aspecto de sujo. Era uma preparação ameaçadora, “mas as cabelludas não querem saber disso, e com a vaidade de ficarem livres de todos os cabelinhos que julgam prejudicar o realce de suas belezas vão aplicando tal preparo de qualquer modo”²²⁸. Nesse sentido, fica visível o cuidado com a

²²⁵ Idem.

²²⁶ “As esponjas são constituídas por um agregado de animais da classe dos polypeiros e colhidas em certas regiões do Mediterrâneo, e principalmente nas praias das ilhas do archipelago grego. Ellas chegam ao mercado cheios de areias e de mariscos que são retirados a machlohydrico a fim de as desembaraçar das impurezas que nellas se acumulam” (*Era Nova*, 25 dez. 1921).

²²⁷ *Era Nova*, 25 dez. 1921.

²²⁸ Idem.

aparência física e, conseqüentemente, com a higiene. A beleza dos corpos significava extirpar do corpo tudo que fosse considerado sujo, pois, nesse momento,

enquanto pessoa, o corpo ganha dignidade; deve-se respeitá-lo, quer dizer, cuidar constantemente do seu bom funcionamento, lutar contra sua obsolescência, combater os sinais da sua degradação por meio de uma reciclagem permanente; a decrepitude física tornava-se uma torpeza (LIPOVETISKY, 2003, p. 42).

Mesmo sabendo dos perigos e fazendo o alerta, a revista ensinava a fórmula francesa de preparo do creme depilatório. O público de mulheres que queria estar em dia com a beleza e com os preceitos de higiene era numeroso, daí a receita: “Junte cal viva pulverizada (10 grammas), sulphydrato de soda (3 grammas) e amido (10 grammas). Dissolver o pó num pouquinho d’água e aplicar sobre as partes cabelludas que se quiser pelar, o effeito é rápido, produzido de vinte a trinta minutos”²²⁹. Sobre os cabelos da cabeça, vejamos a poesia de Bastos Leão:

[...]
Alcança outras belezas sem desdouro
Tudo o que nos embeíça e nos agrada:
Faz o cabelo preto ficar louro.

Louro somente? E mais outros primores.
Pois, depois de tanta água oxygenada,
Fica o cabelo de diversas cores...

Nascia a “louraça-belzebu”? Parece que sim. A moda da loura “vai ganhar força logo depois da proclamação da República, por diferentes razões: primeiramente, pelo ideal de branqueamento das elites, incomodadas com o mulatismo da população” (PRIORE, 2000, p. 75), logo em seguida, graças à chegada de uma grande quantidade de imigrantes europeus, considerados exemplares modelos de eugenia. Quem não era branca, passava a cuidar da higiene e beleza para assim parecer, daí o forte comércio de pós, pomadas, cremes e tintas para cabelos, deixando-os louros. A revista *Era Nova*, por exemplo, recomendava às mulheres os cuidados com os cabelos; estes, bem cuidados, teriam a tonalidade amarelada, a pele embranquecida e as faces rosadas.

A moda francesa de cores e cortes dos cabelos penetrava fortemente na cidade da Parahyba, fazendo com que o jornal *A Imprensa* fizesse afirmações do tipo “tudo que vem da França vira praga”, “a moda francesa se alastra como pólvora”. Vale ressaltar que o jornal *A Imprensa* era um órgão religioso, portanto, entende-se a visão de que tudo que vem de fora

²²⁹ Idem.

“vira praga”. Assim, a maioria das efusões que podiam ser preparadas em casa alegava-se vir da “França”, com nomes que eram partilhados nas bocas das mulheres como *boudet* e *decroix*. Cuidar da fibra dos cabelos e impedir sua queda constante também era uma forma de higienizar o corpo, mantendo os cabelos firmes, bem arrumados e cheirosos. Portanto, para impedir a queda dos cabelos, dizem “os mestres no assunto ser a loção de glicerina e de cantharidas do Dr. Startin uma das mais recommendáveis, empregando-se duas vezes por dia com uma esponja ou escova fina²³⁰”. A promessa desse produto era “assegurar o cabelo viçoso em pouco tempo”²³¹.

Caso fosse difícil encontrar os produtos para preparar a porção, ou mesmo garantir as medidas corretas, as mulheres poderiam optar por outra receita:

Para deter a queda dos cabellos, pratique-se pela manhã uma fricção do couro cabeludo com a seguinte loção: infusão concentrada de cate, 500 grammas; bisulfato de quinina, 3 grammas. Mistura-se e ajunte-se a uma solução de álcool a 90°, 100 grammas; glicerina, 10 grammas; tannino, 1 gramma, tintura de baunilha, 25 grammas²³².

Fórmulas, receitas, anúncios, propagandas... tudo isso fazia parte de um programa considerado educativo, que prezava pela higiene individual do corpo. Para cada parte do corpo, existia uma maneira de higienizar. O discurso higiênico ganhava cada vez mais força na década de 1920, realizando transformações brutais no corpo. Dava-se início aos modelos de patricinhas que, nas décadas seguintes, ganharam as ruas das cidades. A sujeira e a pobreza foram o bode expiatório utilizado pelas elites para realizar a sua revolução olfativa, que dava a seus corpos posturas que os aproximavam do belo. A imagem do corpo hígido é divulgada pelos veículos midiáticos como ser belo, jovem e saudável.

Os cosméticos ganhavam as lojas. Cremes eram vendidos para todas as partes do corpo. O sol, escaldante em alguns meses na cidade da Parahyba, fazia os lábios, por exemplo, de homens e mulheres racharem. É certo que já podia encontrar nas farmácias batons à venda para proteger e colorir os lábios, mas os velhos cremes ainda ganhavam as páginas das revistas.

²³⁰ *Era Nova*, 22 out. 1921.

²³¹ A receita desse “produto consta de: Água de alecrim (4 litros), espírito de sal volátil, espírito de sal amoníaco volátil (este espírito é um alcoolato obtido por meio da dissolução dessas essências de canela, de cravos da índia e de limão numa solução alcoólica de sesqui – carbonato de ammoníaco). Deste espírito de sal volátil 28 grammas, tintura de cantharida, 56 grammas, glicerina 15 grammas. Misturar tudo muito bem” (*Era Nova*, 22 out. 1921).

²³² *Era Nova*, 14 out. 1921.

“Pratique-se com este creme unções nos lábios duas ou três vezes ao dia”. Assim, chamava mais uma nota de rodapé da edição da *Era Nova*, publicada em 14 de outubro de 1921. A efusão que coloria com carmim e protegia da ação danosa dos raios solares chamavam a atenção nos lábios daquelas mulheres que saiam em público. O que fosse considerado moderno, ou melhor, francês, era muito bem vindo. Modo de fazer: “dissolva-se uma parte de ácido bórico em 24 partes de glicrina; junte-se a essa mistura 5 partes de lanolina anhydrica e 70 partes de vaselina. Dê se cor ao creme com carmim”²³³.

Essa proteção da boca ganha dimensões maiores com os anúncios de loções para limpeza do rosto. Já se considerava o rosto, na década de 1920, o cartão postal do corpo. Para Georges Vigarello (1996, p. 51), o trunfo do rosto limpo e liso é uma obrigação de todos, é uma questão de decência, de higiene, é sanitário. O rosto representa quase todas as funções do corpo: é a aparência que predomina e que está em contato com o mundo, que demonstra os sentimentos, as sensibilidades. A alusão ao rosto sempre estará ligada à limpeza, pois é o que primeiro atinge o olhar do outro.

Assegurar a limpeza da pele, ou melhor, combater os cravos e espinhas que deformam o rosto tornava-se uma medida profilática de alto valor higiênico. Portanto, para fazer “desaparecer os pontos pretos do rosto, ou cravos deve-se suprimir absolutamente o uso de cremes e pastas e praticarem abundantes abluções”²³⁴. Para extinguir os cravos e espinhas, orientava-se a reunir “água destilada, borato de soda, bicarbonato de sódio, álcool e tintura de almíscar”²³⁵.

Três mulheres com vestidos de seda, elegantes colares, cabelos bem penteados e ornados com pedras brilhantes. O acessório das mãos – o leque – tinha a função de estar de acordo com o que se usava. A conversa parecia alegre. Mulheres da elite, reunidas em um recinto cheio de *glamour*. Elas asseguram: é “o início da perfeição”²³⁶. Os perfumes *Lubin* faziam todas se embelezarem com a moda, recobrando o corpo com os melhores tecidos e mais refinados artigos de luxo. Direto de Paris para a penteadeira de mulheres que lançavam sobre seus corpos o perfume que lhes garantia beleza, sedução, sensibilidade. Era seguro, pois “os ellegantes attestam que nada sobrepuja os perfumes *Lubin*”²³⁷. Cada comercial publicados em jornais e/ou revistas procurou celebrar a diferença, o brilho, a luz, a imagem, o espetáculo, dando visibilidade ao prestígio social. É o que podemos ver no anuncio do perfume *Lubin*, por

²³³ *Era Nova*, 14 de out. 1921.

²³⁴ *Era Nova*, 05 nov. 1921.

²³⁵ Idem.

²³⁶ *A União*, 20 jul 1919.

²³⁷ Idem.

exemplo. Um discurso publicitário que “investe na mulher como consumidora em potencial, dirigindo-lhe a maior parte das mensagens, elegendo-a como consumidora oficial” (OLIVEIRA, 2008, p. 15).

O sabão Radium, por exemplo, divulgado na época, é apresentado nos anúncios com uma auréola de brilho ao seu redor, como um dispositivo visual capaz de convencer a mulher dona-de-casa de que esse produto é o melhor do mercado, pois “além de lavar, tirar sujeira e deixar cheiroso o tecido, cerca a lavadeira de um brilho e de um esplendor inigualáveis, tornando-a brilhante como uma estrela” (OLIVEIRA, p. 16). Um mundo de sedução, de sentidos que submete homens e mulheres a um regime de sensibilidade, de posturas sociais que se montam ao longo da história. Os manequins são apresentados ornados com jóias e enfeites, bem maquiados, donos de bons modos percebidos pela postura ao sentar ou ao caminhar, pela delicadeza dos gestos, pelo aroma dos perfumes e cremes que usam sobre o corpo, pelas rendas e refinados bordados pregados às roupas, pelo refinamento do gosto ditado pelos jornais como sendo a moda, o que está em voga, aquilo que seduz, que refina o estilo individual de cada um.

Esse saber de tendência européia era divulgado pela mídia impressa da época. Assim, é importante destacar que apenas a elite tinha acesso a esses veículos, o que não impede, por exemplo, do saber ser passado de boca em boca. As moças da elite mandavam suas empregadas prepararem ou aplicarem as efusões em seus corpos, espalhando, assim, esses ensinamentos. As mulheres cochichavam entre si as receitas de manter a beleza por meio da higiene. O que não era ensinado em casa ficava a cargo do saber médico e químico divulgado na imprensa, das lojas que vendiam produtos para higiene moderna e das escolas que ensinavam a ser hígidos e educados. Essas duas últimas formas de difusão da educação higiênica fazem parte do que veremos no capítulo seguinte.

O saber da imprensa divulgava a limpeza do corpo separado da limpeza da cidade. Todas as reportagens foram encontradas de formas distintas. É como se, portas adentro, os cidadão fossem hígidos; portas fora, empurrava-se o lixo indesejado. No privado, asseados, no público, porcalhões. O comportamento higiênico da população fora formado primeiro voltado para a cidade – não logrando êxito – e, então, voltou-se para a educação sanitária do corpo. Como se um não se importasse com o outro. A tentativa de articulação entre higiene pública e higiene privada parece ter ficado a cargo das escolas.

4.2 A liturgia dos anúncios: uma prática de civilidade

Os corpos eram espaços disputados pelos bons e maus odores, pela saúde e pela doença, pela pobreza e pela riqueza, pelos bons e maus modos, pela vaidade e elegância, pelas práticas de civilidade. Nas décadas de 1910 e 1920, as práticas consideradas pela sociedade de bom tom entram em cena, vendendo produtos para a beleza, proteção do corpo contra os *agentes do mal* e contra as enfermidades. Vendiam a cura através de biotônicos milagrosos, capazes de restabelecer corpos quase falecidos. Anunciavam médicos com o poder de devolver a saúde roubada pela doença e a tonicidade rosada da pele. Os jornais *A Imprensa* e *A União* publicavam um *corpus* textual integrado por livros voltados para a propagação de boas maneiras²³⁸, a partir dos quais era possível aprender e ensinar o que era ou o que deveria ser civilizado. Eram propagandas de produtos de beleza e higiene que

exploravam certo erotismo entre homem e mulher e apontavam possibilidades de sucesso nas relações afetivas para quem os usasse (ou fracasso para quem não os utilizava), bem como sugeriam que a mulher estava ocupando novos espaços sociais. Imagens que manifestava a aparência de pares, da proximidade entre seus corpos, do realce a detalhes corporais como boca, cabelos, aproximando-se de certa codificação presente na imagem cinematográfica, nos quadros da moralidade própria à época (BRITES, 2000, p. 272).

Propagandas que exploravam diversos sentimentos como os de amor, dedicação da mãe em relação ao filho, aos cuidados com o corpo, a educação dos modos, a proteção da casa e da família... todos numa perfeita harmonia propagada pelo uso dos produtos. Uma harmonia que divulgada pelas expressões faciais e corporais dos personagens, indicando a solução para os mais diversos tipos de problemas. São publicidades que prometem uma total mudança de vida, desde o melhoramento do aspecto físico, como um corpo mais hígido e possuidor de bem-estar, até a garantia de uma vida saudável. A maioria dessas publicidades apresentou rostos expressivos e saudáveis, corpos sadios, e frases que prometiam acima de tudo a saúde perfeita e a beleza eterna.

Problematizar as representações das imagens, é salientar os perigos que as imagens foi revelam, pois, nem sempre, os modelos eram da forma que as imagens mostraram. Os modelos vestiam, se maquiavam, se enfeitavam de acessórios para serem fotografadas, as propagandas estampavam pinturas de corpos invejáveis. Dessa forma, nem sempre a imagem é uma evidência real do cotidiano, mas sim, um novo padrão que está sendo veiculado,

²³⁸ Dentre eles, podemos citar *A cura da fealdade* (KEHL, 1923) e o *Código do bom-tom* (ROQUETTE, 1997).

comercializado. As imagens se firmam como sendo uma fonte histórica fundamental para entendermos os pequenos acontecimentos, para observarmos o poder da mídia sobre o espectador. São *representações* múltiplas, assim como “a constituição da sociedade, daí porque tais categorias de análise devem ser percebidas em um campo de luta, de concorrência e competição” (CHARTIER, 1990, p. 17).

O sociólogo Norbert Elias (1993) afirma que o padrão de comportamento de cada período na história está determinado por valores particulares e estruturas sociopolíticas que se expressam em seus códigos de boas maneiras e faz o alerta: “são tão fortes a censura e a pressão da vida social que informam os hábitos, que para o jovem há apenas uma alternativa: ou submeter-se a forma de comportamento exigida pela sociedade, ou ficar excluído da sociedade bem educada” (1993, p. 183). Os jornais da época foram na Paraíba, um dos vetores fundamentais para a proliferação desse tipo de comportamento. Eram nesses dispositivos midiáticos o local que se encontravam ensinamentos afirmando que

as lições que privilegiam os bons modos, a aparência nas maneiras de ser, o exercício de uma conduta moral irrepreensível, a suavidade expressa em gestos, a forma de portar-se diante das pessoas e de diferentes maneiras em lugares específicos, as formas de cumprimentar autoridades e cidadãos comuns, os hábitos de asseio pessoal, as práticas de leituras autorizadas, a escrita protocolar de cartas, constituíram-se a partir das primeiras décadas do século XX, como parte de um programa de civilidade (CUNHA, 2008, p. 400).

Embora nas capas dos periódicos não estivesse estampado o título “Manuais de civilidade”, esses saberes foram propagados com a intenção de guiar comportamentos, doutrinar hábitos, vender produtos, negociar higiene e beleza. São práticas de apresentação do corpo que demonstram uma pessoa limpa, higienizada e bela; são práticas de sociabilidades. Jornais e revistas estavam repletos de conselhos de postura e higiene como parte do conceito de civilidade, divulgado como “um conjunto de conselhos de como portar-se, um mecanismo que visa transformar em esquemas incorporados, reguladores, automáticos e não expressos das condutas, as disciplinas e censuras que ela enumera e unifica numa mesma categoria” (CUNHA, 2008, p. 401).

Novas distinções sobre o poder de dominar o corpo estavam sendo lançadas no começo do século XX. São distinções que “podiam também sugerir a força, a evasão podia se assemelhar ao ascetismo: rigor favorecido, além disso, por meio de um imaginário mais desenvolvido das tensões, concorrências e competições” (VIGARELLO, 2006, p. 163). As propagandas prometiam reconstruir uma escultura de si. Medicamentos e cosméticos foram

colocados à disposição da população para corrigir as imperfeições físicas e afastar de seus corpos a sujeira, a torpeza, a doença, os maus sentimentos. A publicidade se abria para a imprensa médica e farmacêutica, divulgando a saúde adquirida por meio da química como um bem estar individual.

“INFALLIVEL TRATAMENTO DE PELLE: extinção radical: de sardas, pannos, espinhas, rugas, cravos e manchas da pelle”²³⁹. Com esse chamado, a *Pomada Renny* e o *Pó de Arroz Renny* prometiam salvar a pele da decrepitude física e varrer para longe a sujeira que causava manchas ao corpo e encontrava-se à venda na loja “Rainha da Moda”, localizada à rua Maciel Pinheiro, nº 206. Assim, homens e mulheres poderiam desfrutar de um “medicamentoso perfumado e que adere mesmo sem creme”²⁴⁰. Esse tipo de cosmético “tornavam-se ‘escrínio’, ‘escudo cultaneo’, ‘escudo vital’, ‘tela para choque’, formula contra os efeitos do estresse e da poluição” (VIGARELLO, 2006, p. 185). A higienização e a proteção do rosto foram divulgadas como tão preciosa que “faz bem a você”, segundo o anúncio.

A apresentação da face limpa, sem defeitos, sujeira ou qualquer tipo de seborréia era considerada, pelos farmacêuticos da época, um código de civilidade, daí a propaganda:

Empingens! Espinhas!

Ilmo. Sr. Viúvas Silveira & Filhos

Cordeais saudações.

Considero um dever testemunhar com o maior prazer os bons efeitos produzidos pelo *Elixir de Nogueira, Salsa, Caroba e Guayaco Iodurado, milagroso* preparado do pharmaceutico João da Silva Silveira, pois a mais de um anno soffria de empingens e espinhas usando diversos medicamentos sem acolher resultado algum, e com o uso de um só vidro de *Elixir de Nogueira* fiquei completamente curado, pelo que felicito-vos por tão assombrosa e acertada descoberta.

Sem mais sou com estima de VV. SS.

Amº, gtº, attº e crº

Martiniano Soares de Oliveira Velho

Vende-se nas pharmácias e drogarias
*Cuidado com as immitações*²⁴¹

A assombrosa descoberta anunciada como sendo milagrosa me leva a acreditar na existência de um despertar do interesse para a utilização desse produto na limpeza da pele, deixando-a mais rosada, tonalizada, vivaz. O tônico que antes era utilizado para depuração do sangue, passou a prometer o fim das úlceras espalhadas pelo corpo, assegurando a

²³⁹ Revista Era Nova, 25 dez. 1921.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ A Imprensa, 28 ago 1913.

higienização da pele e a beleza para o corpo. No final do anúncio, chamava-se a atenção do leitor: “Cuidado com a immitações”, é preciso ter a certeza de que é o *Elixir de Nogueira*, o único a avisar que “apesar da actual crise, não augmentaram o preço do referido preparo, não havendo razão para o público compral-o por preço mais elevado do que o seu antigo custo”²⁴².



Imagem 5: Propaganda das Pílulas Rosadas
Fonte: *A Imprensa*, 05 fev. 1920



Imagem 6: Propagandas das Pílulas Rosadas
Fonte: *A Imprensa*, 25 nov. 1918

Com a promessa de uma face rosada, a propaganda indicava:

As pessoas que não tem essa formosura da cútis que se assemelha as pétalas de roza, e a delicada côr dessa flôr nas faces, devido ao sangue pobre e aguado, podem facilmente conseguil-o com um tônico reconstituente que ao purificar e enriquecel-o, faça com que o mesmo circule pelo organismo desenvolvendo as cores perdidas por falta de sangue. Enriquecei-o com o uso das Pílulas Rosadas do Dr. Williams para convertel-o em vivo, puro e

²⁴² *A Imprensa*, 07 jun. 1918.

vermelho. Tomai este medicamento com constancia e o vosso semblante irradiará com vivas e frescas cores da juventude²⁴³.

Após o uso da Pílula Rosada do Dr. Williams, o anúncio garantia saúde com as cores da juventude. Fica subentendida a preocupação do referido farmacêutico com os aspectos ligados à higiene, à moral, à beleza, à construção de homens e mulheres saudáveis e civilizados. Soma-se a isso, o interesse na divulgação e venda das *Pílulas Rosadas* que energizarão os corpos, dando-lhes coragem, altivez, força. A imagem associada ao anúncio é a de uma mulher de cabeça erguida, alta e ativa. Cabelos bem penteados, lábios carnudos e encarnados, sobrancelhas metricamente perfeitas, olhos fundos pela sombra escura e maçãs rosadas; colar de pérolas no pescoço esguio e alças de um suposto vestido penduradas aos ombros. A representação de uma mulher bonita, porém, anônima, solitária, exilada, sem destino. Seu encanto faz quase desaparecer o produto, encorajando espectadoras do sexo feminino a identificar-se com ela e a querer seguir seu exemplo. Esse tipo de prática foi comum nas décadas de 1910 e 1920, quando “os publicitários voltaram-se para a ‘psicologia’ profunda a fim de apelar ao inconsciente dos consumidores fazendo uso das chamadas técnicas subliminares da persuasão por associação” (BURKE, 2004, p. 116). Assim, as “cores da juventude” estão a alguns passos das nobres casas, basta “pedir na mais próxima pharmacia e tenha sempre em mãos”²⁴⁴.

Sou linda? “Cada vez que uma mulher mira-se n’um espelho (e não são poucas as vezes), pergunta-se: Tenho um rosto bello?”. Assim afirma a edição d’*A Imprensa* de 05 de fevereiro de 1920. Muitas mulheres para corrigir as imperfeições físicas “e parecer mais bellas, aplicam ao rosto pós, carmins e pomadas”²⁴⁵. Porém, não é o que recomendava o Dr. Williams em sua outra chamada para seu produto: as *Pílulas Rosadas*. Vejamos com atenção:

Mas a mulher prudente sabe que *as cousas artificiaes prejudicam-na e procura obter a belleza natural o que só é conseguido pela saúde perfeita*. A mulher prudente tem sempre os lábios róseos e uma cútis fina e tersa, *não tem necessidade de pós e cosméticos*, e isso devido Ella purificar e enriquecer seu sangue diariamente com as Pílulas Rosadas do Dr. Williams que são o *melhor renovador do sangue, a força motriz da vida que dá o calor, a cor e belleza ao corpo, vivacidade ao olhar e alegria para viver*²⁴⁶.

A promessa de beleza através dos cosméticos é substituída pela utilização do medicamento. Alega-se que o uso de “coisas artificiais” prejudicava a pele, pois não

²⁴³ *A Imprensa*, 25 nov. 1918.

²⁴⁴ *A Imprensa*, 25 nov. 1918.

²⁴⁵ *A Imprensa*, 05 fev. 1920.

²⁴⁶ Idem. Grifos meus.

embelezava, não higienizava, não limpava e não purificava. Na propaganda, observa-se que “o artifício cosmético não embelezava a feiúra” (BAUDELAIRE, 1996, p. 06), pelo contrário, servia para prejudicar a saúde. O belo é associado ao natural, ao que é exposto pelo corpo sem a utilização de artifícios. Força, vida, alegria, calor, cor e beleza são características daqueles que compravam e tomavam as *Pílulas*. Percebo o poder das imagens na propaganda, uma jogada mercadológica para conquistar o leitor e incentivá-lo a comprar o produto.

A imagem que se segue à propaganda traz uma mulher sentada à frente do espelho admirando sua beleza “natural”. No comum, a penteadeira estaria recheada de produtos como perfumes, loções, maquiagem, hidratantes. No lugar desses cosméticos, é possível observar uma escova de cabelo e flores refletidas no espelho. Temos aqui duas afirmativas: a primeira de que a beleza da mulher que consome as *Pílulas Rosadas* é associada à beleza das flores, portanto natural, a outra é a negação da utilização de produtos de beleza industrializados e sua substituição pelo medicamento revitalizador. Outro fator que chama a atenção na imagem é a utilização de uma lâmina de algodão sobre a pele, como se realizasse a higienização, levando o leitor a acreditar que, mesmo para realçar a beleza natural da tez do rosto, era necessário a limpeza. Beleza e higiene andavam juntas nessa guerra por mercado.

Diversos outros medicamentos foram anunciados nas páginas dos jornais e revistas: “Biotônico Fontoura, o mais completo fortificante”²⁴⁷; “Regulador Fontoura, o remédio preferido das senhoras”²⁴⁸; “*Xarope Drosera Fontoura*, o cura tosse”²⁴⁹; “*Essência Passos*, cura radical da syphilis e reumathismo em pouco tempo”²⁵⁰; “*Elixir de Inhame*, que depura, fortalece, engorda e cura as mazelas do sangue, moléstias da pelle, reumathismo, asthma, syphilis [...] tão saboroso como qualquer licor de mesa”²⁵¹; o “*Vinho Creosontado*, para fraqueza em geral”²⁵²; “*Agriodol* – Creosontado e simples -, infalível a todas as moléstias do aparelho respiratório”²⁵³; “*Luetyl*, que com o uso de um só vidro faz você aumentar o peso de dois a quatro quilos”²⁵⁴; “*Sanat-Placa*, a pomada que cura radicalmente e com efficácia: chagas, feridas, darthros, eczemas e erizypelas chronicas e recentes ou seja ellas as mais refractárias”²⁵⁵; “*Xarope de Grindelia*, poderoso calmante, tônico e expectorante”²⁵⁶; dentre tantos outros que foram incisivos em relação à cura.

²⁴⁷ *A Imprensa*, 07 mai. 1923.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ *A Imprensa*, 11 mai. 1923.

²⁵⁰ *A Imprensa*, 27 abr. 1921.

²⁵¹ *A Imprensa*, 25 nov. 1918.

²⁵² *A Imprensa*, 27 abr. 1921.

²⁵³ *A Imprensa*, 11 abr. 1922.

²⁵⁴ *A Imprensa*, 18 jun. 1923.

²⁵⁵ *A Imprensa*, 30 mar. 1914.

As imagens estampadas nas propagandas fascinavam homens e mulheres. São imagens que

povoam nossa memória que rememora o passado, imagens se oferecem a nossos olhos na cotidianidade da vida, imagens ocupam nosso universo mental quando ativamos nossa capacidade de criar transformar e pensar um mundo diferente daquele que vivemos (PESAVENTO, 2008, p. 17).

São frutos da ação humana, que interpreta e recria o mundo como representação, exercendo grande fascínio sobre as pessoas, que, ao serem captadas, carregam consigo a condição que se realiza no plano dos sentidos. São traços de uma experiência sensorial e emotiva, que conduz o leitor a fantasiar, sonhar e realizar desejos. Os anúncios de produtos, medicamentos e cosméticos transmitem um testemunho sobre o passado “daquilo que teve lugar um dia, como marcas que restaram de outro tempo e que podem dizer algo sobre o presente de sua elaboração e de sua leitura pelos homens daquela época” (PESAVENTO, 2008, p. 19).

Se as farmácias²⁵⁷ vendiam “os melhores” produtos químicos para o bem estar do corpo, as casas de moda ofertavam a mais perfeita forma de se apresentar socialmente. A *Casa Francesa* se intitulou “especialista e única em artigos de moda”²⁵⁸, pois estava “aparelhada para servir com presteza e preços commodos, as Exm^{as}. famílias e Srs. tantos do interior como da capital”²⁵⁹. Lá era possível encontrar um “Lindo e variadissimo sortimento de sedas, perfumarias e vários objetos para presentes”²⁶⁰. Sua concorrente, a *Alfaiataria Zaccara*, localizada algumas ruas depois, se autoafirmava “dona da ultima moda, elegância e perfeição”²⁶¹. Ternos sobretudos, calças, sapatos, meias, cuecas, chapéus, perfumes, desodorantes, dentre outros artigos que eram colocados à venda através desse anúncio. Um pouco mais à frente, a *Alfaiataria 7 de Setembro* é o “estabelecimento modelo (o preferido dos elegantes)”²⁶², dispondo dos mais diversos tipos de roupas. Os modelos apresentados pelas propagandas apresentam postura ereta, semblante sério, roupas metricamente perfeitas

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ Dentre as principais farmácias da cidade da Parahyba nas primeiras décadas do século XX, estavam a Pharmacia Andrade, localizada na rua Barão do Triunpho; Pharmacia Queiroz, podendo ser visitada na rua Álvaro Machado; além das Pharmacias Rabello; Pharmacia Londres e a Pharmacia Homeopática. Ver: *Práticas terapêuticas e praticantes de cura na Paraíba (1889-1920)* (VALE, 2002).

²⁵⁸ *Revista Era Nova*, 25 dez. 1921.

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ Idem.

²⁶² *Revista Era Nova*, 25 dez. 1921.

aos moldes do corpo, acessórios combinando com as roupas. Uma imagem que despertava nos homens o gosto de ser possuidor do mesmo porte e elegância.



Imagem 7: Modelo da Alfaiataria Zaccara
Fonte: *Revista Era Nova*, 25 dez. 1921



Imagem 8: Modelo da Alfaiataria 7 de Setembro
Fonte: *Revista Era Nova*, 25 dez. 1921

O mesmo tipo de apelação pode ser encontrado nas propagandas de sabão. O *Sabão Aristolino* “deve ser sempre usado no banho²⁶³” com a função de combater

as molestias da pelle: manchas, sardas, espinhas, rugosidade, cravos, vermelhidões, comichões, irritações frieiras, feridas, caspas, perda dos

²⁶³ *A União*, 29 nov. 1917.

cabelos, dores, eczemas, dardros, golpes, contusões, queimaduras, erysipelas e inflamações. Deve-se empregá-lo sempre de acordo com as instruções que acompanham cada vidro²⁶⁴.

A função do sabão ia além do seu primeiro sentido: limpar. Protegia a pele contra mazelas e curava-as quando já impregnadas ao corpo de homens e mulheres. Como os cosméticos “prejudicavam” a pele por impedirem a saída dos humores, devido ao fato de possuírem, em sua composição, “vinagre de saturno, chumbo, magnésio, flores de bismuto, porções salinas, venenosas, arsênicas, indelévels, pois alteravam e estragavam irremediavelmente a tez” (VIGARELLO, 1996, p. 150-151), os farmacêuticos da época recomendavam a utilização de sabão para a higienização da pele, já que este limpava, hidratava e perfumava sem agredir a pele. Ocorre, em tais propagandas, uma adição de sentido para o uso do sabão: o poder da cura. Uma forma também capitalista de despertar o interesse pelo produto.



Imagem 9: Propaganda do Sabão Aristolino
Fonte: *A União*, 09 nov. 1917.

Outro anúncio trazia “o maior prodígio do século XX: *A Lavolina*”²⁶⁵, um preparado oxigênico em pó que “lava, branqueia e desinfecta a roupa sem esfregar, sem sabão e sem coradôro em meia hora”²⁶⁶. Um produto “ideal para o saneamento das habitações, premunindo contra o contágio de epidemias e moléstias parasitárias”²⁶⁷. Esse produto é indicado para as

²⁶⁴ Idem.

²⁶⁵ *A União*, 02 fev. 1914.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Idem.

donas de casa, que, ao usá-lo, não cansariam seus braços esfregando as roupas, não teriam suas mãos roídas pelo produto e nem estragariam a roupa.

Já em 1921, a *Saboaria Parahybana* divulgava os mais “acreditados sabonetes medicinaes e perfumados”²⁶⁸ para a higiene individual. Esses sabonetes tinham a mesma função da água: proteger, ou mesmo os serviços de lavagem fora da residência. Era o que ofereciam a *Saboaria Parahybana*, “lavando sua roupa com o sabão araçá em barra”²⁶⁹, ou mesmo a *Saboaria a Vapor*, cuidando “de sua roupa e mantendo-a limpa, cheirosa e macia”²⁷⁰.

A imprensa e o comércio desempenharam um papel que antes cabia quase que exclusivamente aos médicos: divulgar uma higienização por meio de produtos cosméticos e químicos. Tanto uma quanto o outro foram responsáveis pela divulgação de bons modos, de um ritual litúrgico que envolvia o interesse despertado pelas imagens, a compra dos produtos e sua utilização sobre o corpo. Um discurso que privilegiava a aparência do corpo, o exercício de uma conduta moral que assegurava a higiene pessoal e libertava-o da sujeira imoral. O novo modelo de higiene corporal apresentava homens e mulheres capazes de portar-se diante das pessoas exalando bons odores, como fruto de mudança nos hábitos de asseio pessoal. As propagandas publicadas nos jornais e revistas foram para as primeiras décadas do século XX, um código de bom tom, dono da arte de civilizar, de higienizar e agregar novos sentidos ao corpo cuidado, lapidado, cheiroso.

A imprensa tornou-se um meio diligente que se dispôs a produzir e socializar um saber mais restrito e a prescrever regras, condutas e valores que circulavam em meios ditos civilizados. Dessa forma, considero, para a época, os jornais *A União* e *A Imprensa*, bem como a *Revista Era Nova*, manuais de civilidade, pois dedicavam espaços para tratar da higiene, da postura, dos bons costumes, da moda, do que estava em voga; o que permite perceber a importância que lhes destinavam como formadores da arte de se comportar, de cuidar de seus corpos, de proteger a sua alma. Por outro lado, da mesma forma que ofertavam o novo no sentido de mercadoria, também condenavam – no caso do jornal *A Imprensa* – aquilo que abalava a doutrina católica. Um modelo de resistência que passamos a apresentar.

²⁶⁸ *Revista Era Nova*, 15 abr. 1921.

²⁶⁹ *A União*, 14 set. 1923.

²⁷⁰ *A União*, 25 ago. 1920.

4.3 A Imprensa que civiliza: o discurso da moral cristã

Silêncio. Vozes e passos apressados não se ouviam. O sussurro dos ventos e os gemidos dos prédios ganhavam sonoridade nas ruas da cidade da Parahyba com o cair da tarde. A lua começava a iluminar as ruas escuras do centro da capital. As famílias se recolhiam para a última refeição do dia e logo em seguida iam para suas camas. Começava, assim, o ritual cristão que antecedia o sono e os sonhos que passavam a povoar o pensamento de meninos e meninas. Possivelmente posicionados de joelhos ao pé da cama, mães e filhos juntavam as mãos e começavam a fazer as preces e agradecimentos a Deus pelos bons acontecimentos ocorridos no dia que findava, assim como pediam o livramento das mazelas que assolavam a população, que amedrontavam e que faziam desses corpos verdadeiros monstros temidos.

No dia anterior, ao fazer a homilia, o padre falava das “obrigações que todos os católicos tinham: rezar todos os dias ao acordar e ao deitar”²⁷¹. Um princípio catequético que doutrinava homens e mulheres, pais e filhos. Determinavam uma ação disciplinadora que despertava o temor dos castigos divinos e o reconhecimento em forma de agradecimentos pelas conquistas alcançadas. A noite seguia silenciosa. As famílias fechavam as portas de suas casas, enclausuravam-se num sono despertado quase sempre com os primeiros raios solares.

As ruas, enquanto espaços “compreendidos entre as casas que servem de saída a seus habitantes e por onde é feito todo o movimento da população urbana”²⁷², à noite, ficavam silenciosas e adormecidas como seus habitantes, que, na manhã seguinte, despertavam e recomeçavam sua vida afanosa. O primeiro a despertar, ou melhor, a tirar os homens de suas camas, era o gazeteiro, o “único pregão matutino que se espera com ânsia e curiosidade”²⁷³. Era o responsável por entregar, nas casas, o jornal católico *A Imprensa*, distribuindo as notícias da vida, os comentários dos fatos da véspera e a paixão justificável pelas leituras fúteis.

Eram páginas que espalhavam normas de conduta pessoal, coletivas e disciplinadoras. Vendiam modelos de corpos educados segundo a tradição cristã católica. Preceitos de moral, higiene, saúde e posturas divulgadas como códigos de uma civilização almejada. Uma política doutrinária, educativa, que modelava o comportamento dos corpos e galgava a salvação da

²⁷¹ *A Imprensa*, 26 mar. 1921.

²⁷² *A Imprensa*, 14 set. 1916.

²⁷³ *A Imprensa*, 14 set. 1916.

alma. Assear os gestos, o comportamento, honrar pai e mãe, amar a pátria e lapidar o corpo da imoralidade pareciam ser objetivos do periódico católico.

“De que serviria tudo isto, se não praticassem a sã doutrina do Christianismo?”. Assim perguntava a edição de *A Imprensa* em 14 de setembro de 1916. Não bastava apenas combater o que era considerado imoral, mas também guardar os princípios da Igreja Católica dentro do coração. Daí, o próprio jornal se encarregava de responder: “Mais necessário que a limpeza dos corpos é a hygiene d’alma que é a pratica das virtudes inspiradas nos princípios santos da doutrina sagrada de Jesus”²⁷⁴.

Muito comumente encontram-se notícias sobre a disciplinarização dos corpos de homens e mulheres no jornal *A Imprensa* dos primeiros anos do século XX, momento de grande distribuição de suas páginas amareladas às “virtuosas” famílias da elite na cidade da Parahyba. Apresento ao leitor, nesse tópico, o “zelo” pelos bons costumes, pela modelação dos sentidos e métodos civilizatórios, publicados no referido jornal, que determinava uma Trindade Santa a ser venerada: Deus, pátria e família. São marcas de uma resistência proveniente do discurso da Igreja Católica, ligada às novas sensibilidades que vão se definindo com a urbanização crescente. Momento de forte apelo da Igreja em relação aos hábitos, especialmente após a laicização, através da qual o Estado consolidava seu modelo republicano. São corpos contidos, outros exagerados, que encontravam no jornal *A Imprensa* diversas formas de se comportar, de negar o que vem de fora, de abominar a moda, de combater tudo aquilo que afastaria a população de Deus, ou melhor, da educação cristã católica.

Em 1912, por exemplo, o bi-semanário católico esteve à frente das reportagens e denúncias sobre a peste bubônica em Campina Grande, atuando como um manual pedagógico da higiene pública e privada. Atendia, assim, o clamor da população:

Disto sabíamos é que *A Imprensa* foi o único jornal que, logo, aos primeiros receios da peste, clamou pelas suas colunas contra o descaso a que se atirava uma população de 10 mil pessoas, digna de sorte mais brasileira. Clamamos sempre!²⁷⁵

Bradar soluções ao governo para as mazelas que assolavam a população paraibana e denunciar a má conduta moral dos corpos que caminhavam pelas ruas parecia ser uma temática recorrente nas páginas d’*A Imprensa*. Defender a moral, os bons costumes e o bem estar da população fora a principal bandeira defendida pelos jornalistas que editavam suas

²⁷⁴ *Idem*.

²⁷⁵ *A Imprensa*, 03 out. 1912.

falas nas páginas amareladas que chegavam às casas de uma parcela da população elitizada. O jornal buscava divulgar uma pedagogia cristã pautada na educação e na disciplinarização de corpos. O padre Carlos Gouveia Coelho (1942, p. 9) afirmava incisivamente na época que, apesar do aspecto provinciano, *A Imprensa* buscou acompanhar o progresso do periodismo brasileiro, não se limitando a ser apenas um jornal de doutrinação católica, mas também conseguindo ser folha noticiosa, transmitindo criteriosamente aos seus leitores desde notícias internacionais até as informações esportivas, comerciais, sociais, higiênicas e educativas.

A Imprensa, além de divulgar as notícias mais quentes do momento, também trazia duas páginas repletas de anúncios de produtos cosméticos, boticas, farmácias, alfaiatarias, lojas de produtos diversos, consultórios médicos, produtos para higiene do lar, pomadas, perfumes, roupas. Numa sociedade de maioria católica, o jornal *A Imprensa* era utilizado pelos anunciantes como um exímio espaço de divulgação de seus produtos, pois passava segurança para a população. Deixava a sociedade a par dos últimos lançamentos da moda, porém salientando os cuidados com a influência francesa, criticando severamente as vestimentas daquelas que exageravam no porte. Vejamos o que o jornal nos diz:

A mania entre nós dominante especialmente nos círculos que a si mesmo se inculcam como intellectuaes, é a de servilmente procurar copiar modas, systemas, processos e até mesmo as extravagâncias francesas: não se lhes indaga a excellência ou a utilidade, o que se lhes exige é o *cachet* de origem, o sainete da passagem pelos boulevards e logo para aí nos pomos a imitál-os, desde os *exaggeros immoraes* de seus vestuários *sans de sous* aos destampatórios palavrosos de seus oradores em tournée *faisant l’Amerique*²⁷⁶.

Se a moda divulga um “exagero imoral”, a França “actual não é um modelo que devamos imitar”²⁷⁷. O que observo, nas entrelinhas, é um discurso moralizante e pedagógico, a ressalva de um pudor onde a moda é associada à imoralidade, ao que deve ser extirpado e, quando já é uma prática comum na indumentária, deve-se conter as extravagâncias, prezando sempre pelo pudor e pela boa imagem. Salta da citação um modelo pedagógico que disciplina corpos, que induz o leitor a se conter diante das coisas mundanas que afastam os cidadãos do caminho do bem. Uma pedagogia que extrapola as páginas dos jornais, salta aos olhos dos leitores e passa a ser posta em prática por uma parcela da população cristã, elitizada. No jornal *A Imprensa*, os hábitos franceses são associados à ausência de Deus, daí a “vulgarização” dos corpos que esbanjam *glamour*, que seduzem, por seus portes físicos, e que

²⁷⁶ *A Imprensa*, 14 nov. 1912.

²⁷⁷ Idem.

encantam, por sua beleza. Só resta ao periódico católico afirmar: “Infeliz França, essa deplorável França actual sem Deus, antes contra Deus! E digam-nos, é esse o modelo a seguir?”²⁷⁸. Os jornalistas não se fazem de rogado, respondem logo em seguida: “NÃO! Mil, cem mil vezes, não!”²⁷⁹. Já para outros veículos midiáticos, como o jornal *A União* e a revista *Era Nova*, a França era vista como modelo civilizatório, aquele que deveria ser seguido, exaltado, desejado. Dessa forma, fica visível a oposição que o periódico católico faz às mídias impressas que possuem vínculo com o Estado da Paraíba e com a exaltação ao modelo francês.

Não parava por aí. A moda era atacada cotidianamente. Um monstro implacável que destruía os bons modos das tradicionais famílias católicas. É o que vemos na fala abaixo:

É triste, muito triste ver a degradação para qual vai marchando uma parte da humanidade, por cumprir cegamente a lei que esse monstro fatal que se denominou moda, derrama continuamente, lá da despudorada Pariz, sobre toda orbe civilizada. É triste, muito triste, contemplar esse quadro em que rapidamente a pudicícia vai abandonando em grande parte o carácter feminino, cedendo lugar aos ataques perniciosos da moda que tende a transformar esse sexo em uma legião de indivíduos cujos cérebros vão sendo corroídos infelizmente pelo micróbio da vaidade²⁸⁰.

A tristeza constante na fala do jornalista é o sinônimo utilizado para condenar os novos modelos que são lançados na França e vendidos nas lojas de roupas da cidade da Parahyba. Uma tristeza moral, repleta de pudor, de um discurso que segrega, que busca manter a tradição católica, que vê a independência da mulher com tristeza, com desdém. O pecado capital da vaidade é anunciado como aquele que conduz ao inferno, que afasta os corpos do que era considerado pelo jornal como moral. Moda que transforma os corpos em “figuras irrisórias, seminuas, enroladas economicamente em um tecido finíssimo deixando transparecer nitidamente as formas de seus corpos”²⁸¹. Para o jornal, as mulheres deveriam prezar pelas roupas “magnificamente talhadas, vestes apresentando um mixto de beleza e de moralidade”²⁸², que encobrissem todo o corpo, deixando à vista apenas as partes que o pudor permite: as mãos e o rosto. Chega a ser enfática a quantidade de expressões moralizantes nessa edição do jornal. Por diversas páginas encontram-se expressões do tipo: “Oh moda implacável! Arrebatastes do seio da humanidade a virtude, o pudor, a vergonha!”²⁸³.

²⁷⁸ *A Imprensa*, 14 nov. 1912.

²⁷⁹ Idem.

²⁸⁰ *A Imprensa*, 15 set. 1913.

²⁸¹ *A Imprensa*, 15 set. 1913.

²⁸² Idem.

²⁸³ Idem.

Tudo considerado estrangeiro era mal visto, em especial pelo sentido de modernidade atribuído às bugigangas e adereços que chegavam da Europa. Bastava passar “um caixeiro viajante ou um vendedor de jóias americanas ou uma companhia de gallegas operetas buffas, ou um europeu cobrador ou qualquer madama de chapéo pareiziense”²⁸⁴ pelas ruas da cidade da Paraíba para a população entrar em alvoroço. Algumas mulheres correm para comprar seus novos acessórios. Do outro lado, *A Imprensa*, responsável por assegurar a moral cristã da época, trata de conceder adjetivações nada agradáveis a esses vendedores. “Gentalha”, “pernósticos”, “difamadores”, “condutores do mal”... são algumas das “metáforas” incorporadas à imagem desses homens e mulheres que ganhavam a vida vendendo o que estava em voga.

Evitar a entrada desses homens na capital seria uma tentativa de fazer conter a proliferação, “modos e gestos pernósticos, os ademanes, a voz, o andar, e o estrangeirismo todo desses typos e typas que puzeram os seus civilizados pés nesta esquisita províncias do Novo Mundo – que o sol em nascendo vê primeiro”²⁸⁵. A civilização, que trouxe à Paraíba o novo – água encanada, o cinema, o automóvel, o futebol –, custou para o jornal *A Imprensa* “os olhos da cara”. A indignação era tanta que, ao falar da civilização paraibana, o jornalista João Fandango afirmava que já até “lhe modificaram o próprio nome da dita, substituindo o y grego de nosso riachão por um i latino coisa que (cá pela minha grammática tupy-guarany) nada tem de etymológico, nem histórico”²⁸⁶. O mesmo jornalista conclui: “São os precalços da civilisação, dirão as boccas da moda...”²⁸⁷.

Para os jornalistas, a civilização – a moda de fora - era algo capaz de trazer o mal para a cidade e para os bons costumes. As desgraças acontecidas na capital passam a ser associadas à chegada da civilização²⁸⁸, causadora do “fim” das boas condutas cristãs, assim como dos acidentes ocasionados pelos automóveis, que correm desembestados pelas ruas. Na opinião do periódico católico, “os burros vão melhorar, o povo é que tende a piorar [...] sendo assim (e é por isso que estou a dizer) a Parahyba civilisa-se... p’ra burro!...”²⁸⁹. Ocorre, nesse espaço, uma tentativa de identificação do leitor com o ideal de ser brasileiro e paraibano ao negar os novos preceitos civilizatórios, bem como seus reflexos sobre os mais diversos pontos da sociedade.

²⁸⁴ *A Imprensa*, 25 ago. 1913.

²⁸⁵ Idem.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ Para os jornalistas da época o conceito de civilização é o que entendemos hoje por modernidade, o novo que compreende a ordenação dos espaços e dos tipos e relações que se estabelecem nesses espaços. Ver: *Signos em confronto?* (MARIANO, 2010).

²⁸⁹ *A Imprensa*, 25 ago. 1913.

Outro tema recorrente retrata a postura física e psicológica, assunto bastante discutido em *A Imprensa*. Como uma mulher deveria se comportar em determinados lugares, andar pelas ruas, que roupa usar ao ir às missas? Nada escapava ao jornal no sentido de disciplinar. Uma mulher de “boa família” podia ser percebida de longe, pelo andar. Na reportagem intitulada “*A mulher pelo andar*”, publicada na edição de 13 de janeiro de 1913 pela *A Imprensa*, o público leitor passaria a conhecer a seriedade das moças analisando o andar das mulheres: dica para os pais e rapazes que paqueravam as belas moças que desfilavam com suas mãos de vestido e laço de fita no cabelo. Era imprescindível observar o andar delas, pois,

uma dama que caminha a passos miúdos e rápidos, significa que é superficial, pessimista e frívola. A mulher que caminha com passos miúdos, mas lentos possui um coração simples e sério. A que marcha a passos largos, juntos, é séria, voluntariosa, tenaz e reflectida. A de grandes passos rápidos significa que tem o espírito resolutivo e belicoso. A que caminha batendo o solo com o tacão é empreendedora, tem confiança em si mesma e é de carácter decidido. As mulheres melancólicas têm o passo arrastado. As que na marcha descreve uma curva sinuosa, são as manhosas, as diplomáticas, as finóvias²⁹⁰.

O carácter das mulheres podia ser percebido, segundo a reportagem, pelo andar. Todos os tipos, todos os gostos. Um meio simplório, para não dizer patriarcal, de escolher a mulher ideal para o casamento. Uma receita de bolo apresentada como infalível. Cabia aos homens observar e escolher a que melhor se adequa a seu gosto. Nesse sentido, o corpo é visto como um objeto que fala pela personalidade de cada mulher. Apenas uma espécie de apresentação psicológica daquela que seria a eleita para dona do lar. O jornalista da matéria, que não se apresenta, afirma ser um “profundo psicólogo”, adivinhando “o carácter de uma mulher segundo a maneira como caminha”²⁹¹.

Nesse segundo momento das publicações do jornal *A Imprensa*, é mais visível uma disciplinarização de corpos como proposta de uma pedagogia moral. O Periódico discutia diversos temas presentes na sociedade, como educação, higiene, moral, boa conduta, Igreja, vida em comunidade. Porém, nos anos 1912 a 1924, é notório uma acentuada ênfase na defesa de uma conduta cristã, negando qualquer tipo de influência que venha “desvirtuar” seus bons leitores, principalmente a partir da década de 1920, quando “passou de folha bi-semanária que era, a diário”, feliz de ser o único jornal do “Estado, que pela sua tiragem, goza do ‘privilegio da taxa paga’ nos Correios” (COELHO, 1942, p. 10).

²⁹⁰ *A Imprensa*, 13 jan. 1913.

²⁹¹ *A Imprensa*, 13 jan. 1913.

De qualquer forma, ficou clara a resistência, por parte do jornal, aos novos modelos de moda, civilidades e costumes chegados com o advento da modernidade. Embora esses códigos afirmassem novos ares, a Igreja sempre defendeu, naquelas décadas, o papel da mulher enquanto mãe, dona de casa e submissa a seus marido. Os anúncios ali vendidos revelavam corpos contidos, presos à tradição cristã. Imagens de homens e mulheres bem cobertos, deixando quase nada à mostra. Existiu um cuidado em expor os corpos, mesmo quando associados à modernidade. *A Imprensa*²⁹², enquanto manual pedagógico, “compunha-se de inúmeros conselhos, regras precisas e orientações de conduta pessoal, moral e social cujo objetivo era transmitir e ensinar atenções e cuidados que cada indivíduo deveria dirigir a si mesmo, no espaço público ou privado” (CUNHA, 2008, p. 401).

Portanto, prezar pela integridade moral dos bons cristãos leitores do periódico católico sempre foi uma espécie de missão assumida pela direção de *A Imprensa*. Defensora ferrenha dos temas que envolviam Deus, cativando os católicos, divulgando as ações da Arquidiocese, promovendo encontros religiosos, ensino catequéticos, discursos moralizantes e festas de padroeiras, da saúde pública, que sempre se fez presente no sentido de alertar, denunciar os principais problemas existentes na capital, um sentido de aproximação em alguns momentos, noutros a total distância, e, por fim a Família, instituição de maior proteção da Igreja Católica, sobre a qual a disciplina moral recaía de forma mais acentuada.

Esses princípios são importantes para entendermos como, mesmo com o novo, trazido pela modernidade, existiu uma forte resistência por parte da Igreja. Outras mudanças começavam a lançar suas bases: essas dizem respeito às escolas. As crianças passaram a ser educadas pelos professores no sentido de cuidar de si, de sua higiene e de seus corpos. Para isso, foram inseridas pelos poderes públicos, no currículo escolar, as disciplinas de Higiene e Educação Physica. Outras histórias do corpo ganhavam sonoridade e gestualidade. Convido meu leitor a escutá-las!

²⁹² O jornal *A Imprensa* foi fechado, por questões políticas, no dia 01 de junho de 1942. A ordem partiu do interventor da Paraíba, na época o Sr. Ruy Carneiro. O fato deu-se devido a duas publicações estampadas nas páginas do periódico: uma fazia referência a *Escola Doméstica da Paraíba* que estava prestes a “fechar suas portas devido a deficiência econômica” (*A Imprensa*, 19 mai. 1942), a outra “que em face da dolorosa situação criada pela seca em Catolé do Rocha, o Colégio Leão XIII, que estava sob o regime de inspeção preliminar teve de fechar temporariamente suas portas” (COELHO, 1942, p. 10). Embora, segundo o jornal, o fato fosse considerado “verídico”, ofendia diretamente a imagem do interventor da Paraíba, que por não dar o devido cuidado as escolas, acabou por fechar suas portas. No ano de 1946, o mesmo foi reaberto, publicando edições até o ano de 1968 em pequenos intervalos devido a problemas financeiros. Cf. *Corpos educados: disciplinarização católica no jornal A Imprensa* (SILVA; SOARES JR., 2010).

Capítulo V

A robustez do corpo: higiene e educação física

“Nos preceitos de disciplinarização dos corpos e das almas infantis, impera, soberana, a Higiene, essa ciência integral, que é ao mesmo tempo ‘ciência da infância’ e ‘ciência da escola’ [...] uma pedagogia constitui como ‘educação do corpo’, ‘ginástica da vontade’ e ‘disciplina da inteligência’”.

(José Gondra)



5.1 Corpos lapidados, escola medicalizada

No dia 22 de janeiro de 1913, o secretário da *Escola Normal*, José Eugênio Lins de Albuquerque, convidava “a quem possa interessar que a matrícula para quem pretende cursar a mesma escola estará aberta de primeiro a último dia de fevereiro vindouro”²⁹³. Um dos pré-requisitos para investidura na escola era o “etestado médico provando estar vacinado ou não ter sido affectado de varíola, e não sofrer de moléstia contagiosa ou incompatível com o magistério”²⁹⁴. Nesse mesmo ano, as escolas primárias da cidade da Parahyba ganhavam duas novas disciplinas: Hygiene e Educação Physica. Tinha início, naquele ano, um o processo chamado medicalização da escola.

Outras formas de sensibilidade definidas pelos novos padrões de saúde começavam a ganhar forma nas escolas. Isso se verifica de maneira substantiva no anseio pela “higienização social que passava pela educação do corpo no âmbito escolar, na forma de exercícios físicos, ginástica, cantos, jogos e conhecimentos sobre o corpo e o seu funcionamento” (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009, p. 136). O que na Paraíba parecia novo, a prática da disciplina de Hygiene, já era comum no século XIX, na capital do império. É o que afirma José Gondra (2004) ao descrever que uma parcela da elite já recebia esse tipo de educação higiênica nas escolas. No começo do século XX, esse movimento ganha maior sonoridade, mobilizando outros profissionais, como médicos, educadores, engenheiros, biólogos, dentre outros ligados às questões da instrução pública.

Nesse momento, os cuidados com o corpo da criança, de homens e mulheres passaram, no espaço escolar, a fazer parte do projeto de medicalização da escola, educação higiênica e moralização dos costumes. A escola tornava-se um lugar de disseminação do saber médico, das normas de civilização e moral que doutrinava corpos, fazia inculcar novos hábitos e via na infância o lugar correto para essa prática. A medicalização do espaço escolar e do aluno²⁹⁵ na Paraíba ocorreu quase que simultaneamente: à medida que o jornal *A União* publicava reformas na estrutura física das escolas, também sugeria a implantação de disciplinas que higienizassem o corpo e a mente dos alunos.

²⁹³ *A União*, 22 jan. 1913.

²⁹⁴ *Idem*.

²⁹⁵ Para o historiador Antonio Gomes Ferreira (2004), que realizou pesquisas sobre a infância nas escolas de Portugal, existiram duas linhas de abordagem em relação à higienização escolar e que também foram visíveis no Brasil: a primeira direcionada à medicalização do espaço por meio das prescrições dos discursos higienistas sobre a construção dos edifícios escolares, a segunda contemplou a medicalização do aluno.

Em visita à Escola Normal, o Presidente da Paraíba, o Sr. Castro Pinto evidenciou a falta

de commodos e mobiliário daquele estabelecimento [...] encontrou uma área livre e ajardinada, achando-a, porém, exígua e insuficiente. Notou que alguns compartimentos para outras aulas tem muito pouco ar e pouca luz, não correspondendo as exigências de caracter hygienico e escolar, cheirando a bafio e com uns deploráveis signaes de humidade pelas paredes²⁹⁶.

O discurso médico é percebido na fala do presidente Castro Pinto, ao evidenciar o fato das escolas estarem fora dos padrões de caráter higiênico e escolar. Dentro da escola, foram tomadas medidas de higiene para a educação do corpo do aluno com a finalidade de conduzi-lo a uma civilização dita saudável, forte, vigorosa, ordenada, higienizada. Uma educação que “abriria espaço para a inserção da medicina no ambiente escolar, uma vez que se percebia a escola primária como principal foco de ação daquele serviço considerado profilático” (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009, p. 139). Essa educação visava romper com hábitos ditos impróprios trazidos de casa. A criança deveria aprender bons modos na sala de aula e levar esses hábitos para o espaço do lar, atuando, assim, como educadores de seus familiares. Eram depositadas nos alunos, no ambiente escolar, as regras de higiene, saúde, civilidade, etiqueta, modos, etc., como espaço de socialização infantil. Dessa forma, criavam crianças “bem educadas”, que disseminavam, em suas casas, os manuais de boa conduta higiênica. O investimento do projeto de medicalização da escola recaía sobre as crianças, pois estas seriam a nação do futuro. Foi através de normas disciplinadoras de higiene que as crianças passaram a ser educadas.

A presença do médico na escola tornou-se uma recorrência. Sua presença podia ser percebida na estrutura física da escola, na exigência dos documentos no ato da matrícula, na formação dos professores, nas aulas de higiene, nas anotações das cadernetas, nos jogos, na educação física. Vejamos o exemplo das cadernetas adotadas por algumas escolas na cidade da Parahyba:

CADERNETAS ESCOLARES, MÉDICAS E PEDAGÓGICAS – É absolutamente indispensável ao educador conhecer a marcha do crescimento physico e desenvolvimento mental, da criança afim de por uma attenta e cuidada hygiene physio-psychica assegurar a evolução normal do corpo e do espírito. E é por isso que médicos e pedagogistas reclamam, insistentemente, *a instituição de cadernetas escolares, em que sejam notadas com regularidade e cuidado todas as observações anthropometricas, medicas, biologicas, physiologicas e psychicas, todos os incidentes, variações e crises de crescimento da criança.* A caderneta escolar medico pedagógica é o

²⁹⁶ A União, 09 mai. 1913.

cadastro psychologico da creança que permite avaliar o que ella vale e que ella valerá²⁹⁷.

Com a adoção desse tipo de caderneta, o professor tornava-se responsável por anotar todos os dados médicos de seus alunos. Ela permitia guardar informações como: “desenvolvimento da estatura, do perímetro toraxico, do diâmetro biacromial”²⁹⁸, “investigar a influência das estações e as suas conseqüências pedagógicas”²⁹⁹ e “as funções respiratórias e circulatórias, o crescimento physico e a energia mental (quando aquele accelera, este afrouxa)”³⁰⁰, refletindo, assim, sobre a condição sanitária do aluno, livrando-o de lições prolongadas ou de atividades físicas inconvenientes, tudo em conformidade com o “seu estagio patológico, confirmando-se assim a sua utilidade e sabedoria do mestre pois ella é o cadastro physiologico e psychologico da creança que permite avaliar o que ella vale e o que ella valerá”³⁰¹.

A caderneta escolar médico-pedagógica obrigava “o professor a respeitar as phases perigosas da infância, da adolescencia ou da juventude, fazendo distinguir os seus alumnos e separal-os não só enquanto o adiantamento intelectual, mas também quanto a seus estados de normalidade ou anormalidade”³⁰², adotando, para cada aluno, sua pedagogia conveniente. Dividida em duas partes, esse documento de registro dos docentes sobre os discentes guardava observações pedológicas para conhecer o crescimento físico do aluno, constantes do crescimento em peso, em estatura, medida ergométricas do corpo, dentre outras observações repetidas intermitentemente. Do outro lado, havia as observações pedagógicas para conhecer o desenvolvimento mental do aluno, seu “aproveitamento em classe durante as horas de aula, aproveitamento durante as estações, influência da pressão barométrica nesses aproveitamentos, quociente do aproveitamento, quaes os melhores methods”³⁰³, somando-se, ainda, o julgamento para calcular qual “a hygiene physio-psychica ambicionada”³⁰⁴ e o paralelo entre as duas observações precedentes, tirando-se conclusões sensatas e úteis.

Dessa forma, a intervenção do médico era indispensável. Os inquéritos presentes nas cadernetas só podiam ser abertos

²⁹⁷ *A União*, 11 nov. 1913. Grifos meus.

²⁹⁸ *A União*, 11 nov. 1913.

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ Idem.

³⁰² Idem.

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ Idem.

mediante um questionário. Cuidado por uma orientação superior e pela intervenção do médico na escola, o professor poderá responder o questionário com mais segurança, chegando-se o mais possível da verdade. Ao menos como medida de conservação ou de collecção dos resultados dessas pesquisas deverão ser copiados nas cadernetas³⁰⁵.

As vantagens desse tipo de investigação tornaram-se importante para conhecer o corpo dos alunos, suas questões de saúde e higiene conferidas como uma função de destaque para o bom funcionamento, ou seja, para o melhor desenvolvimento dos alunos. O jornalista José Cardoso, ao comentar a reportagem publicada pelo jornal *A Unia*, exclamava: “deveria provocar em todos os professores parahybanos a curiosidade scientifica destes estudos e leval-os directamente a observação, criando com este artifício um novo interesse pelo ensino”³⁰⁶. Esse tipo de medida higiênica soava urgente no sentido de beneficiar o aluno, pois os novos estudos sobre o corpo, noções de hygiene e pedologia serviam “para evitar as locubrações mortaes e conhecer as condições physiológicas e psychicas das creanças evitando assim as desattenções, todas morbidas e o nenhum aproveitamento por parte dos alumnos”³⁰⁷.

Na edição de 03 de agosto de 1913 do jornal *A União*, o jornalista Carneiro Leão denunciava que os “programmas espalhafatosos e ocos, os methodos deficientes; sem os instrumentos adequados, sem mobiliário próprio, sem um gabinete de pedagogia e hygiene escolar, tornam impossível qualquer regularidade no ensino do nosso povo”³⁰⁸. Chamava a atenção para a importância do debate acerca das práticas corporais nas escolas através da participação das várias disciplinas relacionadas à educação, saúde, serviço militar, para assegurar os benefícios dessas práticas ditas saudáveis para os alunos. A criação das disciplinas de Higiene e Educação Física foi fruto desse debate, buscando disciplinar os corpos, criar gerações sadias e desempenhar uma forte formação moral. O ensino de Higiene

almejou mais que a exclusão e a interdição compulsória dos hábitos dos alunos, mas a produção de dispositivos que possibilitassem um novo modo de cada um prestar atenção a si mesmo, cultivar em si um asseio, um modo de viver, produzindo-se e conhecendo-se como sujeito saudável. Por isso a extensão de uma higiene, física sim, mas também sexual, dietética, mental e, sobretudo moral, e a insistência dos médicos em incorporá-las ao currículo escolar e ao cotidiano da escola (STEPHANOU, 2000, p. 07).

O ensino de higiene proposto por médicos abrangia múltiplos saberes, entre os quais os mais abrangentes foram a educação física, o ensino de uma educação alimentar e a

³⁰⁵ *A União*, 11 nov. 1913.

³⁰⁶ Idem.

³⁰⁷ *A União*, 03 ago. 1913

³⁰⁸ Idem.

educação mental e moral. Eram saberes que “traduziam uma nova individualidade a ser exercitada na escola, mas também para além dela, com o intuito de assegurar dentre os escolares outro saber-ser, outras relações com o próprio corpo, sua aparência e a estética pessoal” (STEPHANOU, 2000, p. 06). Propagava-se, assim, a existência de uma consciência entre mestres e educadores profissionais sobre a higiene das crianças que buscou combater

a irritabilidade, a preguiça, a moleza, a desobediência dos vossos filhos e discípulos, que correspondem sempre a uma tal ou qual desorganização da sua vida: é um estomago dilatado, um cérebro mal nutrido, uns nervos frouxos, uma perturbação geral nas funcções dos seus órgãos. Antes que vos irriteis com elles buscai cural-os, daí-lhes uma hygiene, ou aconselhae aos pais que assim façam, levae-o a respirar bom ar, tonifica-e no sol, alimenta-e-o com sobriedade³⁰⁹.

A missão de orientar a educação higiênica tornava-se, naquele momento, uma função da escola, que se irradiaria para os lares através do combate daquilo que era considerado pelo discurso médico-pedagógico uma “perturbação nas funcções dos seus órgãos”³¹⁰. A educação física passava a ser inimiga da preguiça e da moleza, disciplinava os corpos por meio de exercícios, tornando-os saudáveis e belos, afastava as doenças e buscava método de curá-las, educava os gestos e controlava a alimentação, e lapidava a mente, galgando torná-la perspicaz, enérgica, rápida. Os bons hábitos físicos eram responsáveis por esse tipo de mudança que extrapolava os muros das escolas, assegurando ao corpo aquilo que foi chamado de “higiênico”: respirar bons ares, bronzear o corpo à luz do sol e alimentá-lo com sabedoria, ingerindo comidas saudáveis.

A disciplina de higiene reorientou os hábitos ao introduzir o ensino de prendas, formas de saber fazer dotes pessoais capazes de despertar o interesse do outro, a ocupação da mente e o desempenho financeiro individual. A Escola Normal, por exemplo, na cidade da Parahyba, foi pioneira ao adotar, em 1913, por meio da disciplina de higiene, os cursos de “trabalhos de renda, flores artificiaes e outras prendas domesticas”³¹¹. No ano seguinte, a pedido do presidente Castro Pinto, foram trazidas professoras da Bélgica para organizar o ensino e inserir no currículo escolar “as indispensáveis noções práticas da arte culinária, aulas de prática de costumes habilitando as jovens alumnas á freqüência da bôa sociedade, aos salões, á meza de refeições, ao bordo, aos theatros, às visitas”³¹².

³⁰⁹ *A União*, 03 ago. 1913.

³¹⁰ *A União*, 07 ago. 1913.

³¹¹ *A União*, 09 mai. 1913

³¹² Idem.

Numa entrevista publicada pela *A União* em 12 de maio de 1913, Castro Pinto justificava a introdução dessas “prendas” na Escola Normal. Após acompanhar a comitiva do presidente Hermes da Fonseca que visitou algumas escolas do estado do Espírito Santo e da Bahia, percebeu que, naqueles estabelecimentos de ensino, podia-se “assistir a exercícios collectivos de gymnastica sueca tão bem executados pelas alumnas que arrancaram os mais entusiasticos applausos dos numerosos e distintos expectadores”³¹³. Assim, o ensino de higiene aparece associado a outras disciplinas que não teriam “tradição” com a educação do corpo como finalidade última. E seja qual fosse a

escola, ou seja qual for o grau ou o adiantamento, ao lado do ensino literário tem o exercício physico por meio de aulas ao ar livre, de gymnastica, o aperfeiçoamento moral pelo exemplo dos próprios mestres – prelecções referentes ao caráter, ao dever de um cidadão de uma pátria livre³¹⁴.

Dessa forma, os exercícios físicos contribuíram para a aquisição de corpos sadios, fixando, nas escolas, “a crença em suas possibilidades de transformar os corpos das crianças, representados como raquíticos, débeis e fracos, em desejados corpos sadios, belos, robustos e fortes” (VAGO 2002, p. 219). Os hábitos higiênicos dos alunos ficaram a cargo da disciplina de higiene; esta, por sua vez, determinou uma forte associação com a educação física e a educação moral. A integração permitiu o desenvolvimento de novas formas de convívio social para os alunos, a fomentação de normas para o controle higiênico e a afirmação do corpo enquanto objeto corrigível, que almejava assegurar a saúde e a modelação dos sentidos. O sonho de corrigir o corpo das decrepitudes físicas constituía-se, nas décadas de 1910 e 1920, uma prática individual e coletiva.

Constitui-se, em 1913, uma escola dita moderna que “queria que o corpo sujeito a alma fosse robusto e sadio”. Orientar os educandos para a prática do banho como uma outra sensibilidade foi ideia divulgada pelo discurso médico-pedagógico como imprescindível para uma boa educação higiênica. Os professores, ao falar sobre a importância do banho em sala de aula, poderiam recorrer à história dos gregos e dos astecas, é o que mostra o jornal *A União*:

Sugestionado talvez pelos espartanos no tocante a educação physica principiada na infância elle reclamava para o corpo certas mortificações que bem lembravam os padecimentos dos astecas: *as creanças eram obrigadas a banhar-se sem sentir frio, a caminhar na chuva e a dormir em leitos duros*

³¹³ *A União*, 12 mai. 1913.

³¹⁴ *A União*, 08 ago. 1913.

*feitos só de lã. Para conseguir tal intento ellas deviam sempre tomar banhos, mesmo pelo inverno, correr e jogar*³¹⁵.

Os modelos espartano e asteca remetiam à higienização do corpo associada à coragem, ao físico robusto, ao modelo de educação que modelava o corpo por meio do esporte. Assim, não poderia ser o clima frio que impedirá o banho diário, em especial, numa cidade como a da Parahyba, que, a maior parte do ano, possui um clima quente. Correr e jogar tornavam-se atividades importantes para o desenvolvimento do físico, e, de forma saudável, indicava-se um bom banho para eliminar a sujeira e deixá-lo limpo, cheiroso e com boa aparência. Banhar-se passou a ser “um princípio fundamental que deve ser adaptar no ensino e a educação ao desenvolvimento physico, intellectivo e moral da creança”³¹⁶, pois torna o corpo higienizado, afasta a doença e revela uma sensibilidade: a beleza.

O antigo modelo de educação passou a ser bombardeado no início do século XX pelos novos discursos de enaltecimento do corpo, da saúde, da higiene, da moralização dos costumes. Essas falas ganharam sonoridade com os parâmetros da “escola moderna”, que via na educação higiênica do corpo uma forma de assegurar a boa forma, eliminar as torpezas, travar uma luta contra as doenças e encarar a educação como a “educação do corpo”, do seu desenvolvimento físico, intelectual e moral. Esse novo modelo afirmava que, no padrão educativo anterior, os alunos ficavam

enclausurados em salas nem sempre hygienicas e confortáveis, afastados da vida real pelas quatro paredes da escola, os estudantes aprendendo de memória cousas abstractas e inúteis, sentiam-se como num mundo a parte de arrocho e artificialidade comprometendo o que mais é a saúde e a felicidade³¹⁷.

Em seu lugar, seguia a proposta da aplicação da educação física na educação intelectual através de jogos capazes de tornar os corpos das crianças dispostos para o trabalho, além de determinar aquilo que a criança ama e deseja: “a sua liberdade [...] deve-se lhe dar ampla permissão para agir, suas iniciativas, suas espontaneidades, externando as suas inclinações que apontam os defeitos carecedores dos remédios”³¹⁸. Os jogos eram recomendados nas escolas como um artifício para corrigir a instabilidade infantil. Um sistema que agrega a educação física à educação intelectual, que via nos estudos um sistema racional de educação da infância, que encarava “o estudo como uma recreação dos seus jogos e os

³¹⁵ *A União*, 28 abr. 1914. Grifos meus.

³¹⁶ *A União*, 07 jun. 1914

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ *A União*, 28 abr. 1914.

jogos como uma recreação de seus estudos”³¹⁹. Assim, tinha realce “a importância da educação physica assignalando-lhe o verdadeiro posto que lhe competia na sciencia pedagogica”³²⁰.

Para Marcus Taborda de Oliveira (2007, p. 272), foi sobre a educação física que recaíram os maiores esforços e investimentos intelectuais no longo processo de afirmação da escola elementar, o que mostra

a inclusão nas escolas de práticas de educação física, de educação sanitária, de ensino de higiene, assim como o exame médico regular no início do século XX, tal como já ocorria no âmbito escolar em outros países (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009, p. 143).

Outro ponto de discussão sobre a higiene escolar entre médicos e pedagogos era o material didático utilizado em sala de aula e a estrutura física dos grupos escolares. Os preceitos de higiene considerados indispensáveis para o bom funcionamento dos grupos escolares adotados na construção dos mesmos “incorporavam pressupostos de uma pedagogia conhecida como moderna, [a higiene] enfatizava a importância do ar puro, da luz abundante e de uma adequada localização sanitária” (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009, p. 146).

As escolas deveriam ser construídas em lugares centrais, de fácil acesso, seguros e equipados com o serviço de higiene pública. Prezava-se por locais altos devido à boa ventilação, à distribuição de água e às condições higiênicas, ou seja, distante dos monumentos de lixo que se formavam nos cantos dos muros, cemitérios, longe dos lugares governados pela imundície, evitando, assim, o contágio e proliferação das mais diversas doenças que poderiam invadir o corpo dos alunos. Estes requisitos foram debatidos por médicos, engenheiros e pedagogos na intenção de colocar em prática as novas normas de higiene.

Se observarmos a estrutura física do *Colégio de Nossa Senhora das Neves*³²¹, podemos confirmar o discurso abaixo:

³¹⁹ Idem.

³²⁰ Idem.

³²¹ O *Colégio de Nossa Senhora das Neves* teve sua construção iniciada em 1895, sofrendo modificações e ampliações em datas sucessivas de acordo com a necessidade. Em 1920, possuía um vasto estabelecimento em boas condições de isolamento, iluminação, ventilação e corredores que permitia uma fácil fiscalização das salas de aula. O edifício tem forma de U e suas condições gerais são as seguintes: dois pavimentos, um superior e outro térreo. Nestes estão localizadas seis salas de aula, secretaria, gabinete da diretora, gabinete dentário, gabinete de higiene, gabinete de física, de história natural, sala de geografia e dormitório. No pavimento superior ficam oito salas de aula, o arquivo, a sala de desenho, a sala dos professores, a sala de piano e três dormitórios. Em 1906, esse estabelecimento passou a ser dirigido pelas religiosas do Instituto da Sagrada Família. Cf.: *Histórico do Colégio Nossa Senhora das Neves* (ALMEIDA, 1924).

O edifício do Colégio Nossa Senhora das Neves fica situado na zona urbana sem vizinhança imediata; é limitado ao norte e ao sul *por ruas calçadas* e de pouco trânsito; a leste pela praça Dom Ulrico; ao oeste pela chácara do Colégio. Acha-se em *perfeita condição de salubridade*. É bem ventilado e sua fachada principal voltada para oeste. O colégio estando afastado não há RUÍDO algum que venha perturbar a ATENÇÃO DAS ALUNAS. A linha de bonde passa a 100 metros de distância da praça D. Ulrico, logo *não há perigo para a entrada e saída das alunas*. Não sendo o lugar, ponto de diversão, nenhuma influência pode desviar a atenção das mesmas (ALMEIDA, 1924).

O documento faz questão de ressaltar o fato de o colégio estar dentro dos padrões higiênicos estabelecidos pela saúde pública: possuir uma “perfeita condição de salubridade”, estar localizado numa região alta, portanto “ventilada”, distante do barulho que pudesse, por ventura, atrapalhar o entendimento, bem como afastado das más influências – os pontos de diversão. Vale ressaltar que o terreno onde foi construída a escola é argiloso e com ligeiro declive, facilitando o escoamento das águas. A escola, assegurava o Instituto da Sagrada Família, “possuía todas as condições recomendáveis pela pedagogia e pela hygiene” (ALMEIDA, 1924).

Entendo que o prédio escolar não possuía apenas uma função simbólica, mas também, estética, despertando na criança uma modelação dos sentidos. Os estudiosos da época defendiam que os prédios escolares deveriam oferecer “um aspecto agradável, porque a própria estética do edifício influi sobre a moral das crianças, contribuindo para chamar a atenção e simpatia tornando a escola um ponto atrativo” (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009, p. 149). Os espaços de “divertimento”, livres ou cobertos, tornaram-se um convite para os alunos que viam nos jogos e na ginástica uma forma de recreação³²². O *Colégio de Nossa Senhora das Neves*, por exemplo, possuía 2890 m² livre e 712 m² de área coberta para esportes e brincadeiras.

O jornal *A Imprensa*, na edição de 03 de abril de 1916, lamentou “mui justamente não possuírem as nossas escola públicas área suficiente para os exercícios da cultura physica”³²³, são “prédios vergonhosos que são verdadeiros pardieiros intitulados escolas públicas”³²⁴. Sugeriu a construção de “prédios escolares apropriados a seu fim, fazendo-nos echo dos reclamos da população parahybana, que justiça lhe faça é amiga de instruir sua juventude”³²⁵. Para os jornalistas d’*A Imprensa*, os prédios escolares deveriam ser

³²² A prática de recreios e da ginástica era defendida como imprescindível para evitar a estafa mental que poderia ser causada por seções consecutivas de atividades intelectuais; para isso, fazia-se necessário um espaço reservado para essas práticas, geralmente os pátios dessas escolas. Ver: *Para descanso do “espírito” e proveito do vigor físico* (MEURER, 2008).

³²³ *A Imprensa*, 03 abr. 1916.

³²⁴ Idem.

³²⁵ Idem.

educativas já na sua própria concepção arquitetônica [...] desde a proclamação da República, os rituais de inauguração das escolas passaram a ser cerimônias em que ‘o dar a ver’ – a visibilidade – tornava-se o gesto marcante, o grande espetáculo, no qual evidenciavam-se os sinais da nova ordem: edifícios altos, amplo, iluminados, métodos pedagógicos modernos e mobiliário adequado (MARQUES, 1994, p. 106).

O mesmo se aplicava à utilização do material didático, que, com o passar do tempo, sofreu uma série de modificações, acompanhando os novos padrões de higiene da escola moderna. Essa característica, em 1913, era comum às escolas privadas, como o *Colégio de Nossa Senhora das Neves* e o *Colégio Marista Pio X*; só a partir da década de 1920 foi inserida, aos poucos, nas escolas públicas, iniciando pela *Escola Normal*. A substituição da lousa pelo papel era defendida como mais higiênica:

Impõe-se portanto a substituição da lousa pelo emprego do papel que é mais hygienico, mais pedagógico e mais econômico. 1) O papel é mais hygienico porque evita a saliva tão comumente empregada pelos meninos na limpeza da lousa. 2) É mais pedagógico porque: a) reclama menos força muscular; b) obriga o aluno a ter mais atenção no exercício, produzindo por isso um trabalho mais reflectido e mais consciente; c) affirma o sentimento de responsabilidade por não poder a creança apagar o que faz; d) acaba com o ruído inconveniente das lousas, quando são distribuídas ou recolhidas, ou quando cahem no chão [...] a lousa está banida de todas as escolas de São Paulo. O governo da Parahyba deve fazer o mesmo³²⁶.

O papel fora utilizado em larga escala nas escolas a partir da segunda década do vigésimo século. A orientação do uso de outros acessórios na sala de aula, como a borracha, passou a ser divulgada pelos professores, sendo tal prática considerada mais higiênica, abolindo a utilização de saliva, o barulho e mau odor que ficava impregnado nas mãos após esfregar o cuspi na lousa. A denúncia de que o governo da Parahyba deveria seguir o mesmo modelo do estado de São Paulo se justifica para as escolas públicas que ainda insistiam no antigo padrão, não civilizado.

Outro problema muito debatido era a iluminação das salas de aula. A luz “não pode vir pela frente, por detrás e por cima do alumno [...] está fora de dúvida que ella deve ser lateral e lateral esquerda para que a sombra da mão se projete sobre o papel que o menino escreve”³²⁷. A má iluminação do espaço escolar poderia causar problemas sérios, em especial para a visão dos alunos, além de deixar o lugar sombrio, escuro, causando medo. Portanto, recomendava-se que a iluminação fosse “natural, bilateral e elétrica”. No sentido de disciplina e controle

³²⁶ A *União*, 19 mai. 1914.

³²⁷ A *União*, 21 nov. 1917.

dos alunos, a clareza era de fundamental importância, pois permitia que os docentes tivessem uma visão mais nítida do comportamento de seus alunos.

Outra forma de controle sobre o corpo do aluno foi a organização da sala de aula. As carteiras deveriam estar sempre enfileiradas e numa distância específica entre uma e outra. Sentar de mau jeito já era considerado um indício de má conduta, uma incivilidade que não poderia ser tolerada pelos docentes. Por outro lado, as doenças da coluna cervical eram causadas pela falta de postura ao sentar. Até mesmo a distância entre a cadeira e a mesa poderia ser causadora desse mal, daí a necessidade de vigiar atentamente a postura ao sentar e a distância entre os mesmos. Com o título CUIDADO!, o jornal *A União* chamava a atenção de seus leitores para a prática comum da postura ereta ao sentar e ao andar. Determinava que, nas salas de aula, o banco e a mesa das carteiras deveriam

guardar distâncias convenientes, pois do contrário o alumno vicia-se mal o que lhe deixa corcunda, encurvado literalmente (escoliose) ou myope e mesmo estrábico [...] cada sala de aula pode comportar 45 carteiras dispostas em fileiras afastadas uma das outras³²⁸.

Ultrapassar esses limites seria ir de encontro com as normas estabelecidas pelas repartições de saúde e educação do estado da Paraíba, que mandavam observar a posição do corpo dos alunos, porque uma postura má “deforma o physico, offende o orgam visual e impede a livre respiração”³²⁹. Dessa forma, “ordena-se que os professores vigiem a posição do corpo dos alumnos durante os exercícios escritos”³³⁰. Qual será a posição correta de uma criança na carteira? Perguntava a edição d’*A União* de 22 de novembro de 1917. A resposta vinha logo abaixo:

Columna vertebral e corpo erecto, os hombros horizontaes, a cabeça ligeiramente inclinada, sendo um pouco mais encurvada para a vista myope, pelo abaixamento do queixo e não pela encurvatura do colo e da columna vertebral ou a cabeça erecta, o corpo direito repousando sobre os ischions e o braço sobre os cotovelos, sem torção nem encurvamento da coluna vertebral para trás. O eixo dessa é paralelo ao fio do prumo³³¹.

Tanto na *Escola Normal* quanto no *Colégio de Nossa Senhora das Neves*, “as carteiras eram organizadas em fila dupla e bem adaptadas a estatura das alunas para evitar problemas de saúde e em bom estado de conservação” (ALMEIDA, 1924). Só em 1923, o *Colégio das*

³²⁸ *A União*, 21 nov. 1917.

³²⁹ Idem.

³³⁰ Idem.

³³¹ *A União*, 22 nov. 1917.

Neves inovou, adotando carteiras individuais e ajustáveis ao corpo de suas alunas, tomando cuidado com a acústica das salas e pintando-as de cor verde para dar mais alegria ao ambiente.

Com o crescente número de alunos com problemas de coluna e visão, a *Repartição de Hygiene* proferiu, em 1917, uma série de conferências para os professores sobre o tema. Os cuidados para não deformar o corpo das crianças eram uma recorrência na fala dos médicos da época. Esse tipo de prática não se efetivava apenas por meio de conferências, o médico passou a ser um profissional presente na escola através das inspeções médico-escolar a fim de exercer uma *Instrução Pública* que almejava o “progresso da educação”. Assim, a “inserção de observações, medições e classificações na escola por médicos e professores tinham associação, ainda, com a tentativa de fazer da pedagogia uma ciência, incorporando a ela outros conhecimentos” (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009, p. 144). Na conferência, o *Director de Hygiene* pronunciou sua fala aos professores escolares da Paraíba alegando que

a escoliose (encurvatura lateral para direita ou para esquerda) é uma doença da escola e ella é tanto maior quanto maior for a distancia vertical e antero-posterior do assento da carteira. A escoliose é devida a muita altura da mesa porque então para attinginl-a terá o pequeno de levantar o braço e a espádua, alongando o corpo à custa de uma deformação deplorável ou ao muito afastamento da carteira. O corpo da criança deverá ficar no mínimo a 5 centímetros da mesa³³².

A preocupação com a postura dos alunos ao sentar visava eliminar os desvios e excessos depositados no corpo, tratava-se de uma questão de bons hábitos e assegurava a saúde individual. Sendo assim, uma educação moral da saúde do corpo fazia muitos pontos da pedagogia e da educação física dialogarem. A prevenção e/ou os cuidados com a postura do corpo tinham a função de melhorar o aspecto físico, intelectual e moral das crianças, justificando-se, “segundo os médicos, com o estabelecimento de uma disciplina, que quanto mais assentada na força dos hábitos e da vontade, mais eficaz será como norteadora da conduta de indivíduos” (STEPHANOU, 2000, p. 08).

Um equilíbrio entre higiene, educação física e educação intelectual tornou-se necessário para os médicos: cuidar da cultura do corpo para que este abunde em vigor, sabedoria e saúde. A própria educação mental

impulsionada pela crescente consolidação da Psicologia e da Psiquiatria, e a educação física, incentivada pelo desenvolvimento da Fisiologia, da Eugenia e de outras disciplinas que se debruçaram sobre o corpo com o intuito de

³³² A *União*, 25 nov. 1917. Grifos meus.

moldá-lo, treiná-lo, mas também extrair-lhe o máximo de energias e utilidade.

Revelando, assim, uma forte tendência moralizante no discurso científico empregado no ensino. A atenção e os cuidados se voltam para o corpo das crianças, prezando sempre pelo bom desenvolvimento físico, elevação moral³³³ e aperfeiçoamento intelectual. Para isso, a preservação da saúde ficava a cargo dos conteúdos de higiene e educação física, principais responsáveis pela propagação desse saber entre os alunos.

Ainda nesse contexto de cultivo de corpos, as atenções também se voltaram para aquilo que José Gondra (2004, p. 191) chamou de *Ingesta*: uma discussão dos médicos sobre a rotina alimentar nos colégios, a quantidade, a qualidade e a variedade dos alimentos consumidos, recobrando, desse mesmo modo, os condimentos e os lugares de preparo das refeições. Ou seja, uma inquietação nutricional por parte dos médicos higienistas que já existia desde o século XIX, preocupações “referentes à nutrição eficaz da criança, aleitamento materno e, num plano mais voltado a escola, a introdução no cotidiano das crianças de uma rotina alimentar” (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009, p. 153).

Na fabricação do discurso alimentar na disciplina de higiene, ficava claro que a alimentação não deveria limitar-se a explanações abstratas sobre os alimentos, pois

Os colégios enquanto espaços privilegiados para o desenvolvimento físico, moral e intelectual dos infantes e adolescentes, deveriam, portanto, funcionar como um espaço/tempo de reordenamento da cultura alimentar, à época ainda imperfeita entre nós, segundo os critérios da ciência médica. Cabe, pois procurar entender os caminhos defendidos pela higiene para a necessária reeducação nutricional dos escolares (GONDRA, 2004, p. 192).

Dessa forma, cabia à escola difundir os conhecimentos básicos sobre a ciência da nutrição, “endossando a legitimidade científica do ensino de higiene alimentar [...] pois, a boa nutrição era uma ciência, dispunha de um corpo de doutrinas e nisto se diferenciava do conhecimento vulgar” (STEPHANOU, 2000, p. 08). O conhecimento das substâncias alimentares capazes de vigorar o corpo e assegurar a saúde faz perceber a importância que deve “merecer a alimentação dos educandos quando ela preenche novos fins, concorrendo

³³³ Nesse sentido, a higiene mental na escola acrescia ainda a profilaxia da delinquência ou, como afirmavam alguns médicos, o combate ao crime ou delito. Estes resultavam de uma anomalia psíquica ou fundavam-se numa origem social. Dentre as causas da anomalia psíquica, salientava o grande fator criminógeno, representado pelos efeitos do alcoolismo, hereditariamente transmitido às crianças. Os médicos divulgavam a importância da higiene mental e moral na perspectiva de educar a vontade, educar o caráter, proteger a decência e guiar a prática dos bons hábitos. Ver: *Saúde pela educação, escolarização e didatização de saberes médicos na primeira metade do século XX* (STEPHANOU, 2000).

para o desenvolvimento e crescimento do corpo [...] sem uma boa alimentação sacrifica-se o desenvolvimento físico dos alunos” (GONDRA, 2004, p. 192).

Era obrigação da disciplina de higiene ensinar as noções de higiene dietética, “demonstrando as crianças que uma alimentação racional distava muito do simples comer à saciedade e ainda o ensino de comportamentos saudáveis e asseados nas refeições” (STEPHANOU, 2000, p. 09). Os excessos na alimentação deveriam ser cortados para garantir o bom funcionamento do corpo e evitar o desenvolvimento de gorduras ganhadas por meio de alimentos calóricos e pouco nutritivos. Ação que já despertava o interesse de homens e mulheres serviram de modelo do corpo perfeito, um corpo estudado pela ciência, divulgado pelos médicos, ensinados pelos professores e desejado pelos alunos. Um corpo livre das torpezas, das decrepitudes físicas. Um corpo que se libertava da malha asfixiante da gordura. Um corpo anunciado nas escolas, divulgado na imprensa e despertado na vida das crianças. Ser possuidor do corpo perfeito aos moldes médico-pedagógicos da época passou a ser divulgado também fora da escola como mecanismo de demonstração para a população do modelo a seguir: convidou-se

a secção de bombeiros da polícia sob o commando do tenente Alexandre Loureiro para realizar exercícios físicos com novos aparelhos adquiridos no Rio de Janeiro para o bom funcionamento do corpo. Esses exercícios realizar-se-ão as 13 horas em frente ao Colégio de Nossas Senhora das Neves para ser assistida pela população³³⁴.

As ações citadas acima mostram os benefícios dos exercícios físicos, através da apresentação dos bombeiros com seus corpos esguios, que serviam de modelo a ser seguido, resultando no desejo de possuir o mesmo corpo malhado, saudável e limpo, fazendo o alunado “compreender as vantagens utilíssimas que se alcançam com a cultura physica, que não é senão o esteio básico do cultivo moral e intelectual”³³⁵. São corpos que “de uma tal fortaleza de construção que se mostram aptos a competir com os mais formosos espécimens das raças superiores e fortes”³³⁶. Nesse sentido, a alimentação também era contemplada pelo discurso do corpo saudável, especialmente por ser considerada ainda “defeituosa” e porque “não está a merecer o qualificativo de racional”³³⁷, principalmente devido ao fato de “comermos demasiado carne o que nos torna mais ou menos inaptos a auferir todos os proveitos que nos

³³⁴ *A União*, 24 jul. 1919.

³³⁵ *A União*, 14 ago. 1916.

³³⁶ *Idem*.

³³⁷ *A União*, 15 ago. 1917.

poderá proporcionar um bem organizado sistema da gymnastica”³³⁸. Mesmo sabendo da importância nutritiva da carne, o jornalista Erico Magalhães indagava: Por que não adaptarmos o vegetarianismo? Para ele, seria o melhor caminho para garantir “raríssima e permanente jovialidade”³³⁹, devendo todos, desde criança, tornarem-se “vegetarianos convictos e adversários rancorosos do fumo e do álcool que com a carne formam a tríade fatídica dos inimigos d’alma, destruidora solerte da alegria de viver”³⁴⁰.

A indicação se direcionava para a aplicação de regras de boa alimentação como forma de garantir a juventude e o bem estar. Nas escolas, a rotina alimentar é adaptada “a distribuição do tempo e de algumas atividades escolares” (GONDRA, 2004, p. 193), pois a alimentação não podia ser muito abundante nem muito escassa³⁴¹, mas o suficiente para manter as funções do corpo em perfeito estado e a energia satisfatória para a realização da ginástica. A alimentação na infância, bom como em todas as etapas da vida, possui a função de garantir ao corpo uma boa aparência, uma pele bonita, uma vida saudável, assim, também

um corpo cuja vida se acha atrophiada pelo rachitismo ou pela doença, não terá o mesmo vigor physiologico, mesmo a pujança intellectual e moral dos sãos e robustos. Adotemos, *pois os meios racionais de cultura e alimentação* com o acessório imprescindível dos dormitórios arejados e hygienicos e teremos assim dado um passo na *realização nesse ideal helênico de beleza e felicidade* que outrora constituía a máxima preocupação dos habitantes e dos governos da afortunada península mediterrânea dominadora do mundo antigo³⁴².

Portanto, os professores deveriam sempre lembrar que é sobre a “cultura physica que repousa o desenvolvimento das qualidades éticas e intellectuaes do indivíduo por um processo lógico de determinismo cujo conceito altamente philosophico, penetra, hoje, os mais variados ramos da sciencia”³⁴³, a forma de manter a beleza e a felicidade, apetite e desejos, emoções e gestos próprios dos discursos médicos nutritivos da época. O corpo belo é exaltado

³³⁸ A *União*, 15 ago. 1917.

³³⁹ Idem.

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ O excesso poderia provocar o aumento da quantidade de massa sanguínea e da quantidade relativa de glóbulos, o que elevaria o ritmo normal e a energia das funções e provocaria funestas conseqüências, tais como, congestões, hemorragias cerebrais e as já conhecidas e repetidas indigestões. A escassez provocaria magreza e redução das forças do organismo, fazendo com que os alunos contraíssem moléstias e absorvessem todos os princípios miasmáticos e contagiosos. A escassez de alimento poderia, ainda, causar hidropisia (acumulação anormal de líquido seroso, com soro, em tecidos ou cavidades do corpo), escorbuto (doença que se caracteriza pela tendência hemorrágica provocada pela falta de vitamina C), ou qualquer outra patologia relacionada ao empobrecimento do sangue. Cf: *Artes de civilizar* (GONDRA, 2004)

³⁴² A *União*, 14 ago. 1917. Grifos meus.

³⁴³ A *União*, 16 ago. 1917.

quando comparado ao modelo grego e bombardeado pela prática dos desvios e excessos que cercam o corpo por todos os lados.

O Dr. Vital de Melo “tomou as mais salutareis medidas de hygiene alimentar para a nossa gente ao ordenar a fiscalização das padarias, cujos productos pagamos e estamos pagando por preços exorbitantes”³⁴⁴. De acordo com o relato do médico, apenas uma padaria da capital possuía condições desejáveis de higiene. A mesma medida de fiscalização se estendeu para a cozinha das escolas, onde

foi remediado com um plausível acto de energia fazendo os seus auxiliares fiscalizarem a respectiva manipulação ao mesmo tempo que os chefes de cozinha foram forçados a adotar-as de melhoramentos indispensáveis como revestimento de paredes e azulejo, mesas de marmore, limpeza geral, etc³⁴⁵.

Uma boa alimentação somada à educação física, afirmavam os médicos, era resultado de uma vida sadia. A disciplina de educação física começou a ganhar espaço a partir da década de 1910 na cidade da Parahyba. O *Colégio Nossa Senhora das Neves*, o *Colégio Diocesano Pio X* e a *Escola de Aprendizes Marinheiros* são os “únicos estabelecimentos de ensino da Parahyba que possuem cursos obrigatórios de gymnastica para seus alumnos”³⁴⁶. A cultura física adotada nessas escolas buscava desenvolver, junto ao físico, os aspectos moral e intelectual. São escolas que fomentavam e ensinavam

a cultura physica mantendo além dos exercícios regulares da gymnastica sueca a cargo do competente profissional Sr. Honorato de Oliveira outros desportes atléticos, que os alunos praticam com real utilidade para a sua saúde – na objectivação do *mens sana in corpore sano*³⁴⁷.

O modelo de atividade física adotado nessas escolas – gymnastica sueca – fora aplicado com a função de “salvar a Pátria nossa mui amada, ao lado dos moços que desejam ser fortes e bons, cidadãos dignos e homem a altura das necessidades e do futuro de sua grandiosa e afflictiva nacionalidade”³⁴⁸. Quanto à prática dos exercícios físicos nas escolas católicas,

³⁴⁴ *A União*, 10 out. 1917.

³⁴⁵ É bom ressaltar que a ação do médico Vital de Melo estendeu-se ainda aos merceeiros e vendedores ambulantes, cafés e restaurantes, obrigando uns aos outros a exporem seus produtos em depósitos cobertos, envidraçados ou não, furtando, assim, as mercadorias de consumo à invasão de poeira e contacto de insetos de toda ordem. Como representante de hygiene federal, o dr. Vital de Melo, em pleno vigor no estado da Paraíba, consolidou as suas tradições de profissional sanitaria, utilizando do poder público para educar por meio da hygiene (*A União*, 10 out. 1917).

³⁴⁶ *A Imprensa*, 03 abr. 1916.

³⁴⁷ *Idem*.

³⁴⁸ *A Imprensa*, 21 set. 1916.

devemos lembrar a illustrada redação d'A *Notícia* que o Colégio Diocesano Pio X mantém o ensino da gymnastica sueca para os seus alunos – facto, aliás, que não é novidade, pois esse curso não é de agora. Elle já foi registrado elogiosamente pela imprensa indígena e mereceu honrosa referencia na mensagem presidencial que o Exm^o. Sr. Castro Pinto dirigiu ao poder legislativo a 1 de setembro de 1914³⁴⁹.

São escolas que, no discurso proferido n'A *Imprensa*, incentivavam seus alunos a realizarem “exercícios hygienicos, ao ar livre como passeios pela manhã em torno dos pittorescos arredores de nossa capital”³⁵⁰, “a gymnastica sueca, tão recomendada pelos melhores médicos do mundo”³⁵¹, “o desenvolvimentos regular e progressivo dos músculos e o bom funcionamento do aparelho respiratório”³⁵², “a natação, considerada como um dos mais completos e úteis *sports*”³⁵³, “as diversas corridas a pé e de obstáculos” e outros “exercícios tendentes ao bom funcionamento do organismo humano de que tratam os compêndios”. Ainda afirmam: “Nossos professores sabem que na educação moderna a educação physica é feita conjunctamente com a educação moral e intelectual da criança e a juventude”³⁵⁴. Um tipo de educação que almejava formar uma “mocidade parahybana, que, ao mesmo tempo que se dedica aos livros, procura tornar-se vigorosa fisicamente para lutar e vencer pela intelligencia e pela robustez”³⁵⁵.

Empregava-se, cotidianamente, nas páginas dos jornais da época que circulavam pelas ruas da cidade da Parahyba, frases sobre as virtudes da educação física adotada nas escolas: “A educação physica é sabido, prepara a educação da vontade e a educação propriamente dita, esclarece a consciencia, inicia a noção do direito e do dever, prepara o ideal da autonomia”³⁵⁶; “Pela physica a natureza humana executa, externas a sua concepção: a esta excitação dos músculos a esta agillidade elle denomina gymnastica”³⁵⁷. Além dos mais renomados nomes, para o jornalista da “ciência mundial”, Plínio, o moço orientou que “é admirável como do corpo anima a ação do espírito”³⁵⁸, para Pringle “o ar impuro mata mais que a espada”³⁵⁹, Celso afirmou que “a melhor medicina é não ter necessidade de medicamentos”³⁶⁰, Alexandre

³⁴⁹ A *Imprensa*, 03 abr. 1916.

³⁵⁰ A *Imprensa*, 23 set. 1916.

³⁵¹ Idem.

³⁵² Idem.

³⁵³ Idem.

³⁵⁴ A *Imprensa*, 20 set. 1916.

³⁵⁵ Idem.

³⁵⁶ A *União*, 28 abr. 1914.

³⁵⁷ A *União*, 29 abr. 1914.

³⁵⁸ A *Imprensa*, 10 mai. 1922.

³⁵⁹ Idem.

³⁶⁰ Idem.

Dumas postulou: “devo ao meu estômago o espírito sempre disposto”³⁶¹; para La Rochefoucauld, “é uma vida fastidiosa viver com muito remigen”³⁶² e Montesquieu foi incisivo: “as ceias matam a metade das pessoas em Paris”³⁶³. São afirmativas intituladas “Conselhos médicos” uma seção na qual os mais renomados médicos da cidade da Parahyba, como Flávio Maroja e Teixeira de Vasconcelos, escolhiam pensamentos sobre um determinado tema e encaminhavam para a redação d’*A Imprensa*. O interesse era despertar no leitor o hábito da manutenção da saúde por meio de exercícios físicos, de ações comuns que trouxessem benefícios físicos para o corpo e para o espírito. Também uma forma de conquistar alunos para as escolas privadas, anunciando que, por meio da educação física e do esporte, os “filhos das tradicionais famílias parahybanas seriam saudáveis, fortes, inteligentes e enérgicos”³⁶⁴.

A educação física nas escolas tinha a importância de salientar “um físico harmônico, em estado de equilíbrio funcional, de imunidade biológica e de perfeita adaptação ao meio, como complemento da educação intelectual” (STEPHANOU, 2000, p. 07). Uma profilaxia individual e coletiva, que envolvia aspectos higiênicos, estéticos, intelectuais, didáticos, como uma atividade racional e ponderada, modeladora dos sentidos e responsável pela lapidação do corpo e dos costumes. Vale ressaltar, ainda, que, segundo Maria Stephanou (2000), a escolarização da educação física indica uma proposição específica quanto ao gênero, pois se era importante a educação física do homem, seria mais ainda a educação física da mulher, de cujas qualidades biológicas dependiam a vida e a saúde de seus filhos. A mulher era responsável

pela feitura da raça e do lar, então as meninas precisavam mais da educação física do que os meninos porque o corpo dela era mais débil e exposto as maiores influências nocivas. Por meio de uma educação física orientada cientificamente, as meninas desenvolviam o santuário da maternidade, o peito e a bacia por uma ginástica racional, maximizando as potencialidades de seus corpos (STEPHANOU, 2000, p. 07).

A educação física da mulher foi um dos pontos de debate entre os médicos que lançavam saberes para os docentes. Um grupo de profissionais passou a debater esse tema de forma específica, incentivado, especialmente, pelos médicos Carlos Delgado Fernandes e Flávio Maroja. Com texto de Coelho Neto, *A União* estampou, na edição de 18 de julho de

³⁶¹ Idem.

³⁶² *A Imprensa*, 10 mai. 1922.

³⁶³ Idem.

³⁶⁴ *A Imprensa*, 14 fev. 1916.

1917, a “Educação Physica da Mulher”, uma matéria que noticiava um evento promovido para discutir o corpo feminino e sua modelação pela educação física. O Cinema Morse foi palco para o pronunciamento da conferência do professor Bianor de Oliveira, mostrando a necessidade da educação física para as mulheres. Com uma numerosa platéia de jornalistas, médicos, políticos e professores, o diretor da Instrução Pública do estado da Paraíba, cel. José Moura, apresentou o conferencista e assegurou aos ouvintes a necessidade, em tempos de política eugênica, dos cuidados com o corpo e a mente. Em sua fala, o conferencista contemplou, a princípio, “a distinção fundamental que existe entre a acrobacia e a gymnastica hygienica, geralmente conhecida como gymnastica sueca com notáveis cômputos demográficos de sua pátria”³⁶⁵, afirmou a importância que “o bello sexo tem pela educação physica de que lhe advém diretamente o aprumo das linhas corporaes, a serenidade de ânimo e essa intrepidez tão de molde a definir a tempera dos caracteres”³⁶⁶, condenou “o uso dos espartilhos ainda inseparável das elegâncias femininas na maioria dos países”³⁶⁷ e incentivou a vida ao ar livre. Citou diversas vezes o médico carioca Eduardo Magalhães, que, da capital federal, enviava, para outros estados, novas normas de conduta médica e física. Dentre suas citações, transcrevo a que mais me chamou a atenção: “o médico carioca faz uma invocação a onnipotencia feminina, que move as obstinações mais arraigadas e se confunde com a própria vontade divina, pela sua intensiva e irresistível actuação”³⁶⁸, o que mostra uma exaltação ao corpo feminino enquanto santuário da vida, um corpo capaz de produzir a vida, portanto deveria ser por direito cuidado, higienizado, saudável, forte, belo. Sua “irresistível atuação” seduz, encanta, fascina.

Esse tipo de evento³⁶⁹, promovido por acordo entre o *Serviço de Hygiene* e a *Instrução Pública*, passou a ser uma recorrência no cotidiano dos profissionais da saúde e educação e de todos aqueles que se preocupavam com o bem estar físico da população. O conhecimento passou a ser debatido entre os profissionais, assegurando a medicalização da escola e os padrões higiênicos sobre o corpo. Esses encontros científicos sempre acabavam com “muitos aplausos pelo selecto auditório e a participação da banda de música da força policial que tocou em frente aquela casa de diversão”³⁷⁰.

³⁶⁵ A *União*, 18 jul. 1917.

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ Idem.

³⁶⁹ Os temas dessas conferências eram os mais diversos: educação física, moral, intelectual, ensino dos bons modos, códigos de civilizar etc. Em 27 de outubro de 1921, por exemplo, o médico Veloso Borges proferiu, no salão nobre do Lyceu Paraibano, uma palestra sobre “Hygiene Intellectual”.

³⁷⁰ A *União*, 18 jul. 1917.

A disciplina de higiene passou a ser responsável pelo bom funcionamento do corpo. Não ensinava apenas normas comuns de higiene, como asseio e higiene individual, mas também, o cuidado com a saúde física. A introdução da educação física passou a modelar o corpo, adestrar as crianças para serem bons cidadãos, fortes, saudáveis. O ensino de higiene promoveu a medicalização da escola e depois do aluno. Não parou por aí. Educou os modos, orientou os bons hábitos e promoveu a disciplina do corpo. Tratou de posturas como sentar, andar e falar, bem como divulgou saberes próprios a determinadas ocasiões, os cuidados com as partes individualizadas do corpo e o controle da emoção. Fez nascer o desejo de alcançar o modelo de beleza proposto pela medicina, fazendo crescer a lapidação corporal para se ter o que está em voga. O corpo passou a ser desejado individualmente. Sua lapidação diária libertava da feiúra, das doenças, das mazelas e de tudo que lembrava a torpeza.

Uma reforma no ensino de higiene só aconteceu na década de 1920, quando já havia sido implantada em todas as unidades de ensino pública. Diz a reforma que

em matéria de línguas se estudem portuguez, frances e inglês ou allemão, todos com *gymnastica* no 1º e 2º anno. Do 3º anno em diante apparece uma nova língua – Portuguez Superior – o que leva a considerar-se inferior o portuguez anterior. Ainda esse anno *tem logar a gymnastica*, que só do 5º anno em diante sede o posto a philosophia, *como se na época de taes conhecimentos pudesse o jovem estudante prescindir daquelle aprasivel meio de estimular a saúde*³⁷¹.

Estimular a saúde, afirma o documento sobre a reforma, era uma das funções da disciplina de higiene e educação física. Desde cedo a criança recebia influência sobre seu corpo daquilo que era considerado saudável, das doutrinas medico-pedagógicas que ganhavam espaço nas escolas da cidade da Parahyba, e estas passavam a ser consideradas, assim, como espaços do limpo e do sujo, espaços da substituição do corpo imundo pelos corpos hígidos, da expulsão das doenças e da valorização da saúde. Esses conhecimentos ganhavam as ruas, invadiam as casas, adentravam os corpos. A educação física disciplinava o coração, educava a alma e embelezava o corpo. Passo a discorrer sobre os corpos que se exercitam, corpos hígidos que desejam o limpo e abominam o sujo.

³⁷¹ A *União*, 23 abr. 1923. Grifos meus.

5.2 Educação *physica* do corpo, *hygiene* da alma

Em um fim de tarde cinzenta do mês de agosto, os trabalhadores voltavam para suas casas após um longo dia de trabalho. As professoras arrumavam suas estantes, guardando os livros usados na aula de história geral. As meninas viravam a página do diário. Naquele mesmo instante, o zelador do *Cinema Morse* limpava as últimas cadeiras para a próxima seção. A bilheteria abria suas portas. O anunciante gritava: “Venham! Venham! Vai começar mais uma seção d’O Athleta do amor”, um filme dramático dividido em “sete longas e maravilhosas partes [...] repleto de belíssimas e empolgantes cenas cuidadosamente confeccionada e irrepreensivelmente desempenhado pelos artistas da afamada fábrica *Universal*”³⁷².

Nesse filme, de “exibição magistral e arrebatador”³⁷³, é narrada a história de um homem americano que, devido a seus predicados físicos, encantava a população feminina de uma pacata cidade do interior. Dono de um corpo branco, musculoso e limpo, o personagem principal tornou-se um modelo de corpo desejado pelos homens e um exemplo de marido perfeito ambicionado pelas mulheres. Garbosamente, ele desfilava pelas ruas com camiseta regata, deixando, à mostra, seus fortes braços, pernas longas e rígidas, barriga musculosamente no lugar, ombros largos, gestos viris. O atleta despertava paixões de homens e mulheres que cobiçavam o corpo perfeito. Em diversas cenas, apresentava-se a fabricação daquele corpo: exercícios físicos, alimentação saudável, cuidados com a higiene, bons modos. Um homem perfeito físico e moralmente como aquele fez, na década de 1920, mulheres cochicharem, ficarem nervosas com sua presença e terem excitantes sonhos durante o sono.

Uma realidade inacessível? Provavelmente não. O atleta estava dentro dos padrões eugênicos e higiênicos da época. Estava inserido nos padrões médicos propagados mundo afora e disciplinados pelas escolas ditas modernas. Eram os modelos de esportistas, nadadores, bombeiros e policiais utilizados para demonstrar à população o tipo de corpo perfeito a seguir. Os exercícios físicos não asseguravam apenas a beleza, mas também a saúde do corpo. Para isso, os jornais e revistas passaram a intensificar a quantidade de matérias publicadas sobre a importância da cultura física, sua metodologia e predicados que tornavam o corpo um objeto que despertava desejos.

³⁷² *A União*, 26 ago. 1919.

³⁷³ Idem.

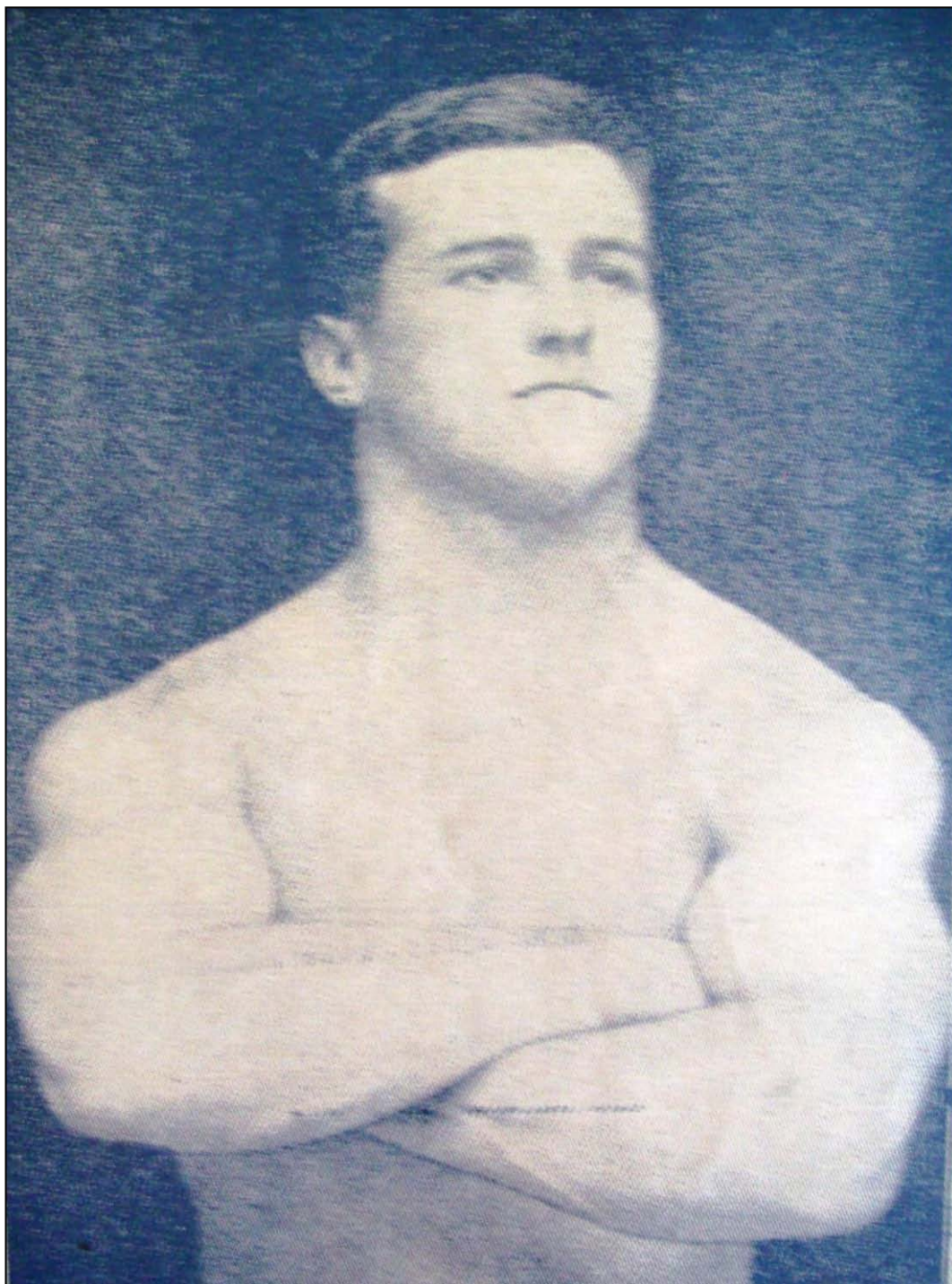


Imagem 10: O famoso “Athleta do amor”.
Fonte: *Revista Era Nova*, 25 abr. 1923.

Estas publicações nos jornais da época fazem parte do programa de medicalização dos espaços, do corpo e dos costumes comum ao início do século XX. A maioria das matérias vinha da capital federal e tinha a função de preparar a população para uma vida saudável, além de formar cidadãos enérgicos, dispostos para o trabalho. Uma história da higiene que se

imbrica com a história da beleza, dos cuidados, da polidez. Uma atividade que tem início com as longas caminhadas e se transforma na obrigatoriedade dos exercícios físicos.

No Brasil, até o século XIX, a atividade física mais habitual fora a “caminhada, o passo rápido com suas tensões e seus choques, o passeio misturando arcaísmo e modernidade [...] o porte ‘livre, de manutenção fácil’ e que provoca o embelezamento por seus abalos: as sacudidelas reiteradas ativam as partes” (VIGARELLO, 2006, p. 96). Um exercício particular que não tinha a função específica de vigiar e corrigir o corpo, mas deixá-lo livre, solto, provocando a liberação das partes obstruídas e endurecendo as fibras. Um movimento que agita as carnes e acabava por enrijecê-las, unificando-as. Com o passar do tempo, especialmente com o aparecimento da ortopedia, o interesse pelos exercícios físicos tomam outros rumos: o corpo passou a ser visto como um retalho, onde todas as suas partes são contempladas. Os ombros não são mais importantes que as panturrilhas, ou que a barriga, ou mesmo que os braços. A ginástica buscou exercitar o corpo por inteiro. Os pesos recaíram para todas as partes do corpo.

Como demonstrei anteriormente, foi sobre as crianças, vistas como a geração do futuro, que recaíram os novos parâmetros educativos e higiênicos. Uma modelação dos sentidos provocada pela medicalização da escola e pelos novos preceitos pedagógicos da escola dita moderna. A infância passou a ser a fase em que a disciplina podia ser ensinada, obrigada e divulgada. Uma forma de controle que faria a sociedade colher frutos mais adiante com o amadurecimento dessas crianças, o combate à proliferação de todos os tipos de doenças e a correção das posturas. Uma ação de higiene pública que almejou “garantir o bem estar à saúde e não apenas a proteção militar e física, daí a reflexão sobre as belas proporções corporais vindas de iniciativas coletivas” (VIGARELLO, 2006, p. 99). No caso da Paraíba, e de boa parte dos estados brasileiros, ocorreu uma forte iniciativa médico-pedagógica que almejava o bem estar dos cidadãos. Para isso, publicava-se constantemente nos jornais uma literatura civilizatória, além da exposição de modelos de corpos saudáveis e mais uma série de promessas de beleza e juventude.

Vejamos a seguinte correspondência:

Illustrissimo Senhor. – São de todo ponto justas as considerações. Prouvera Deus que todos os pais guiassem seus filhos pelo caminho em que puz os meus, que são sete, todos sadios e alegres, formando em tono da minha velhice, que começa a alvejar um carinhoso halo de claridade e conforto. E assim, como se daestravam no mar, exercitavam-se na terra: *os rapazes em*

*jogos varonis; as meninas, na corrida de patinação, na corda, só espero que logo se inaugure as aulas de gymnastica para inscrevel-as como alumnas*³⁷⁴.

Para o Sr. Coelho Netto, guiar pelo caminho em que colocou seus filhos significa dizer obrigá-los à execução de atividades físicas, tanto meninos, quanto meninas, tendo cada gênero tipos de exercícios próprios para seus corpos³⁷⁵. Uma forma de fazer com que seus filho fossem

*robustos, não só de corpo em músculos, como de espírito em character: fortes e enérgicos, resistentes e corajosos, temperantes e alegres, ativos e delicados, tão promptos na represália como obedientes na disciplina, não faltando aos treinos, quando escalados tanto os de natação como os de foot ball, desportos que fizeram im revisamente, da Inglaterra que foi sempre um viveiros de sportsmens, uma formidável nação guerreira*³⁷⁶.

A prática desses códigos corporais para a família faz parte de um *boom* esportivo, que, juntamente a outros temas, como estética, disciplina, limpeza, beleza, eficiência, inteligência, educação, eugenia, saúde, etc., passaram a ser abordados e problematizados. A correspondência acima, publicada pela *A União*, traz um protesto, uma argumentação dita “científica” para as questões realçadas pela prática da educação física, seja “no cotidiano da cidade, como no modo de vida das pessoas – os sentidos e significados culturais agregados a tais práticas” (LINHARES, 2009, p. 335). São clamores de jornalistas, médicos, professores, militares e esportistas que ecoam pelos cantos em que chegam as edições dos jornais, revistas, livros conferências e palestras orientando para as boas aventuras do exercício físico como uma identidade valorizada. Aderir a essa prática significava cultivar a civilidade, a higienização, a beleza. Uma forma de reinterpretar a vida considerada moderna como uma metáfora da saúde e do bem estar. Por essa razão, exclamava-se:

Que soem sempre vozes chamando a mocidade as escolas de energia e ainda que os tangeros cessem por falta de pares, a Pátria ganhará homens e será bom para todos, como tem sido para os meus filhos e também para mim que os vejo como devem ser homens: viris de corpo e d’ama³⁷⁷.

³⁷⁴ *A União*, 03 abr. 1917. Grifos meus.

³⁷⁵ O autor da correspondência relatou [para ele] a melhor forma de tornar seus filhos saudáveis: “Abrir as janelas ao sol e ao ar, deixando as crianças soltas no jardim brincando onde e como lhes parecesse: um raio de sol ou uma sombra arejada, na terra ou no gramado, numa redouça entre os ramos ou à maneira dos pássaros, num galho de árvore, chilreando risos. A medida que desenvolviam ia-as eu levando a exercícios salutaros começando a lançá-las ao mar. Allí trebelharam todas desde pequeninas trambolando todas na areia, onde levantavam torres logo desfeitas, correndo com a espuma, arrojando-se a onda.” (*A União*, 03 abr. 1917)

³⁷⁶ Idem. Grifos meus.

³⁷⁷ *A União*, 03 abr. 1917.

Correspondências normativas como essas afirmavam a importância das disciplinas para “a poderosa cultura intellectual, a conducta e o harmonioso desenvolvimento do organismo e da personalidade”³⁷⁸. Nesse sentido, a educação física agia sobre a cultura intelectual porque se resolve em movimentos e este tem uma influência

salutar não só sobre o sistema muscular como também o sistema nervoso [...] sob a disciplina da educação physica ganham os sentidos em acuidade e precisão e esse ganho se reflecte no intellecto, no desenvolvimento mental do indivíduo sabido a dependência dos sentidos e a harmonia preestabelecida, o parallelismo das funções orgânicas e physicas³⁷⁹.

A educação dos sentidos foi disciplinada através da ginástica e dos trabalhos manuais, que deveriam ser lições diárias, desenvolvendo o corpo e a inteligência, os hábitos e a ordem, a moral e a economia. Era papel dos professores repassarem as lições de educação física nas escolas, dos pais em casa e dos esportistas e militares nas ruas. No regime dos internatos, por exemplo,

devem os mestres reservar grande parte do tempo a educação physica, não só no interesse da hygiene do corpo dos educandos como no de hygiene da alma. O cansaço resultante do trabalho physico assumirá o papel do mais sagaz e previdente conselheiro com a vantagem de estar presente em todos os recônditos do organismo do educando o que não conseguir os conselhos, elle conseguirá³⁸⁰.

A beleza e a saúde são, por fim, alvos visados pela “educação física não só no interesse do indivíduo como também no interesse da raça e da espécie [...] grande e nobre fim esse de aumentar no mundo o patrimônio estético e da saúde”³⁸¹. Não se tratava de alargar na terra os raios do hedonismo, mas sim tornar real e duradoura “uma realidade mais elevada e nobre que tenha por base segura um perfeito equilíbrio physio-psychologico”³⁸². Beleza e saúde eram faces tangíveis e luminosas do fenômeno moral, um discurso normalizador que buscou desempenhar “creanças robustas e saudáveis e a pureza dos costumes dos seus pais e progenitores”³⁸³. Uma política educativa que visou redimir os erros físicos dos costumes dos antepassados através das práticas salutaras da ginástica, da higiene, da sobriedade na comida e nos prazeres. Sentidos que almejaram fortalecer “o corpo e o espírito para tornar possível uma civilização mais profunda e original, em que reine a justiça em virtude de determinismos

³⁷⁸ *A União*, 21 set. 1917.

³⁷⁹ *Idem.*

³⁸⁰ *Idem.*

³⁸¹ *A União*, 21 set. 1917.

³⁸² *Idem.*

³⁸³ *Idem.*

inilludíveis e impere a beleza como uma fatalidade moral”³⁸⁴. O corpo e a energia deveriam ser rigorosamente disciplinados e organizados durante a infância, fase da vida em que o organismo revelava as energias adormecidas.

Divulgar a educação física nas ruas, através dos modelos de corpos que desfilavam garbosamente pela cidade da Parahyba, fazia parte de um programa de divulgação da eugenia enquanto uma doutrina que estava diretamente associada ao higienismo. O melhoramento do corpo e a segurança da saúde eram o tema da ordem do dia, um debate que disciplinava parte da população. Uma educação dos sentidos que despertava o desejo e almejava manter o bom funcionamento do corpo. Os espaços medicalizados, a partir da década de 1920, eram pensados “como veículo de formação harmônica do corpo e do espírito” (MARQUES, 1994, p. 101), uma vez que a educação física desenvolvia as funções físicas e psíquicas, no sentido de melhorar o aproveitamento do corpo de homens e mulheres, bem como o desenvolvimento da espécie.

Vera Regina Marques Beltrão (1994) afirmou que, nessa época, tornou-se bastante claro a atuação dos eugenistas no controle sobre a população em todas as esferas da vida social, pois o saneamento pela educação estendia-se sobremaneira, a se considerar que o país vivia tempos de entusiasmo pela educação do corpo e pedagogia do otimismo em relação às novas políticas de higiene que eram lançadas sobre a população. Uma educação que não bastava legislar, mas sim educar. Regenerar os hábitos, propagar a higienização dos costumes, um espaço aberto para as reformas morais e intelectuais propostas pelos médicos. Um discurso que entendia ser “necessário instruir o povo para que se conquistasse a cidadania, pois somente o conhecer proporcionaria vencer e progredir, fazendo do país uma nação civilizada” (MARQUES, 1994, p. 101). Dessa forma, atitudes como incentivar a realização de exercícios como a “contração e relaxação dos músculos feita alternadamente, promovia a impulsão de sangue nas veias e uma aspiração de sangue nas artérias que se generalizam por todo o organismo e tornam mais fácil o trabalho do coração”³⁸⁵.

Ao tratar dos cuidados com o coração, *A União* publicou, em meados de fevereiro de 1923, as seguintes normas: “Não encolerar-se”³⁸⁶, pois a raiva intensa “aumenta o trabalho do coração de 75 kilos por minuto para 112 kilos e meio [...] com esse esforço o coração de um animal partiu-se literalmente, causando morte instantânea”³⁸⁷. Quando se impõe “serviço extraordinário emocional - como a raiva - ao coração, em breve elle fica inutilizado”; dever-

³⁸⁴ Idem.

³⁸⁵ *A União*, 05 jun. 1919.

³⁸⁶ *A União*, 10 fev. 1923.

³⁸⁷ Idem.

se-ia impedir “qualquer emoção forte, pois aumenta o trabalho do coração que fica sobrecarregado”³⁸⁸; já levantar “peso na mão e a essa altura tantas vezes num minuto quanto bate o coração”³⁸⁹; e correr de “bicycleta numa ladeira de 10 por cento, aumentando o trabalho do coração num esforço que equivale uma tonelada e um oitavo, a um pé de altura”³⁹⁰; esta foi escolhida como um tipo de ginástica que mantinha a saúde do coração.

Os efeitos da educação física para o corpo logo se tornariam visíveis: o melhoramento da raça e o aperfeiçoamento da espécie humana. Assim, o jornal *A União* é incisivo: “É dever de todo homem, pela prática da gymnastica, concorrer para o objectivamento desse almejado ideal de perfeição, tornando-se colaborador da natureza”³⁹¹. Porém, para a realização da atividade física, postulou-se ser preciso passar primeiro pela análise médica, não apenas na escola, mas fora dela. Os médicos eram responsáveis por realizar esse tipo de avaliação, indicando o melhor tipo de exercício físico para os gêneros, para combater determinados tipos de doenças ou ainda para o melhor desempenho do corpo. Outro fator que saltava aos olhos médicos eram as questões relacionadas à idade e ao sexo; em relação a isso, o discurso médico chamou a atenção da população para as seguintes informações:

O crescimento tem duas épocas críticas: a phase que vai até os dois annos quando o menino começa a andar desembaraçadamente e a puberdade. Estas nas meninas vão dos 13 aos 15 annos e nos rapazes dos 15 aos 18 annos. Na puberdade dá-se uma revolução completa no organismo. O coração e o pulmão soffrem acréscimo de trabalho. O organismo é abalado por novas funções, a própria vida physica ultimando a sua evolução exige maior abundancia de energia vital. Conforme os casos individuaes o médico mandará suspender ou não, os exercícios de gymnastica nessa época³⁹².

A observação do desenvolvimento foi importante para a aplicação da ginástica nas mais diversas fases da vida. Exercícios para a infância tinham o sentido de extravasar energias em abundância, na puberdade de corrigir as más posturas e afastar doenças. Todas as etapas deveriam ser vigiadas pelos médicos. Um discurso normalizante que nem sempre se realizava na prática, visto que a quantidade de médicos que existia na cidade da Parahyba ainda era insuficiente para a população da época. Segundo Oscar Oliveira de Castro (1945), durante a década de 1920, a capital da Paraíba dispunha de aproximadamente trinta profissionais que se dividiam nas funções de dirigir, clinicar e operar nos hospitais, controlar o saneamento e higiene do porto e da cidade, medicar nas casas e curar os corpos. Além disso, entre 1912 e

³⁸⁸ *A União*, 10 fev. 1923.

³⁸⁹ Idem.

³⁹⁰ Idem.

³⁹¹ *A União*, 05 jun. 1919.

³⁹² *A União*, 05 jun. 1919.

1924 várias epidemias amedrontaram a população: a peste bubônica em 1912, a varíola em 1913, 1917, 1921 e 1924, a gripe espanhola em 1918, dentre outros hóspedes indesejáveis que se instalavam nos corpos e convidavam a morte. No mais, ainda havia aqueles que se dedicaram à medicalização da escola, formação de professores e atendimento para liberação ou não da atividade física dos alunos. Um exemplo para a época foi a existência de médicos polivalentes, como Flávio Maroja, que dirigia o *Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, a *Santa Casa de Misericórdia*, o *Porto de Cabedelo*, a *Sociedade de Medicina*, ocupou o cargo de Vice-Presidente da Paraíba e ainda lançou normas médico-pedagógicas para as escolas. Caso contrário, a prática não se efetivaria.

Em seu discurso solene de abertura da *Semana Médica*, Flávio Maroja alegou que “a gymnastica deve ser feita em *local* e *hora* apropriados e não deve durar muito tempo: 20 minutos no máximo” (MAROJA, 1927, p. 85), além de afirmar que a hora mais propícia para o exercício físico era pela manhã, antes do banho. Vale salientar que isso é válido para fora da escola. Nessas instituições, o problema se complicava. Existia, em 1919, uma discussão para ver se a ginástica deveria ser realizada antes ou depois das lições, pois o trabalho físico produzia fadiga. O antigo modelo de pedagogia cometia “um erro quase inexplicável considerava a gymnastica e os esforços phisicos em geral antes ou depois de um trabalho intellectual, como uma distração, um repouso recommendável”³⁹³; os escolanovistas consideravam ser um “engano” tal prática, suscitando a seguinte questão: “se a gymnastica se faz no começo da aula prejudica o ensino que se seguir, se a lição de gymnastica se dá depois das aulas os exercícios intellectuaes que precederam não permitem que o alumno tire o proveito necessário”³⁹⁴. Parece que não se chegou a um consenso sobre a melhor prática a seguir, acabando por se indicar o modelo francês, o qual propõe que

a série de exercícios palestricos seja dividida em duas partes, uma educativa, outra higiênica. A primeira que visa desenvolver a atenção e a promptidão dos movimentos deve ser feita antes da aula; a segunda composta de exercícios próprios para descongestionar o cérebro e corrigir as atitudes depois das lições³⁹⁵.

Esse modelo francês era considerado, nas décadas de 1910 e 1920, o “melhor programa de ensino de todos os povos cultos constituindo uma verdadeira paixão nos lugares onde a pedagogia atingiu a maior perfeição”³⁹⁶. Modelo que também foi adotado em países

³⁹³ *A União*, 10 jun 1919.

³⁹⁴ *Idem*.

³⁹⁵ *Idem*.

³⁹⁶ *Idem*.

como os Estados Unidos da América e a Alemanha; lugares que tratavam a educação física como sendo salutar à higiene, onde se entrelaçavam graves interesses: pátria, raça e humanidade. Um modelo que visava ser o caminho da “perfeição estética que conduz a perfeição moral, fim ultimo da vida e do universo”³⁹⁷. Enfim, almejava-se, de alguma forma, energizar e higienizar, dar firmeza e veemência, eficácia e potência, força e higiene ao corpo através dos modelos importados que ganhavam credibilidade no debate médico. Um sistema que modela o corpo, disciplina os cenários, cria valores, sentidos e sensibilidades. A divulgação do esporte como incentivo à prática da educação física buscou reordenar corpo, alma, caráter, temperamento e índole de cada brasileiro.

Ninguém deveria ficar parado. Não se praticava atividade física só nas escolas. A ginástica não era exclusividade apenas das crianças. O esporte, ou melhor, *sport*, tornou-se um

elemento capaz de alterar a cena urbana e as relações entre as pessoas, pois as escalas, potenciais e velocidades envolvidos nos novos equipamentos e instalações excedem em absoluto as proporções e as limitadas possibilidades de percepção, força e deslocamento do corpo humano (SEVCENKO, 1998, p. 516).

As capitais dos estados brasileiros passaram a ser, no início do século XX, cidades esportivas, seguindo o modelo do Rio de Janeiro, que já modelava-se esportivamente desde o século XIX (cf. LINHARES, 2009, p. 334). O discurso médico higienista contemplava o esporte como fator vital para o aprimoramento físico do corpo, daí o incentivo às elites para a criação de clubes – na cidade da Parahyba foi criado o Clube Cabo Branco, por exemplo – como parte do que Victor Melo (1999) chamou de “febre esportiva” ou “civilização esportiva”, uma euforia pelo moderno, pelos novos modos de ver e de ser visto, de agir, jogar, se comportar, de lidar com o corpo. Em cidades do interior da Paraíba já se praticavam recreações esportivas, como mostra Serioja Mariano (2010) ao falar da natação na cidade de Princesa Isabel, onde ocorriam competições aquáticas de 300 metros no açude Ibiapina. O incentivo à prática esportiva despertou interesses e críticas:

O debate sobre o esporte acontecia na sociedade como um exercício de demarcação de identidades compartilhadas e politicamente posicionadas, onde adesões e críticas, prós e contras, eram expressos por jornalistas, médicos, educadores, militares e esportistas por meio de jornais, revistas, livros, estudos, conferências, teses. Suas ideias circulavam em congressos, associações, clubes agremiações, sociedades... múltiplos lugares de produção de ideias, de práticas, de interesses e de discursos (LINHARES, 2009, p. 335).

³⁹⁷ A *União*, 05 jun. 1919.

O esporte passou a ser entendido como parte de uma vida moderna de uma parcela da sociedade, que assumia um lugar de prestígio social. O corpo representava tal prestígio. Estar dentro dos padrões eugênicos, higiênicos e esportivos da época dava valor ao cidadão com tudo no lugar. O corpo rígido ganhava sintonia com o mundo moderno. Não se tratava de um reconhecimento pleno de toda a sociedade, mas de grupos ditos “científicos” que divulgavam o modelo de corpo esportista, como também daqueles homens e mulheres que se encantavam com os novos padrões estéticos.

Nos clubes da capital paraibana adotou-se o *foot ball* como um o tipo de esporte que levou ao “aperfeiçoamento physico da infância numa zona equatorial indifferentemente em todas as estações; excessivos porque levamos a meninada de uma inércia muscular quase completa a um dispêndio formidável de energia”³⁹⁸. Porém, esse tipo de esporte, como bem lembra o jornalista Carneiro Leão na edição d’A *União* de 10 de julho de 1919, prioriza apenas os meninos, busca desenvolver o corpo masculino. Para o jornalista, as mulheres são

Lamentavelmente descuradas e criminosamente abandonadas a um regimen de reclusão e imobilidade. Não há entretanto uma razão para tal disparidade de processos educativos. Se o homem pela necessidade que tem de ganhar a vida nas suas diversas formas, de lutar e vencer carece de ser forte, a mulher não o carece menos pelas condições de creadora de elaboradora de vidas. *É preciso ser forte para produzir filhos fortes*³⁹⁹.

Fica claro, no documento, a reivindicação para o esporte feminino. O corpo das meninas também deveria ser moldado pela educação física. Além disso, um claro discurso eugênico é realçado para o leitor: “É preciso ser forte para produzir filhos fortes”. Um modelo eugênico adotado na Inglaterra e na Alemanha, visando à melhoria da raça. Homens saudáveis e fortes casavam com mulheres saudáveis e fortes para terem filhos na mesma condição, eliminando, assim, as deficiências, a feiúra, as doenças, etc. Daí, no Brasil, a necessidade de lapidar o corpo feminino aos moldes eugênicos do começo do século XX. Travava-se de uma luta por espaço. O corpo feminino reivindicava o direito à busca da saúde e perfeição física.

O discurso sobre a mulher, dentro desse contexto, abria possibilidades para outros espaços, como o dela enquanto mão de obra. Carneiro Leão afirmou, metodicamente, que a mulher, em países como Inglaterra, Suíça e América do Norte, é uma concorrente do homem, uma companheira de labor, uma cooperadora da grandeza de sua raça e que deveria ser

³⁹⁸ A *União*, 10 jul. 1919.

³⁹⁹ A *União*, 10 jun. 1919. Grifo meu.

“educada nas mesmas escolas, pelos mesmos livros, com os mesmos processos”⁴⁰⁰; são mulheres que estão com os homens “prontas para as lutas mais árduas como para a vitória mais difícil”⁴⁰¹. A partir da exposição do modelo, segue a indagação: “Por que não tentar seguir no que for possível a orientação moderna?”. Numa época em que a necessidade da preparação física era comum aos dois sexos, nada mais justo do que esse tipo de inquietação. Um discurso que normatiza corpos, higieniza a alma e eugeniza a sociedade.

Dentre os diversos tipos de atividades físicas, o jornalista destacou, para o bom desenvolvimento do corpo, aquelas ligadas à natureza: “correr, saltar, trepar as árvores parece evidentemente os mais naturais, entretanto não se deve resumir nesses os processos educativos da infância”⁴⁰²; destaca-se a importância das ginásticas ao ar livre, expostas ao sol, como o *foot ball*, os campeonatos, “a jardinagem, o plantio de frutas e verduras como um magnífico exercício físico no qual os alunos em companhia e na mais franca camaradagem ganha utilidade dos movimentos musculares”⁴⁰³; soma-se, ainda, a criação de animais, a marcenaria e outros trabalhos manuais considerados pelos médicos “de grande alcance higiênico e educativo”⁴⁰⁴; além das atividades de natação, que deveriam fazer parte das escolas.

Preparar o corpo para a maternidade não era a única finalidade da ginástica. Os cuidados com o corpo contribuíam diretamente para a beleza feminina, realçando “seus encantos naturais”⁴⁰⁵. O “*sport methodizado* e a *gymnastica* são os movimentos da vida e a saúde o essencial da beleza”⁴⁰⁶. Dessa forma, entendo que a história da higiene, do esporte e da educação física contribui diretamente para uma história da beleza dos gêneros. Uma beleza moldada pelos padrões normativos e que fora colocada à disposição de uma parcela da população paraibana. As próprias escolas privadas que adotaram em seu currículo, a partir de 1913, as disciplinas de higiene e educação física, atendiam a uma parcela da população elitizada, que podia pagar às escolas católicas, as quais se vestiam do discurso moderno medicalizado para atrair sua clientela. Foram escolas que adaptaram tais disciplinas às necessidades de uma época, comungando com uma ação que envolvia três segmentos: os médicos, interessados em divulgar um conhecimento para o bem estar do corpo, os professores, que disciplinavam os alunos, ensinando-lhes códigos de civilizar e, por fim, os alunos, que recebiam essas normas, se reeducavam e desejavam os corpos hígidos.

⁴⁰⁰ Idem.

⁴⁰¹ Idem.

⁴⁰² Idem.

⁴⁰³ *A União*, 10 jun. 1919.

⁴⁰⁴ Idem.

⁴⁰⁵ *A União*, 08 mai. 1923.

⁴⁰⁶ Idem.

Não poderia afirmar que esses novos preceitos medico-pedagógicos foram inseridos nas escolas públicas desde a década de 1910. Com a criação da *Revista do Ensino*, em 1924, foram proferidas as primeiras formações para professores do ensino público das disciplinas de higiene e educação física. Essa orientação surgiu a partir do debate sobre eugenia e higienismo na *Sociedade de Medicina da Paraíba*, que promovia eventos para discutir os códigos científicos que chegavam da capital federal. A *Semana Médica*, organizada pelo médico sanitarista Flávio Maroja, deu o pontapé inicial no debate que visava estender para as escolas públicas essas disciplinas. Vale lembrar ao leitor que as práticas de higiene implicavam na normatização do cotidiano, regulando todos os passos da criança, desde o acordar, escovar os dentes, portar-se à mesa do café até a formação de sua índole. A escola tornava-se a comissão de frente desse tipo de educação. Era a divulgadora dos hábitos considerados sadios, que se constituíam, muitas vezes, em escovar os dentes, tomar banho, ir à latrina e depois lavar as mãos, deitar cedo e dormir com a janela aberta, beber mais de quatro copos de água por dia, comer ervas, frutas e tomar leite, mastigar devagar a comida, não falar de boca cheia, andar sempre limpo, manter as roupas perfumadas, não ter medo, não mentir, não ser preguiçoso, respeitar pai e mãe, limpar as unhas, lavar o rosto, enxugar o suor, prender os cabelos, forrar a cama, correr, respirar bem, falar com calma, sentar com postura, gesticular pausadamente, saber a importância da alimentação na hora certa, jogar, fazer exercícios físicos, aprender a costurar e cozinhar no caso das meninas, ser forte e viril no caso dos meninos, enfim, ter o corpo hígido.

Nesse sentido, a escola foi o principal local de propagação do saber médico. Um lugar privilegiado para a formação de cidadãos. Espaço que abre margem para diversos estudos sobre o tema da medicalização escolar, mas isso é outra história, que muito em breve, voltarei a discutir.

Considerações finais

Nas últimas décadas tem crescido o número de pesquisas sobre a temática do corpo, especialmente a partir da influência da Nova História Cultural, que abriu novas possibilidades de estudos. O tema da higienização do corpo faz parte desse leque de possibilidades de análise do historiador. Nesse sentido, esta dissertação tratou de analisar o processo de higienização do corpo na Paraíba entre os anos de 1912 a 1924. Era um momento de valorização do limpo e desprezo do sujo, dos corpos hígidos e do auge dos manuais pedagógicos.

Para ter um maior entendimento sobre a temática desta dissertação, inicialmente fizemos uma revisão historiográfica, apresentando as lacunas existentes na produção local e do Brasil, bem como os percursos da pesquisa. Nesse espaço, analisamos o tema da cultura histórica como os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do ofício dos historiadores (cf. FLORES, 2007, p. 95). Ora, para a composição deste trabalho foi analisado uma produção historiográfica já existente, escrita por aqueles que se intitulavam “guardiões da história” e que ocupavam espaços de saber, a exemplo dos membros do IHGP. É o caso dos textos publicados na revista do IHGP, pelos médicos e jornalistas Flávio Maroja, Coriolando de Medeiros, Oscar Oliveira de Castro, dentre outros. Bem como, as publicações do jornal *A União*, *A Imprensa*, só para citar alguns. Entendo os jornais enquanto um lugar de circulação de idéias e divulgação de um saber; dessa forma, a publicação de artigos e normas civilizatórias foi estampada para um determinado público leitor. Meu interesse nesse debate foi tentar por meio do conhecimento da cultura histórica reinstituir uma história interessada. Revisitá-la para mostrar ao leitor que a disciplinarização da higiene do corpo começou a ser posta em prática, mesmo que sutilmente, ainda no século XIX, cabendo aos intelectuais, médicos, jornalistas e professores a tarefa de divulgar um saber histórico através de códigos impressos, imagens sedutoras e discursos que normatizam.

As condições de salubridade da cidade da Parahyba, no final do século XIX e início do século XX, era bastante precária. Uma cidade relativamente pequena para a época, mas que sofria das mazelas que podiam ser observadas em outras cidades maiores, por exemplo: cheirava mal, havia monumentos de lixo espalhados pelas ruas, as águas sujas formavam poças pelos contornos das ruas, entre outras. Uma capital que abrigava corpos sujos,

adoecidos, perebentos pela pobreza, esqueléticos pela fome. Uma história em que o limpo travou uma batalha contra o sujo.

Os cuidados com a higiene pública serviu para dar início a uma política de combate às doenças. No século XIX foram muitas as epidemias que assolaram a população paraibana, daí a necessidade de implantar a *Inspeção de Saúde Pública* em 1836. A documentação nos mostra que a atuação da *Inspeção* foi “superficial”, agindo quase que exclusivamente em momentos de perigo. Porém, é válido ressaltar que existia uma preocupação com a higiene no Oitocentos, especificamente no Segundo Império, em que a prática da higienização já se fazia presente entre a elite. Em 1895, foi criado o *Serviço de Higiene Pública* e institucionalizado em 1911. Uma repartição que tratou dos assuntos mais específicos da higiene pública, adotando o sistema policiaresco de fiscalização, de combate as doenças e a imundície. Deu início a divulgação de um saber médico sanitário publicado pelos jornais locais com a intenção de educar a população paraibana para negar o sujo e prezar pelo limpo.

Com o advento da República, o pobre ganhou voz por meio das políticas de vacinação, de educação sanitária programadas pelos médicos sanitaristas. Nesse momento, duas epidemias se destacaram: a peste bubônica em 1912, que com seu “lendário monstro” amedrontou a capital; e a gripe espanhola em 1918, momento em que o *Serviço de Higiene Pública* faliu, deixando os cuidados da influenza para a Igreja Católica. No século XIX a teoria dos miasmas já amedrontava a população, embora só no início do século XX que se deu mais visibilidade ao combate da sujeira.

Discorrer sobre as condições de higiene na cidade da Parahyba nos fez perceber que algumas mudanças no ofício de higienizar aconteceram da seguinte maneira: a institucionalização do *Serviço de Higiene* e a criação de uma polícia sanitária; a adoção de fiscais de quarteirão e uma série de códigos de posturas criados para manter a cidade limpa e civilizada, dentro dos pressupostos da modernidade. As medidas sobre a forma de controle ficaram impressas nos documentos dessa instituição que, na prática, quase não se efetivaram. Porém, os jornais serviram como veículo de propaganda para divulgar os discursos médicos sobre os cuidados com o corpo e com a higiene. Dessa forma, disciplinava-se uma parcela da população que tinha acesso a esse tipo de informação, deixando a maior parte da sociedade de fora.

A postura política dos jornais *A Imprensa* e *A União* são reveladoras de um discurso normatizador. São veículos midiáticos que “falam”, “olham”, escrevem e se comportam de maneiras diferentes em suas reportagens. *A União* divulgou a fala do governo do Estado, “assumindo” a função de orientar a população para os bons modos, para a prevenção contra as

doenças e a divulgação de “medidas enérgicas” tomadas pelo governo para solucionar o problema da falta de higiene. Esse projeto ficou quase que exclusivamente no papel, afinal de contas, o jornal chegava às mãos de uma minoria elitizada. De certa maneira, a maioria da população, não tinha acesso a tais informações postuladas pelos jornais. Do outro lado o jornal *A Imprensa* divulgou a voz da Igreja Católica que buscou disciplinar catequeticamente a pequenina parcela da população que recebia o matutino bi-semanal. As críticas ao governo apareciam quase que semanalmente, principalmente nos momentos de discórdia entre o poder estadual e a Igreja. Viviam-se ainda os rancores da laicização ocorrida com o fim do Império.

No decorrer do texto apresentei um personagem de relevância para o contexto da discussão: o médico sanitarista Flávio Maroja. Aspectos da biografia desse profissional foram problematizados com a função de entender sua participação na “cruzada higiênica” traçada na Paraíba durante, os anos de 1912 a 1924. Com um discurso higienista moralizante, o médico utilizou-se de seu prestígio no meio político para lançar campanhas de combate a sujeira, as doenças e resignificar os discursos trazidos de fora.

No trabalho observamos uma circulação de ideias que vinham da capital federal: tratava-se da chegada de dezenas de artigos ditos científicos para serem publicados nos jornais locais. Essas correspondências trocadas entre médicos do Rio de Janeiro como Belisário Pena, Oswaldo Cruz, Renato Kehl, e o sanitarista paraibano Flávio Maroja, ganhavam sonoridade nas publicações d’*A União*. Esses saberes chegavam às mãos do chefe da higiene que selecionava o que deveria ser publicado de acordo com os interesses pessoais e do Estado. Esse contato com os sanitaristas da capital federal serviu para alargar o debate dos temas da ordem do dia: saúde e bem estar social.

A partir dessa discussão, buscou-se adotar um modelo de educação higiênica que se traçava de três maneiras: a primeira pela adoção das *Repartições Policialescas*, que naufragou em 1918, a segunda ao estabelecer os jornais e revistas como manuais pedagógicos e civilizatórios e, por fim, a divulgação dos saberes eugênicos para as escolas. No entanto, o declínio das duas primeiras tentativas de implantação de uma educação higiênica, revela o fracasso desse projeto: a fiscalização policial sanitária não se efetivou pela falta de funcionários qualificados para tal serviço, o que realça, no nosso entendimento, a falta de interesse do governo imperial, e depois republicano, pelo tema da higiene; por fim, a segunda, conseguiu um resultado pouco relevante, considerando o número da população. Isso se tornou visível por dois motivos: o pequeno número de pessoas que tinham acesso aos manuais pedagógicos e a dificuldade de educar os adultos. O investimento deveria ser feito sobre a infância, especialmente, nas escolas. Mesmo diante dos fatos, quero reafirmar que a influência

de Flávio Maroja nos periódicos era tanta, que todos os meses divulgavam-se a fala do “chefe da hygiene” com suas lições sobre higiene e eugenia.

Ainda nos seus discursos, Maroja tratou de denunciar as condições de insalubridade da cidade; de listar os motivos que geravam as doenças; o controle sobre o porto de Cabedelo, observando quem entrava e quem saía; fiscalizando as moradias, escrevendo artigos que orientavam para os cuidados na alimentação, no corpo, na boca, no beijo, etc. Fato que se intensificou quando em 1924, através da *Sociedade de Medicina* realizou a *Semana Médica* com a função de debater o tema da eugenia e sua aplicação na sociedade Paraibana. Percebo na sua fala que a discussão sobre eugenia e higienismo se confundiam. Flávio Maroja não almejou criar o super homem, mas educar o corpo para uma vida saudável, uma educação que deveria começar na infância, com manuais escolares. Também chamava a atenção para a necessidade de se investir na modernidade dos produtos cosméticos que chegavam para embeleza e seduzir.

Os novos códigos de civilizar chegaram à população através do comércio e dos anúncios, de jornais e revistas, que vendiam os produtos usados pelos ditos modernos, belos, era o que estava em evidência. Prometiam a cura das doenças e o fim das decrepitudes físicas, associavam o cosmético ao moderno e higienizava pelos bons modos. Tinturas de cabelo, corte das unhas, penteados, adereços, higienização individualizada das partes do corpo, soluções fenicadas, banhos aromáticos, sabonetes, pomadas, pós, enfim. Tudo era colocado a disposição de uma parcela da população que podia comprar tais produtos nas casas de moda e farmácias. Artes de civilizar que exigiam o fim dos maus costumes e, dessa forma, pretendia consolidar um modelo de corpo limpo.

Vale reafirmar que esses produtos eram de acesso apenas a uma parte da população, uma imposição de cima para baixo, vestida com as roupas da modernidade que disciplina e civiliza. Os veículos midiáticos de divulgação foram os jornais *A Imprensa*, *A União* e a *Revista Era Nova*. Esses periódicos eram meios de divulgação em que a população elitizada confiava, pois apresentavam e divulgavam a fala do Governo do Estado e da Igreja Católica.

Por fim, discuto a medicalização da escola através da implantação no currículo escolar das disciplinas de hygiene e educação physica. A presença do médico na escola passou a ser mais frequente, com a intenção de civilizar a criança, o que significava possuir um corpo saudável. Havia determinados códigos de posturas que disciplinavam os corpos: os professores foram orientados nas formações para corrigir as crianças na postura ao sentar, na elaboração da caligrafia, nos modos de falar, nos gestos, entre outros. Havia também a disciplinarização dos edifícios, os engenheiros ficavam responsáveis pela construção de

prédios escolares mais arejados, bem iluminados, com espaços largos, cabines de estudo e de higiene, construção de ginásios para o esporte. O saber médico também foi utilizado nesse processo civilizatório, ou seja, os médicos passaram a orientar as escolas para exigir atestados de aptidão física no ato da matrícula, dessa forma poderiam ter um controle maior sobre as condições de saúde dos seus alunos, bem como permitir o acesso ou não dos alunos a aula de educação física. Meninos e meninas recebiam exercícios físicos apropriados a seus corpos.

A medicalização da escola atingia diversos níveis, desde o estrutural, ou seja, o prédio, até o pessoal, os alunos. Soma-se a isso, uma série de prendas que pretendiam servirem de modelo para educar as meninas na perspectiva de se tornarem mãe, dona de casa e mulher. Por outro lado, aos meninos coube a prática esportiva nos diversos segmentos: o futebol, a natação, a ginástica, a corrida. Corpos de esportistas e profissionais, como os bombeiros, eram mostrados as crianças para servirem de modelo. A medicalização mirou-se na infância com a intenção de civilizar, pois segundo a *Fundação Rockefeller*, seria muito difícil implantar uma educação higiênica nos adultos. Mesmo assim, postulou-se a tentativa das crianças levarem até seus lares os novos princípios considerados civilizatórios.

A higiene do corpo e da mente foi divulgada como fundamentais para uma sociedade de almejava atingir uma pretensa civilização. A disciplinarização dos corpos teve seu início na infância, e foram os professores os responsáveis por orientar os novos moldes eugênicos que estavam em voga. Um discurso que durante a década de 1910, ficou restrito as escolas privadas - todas de orientação católica - foi o caso do *Colégio Nossa Senhora das Neves* e do *Colégio Marista Pio X*. A partir de 1920, começa uma série de reivindicações para a introdução dessas disciplinas nas escolas públicas, foi a partir desse momento que houve a solicitação de uma medicalização das escolas públicas, em especial a *Escola Normal*.

No decorrer dessa pesquisa, deparei-me com corpos exaltados, outros dóceis, outros ainda indolentes. Assim foi com Alexandrina Maria da Conceição, pobre, pedinte e fedorenta, com o “distinto” médico Flávio Maroja e o garboso almofadinha. Pessoas que “saíram” dos documentos para mostrarem as suas histórias, seus corpos em evidência, suas contradições em uma sociedade que se pretendia moderna. Corpos que se cuidavam não apenas para não adoecer, mas para embelezar-se. Higiene e beleza andaram juntas nos anos 1920.

Foi através da imaginação histórica, sustentada por um leque de documentos, que busquei sentir o cheiro dos corpos que perambulavam pelas ruas da cidade da Parahyba. Abrir o nariz e deixar a mente voltar ao passado para escrever esta dissertação que em certos momentos causa náusea, noutros emociona, noutros ainda pede que o leitor respire fundo para sentir os bons odores que exalam dos corpos. Num mundo com doenças e sujeiras, higiene e

beleza. Considero relevante este trabalho tendo em vista que é pesquisa pioneira tratando-se da higienização do corpo na cidade da Parahyba. Nessa dissertação tomei por objeto de análise a higienização do corpo na Paraíba, porém, fui mais além, fiz da beleza, do beijo, da moda, das normas de civilização, da medicalização da escola, outros objetos que se fizeram presentes e abriram margem para outras pesquisas. Um tema que abriu margem para outras pesquisas sedutoras, especialmente devido à quantidade de documentos que existem nos arquivos paraibanos esperando para serem visitados e problematizados pelos historiadores. Escrever essa dissertação de mestrado me fez sonhar com novos objetos. Perceber que por meio do sonho, é possível lutar pelo que acreditamos e galgar outros espaços. O corpo de Flávio Maroja e o corpo dos alunos “physicamente vigorosos” serão meu novo objeto de interesse, que acabará por revelar outras Alexandrinas, delimitará outros corpos governados por Hígia.

Falar dos bons odores do corpo foi para mim, uma história de superação. Permitam-me mais uma vez, citar a analogia: foi fazer como Alice – a do país das maravilhas – seguir correndo atrás do coelho de colete e com seus sonhos vencer o que antes era considerado impossível. Assim, segui o exemplo de Alice, busquei vencer os obstáculos da vida para escrever essa história, que como todas as outras, deve ter um FINAL FELIZ.

Referências

FONTES

a) Periódicos:

Jornal *A Imprensa*, João Pessoa – PB. Edições de 1912 a 1924. Arquivo da Arquidiocese da Paraíba.

Jornal *A Notícia*, João Pessoa – PB. Edições de 1916. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

Jornal *A União*, João Pessoa – PB. Edições de 1912 a 1924. Arquivo Público do Estado da Paraíba.

Jornal *Gazeta da Parahyba*, João Pessoa – PB. Edições de 1889 a 1890. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

Revista *Era Nova*, João Pessoa – PB. Edições de 1921 a 1924. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

b) Manuscritos:

Ata da Assembléia Legislativa da Parahyba aprovando a lei de 13 de agosto de 1849, p. 135.

Código de Posturas apresentadas pela Camara Municipal ao Presidente da Província, Sr. Francisco de Araújo Lima, 1863.

Rodrigo de Sousa Coutinho. Carta Régia enviada ao El-rei. 28 de maio de 1799. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

c) Relatórios da Inspectoria de Saúde Pública:

Relatório apresentado ao excellentissimo Dr. Francisco de Araújo Lima, então presidente da Província da Parahyba do Norte, sobre a salubridade pública, 1861.

Relatório apresentado ao excellentissimo Dr. Francisco de Araújo Lima, então presidente da Província da Parahyba do Norte, sobre a salubridade pública, 1862.

Relatório da Inspectoria de Saúde Pública apresentado ao Presidente da Província da Parahyba do Norte, o Sr. Antonio Sabino do Monte, 1884.

Relatório apresentado pelo Inspector de Hygiene Dr. Antonio da Cruz Cordeiro ao presidente do Estado da Parahyba Dr. Álvaro Machado, 1893.

Relatório apresentado pelo Inspector de Hygiene Agnello Candido Lins Fialho, ao 1º Vice-presidente do Estado da Parahyba do Norte, Monsenhor Walfredo dos Santos Leal, no dia 28 de junho de 1897.

d) Relatórios de Presidente de Província:

Relatório de Presidente de Província apresentado pelo dr. Agostinho da Silva Neves, a Assembléia Legislativa da Parahyba do Norte, Typ. José Rodrigues da Costa, 1849.

Relatório apresentado ao Presidente da Província da Parahyba, Dr. Francisco de Araújo Lima, pela Assembléia Legislativa dessa província, 1863.

e) Fontes impressas e digitais

ALMEIDA, Manuel. *Histórico do Colégio Nossa Senhora das Neves*. João Pessoa, 1924.

CASTRO, Oscar Oliveira de. Discurso pronunciado na sessão inaugural da Semana Médica. In: CASTRO, Oscar Oliveira de. *Ensaaios*. João Pessoa: Imprensa Official, 1934, pp. 221-238.

JARDIM, Vicente Gomes. Monographia da Cidade da Parahyba do Norte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, João Pessoa, n. 03, p. 108-109, 1911.

MAROJA, Flávio. A nossa hygiene. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, João Pessoa, n. 03, p. 433-437, 1911.

_____. Educação sanitária. In: MAROJA, Flávio. *Semana Médica*. Parahyba: Imprensa Official, 1927, pp. 7-12.

_____. [Termo da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano] 1905 set. 07, João Pessoa.

MEDEIROS, Coriolando de. Subsídio para a história da hygiene pública na Parahyba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, João Pessoa, n. 03, p. 117-123, 1911.

NEIVA, Arthur & PENNA, Belisário. *Viagem scienifica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Rio de Janeiro: Manginhos, 1918.

SEILD, Carlos. *A propósito da pandemia de gripe espanhola em 1918*. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères. 1919, p. 44-45.

VASCONCELOS, Amarílio de. *Higiene nas escolas*. Rio de Janeiro, 1924.

BIBLIOGRAFIA

ADVINCULA, Chyara Charlotte Bezerra. Como abastecer uma cidade? Um inventário sobre a água na cidade da Parahyba do Norte no início do século XX. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E ÉTICA, 25, 2009, Fortaleza. *Como abastecer uma cidade? Um inventário sobre a água na cidade da Parahyba do Norte no início do século XX*. Fortaleza: Editora UFC, pp. 1-11.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *Nos destinos de fronteira*. História, espaços e identidade regional. Recife: Edições Bagaço, 2008.

ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira. *Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações no semanário Cratense O Araripe (1855-1864)*. João Pessoa, 2010, 257 p. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

ANJOS, Augusto dos. *Eu*. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1990.

ALMEIDA, José Américo. *A Paraíba e seus problemas*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1980.

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba, imprensa e vida*. João Pessoa: A União, 1983.

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BERTUCCI, Maria Liane. Remédios, chalatanices... e curandeirices. Práticas de cura no período da gripe espanhola em São Paulo. In: CHALHOUB, Sidney et. al.. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2003.

BIZZO, Nélcio Marco Vincenzo. O paradoxo social-eugênico, genes e ética. *Revista USP*, São Paulo, n. 24, pp. 28-37, 1995.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário mítico-etimológico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BRITES, Olga. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). *Revista Brasileira de História*. São Paulo. n. 39, p. 249-278, 2000.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. *Testemunha ocular*. História e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CALDEIRA, Jorge. A ordem de Cristo. Super Interessante, *Rio de Janeiro*, n. 2, p. 67-69, fev. 1998.

CARVALHO, Juliano Loureiro de; TINEM, Nelci. Arquitetura e as ruas do centro de João Pessoa. In: TINEM, Nelci. *Fronteiras, marcos e sinais*. Leitura das ruas de João Pessoa. João Pessoa: Editora UFPB, 2006.

CASTRO, Oscar Oliveira de. *Medicina na Paraíba*. João Pessoa: A União, 1945.

- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CHAGAS, Waldecir Ferreira. *Prática política e transformações no cotidiano dos trabalhadores em João Pessoa na década de 1930*. Recife, 1996, 133 p. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CLASSEN, Constance. *Aroma: a história cultural dos odores*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- COELHO, Carlos. A história do fechamento de “A Imprensa”. In: PEDROSA, Odilon. *Escritos de ontem: A Imprensa num quinquênio de vida e outros meios de comunicação social*. João Pessoa: A Imprensa, 1942.
- COMMELIN, P.. *Mitologia grega e romana*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- CORBIN, Alain. *Saberes e odores. O olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. Tenha modos! A correspondência em manuais de civilidade e etiqueta (anos 1920-1960). In: PESAVENTO, Sandra Jatthy; PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides.. *Imagens na História*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrépida ab origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local - 1905/ 1930*. João Pessoa: Almeida, 1996.
- DIWAN, Pietra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida. A utopia médica do biodeterminismo*. São Paulo: Alameda, 2009.
- FERNANDES, Carlos Dias. *Fretana*. João Pessoa: EDGRAF, 1936.
- FERREIRA, Antonio Gomes. Modernidade, higiene e controle médico da infância e da escola. In: ALMEIDA (Org.). *Escola e modernidade: saberes, instituições e práticas*. Campinas: Alínea, 2004, p. 97-111.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2009.

FLORES, Élio Chaves. Dos ditos e dos feitos: História e Cultura Histórica. *Saeculum*, João Pessoa, n. 17, p 83-103, jan/jun, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2009.

GIARD, Luce. Corpo. In: Certeau, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2008.

GONDRA, José. *Artes de civilizar*. Medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2004.

GUEDES, Viviane Marques. *A enunciação editorial: o procedimento opinativo da imprensa pessoense frente ao embate eleitoral 2004 em João Pessoa*. João Pessoa, 2005, 136 p. Monografia (Graduação em Comunicação Social), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Memorial do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. João Pessoa: IHGP, 1995.

HITLER, Adolf. *Mein Kampf*. São Paulo: Moraes, 1983.

KEHL, Renato. *A cura da fealdade*. Rio de Janeiro: Monteiro Lobato, 1923.

LEAL, José. *Itinerário histórico da Paraíba*. João Pessoa: A União, 1989.

LE GOFF, Jaques. *As doenças tem história*. Lisboa: Terramar, 1985.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, G., “Condenado pela raça, absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira República”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, pp. 21-40.

LINHARES, Meily Assbú. *A escola e o esporte: uma história de práticas culturais*. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Esporte e escola: astúcias na “energização do caráter” dos brasileiros. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de. *História do esporte no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio*. São Paulo: Manole, 2005.

_____. *O império do efêmero*. A moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LIRA, José Tavares Correia de. Recortes da cidade: códigos da divisão e da vida comum no império. *VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, Natal, n. 6, 2000, pp. 65-91.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *A moreninha*. São Paulo: Record, 1995.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. A Paraibanidade como culto: a construção dos discursos históricos sobre 1817 no IHGP. In: MARIANO, Serioja; SÁ, Ariane Norma de Menezes. *Histórias da Paraíba*. Autores e análises sobre o século XIX. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2003.

_____. *Signos Modernos? O Arcaico e o Moderno na Cidade de Princesa (PB) na Década de 1920*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2010.

MARIZ, Celso. *Memória da Assembléia Legislativa*. João Pessoa: A União, 1987.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça*. Médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Unicamp, 1994.

MELO, Victor Andrade de. *História da educação física e do esporte no Brasil*. São Paulo: Ibrasa, 1999.

MENDONÇA, Delosmar. *Resgate de 500 anos da história da obstetrícia na cidade de João Pessoa*. João Pessoa: Unimed, 2002.

MEURER, S. S.. *Para descanso do “espírito” e proveito do “vigor físico”*: o processo de institucionalização do recreio no currículo da escola primária paranaense (1901-1924). Curitiba, 2008, 160 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito*. Sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul. A doença revelando a história. In: CARVALHO, Diana Maul; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004, pp. 13-30.

NÓBREGA, Humberto. *As raízes da ciência da saúde na Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Temp(l)os de consumo: memórias, territorialidades e cultura histórica nas ruas recifenses dos anos 20 (século XX). *Saeculum*, João Pessoa, n. 17, p 59-68, jan/jun, 2007.

_____. Os médicos e os ratos: a bubônica em Campina Grande e a instauração de uma estética do medo. *Jornal Brasileiro de História da Medicina*, v. 12, p. T61, 2008.

OLIVEIRA, Marcus Taborda de. Educando pelo corpo: saberes e práticas na instrução pública primária nos anos finais do século XIX. In: BENCOSTA, Marcus Levy (Org.). *Culturas escolares e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.

PEDRO, Joana Maria. Corpo e História. In: MARTINS, Ismênia de Lima; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; LOKOI, Zilda Gricoli. *História e Cidadania*. XIX Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Paulo: Humanitas/USP, 1998, pp. 203-214.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: _____. *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. Cap. 2, pp. 9-21.

_____. Imagem, memória, sensibilidade: territórios do historiador. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides.. *Imagens na História*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

PETER, Jean-Pierre; REVEL, Jacques. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques. *História – Novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.

PRIORE, Mary Del. *Corpo a corpo com a mulher*. Pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: SENAC, 2000.

_____. *Histórias do cotidiano*. Rio de Janeiro: Contexto, 2001.

PYKOSZ, Lausane Corrêa; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tadorda de. A higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do Paraná. *Currículo sem fronteiras*. n. 1, p. 135-158, jan/jun. 2009.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções*. Rio de Janeiro: UNB, 2002

RODRIGUEZ, Walfredo. *Roteiro sentimental de uma cidade*. João Pessoa: A União, 1994.

ROQUETTE, J. I.. *Código do bom-tom*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROSA, Alessandra. *Quando a eugenia se distancia do saneamento: as idéias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim da Eugenia (1929-1933)*. Rio de Janeiro, 2005, 209 p. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

SÁ, Lenilde Duarte. *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios*. O Serviço de Hygiene Pública, 1895 a 1918. Ribeirão Preto, 1999, 291 p. Tese (Doutorado em Enfermagem), Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura*. Campinas: Unicamp, 2001.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. É possível realizar uma história do corpo? In: SOARES, Carmem. *Corpo e História*. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 3-24.

_____. Corpo, história e cidadania. In: MARTINS, Ismênia de Lima; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; LOKOI, Zilda Gricoli. *História e Cidadania*. XIX Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Paulo: Humanitas/USP, 1998, p. 171-184.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: _____. (Org.). *A história da vida privada no Brasil: da belle époque a era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 513-620.

SILVA, Alberto Martins. *Médicos militares paraibanos (século XIX)*. Brasília: CIP, 2009.

SILVA, Alômia Abrantes da. *As Escritas Femininas e os Femininos Inscritos: imagens de mulheres na imprensa dos anos 1920*. Recife, 2000, 133 p. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, Vânia Cristina; SOARES JR, Azemar dos Santos. Corpos educados: disciplinarização católica no jornal A Imprensa. In: III Simpósio Internacional de Teologia e Ciência das Religiões, 3, 2010, Recife. *Corpos educados: disciplinarização católica no jornal A Imprensa*. Recife: Editora Católica de Pernambuco, p. 30-44.

SOARES, Carmem L. Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. In: SOARES, Carmem. *Corpo e História*. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 109-130.

SOARES JR, Azemar dos Santos. “Espelho, espelho meu existe alguém mais bela do que eu?”: Beleza feminina estampada nas páginas de *O Cruzeiro* nos anos rebeldes (1960-1969). Guarabira, 2008, 92 p. Monografia (Graduação em História), Centro de Humanidades, Universidade Estadual da Paraíba.

_____. Corpos em fúria: levante de mulheres famintas na cidade da Parahyba (1889). In: II SEMINÁRIO NACIONAL DE GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS, 2, 2009, João Pessoa. *Corpos em fúria: levante de mulheres famintas na cidade da Parahyba (1889)*. João Pessoa: Editora UFPB, p. 20-31.

_____. A “mão negra” do destino: presença da peste bubônica em Campina Grande (1912). In: XII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DO CEARÁ, 12, 2010, Crato. *A “mão negra” do destino: presença da peste bubônica em Campina Grande (1912)*. Crato: Editora UFC, p. 01-10.

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora*. São Paulo: Companhia de bolso, 2007.

STEPAN, Nancy Leys. “A hora da eugenia”: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

_____. Eugenia no Brasil: 1917-1940. In: ADAMS, Mark B. *The wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil and Russia*. New York: Oxford University Press, 1990.

STEPHANOU, Maria. *Formar o cidadão física e moralmente: médicos, mestres e crianças na escola elementar*. Educação, Subjetividade & Poder. Porto Alegre, n. 3, p. 59-66, jan/jun., 1996.

_____. *Saúde pela educação*. Escolarização e didatização de saberes médicos na primeira metade do século XX. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/114_maria_ste.pdf. Acesso em: 11.out. 2010.

SÜSKIND, Patrick. *O perfume*. A história de um assassino. São Paulo: Record, 2006.

VAGO, Tarcisio Mauro. *Cultura escolar, cultura de corpos*. São Paulo: USP, 2002.

VALE, Adalgisa Maria Gadelha. *Práticas terapêuticas e praticantes de cura na Parahyba, 1889-1920*. João Pessoa, 2002, 49 p. Monografia (Graduação em Enfermagem), Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba.

VASCONCELOS, Edson. *Em terra de leigo quem é higienista é rei: genealogia do olhar médico social na Paraíba*. João Pessoa, 2008, 120 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

VELOSO, Ricardo Grisi. História de A Imprensa. *Caminhando Juntos*. Páscoa não deve ser só chocolate. João Pessoa, n. 8, p. 5, abr. 2003.

VIGARELLO, Georges. *História da beleza*. O corpo e a arte de se embelezar, do renascimento aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

_____. O corpo no tempo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 dez. 2009. Caderno, p. 2-3.

_____. *O limpo e o sujo*. Uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.